



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Nutrição

Rafaele Febrone

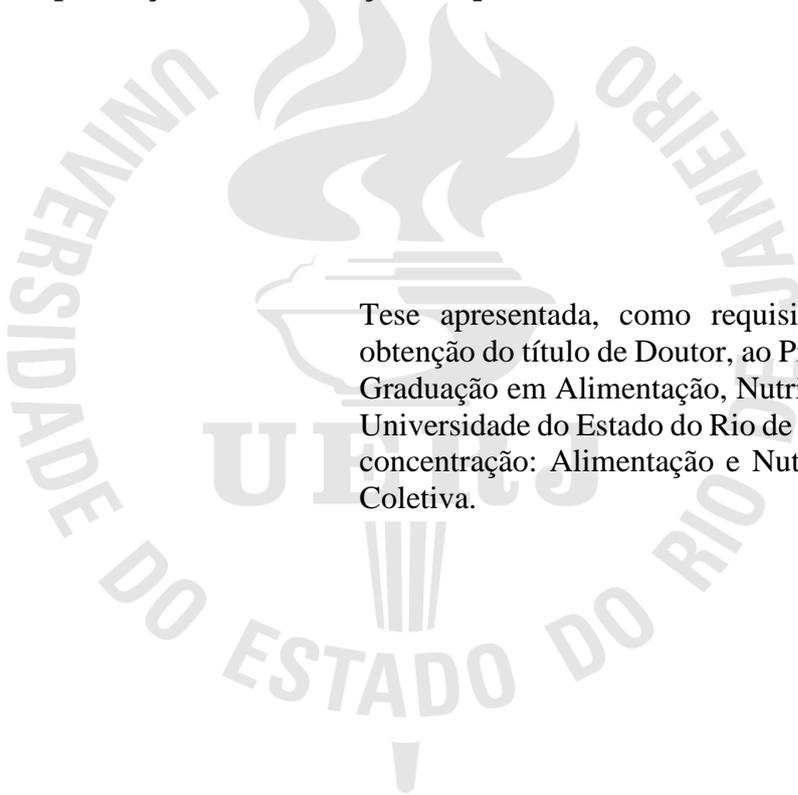
**Modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na
Educação Infantil**

Rio de Janeiro

2023

Rafaele Febrone

Modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof.^a Dra. Inês Rugani Ribeiro de Castro

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M528 Febrone, Rafael,
Modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil / Rafael Febrone Meloni. – 2023.
180 f.

Orientadora: Inês Rugani Ribeiro de Castro.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Nutrição.

1. Nutrição – Teses. 2. Educação alimentar e nutricional – Teses. 3. Aleitamento materno – Teses. I. Castro, Inês Instituto de Nutrição de Educação. III. Título.

bs

CDU 612.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafaele Febrone

Modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva.

Aprovada em 14 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Inês Rugani Ribeiro de Castro (Orientador)

Instituto de Nutrição - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Jorginete de Jesus Damião

Instituto de Nutrição - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Larissa Loures Mendes

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof.^a Dr.^a. Luana Caroline Santos

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof.^a Dr.^a. Luciana Azevedo Maldonado

Instituto de Nutrição - UERJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Ao que me incentiva e apoia desde os primórdios:
Iviling, meu amigo e marido, que sempre acreditou
tanto em mim, mais até do que eu mesma.

A manifestação do amor em minha vida:
Deus, meu Pai misericordioso e bondoso,
meu refúgio, minha força e salvação.

AGRADECIMENTOS

“Que darei eu ao Senhor por todos os benefícios que me tem feito?”

Salmo 116.12

“Porque dele, e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.”

Romanos 11.36

Primeiro e sempre, a Deus, que estava, está e estará lá, por sua Graça, bondade e misericórdia sobre mim em todo o tempo; por me guiar em tudo e em quem confio - tenho fé.

*

Ao meu marido, Iviling, por todo amor, incentivo, estímulo, apoio, companheirismo; por enxergar minhas potencialidades e pela sensibilidade e paciência em me mostrá-las... Por tudo e por tanto.

*

Ao meu avô, Claurencino, que sempre estará vivo em minhas memórias, por ter plantado em mim a semente da fé no Deus da minha vida e salvação.

*

Aos meus pais, Mirian e José, por toda a orientação e todo o cuidado, pelo amor sem medidas, pelos ensinamentos, por me sustentarem em oração e carinho.

*

A todos meus familiares, (z)amigos e irmãos em Cristo, por estarem sempre comigo a cada passo, torcendo por mim em minha caminhada, em oração e exortação, ajudando a fortalecer minha fé e meu caráter.

*

Às minhas orientadoras, Inês e Rosane, pelo acolhimento, por tanta generosidade, pelo esforço em me mostrar que sou capaz, por incentivar minha autonomia, e pelo carinho de sempre. Vocês são minha inspiração!

*

Aos meus parceiros de profissão - equipe de trabalho do Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Magé e das unidades escolares - e aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por toda colaboração com o meu processo contínuo de aprendizagem e pelo afeto.

*

À banca de qualificação do projeto de tese, Professoras Jorginete de Jesus Damião, Sonia Isoyama Venancio, Luciana Maria Cerqueira Castro e Camila Maranhã Paes de Carvalho, pelas reflexões suscitadas e conhecimentos compartilhados.

*

Às especialistas consultadas, pela disponibilidade, doação e contribuição tão significativas em participar de importantes etapas da construção e qualificação deste estudo - pelo trabalho em conjunto.

*

À banca de defesa de tese, Professoras Jorginete de Jesus Damião, Larissa Loures Mendes, Luana Caroline Santos, Luciana Azevedo Maldonado, Camila Maranhã Paes de Carvalho e Luisete Moraes Bandeira, pela disponibilidade, atenção e considerações.

*

A todos que direta ou indiretamente vivenciaram comigo mais esse passo em minha caminhada; por contribuírem com meu crescimento e amadurecimento e que agora celebram também esta conquista.

*

E mais uma vez, pois nunca é demais, a Deus, por me amar primeiro e continuar me amando; por me sustentar, capacitar e realizar os sonhos do Seu coração em minha vida; e por poder depositar minha confiança e descansar pela esperança, a qual tenho como âncora da alma, segura e firme.

Meu mais sincero reconhecimento e eterna gratidão.

Brincando de carrinho
Ou de bola de gude
Criança quer carinho
Criança quer saúde

Chutando uma bola
Ou fazendo um amigo
Criança quer escola
Criança quer abrigo

Lendo um gibi
Ou girando um bambolê
Criança quer sorrir
Criança quer crescer [...]

Na hora do cansaço
Ou na hora da preguiça
Criança quer abraço
Criança quer justiça

Sério ou engraçado
No frio ou no calor
Criança quer cuidado
Criança quer amor
Em qualquer lugar criança quer o quê?
Criança quer sonhar
Criança quer viver [...]

Criança é vida - Toquinho

RESUMO

FEBRONE, Rafael. Modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. 2023. 181 f. Defesa de tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) é uma das vertentes da promoção da saúde e uma das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. As unidades de Educação Infantil (UEI) têm a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O presente estudo, de caráter teórico-conceitual, objetivou elaborar modelo teórico de PAAS na Educação Infantil para o contexto da rede pública de ensino do Brasil. O processo de sua elaboração incluiu: levantamento bibliográfico nos meios eletrônicos sobre publicações referentes à PAAS neste âmbito; síntese das ações de PAAS recomendadas na literatura; elaboração da versão preliminar do modelo (esquema gráfico e seus quadros explicativos); realização de dois painéis de especialistas para apreciação da primeira e da segunda versões do modelo; sistematização do material empírico oriundo dos painéis; reformulação do modelo com base nas recomendações das especialistas; avaliação da validade de conteúdo da terceira versão do modelo, e elaboração da sua versão final. Para a elaboração do modelo teórico, foram adotados os referenciais teórico-conceituais das vertentes da PAAS e da Teoria da Estruturação Forte. O modelo teórico de PAAS na Educação Infantil consiste na apresentação das ações de PAAS a serem desenvolvidas no âmbito da UEI, considerando seus contextos interno e externo. Este processo de desenvolvimento compreende o planejamento e a execução articulada de ações, por agentes do contexto interno e externo à UEI, de: incentivo à adoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio da incorporação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como prática cotidiana e transversal ao currículo e da mobilização e formação sobre a PAAS junto às famílias; apoio à adesão de práticas alimentares saudáveis, através da oferta de leite humano e de alimentação adequada e saudável (AAS) e do atendimento a crianças com necessidades alimentares especiais ou específicas; proteção à AAS, por meio de medidas de controle higiênico-sanitário da alimentação, prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e de oferta de refeições, e regulação da oferta, do comércio e da publicidade de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas; complementadas pelas ações transversais de formação dos profissionais, de interação com outros agentes, setores ou instâncias e de monitoramento e avaliação. O modelo teórico proposto contribui para a compreensão sobre PAAS na Educação Infantil ao explicitar o escopo de ações da UEI, concernente à PAAS, de: propiciar a sua articulação com as famílias, a comunidade e outros agentes, setores e instâncias; incluir a EAN como prática cotidiana e transversal ao currículo escolar da Educação Infantil, e garantir que seja um espaço de educação coletiva, com objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças e assegurar seus direitos. Espera-se que este modelo teórico seja utilizado por pesquisadores interessados em trabalhar com o tema da PAAS na Educação Infantil; gestores(as) das UEI e da Alimentação Escolar, e suas equipes de profissionais; sirva de base para estudos futuros e inspire o desenvolvimento de políticas públicas nesta área.

Palavras-chave: Criança. Aleitamento materno. Alimentação complementar saudável. Educação Alimentar e Nutricional. Educação pré-escolar. Teoria da Estruturação Forte.

ABSTRACT

FEBRONE, Rafaele. Theoretical model for promoting adequate and healthy eating in Early Childhood Education. 2023. 181 f. Defesa de tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The promotion of adequate and healthy eating (PAAS in Portuguese) is one of the aspects of health promotion and one of the guidelines of the National School Meal Program. Early Childhood Education units aim to promote the integral development of children up to five years of age, in their physical, psychological, intellectual and social aspects, complementing family and community action. This theoretical-conceptual study aimed at developing a theoretical model of the PAAS in Early Childhood Education for the context of the public education network in Brazil. The process of its development included: bibliographical survey in electronic media on publications related to PAAS in this area; synthesis of PAAS actions recommended in the literature; preparation of the preliminary version of the model (graphic scheme and explanatory tables); holding two panels of experts to review the first and second versions of the model; systematization of empirical material from the panels; reformulation of the model based on experts' recommendations; assessment of the content validity of the third version of the model, and preparation of its final version. To develop the theoretical model, the theoretical-conceptual references of the PAAS and Strong Structuring Theory were adopted. The theoretical model of PAAS in Early Childhood Education consists of the presentation of PAAS actions to be developed within the scope of the Early Childhood Education unit, considering its internal and external contexts. This development process comprises the coordinated planning and execution of actions, by agents from the internal and external context of the Early Childhood Education unit, of: encouraging the adoption of healthy eating habits, through the incorporation of Food and Nutrition Education as a daily practice and transversal to the curriculum and mobilization and training on PAAS with families; support for adherence to healthy eating practices, through the provision of human milk and adequate and healthy food and care for children with special or specific dietary needs; protection of adequate and healthy food, through hygienic-sanitary food control measures, prevention of accidents in meal preparation and offering environments, and regulation of supply, trade and advertising of ultra-processed foods and non-recommended culinary preparations; complemented by transversal actions that include professional training, interaction with other agents, sectors or instances and monitoring and evaluation. The proposed theoretical model contributes to the understanding of the PAAS in Early Childhood Education by explaining the scope of Early Childhood Education actions, regarding promotion of adequate and healthy eating, to: facilitate its articulation with families, the community and other agents, sectors and instances; include Food and Nutrition Education as a daily practice that is transversal to the Early Childhood Education school curriculum, and ensure that it is a setting for collective education, aiming at promoting the integral development of children and ensuring their rights. This theoretical model can be useful for researchers interested in working with the PAAS in Early Childhood Education, and Early Childhood Education units and National School Meal Program managers, and their professional teams. It can also serve as a basis for future studies and inspire the development of public policies in this area.

Keywords: Child. Breastfeeding. Healthy complementary food. Food and Nutrition Education. Preschool education. Strong Structuring Theory.

RESUMEN

FEBRONE, Rafaele. Modelo teórico para la promoción de una alimentación adecuada y saludable en Educación Infantil. 2023. 181 f. Defesa de tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

La promoción de una alimentación adecuada y saludable (PAAS) es uno de los aspectos de la promoción de la salud y uno de las directrices del Programa Nacional de Alimentación Escolar. Las unidades de Educación Infantil (UEI) tienen como objetivo promover el desarrollo integral de los niños hasta los cinco años de edad, en sus aspectos físicos, psicológicos, intelectuales y sociales, complementando la acción familiar y comunitaria. El presente estudio, de carácter teórico-conceptual, tuvo como objetivo desarrollar un modelo teórico de PAAS en Educación Infantil para el contexto de la red de educación pública en Brasil. El proceso de su elaboración incluyó: levantamiento bibliográfico en medios electrónicos sobre publicaciones relacionadas con PAAS en esta área; síntesis de acciones PAAS recomendadas en la literatura; elaboración de la versión preliminar del modelo (esquema gráfico y cuadros explicativos); realización de dos paneles de expertos para evaluar la primera y segunda versiones del modelo; sistematización del material empírico de los paneles; reformulación del modelo con base en recomendaciones de expertos; evaluación de la validez de contenido de la tercera versión del modelo, y preparación de su versión final. Para desarrollar el modelo teórico se adoptaron los referentes teórico-conceptuales de la PAAS y la Teoría de la Estructuración Fuerte. El modelo teórico del PAAS en Educación Infantil consiste en la presentación de las acciones del PAAS a desarrollar en el ámbito de la UEI, considerando sus contextos interno y externo. Este proceso de desarrollo comprende la planificación y ejecución coordinada de actuaciones, por parte de agentes del contexto interno y externo de la UEI, de: fomentar la adopción de hábitos alimentarios saludables, mediante la incorporación de la Educación Alimentaria y Nutricional (EAN) como práctica diaria y transversal al currículo y la movilización y capacitación sobre PAAS con las familias; apoyo a la adherencia a prácticas alimentarias saludables, mediante el suministro de leche humana y una alimentación adecuada y saludable (AAS) y la atención a niños con necesidades dietéticas especiales o específicas; protección de la AAS, a través de medidas higiénico-sanitarias de control de los alimentos, prevención de accidentes en los ambientes de preparación y oferta de comidas, y regulación del suministro, comercio y publicidad de alimentos ultraprocesados y preparaciones no recomendadas; complementados con acciones transversales de formación profesional, interacción con otros agentes, sectores o instancias y seguimiento y evaluación. El modelo teórico propuesto contribuye a la comprensión del PAAS en Educación Infantil al explicar el alcance de las acciones de la UEI, en torno al PAAS, para: facilitar su articulación con las familias, la comunidad y otros agentes, sectores e instancias; incluir la EAN como una práctica cotidiana y transversal al currículo escolar de Educación Infantil, y asegurar que sea un espacio de educación colectiva, con el objetivo de promover el desarrollo integral de los niños y garantizar sus derechos. Se espera que este modelo teórico sea utilizado por investigadores interesados en trabajar el tema de PAAS en Educación Infantil; responsables de UEI y Alimentación Escolar, y sus equipos profesionales; sirva de base para futuros estudios e inspire el desarrollo de políticas públicas en esta materia.

Palabras clave: Niño. Amamantamiento. Alimentación complementario saludable. Educación Alimentaria y Nutricional. Educación preescolar. Teoría de la estructuración fuerte.

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| | APRESENTAÇÃO | 12 |
| | INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 | REFERENCIAL TEÓRICO | 17 |
| 1.1 | Educação Infantil | 17 |
| 1.2 | Alimentação adequada e saudável | 23 |
| 1.3 | Promoção da alimentação adequada e saudável na Primeira Infância | 28 |
| 1.4 | Marcos de políticas públicas para a promoção da alimentação adequada e saudável na Primeira Infância | 35 |
| 1.5 | Ambiente alimentar escolar | 46 |
| 1.6 | Educação Alimentar e Nutricional na Educação Infantil | 49 |
| 1.7 | Construção e uso de modelo teórico | 53 |
| 1.8 | Teoria da Estruturação Forte | 55 |
| 2 | JUSTIFICATIVA | 65 |
| 3 | OBJETIVO | 67 |
| 4 | MÉTODOS | 68 |
| 4.1 | Contextualização e caracterização do estudo | 68 |
| 4.2 | Elaboração do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil | 68 |
| 4.3 | Aspectos éticos | 72 |
| 4.4 | Financiamento | 73 |
| 5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 74 |
| 5.1 | Síntese de possíveis ações de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil | 74 |
| 5.2 | Elaboração da versão preliminar do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil | 83 |
| 5.3 | Primeiro painel de especialistas e sistematização de suas sugestões | 87 |
| 5.4 | Elaboração da segunda versão do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil | 92 |
| 5.5 | Segundo painel de especialistas e sistematização de suas sugestões | 100 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 5.6 | Elaboração da terceira versão do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil..... | 106 |
| 5.7 | Avaliação da validade de conteúdo do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil e elaboração da sua versão final | 113 |
| 5.8 | Versão final do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil..... | 129 |
| 5.8.1 | Comentários acerca do processo de elaboração do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil..... | 138 |
| 5.9 | Diálogo dos referenciais teóricos com o modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil..... | 142 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 147 |
| | REFERÊNCIAS..... | 149 |
| | ..ANEXO - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023..... | 165 |
| |APÊNDICE A - Resumo dos principais achados e contribuições da pesquisa para divulgação nos meios de comunicação. Rio de Janeiro, 2023..... | 168 |
| | APÊNDICE B - Formulário eletrônico utilizado para a etapa de avaliação da validade de conteúdo do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes. Rio de Janeiro, 2023..... | 170 |
| | APÊNDICE C - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado nas etapas do estudo. Rio de Janeiro, 2023..... | 176 |
| |APÊNDICE D - Termos de autorização de uso de imagem e voz utilizado para as duas oficinas de painel de especialistas. Rio de Janeiro, 2023..... | 179 |
| |APÊNDICE E - Descrição do perfil das especialistas consultadas nas etapas do estudo. Rio de Janeiro, 2023. | 180 |

APRESENTAÇÃO

O estudo aqui apresentado é uma tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde (PPG-ANS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sobre a promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) na Educação Infantil. Os objetivos do projeto de pesquisa inicial, apresentado à Comissão de Seleção do PPG-ANS no segundo semestre de 2019, abrangiam: a elaboração de modelo teórico sobre práticas de promoção da amamentação e da alimentação complementar saudável em unidades de Educação Infantil (UEI); o desenvolvimento de instrumento para a caracterização dessas práticas, e a caracterização dessas práticas em UEI da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Entretanto, devido ao início da pandemia de COVID-19 no Brasil em março de 2020, e à necessidade de isolamento domiciliar para o controle da transmissão do vírus, as atividades do PPG-ANS passaram a ser realizadas remotamente por tempo indeterminado. Neste período, surgiram incertezas quanto à possibilidade de realização de teses e dissertações que abarcassem um componente empírico em locais cujas atividades presenciais estavam suspensas devido a pandemia, como era o caso das unidades escolares do município do Rio de Janeiro. Por esse motivo, os objetivos do estudo foram revistos.

Ainda com a realização das atividades remotamente no PPG-ANS, em março de 2022, o projeto de tese foi apresentado à banca examinadora através de plataforma virtual com os seguintes objetivos: elaborar modelo teórico de práticas de PAAS, incluindo a amamentação, em UEI, e desenvolver instrumento de caracterização dessas práticas. Contudo, a banca indicou a necessidade de redirecionamento do foco do segundo objetivo, considerando que, antes do desenvolvimento de um instrumento de caracterização das práticas de PAAS, deveria ser aprofundando um modelo teórico que ancorasse e qualificasse as práticas de PAAS no âmbito da Educação Infantil.

Em junho de 2022, o projeto de pesquisa foi submetido ao setor Convênios e Pesquisas da Subsecretaria de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME), para solicitação de anuência institucional, e no mês seguinte, o mesmo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UERJ, contendo os seguintes objetivos: elaborar modelo teórico das práticas de PAAS na Educação Infantil, e compreender potencialidades e obstáculos que permeiam o cotidiano dos profissionais das UEI no processo de PAAS. Esta compreensão se daria por meio de um roteiro semiestruturado a ser aplicado em entrevista

com profissionais de UEI da rede municipal de educação do Rio de Janeiro, de forma presencial ou remota, de acordo com a sua disponibilidade. Todavia, o CEP da UERJ emitiu seu parecer favorável somente cinco meses após a submissão do projeto e, em março de 2023, este ainda não havia recebido parecer favorável da SME. Tendo em vista o prazo para conclusão de tese (2023), não haveria tempo suficiente para o cumprimento do segundo objetivo. Optou-se, então, pelo adensamento do percurso metodológico de desenvolvimento do modelo teórico, incluindo-se a etapa de validação de conteúdo, e pela realização das entrevistas e suas análises em estudos futuros.

Complementando esta tese, elaborei dois outros produtos, em formato de capítulo de livro. O primeiro, intitulado “Alimentação nos espaços de Educação Infantil: mais do que comida no prato”, que compõe o livro organizado por Inês Rugani, Daniela Canella e Claudia Bocca. Este livro, intitulado “Diálogos entre Alimentação Coletiva e Saúde Coletiva”, está em fase final de edição, com previsão de publicação em 2024. Este capítulo está dividido nos seguintes tópicos: (1) Introdução; (2) A comida na unidade de Educação Infantil; (3) Amamentação e oferta de leite materno nas unidades de Educação Infantil; (4) O novo Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos: conquistas e desafios para a alimentação escolar, e (5) Desafios da promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente da Educação Infantil.

O segundo capítulo, intitulado “Unidade de Educação Infantil promotora da amamentação e alimentação complementar saudável”, que compõe o livro organizado por Silvia Farias, Caroline Morgado e Amanda Franco. Este livro, intitulado “Alimentação e Nutrição Escolar: reflexões teóricas e práticas”, também está em fase final de edição, com previsão de publicação em 2024 pela Editora Rubio. Este capítulo está dividido nos seguintes tópicos: (1) Introdução: Alimentação nos primeiros dois anos de vida e a unidade de Educação Infantil; (2) Amamentação e oferta de leite humano nas unidades de Educação Infantil: Oferecendo leite humano ordenhado na unidade de Educação Infantil, como fazer? (Orientação para as mães retirarem o leite de peito, Recebimento, armazenamento e oferta do leite humano na unidade de Educação Infantil); Apoiando as mães trabalhadoras que amamentam; Promovendo a cultura da amamentação junto à comunidade escolar; (3) Alimentação complementar saudável: adequação do cardápio da unidade de Educação Infantil, para atender a Resolução nº 6/2020 do FNDE: Retrato sobre os cardápios praticados no PNAE; Outros aspectos da alimentação em unidades de Educação Infantil, e (4) Desafios da promoção da amamentação e da alimentação adequada e saudável na unidade de Educação Infantil.

Vale comentar, ainda, que, em 2021, ingressei como nutricionista na equipe do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Secretaria Municipal de Educação de Magé, e, desde então, venho atuando diretamente no processo de PAAS em unidades escolares, inclusive aquelas que abarcam turmas de Educação Infantil. Esta vivência tem me proporcionado observar e vivenciar experiências ligadas ao desafio da PAAS no âmbito escolar, em especial da Educação Infantil, que me possibilitaram uma visão mais sensível e amadurecida no processo de elaboração do modelo teórico.

A estrutura da tese está organizada em nove seções.

A primeira seção compreende a introdução ao tema PAAS, considerando as particularidades da Primeira Infância; o papel das UEI em consonância com as vertentes de ações de PAAS, e o propósito do estudo.

Na segunda seção encontram-se os referenciais teóricos utilizados para embasar o percurso metodológico adotado no estudo, tanto acerca do objeto de estudo, a PAAS na Educação Infantil, incluindo os seus marcos de políticas públicas na Primeira Infância, quanto as abordagens teóricas e metodológicas do processo de elaboração do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil.

A terceira seção justifica a relevância do estudo e a lacuna que este pretende preencher. Na quarta seção é apresentado o objetivo do estudo. A quinta seção apresenta o método seguido no processo de desenvolvimento do modelo teórico, complementado de informações acerca da contextualização e caracterização do estudo; aspectos éticos e financiamento. A sexta seção compreende o detalhamento dos resultados e a discussão referentes à construção do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil.

A sétima seção inclui as considerações finais do estudo; a oitava seção, as referências bibliográficas utilizadas, e a nona, o anexo e os apêndices referentes aos materiais produzidos para subsidiar os métodos e os resultados, incluindo as principais informações sobre o estudo para fins de divulgação científica (APÊNDICE A).

Esta tese foi elaborada com base na Deliberação nº 45/2019 (UERJ, 2019), que regulamenta as atividades do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, e na segunda edição, publicada em 2012, do “Roteiro para Apresentação das Teses e Dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro” (UERJ; REDE SIRIUS, 2012).

INTRODUÇÃO

A promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) é uma das vertentes da promoção da saúde e uma das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esta é compreendida como um conjunto de estratégias que proporcionam aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais, bem como com o uso sustentável do meio ambiente (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2012; BRASIL, 2013a).

Considerando a Primeira Infância como um período de intenso crescimento, desenvolvimento e de construção de hábitos, que compreende a fase de zero a seis anos ou dos 72 meses de vida da criança (BRASIL, 2016; BRASIL, 2018a), a PAAS nos primeiros anos de vida engloba a promoção, apoio e proteção das práticas da amamentação exclusiva, até o sexto mês, e complementada da alimentação adequada e saudável (AAS), até a criança completar pelo menos dois anos ou mais de idade (BRASIL, 2019). A partir da introdução alimentar, a PAAS na Primeira Infância abarca a valorização e a realização de refeições compartilhadas, regulares e feitas em ambientes apropriados; de atividades relacionadas à alimentação, como participação da criança na compra de alimentos e na preparação das refeições familiares, e de ações de proteção contra publicidade enganosa e *marketing* abusivo, entre outras (BRASIL, 2014a).

As unidades de Educação Infantil (UEI) têm papel determinante no crescimento e no desenvolvimento integral, na promoção da saúde e do autocuidado destas crianças, especialmente por contribuírem para a formação cidadã, de valores e de hábitos de vida. Segundo o Ministério da Saúde, em publicação intitulada “A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável”, as UEI devem garantir: a realização de ações que atendam às necessidades de afeto, cuidado, alimentação, segurança e integridade corporal e psíquica das crianças, e a PAAS de acordo com cada fase do crescimento. Elas são, portanto, um espaço estratégico para a PAAS e para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, que começam a ser estabelecidos a partir da amamentação e da alimentação complementar saudável e constituem pilares para uma vida saudável (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2018b; BRASIL, 2018c; BRASIL, 2020a).

As ações de PAAS no âmbito escolar da Educação Infantil devem ser implementadas abarcando a combinação de ações das três vertentes de atuação: incentivo, apoio e proteção;

complementadas por ações transversais (BRASIL, 2022a; CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO et al., 2021a; MALDONADO; AZEVEDO; CANINÉ, 2008). Nesse sentido, o trabalho coletivo, intersetorial e transdisciplinar é de suma importância para o estabelecimento e fortalecimento da parceria, principalmente, entre os setores de Saúde, Educação e Assistência Social (BRASIL, 2018b).

Ao longo dos anos vêm sendo desenvolvidos estudos empíricos que abordam a PAAS em UEI e suas repercussões na comunidade escolar (MOREIRA et al., 2023), e documentos orientadores sobre PAAS no contexto da Educação Infantil (BRASIL, 2018b; BRASIL, 2018c), porém tais publicações sobre o assunto não possuem como base um modelo teórico proposto de acordo com as referências acerca do tema. Com o intuito de contribuir para o avanço do conhecimento nesta área, o propósito do presente estudo consiste em elaborar modelo teórico de PAAS na Educação Infantil que contribua para a compreensão deste tema e orientação do desenvolvimento de estudos futuros, e, por consequência, para a qualificação e melhoria das práticas de PAAS no âmbito da Educação Infantil.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção encontram-se os referenciais teóricos utilizados para embasar este estudo, tanto acerca do objeto de estudo, a PAAS na Educação Infantil, quanto da elaboração do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil.

1.1 Educação Infantil

No Brasil, a educação escolar pública constitui-se dever do Estado mediante a garantia da Educação Básica obrigatória e gratuita, que abarca a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, além de atendimento a todos os educandos em todas essas etapas, por meio de programas suplementares de alimentação e assistência à saúde. Somam-se às incumbências dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, a sua articulação com as famílias, a comunidade e outros setores, como Saúde e Assistência Social, criando processos de integração da sociedade com a escola (BRASIL, 1996).

Os currículos da Educação Básica possuem base nacional comum, que deve ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, por temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Dentre os temas transversais incluídos nos currículos destacam-se conteúdos relativos aos direitos humanos e da criança; Educação Alimentar e Nutricional (EAN); saúde, e educação para o consumo (BRASIL, 1996; BRASIL, 2018d).

Ao longo da Educação Básica, o foco deve estar no desenvolvimento de competências, por meio da indicação clara de o que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, de o que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho). Durante a Educação Básica, deve ser assegurado o compromisso com a educação integral dos estudantes, visando à formação e ao desenvolvimento humano global, à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas

com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea (BRASIL, 2018d).

As creches surgiram inicialmente como instituições com o objetivo de atender a necessidade de cuidar das crianças, sendo um auxílio às famílias (SARMENTO; CARVALHO, 2017). No Brasil, a partir da década de 1990, houve a incorporação da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, em resposta a um direito constitucional da criança. A Educação Infantil é oferecida em creches ou instituições equivalentes para crianças de até três anos de idade; e em pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade. Contudo, a depender da região, do estado ou município, a Educação Infantil pode ser oferecida também em unidades escolares mistas, isto é, instituições de ensino que atendem mais de um segmento da Educação Básica. As unidades escolares que dispõem da Educação Infantil podem admitir crianças a partir de quatro ou de seis meses de idade (BRASIL, 1996).

Nessa etapa cabe assumir a indissociabilidade entre os conceitos referenciais de cuidar e educar. Sendo assim, as UEI devem acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade e articulá-los em suas propostas pedagógicas. As UEI têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar (BRASIL, 2018d). É importante considerar que nessa fase a aprendizagem é orgânica, sensorial e vivencial, pois as crianças usam seu próprio corpo para aprender a partir dos estímulos oferecidos pelo meio (MALDONADO et al., 2021a).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil definem criança como:

“sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura.”
(BRASIL, 2013b, p. 97)

Nesse sentido, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, garantindo

experiências que possibilitem situações de aprendizagem mediadas para o desenvolvimento da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar (BRASIL, 2013b). As interações e a brincadeira são momentos de socialização das crianças, com seus pares e com os adultos, importantes para sua formação, em que elas podem construir e apropriar-se de conhecimentos (BRASIL, 2018c; BRASIL, 2018d).

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências da Educação Básica propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil (Quadro 1). Tais direitos de aprendizagem propiciam as condições para que as crianças aprendam, mediante situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los. Dessa forma, as crianças podem construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2018d).

Quadro 1 - Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil

| | |
|--------------------|--|
| Conviver | com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. |
| Brincar | cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. |
| Participar | ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. |
| Explorar | movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia. |
| Expressar | como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. |
| Conhecer-se | e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. |

Fonte: BRASIL, 2018d.

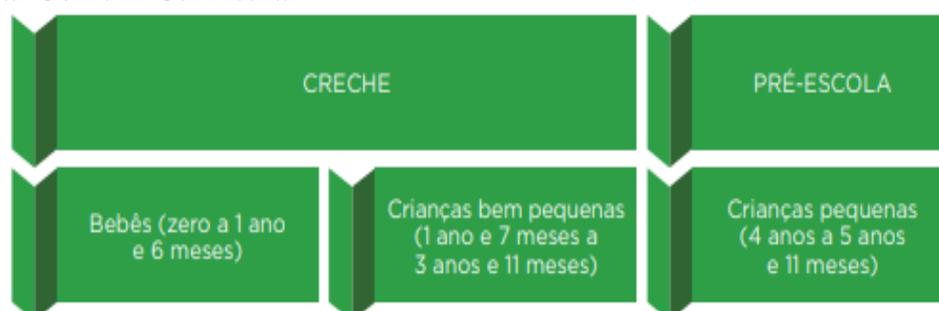
As práticas envolvidas no cuidado infantil, como alimentação, higiene, proteção contra riscos, por exemplo, no âmbito da Educação Infantil, respeitam o cumprimento tanto do direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, quanto o direito à sua dignidade como pessoa humana. Elas são também práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação

e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma. As experiências (individuais ou em grupo) devem ocupar lugar no planejamento curricular, pois oportunizam: a situação de lidar com conflitos; entender direitos e obrigações; desenvolver a identidade pessoal, autoestima, autonomia e confiança em suas próprias habilidades, e um entendimento da importância de cuidar de sua própria saúde e bem-estar (BRASIL, 2013b).

Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco campos de experiências. Os campos de experiência constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a serem propiciados às crianças. São eles: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação, e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2018d).

Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, em cada campo de experiência, são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária (Figura 1), que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças (BRASIL, 2018d).

Figura 1 - Grupos por faixa etária da etapa da Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular



Fonte: BRASIL, 2018d.

A Lei nº 13.005, de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Em sua primeira meta objetivava universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e almejava ampliar a oferta de

Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência do Plano (BRASIL, 2014b).

O Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019), realizado em 2019, um inquérito populacional de base domiciliar realizado em uma amostra probabilística de crianças menores de cinco anos de idade distribuídas em 123 municípios dos 26 estados da Federação e no Distrito Federal, evidenciou que a frequência de crianças brasileiras menores de cinco anos matriculadas em creche ou escola foi de 40,2% (30,5% em creche ou escola pública e 9,7% em creche ou escola particular). Aproximadamente 25% das crianças frequentavam a creche ou escola em turno parcial e 15%, em turno integral (UFRJ, 2021a).

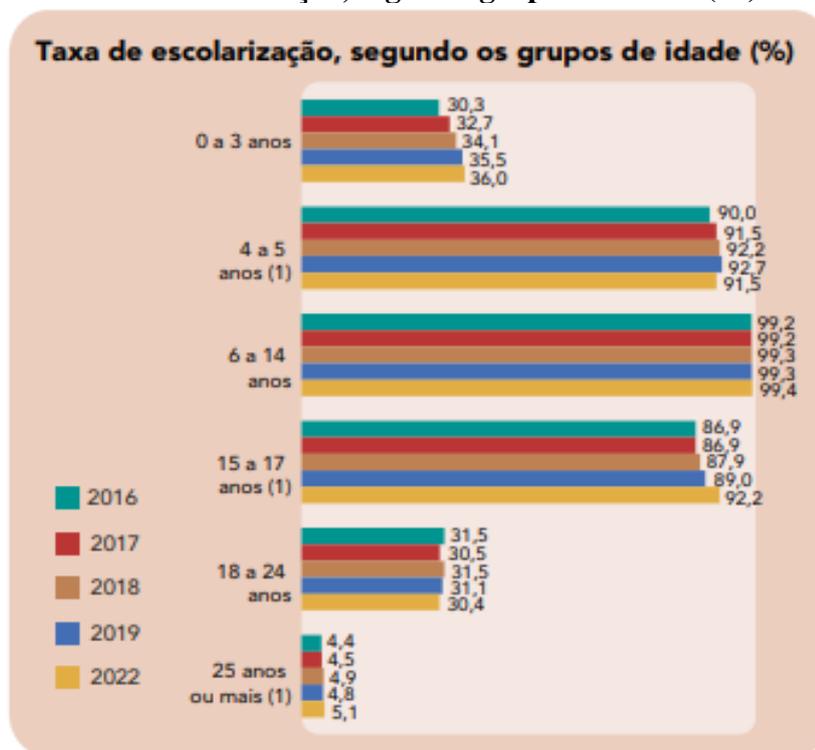
Em 2022, o Brasil contava com 178.346 escolas de Educação Básica. Desse total, a rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços das escolas (60,1%). No ano em questão, 113.409 escolas ofertavam Educação Infantil no país, sendo que 99.743 atendiam pré-escola e 74.367, creche. Ao longo dos últimos cinco anos, o número de escolas que oferecem pré-escola sofreu uma queda de 3,4%. Já para aquelas com oferta de creche, apesar de ser possível observar uma queda entre 2019 e 2021, verifica-se uma mudança nessa tendência em 2022, com aumento de 6,4% em relação a 2021 (INEP, 2023).

Segundo as informações do Censo Escolar de 2022, que retratam a situação das escolas no momento após a pandemia da COVID-19, foram registradas 47,4 milhões de matrículas nas escolas de Educação Básica no Brasil, aproximadamente 714 mil matrículas a mais em comparação com o ano de 2021, o que corresponde a um aumento de 1,5%. Apesar da queda de 5,8% das matrículas na Educação Infantil entre os anos de 2020 e 2021, houve uma retomada em 2022, com crescimento de 8,5% em relação ao ano anterior. Esse crescimento ocorreu principalmente devido à rede privada, que teve aumento de 25,3% no último ano (altas de 29,9% na creche e de 20,0% na pré-escola), enquanto a rede pública apresentou aumento de 3,5% (altas de 8,9% na creche e de 0,3% na pré-escola) (INEP, 2023).

No Brasil, em 2022, 9,6 milhões de crianças de zero a cinco anos de idade frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de zero a três anos, a taxa de escolarização foi 36%, o equivalente a 4,1 milhões de estudantes, percentual estatisticamente estável quando comparado a 2019 e 5,7% maior que o de 2016. Já entre as crianças de quatro a cinco anos, a taxa de escolarização caiu de 92,7% em 2019 para 91,5% em 2022, totalizando um pouco mais de 5,5 milhões de crianças (Figura 2). Essa queda ocorreu apesar de a Educação Básica aos quatro anos de idade ser obrigatória desde 2013. Apesar de a taxa de escolarização do segmento de zero a três anos de idade ter seguido avançando anualmente, ainda se encontra distante da meta de frequência escolar estabelecida no PNE para essas crianças. Já no grupo

de quatro a cinco anos de idade, ampliou-se a distância em relação ao atingimento da meta do PNE da universalização da frequência escolar dessas crianças (IBGE, 2023).

Figura 2 – Taxa de escolarização, segundo grupos de idade (%)



Legenda: (1) - As diferenças entre 2019 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.
Fonte: IBGE, 2023.

Além de acesso, as crianças e suas famílias precisam contar com um atendimento educacional de qualidade. Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil são um método de autoavaliação escolar que estimula a gestão democrática, por meio de um processo participativo e aberto a toda a comunidade, envolvendo todos os diferentes agentes da escola: crianças, professores(as), gestores(as), funcionários(as), familiares, representantes de organizações locais, entre outros. Para apoiar esse processo de autoavaliação, o Ministério da Educação (MEC), com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e das organizações da sociedade civil Fundação Orsa e Ação Educativa, elaborou um conjunto de materiais de fácil compreensão e adaptáveis para a realidade das distintas UEI presentes no Brasil. Estes materiais podem ser uma importante ferramenta para a implementação da BNCC, mostrando-se potencialmente efetiva na capacidade de ampliação do diálogo entre a escola e os órgãos do sistema educacional. A metodologia de autoavaliação escolar é composta por sete dimensões: planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens;

interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho dos(as) professores(as) e demais profissionais; cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. A iniciativa objetiva contribuir com as UEI para que encontrem seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática (BRASIL, 2009b).

Independentemente das diversas nomenclaturas adotadas (Centros de Educação Infantil, Escolas de Educação Infantil, Núcleo Integrado de Educação Infantil, Unidade de Educação Infantil, ou nomes fantasia), a estrutura e o funcionamento das UEI devem garantir que sejam um espaço de educação coletiva, com objetivo central de promover o desenvolvimento integral das crianças, assegurando a cada uma delas o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças (BRASIL, 2013b).

1.2 Alimentação adequada e saudável

A alimentação é um direito humano contemplado no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada por representantes de todas as regiões do mundo, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 1948, sendo considerada um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações (ONU, 1948). O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, estabelecido em 1966, e o Comentário Geral nº 12, da Organização das Nações Unidas, publicado em 1999, abordam este direito integrado a outros direitos fundamentais. Conforme o artigo 11.1 do Pacto, os Estados-Parte “reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si e sua família, incluindo alimentação, vestuário e moradia adequados, e à melhoria contínua das condições de vida” (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 1966). O Comentário declara como consenso que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a fruição de todos os outros direitos humanos consagrados (ONU, 1999).

O DHAA é o direito de cada pessoa ter o acesso físico e econômico, ininterruptamente, à AAS ou aos meios para obter alimentos saudáveis, sem comprometer os recursos para obter

outros direitos fundamentais, como saúde e educação. Isto significa que para as pessoas terem esse direito garantido elas devem estar livres da fome e da má nutrição em todas as suas formas, e também terem acesso a uma AAS (CONSEA, 2011).

No Brasil, a alimentação é um direito previsto na Constituição Federal desde 1988, porém passou a ser reconhecida como um direito social apenas em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64, como resultado de amplo processo de mobilização social, somando-se, no artigo 6º, aos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados (BRASIL, 1988a; BRASIL, 2010a).

A partir da virada do século XXI, no âmbito das políticas públicas brasileiras para alimentação e nutrição e para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), observa-se que a alimentação deixou de ser adjetivada somente como “saudável” e passou também a ser referida como “adequada”. A expressão AAS vem sendo elaborada socio-historicamente e vem passando por ampliações e ressignificações ao longo do tempo. Um estudo de análise documental que objetivou elucidar o desenvolvimento conceitual dos termos em questão observou uma transição no modo de pensar a alimentação saudável no campo da Alimentação e Nutrição, antes centrada na composição nutricional dos alimentos e, atualmente, ampliada, incluindo a noção de direito humano fundamental, bem como a compreensão sobre as questões socioculturais e afetivas do comer e sobre as questões da sustentabilidade ambiental da produção de alimentos com base em modelos produtivos pautados em princípios agroecológicos e da soberania alimentar. A combinação entre as expressões é representativa do esforço em aproximar as compreensões e os debates dos campos da SAN e da Alimentação e Nutrição no que se refere à polissêmica noção de alimentação (PAIVA et al., 2019).

Em consonância com este processo, o conceito de AAS vem sendo explicitado, com diferentes nuances, em documentos e marcos de políticas no país (Quadro 2).

Quadro 2 - Conceitos de alimentação adequada e saudável

| Conceito | Referência |
|---|------------------------|
| <i>“A alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados.”</i> | (CONSEA, 2007, p. 9) |
| <i>“Entende-se por alimentação adequada e saudável a prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Ou seja, deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos.”</i> | (BRASIL, 2013a, p. 31) |
| <i>“A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis.”</i> | (BRASIL, 2014a, p. 8) |
| <i>“Alimentação adequada e saudável: alimentação harmônica em quantidade e qualidade, que atende aos princípios de variedade, equilíbrio, moderação e prazer; atende às necessidades de cada pessoa de acordo com a fase da vida em que se encontra, suas experiências e especificidades e; é produzida por meio de práticas adequadas e sustentáveis que protejam o planeta.”</i> | (BRASIL, 2019, p. 244) |

Fonte: A autora.

A principal diferença entre os quatro conceitos de AAS apresentados no Quadro 2 é como a sustentabilidade é enfocada. O conceito elaborado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) enfoca que a AAS deve atender às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados (CONSEA, 2007). O conceito apresentado na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) aponta que a AAS é uma prática alimentar apropriada ao uso sustentável do meio ambiente e entende que ela deve estar baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos (BRASIL, 2013a). Já os conceitos expressos pelo Guia alimentar para a população brasileira e pelo Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos enfocam que a AAS deve ser baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis, sem detalhar como essas práticas se materializam, sendo que o segundo Guia apenas acrescenta que tais práticas devem proteger o planeta (BRASIL, 2014a; BRASIL, 2019).

A AAS, sob a perspectiva da sustentabilidade, deve estar relacionada à produção de alimentos que protejam a biodiversidade e promovam o consumo variado, resgatando alimentos, preparações e hábitos culturais tradicionais. Deve ser acessível e disponível a

todos, em quantidade e qualidade, baseada em alimentos produzidos e processados na região por agricultores familiares, de maneira agroecológica, fundamentada na comercialização justa, aproximando a produção do consumo. Além disso, deve ser isenta de contaminantes físicos, biológicos ou químicos que causem malefícios a todos os envolvidos, de maneira aguda ou crônica (MARTINELLI; CAVALLI, 2019).

O Guia alimentar para a população brasileira tem a função de orientar políticas públicas e recomenda que uma AAS tenha como base o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, limitando-se o uso de alimentos processados e evitando-se os alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014a). Os alimentos *in natura* são partes comestíveis de plantas ou de animais e também cogumelos e algas e a água logo após sua separação da natureza. Remoção de partes não comestíveis ou não desejadas dos alimentos, secagem, desidratação, trituração ou moagem, fracionamento, torra, cocção apenas com água, pasteurização, refrigeração ou congelamento, acondicionamento em embalagens, empacotamento a vácuo, fermentação não alcoólica e outros processos que não envolvem a adição de substâncias como sal, açúcar, óleos ou gorduras ao alimento são exemplos de processos mínimos que transformam alimentos *in natura* em minimamente processados. Os alimentos processados correspondem a produtos fabricados essencialmente com a adição de sal, açúcar, óleos ou gorduras a um alimento *in natura* ou minimamente processado. Já os alimentos ultraprocessados são formulações industriais que envolvem diversas etapas e técnicas de processamento; e, entre os principais ingredientes estão incluídos substâncias, como sal, açúcar, óleos e gorduras, e aditivos, além de antioxidantes, estabilizantes e conservantes, cuja função é estender a duração dos alimentos e/ou simular atributos sensoriais, dotando-os de cor, sabor, aroma e textura que os tornem extremamente atraentes (MONTEIRO et al., 2019).

Contudo, a realidade das práticas alimentares hegemônicas no Brasil encontra-se bem distante do preconizado no Guia: nas últimas décadas, o país vem passando por diversas mudanças nos cenários político, econômico, social e cultural que resultaram em transformações no modo de vida da população, além de mudanças importantes nos padrões de saúde e de consumo alimentar (BRASIL, 2020b). Para o total da população brasileira com dez ou mais anos de idade, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009, os grupos de alimentos associados às maiores médias de consumo de energia são também os itens associados ao consumo mais elevado de gordura saturada, açúcar, sal e com as menores quantidades de fibras. Dentre os alimentos ultraprocessados, o biscoito recheado se destacou como um dos mais importantes marcadores de consumo não saudável, seguido

por refrigerantes, doces, pizza e salgadinhos industrializados (IBGE, 2011). De acordo com a POF de 2017-2018, os alimentos ultraprocessados somaram aproximadamente um quinto das calorias consumidas (19,7%). A maior participação de alimentos ultraprocessados, em relação ao total calórico, foi observada entre adolescentes (26,7%), sendo intermediária entre adultos (19,5%) e menor entre idosos (15,1%). O consumo médio diário de açúcar de adição (açúcar de mesa e aquele adicionado a preparações e alimentos processados e ultraprocessados) aumentou entre 2008-2009 e 2017-2018 nos três grupos etários em ambos os sexos, tanto em valores absolutos quanto em valores relativos ao total de energia consumida, sendo mais elevado entre os adolescentes (IBGE, 2020).

O consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil se dá desde a infância. Um estudo que utilizou dados secundários oriundos da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006 observou que 21,4% das crianças menores de cinco anos de idade consumiram diariamente doces; 46,3%, biscoitos; 8,5%, salgadinhos; 22,1%, refrigerantes (BORTOLINI; GUBERT; SANTOS, 2012). O ENANI-2019 evidenciou que a prevalência de consumo de alimentos ultraprocessados entre crianças de seis a 23 meses foi de 80,5%, mais elevada no Norte (84,5%) e mais baixa na faixa etária de seis a 11 meses (66,3%); entre crianças de 24 a 59 meses, a prevalência foi de 93,0%. Observou também que a prevalência de não consumo de frutas e hortaliças entre crianças de seis a 23 meses foi de 22,2%, mais elevada na região Norte (29,4%). Entre crianças de 24 a 59 meses, esta prevalência foi de 27,4%, sendo mais elevada na região Norte (36,9%). Tais resultados apontam, em geral, práticas alimentares distantes das recomendadas para expressiva parcela da população de crianças brasileiras menores de cinco anos (UFRJ, 2021b).

As doenças infecciosas agudas deixaram de ser as principais causas de adoecimento e morte no país e, atualmente, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) passaram a ser as mais prevalentes, constituindo-se a principal causa de morte entre adultos (BRASIL, 2020b). Estudos sobre padrões alimentares têm apontado que o consumo de alimentos ultraprocessados, como refrigerantes, bebidas adoçadas, salgadinhos e biscoitos, está associado diretamente ao desenvolvimento da obesidade e de outras DCNT devido a seus atributos nutricionais, como alto teor de sódio, gorduras e açúcares, e não nutricionais, como a hiperpalatabilidade (ASKARI et al., 2020; ELIZABETH et al., 2020; FAO, 2019; MARTINS; FARIA, 2018; PAGLIAI et al., 2021; SANTOS et al., 2020; SWINBURN et al., 2019).

Apesar da redução significativa da desnutrição infantil até 2014, dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional sugerem que houve crescimento, ainda que discreto, da

chamada desnutrição crônica para crianças até cinco anos no último quinquênio (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2020). Os dados do ENANI-2019 para crianças menores de cinco anos mostram que 7,0% apresentavam sobrepeso e 3,0%, obesidade. A prevalência do excesso de peso aumentou de 6,0% para 10,1%, sendo a maior prevalência observada na região Sul (12,0%) e a menor, na região Centro-Oeste (7,1%) (UFRJ, 2022), comparada com a observada pela PNDS de 2006, de 6,6% (BRASIL, 2009c). A tendência ascendente dos índices de excesso de peso e obesidade no país para adolescentes e adultos também causam preocupação, considerando que o excesso de peso na Primeira Infância tende a persistir na vida adulta. Contudo, o aspecto chave desse problema é que a obesidade pode ser prevenida (BRASIL, 2020c).

Tendo em vista o crítico panorama do elevado consumo de alimentos ultraprocessados, que não são recomendados para essa faixa etária, e sua repercussão na saúde, preconiza-se que as ações para garantir o acesso e a promoção de uma AAS visem a desestimular o consumo de tais alimentos (BORTOLINI; GUBERT; SANTOS, 2012). Evidências científicas indicam que as formas tradicionais de lidar com essas questões contemporâneas, focando exclusivamente na mudança de comportamento individual, não têm sido eficazes. Um construto que ganhou relevância nas duas últimas décadas foi o de ambiente alimentar, pois se acredita amplamente que os ambientes em que os indivíduos estabelecem relação com a alimentação contribuem para o aumento da prevalência de obesidade em todo o mundo (GLANZ et al., 2005; HLPE, 2017; SWINBURN et al., 2019). Nessa perspectiva, pesquisadores, gestores públicos, ativistas e organismos internacionais vêm apontando que políticas públicas voltadas à melhoria dos ambientes alimentares são as mais promissoras para a melhoria da alimentação e, conseqüentemente, da saúde (HLPE, 2017; IDEC, 2020; SWINBURN et al., 2019).

1.3 Promoção da alimentação adequada e saudável na Primeira Infância

Para o enfrentamento do cenário epidemiológico atual, é fundamental a ampliação de ações intersetoriais que sejam sinérgicas e complementares e que repercutam positivamente sobre os diversos determinantes da saúde e da nutrição (BRASIL, 2013a). A promoção de cuidados de nutrição às crianças é reconhecida como uma prioridade global. A nutrição e o desenvolvimento infantil estão intimamente ligados durante os primeiros anos de vida,

compartilhando muitos determinantes comuns, sendo que a alimentação de bebês e crianças pequenas requer atenção tanto em relação aos alimentos consumidos quanto à forma como são alimentadas. Embora o início da vida seja uma fase de rápido e intenso desenvolvimento e ao mesmo tempo de certa plasticidade, no sentido da capacidade de adaptação às condições ambientais, é também um período de vulnerabilidade a condições adversas, quando as crianças são mais suscetíveis às influências ambientais, e uma janela de oportunidade para realizar intervenções que terão repercussões por toda a vida, justificando a importância de se investir na Primeira Infância (período que vai dos zero aos 72 meses de vida). Esta é uma das maneiras mais eficientes e eficazes de ajudar a eliminar a pobreza extrema e a desigualdade, impulsionar a prosperidade compartilhada e criar o capital humano necessário para que as economias se diversifiquem e cresçam. As habilidades motoras, de linguagem, cognitivas, sociais, emocionais e comportamentais essenciais são adquiridas durante os primeiros anos de vida; portanto, a alimentação e nutrição adequadas e saudáveis são essenciais para o crescimento e o desenvolvimento ideais das crianças (BLACK; TRUDE; LUTTER, 2020; BRASIL, 2016; PÉREZ-ESCAMILLA; SEGURA-PÉREZ; HALL MORAN, 2019; WHO, 2018).

Nesse contexto, a questão do desenvolvimento na Primeira Infância está sendo incorporada tanto na agenda internacional como nacional das políticas públicas. A Primeira Infância encontra-se abarcada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser alcançados até 2030, especificamente na meta que compõe o quarto objetivo, Educação de Qualidade, que afirma que é preciso "garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na Primeira Infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário". Apesar de alguns ODS não mencionarem diretamente as crianças, o UNICEF reitera que todos são relevantes para o desenvolvimento e o futuro delas, especialmente para proteger seus direitos. A agência da Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que os ODS "são uma oportunidade histórica para melhorar os direitos e o bem-estar de cada criança, especialmente as mais desfavorecidas", e deixa claro que, sem oportunidades justas para as todas as crianças, não há desenvolvimento sustentável. A relação entre os ODS e os primeiros anos de vida é uma via de mão dupla. De um lado, investir em objetivos que não estejam diretamente ligados à Primeira Infância beneficia o desenvolvimento das crianças. Por outro lado, investir na Primeira Infância é uma forma de alcançar mais rapidamente as metas de muitos ODS (IBGE, 2021).

Além da abordagem dos ODS, organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o UNICEF, têm se dedicado a propor modelos de intervenção

voltados para a promoção do desenvolvimento integral na Primeira Infância, que possam, inclusive, ser implementados em larga escala. O *Nurturing care framework* (modelo de cuidados integrais para a Primeira Infância) é um modelo de sistema dinâmico que inclui cinco dimensões ou domínios que são centrais e precisam ser trabalhados conjuntamente para alcançar o pleno desenvolvimento e o bem-estar das crianças (Figura 3). Como acontece com qualquer modelo de sistema, todos os componentes são necessários; nenhum componente é suficiente; e se algum componente estiver desalinhado, todo o sistema está em risco. O *nurturing care* é ativado ao oportunizar ambientes que vão de fontes proximais a distais, estendendo-se desde famílias a comunidades, serviços (por exemplo, dos setores Saúde e Educação) e políticas, com influência de outros fatores, como forças políticas, ideológicas e econômicas, bem como mudanças climáticas. O modelo é baseado na intersectorialidade, tendo em vista a articulação dos seus domínios que possuem naturezas distintas, porém complementares. Nessa perspectiva, a dimensão nutrição encontra-se intrinsecamente em todas as demais, não apenas na saúde, como tradicionalmente é pensada (BLACK; TRUDE; LUTTER, 2020; PÉREZ-ESCAMILLA; SEGURA-PÉREZ; HALL MORAN, 2019; WHO, 2018; UNICEF, 2023; WHO; UNICEF, 2023).

Figura 3 – Domínios da atenção integral necessária para que as crianças alcancem todo o seu potencial de desenvolvimento.



Fonte: UNICEF, 2023.

Além dos mecanismos diretos, muitos aspectos do bem-estar das crianças respondem a mecanismos compensatórios, por meio dos quais ambientes propícios podem alterar as vias de desenvolvimento das crianças e promover equidade e crescimento. A sinergia entre as intervenções ocorre quando os efeitos interativos de duas intervenções (nutrição e cuidado responsivo) criam um efeito multiplicativo maior que a soma de seus efeitos separados. O

Nurturing care framework reconhece que as crianças precisam ser cercadas por ambientes seguros e estimulantes que promovam o crescimento e o desenvolvimento saudáveis e de forma integral na Primeira Infância. Nesta fase da vida da criança, a forma de alimentar é um componente crucial da parentalidade e da alimentação responsiva que, por sua vez, são elementos centrais do *nurturing care framework* (BLACK; TRUDE; LUTTER, 2020; PÉREZ-ESCAMILLA; SEGURA-PÉREZ; HALL MORAN, 2019; WHO, 2018; WHO; UNICEF, 2023).

O desenvolvimento das habilidades da criança depende das dificuldades que apresenta e da rapidez com que recebe os estímulos apropriados. Porém, para algumas crianças, as etapas do desenvolvimento são diferentes e é preciso respeitar o tempo e a individualidade (BRASIL, 2016). A parentalidade responsiva se refere à vivência da identidade parental e aos sentimentos de competência dos responsáveis e cuidadores com relação aos cuidados que eles dispensam à criança, com base em comportamentos ou percepções anteriores. O desenvolvimento da função parental se reflete no vínculo emocional, no apego entre as crianças e seus responsáveis e cuidadores e na prática de atender as necessidades da criança, que formam a base para o funcionamento socioemocional saudável. O comportamento dos responsáveis e cuidadores é influenciado por suas percepções sobre as crianças. O processo de aquisição de habilidades na formação da parentalidade muitas vezes ocorre no contexto de uma rotina de apoio ou estrutura pela qual a criança aprende a esperar respostas que são previsíveis e de suporte. A parentalidade responsiva tem sido aplicada ao contexto da alimentação e muitas vezes é caracterizada por estilos de alimentação e práticas alimentares (BLACK; TRUDE; LUTTER, 2020; BRASIL, 2012).

O conceito de alimentação responsiva reconhece que a alimentação das crianças é influenciada por sinais regulatórios internos de fome e saciedade, por como eles evoluem à medida que a criança se desenvolve, pelo desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional que facilita o interesse pelos alimentos, a autorregulação e a autoalimentação. A alimentação responsiva é uma dimensão-chave da parentalidade responsiva, envolvendo reciprocidade entre a criança e o responsável ou cuidador durante o processo de alimentação. Baseia-se em três etapas: primeira, a criança sinaliza fome e saciedade por meio de ações motoras, expressões faciais e/ou vocalizações; segunda, o responsável ou cuidador reconhece essas pistas e responde prontamente ao sinal de uma maneira que seja emocionalmente favorável e apropriada para o estágio de desenvolvimento da criança, e terceira, a criança experimenta uma resposta previsível aos sinais. Com isso, o principal objetivo da alimentação responsiva é que a criança aprenda a autorregular sua ingestão de alimentos em resposta à fome e à

sociedade (BLACK; TRUDE; LUTTER, 2020; PÉREZ-ESCAMILLA; SEGURA-PÉREZ; HALL MORAN, 2019).

O desenvolvimento na Primeira Infância é fundamental para o desenvolvimento humano, e o desenvolvimento humano é do interesse de todos na sociedade. Por ter efeitos amplos, o desenvolvimento integral na Primeira Infância, assim como a PAAS, requer corresponsabilidade multissetorial. Apesar de o setor de Saúde ter muitos pontos de contato com mulheres grávidas, famílias e pessoas que cuidam de crianças pequenas, faz-se necessário o apoio de ações de outros setores e instâncias – incluindo Educação, Assistência Social, Bem-estar Infantil, Agricultura, Trabalho, Finanças, Água e Saneamento – para se garantir o pleno desenvolvimento infantil (BLACK; TRUDE; LUTTER, 2020; WHO, 2018).

O elenco de estratégias direcionadas à PAAS e à promoção do desenvolvimento integral na Primeira Infância deve combinar iniciativas focadas na prevenção da insegurança alimentar e nutricional e de possíveis desfechos dela decorrentes, entre eles, a má nutrição em todas as suas formas (SCRINIS, 2020); em políticas públicas saudáveis; na criação de ambientes saudáveis; no desenvolvimento de habilidades pessoais; e na reorientação dos serviços de todos os setores na perspectiva da promoção da saúde. Tais estratégias envolvem a EAN juntamente com ações de regulação de alimentos, de proteção contra situações de conflito de interesses e de criação de ambientes alimentares promotores de AAS, incidindo sobre a oferta de alimentos saudáveis, incluindo água potável, nas escolas (BRASIL, 2013a). Conflito de interesses configura-se como situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública (BRASIL, 2013c).

Camozzi e colaboradores (2015) analisaram a percepção e as ações na PAAS realizadas por agentes da comunidade escolar, e identificaram uma visão biologicista da AAS e uma compreensão assistencialista da alimentação escolar. Não há sintonia entre as políticas de PAAS e a inserção desse tema no contexto educativo escolar, reforçando a necessidade de sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância dessas políticas e da corresponsabilidade de cada agente no processo de PAAS, oportunizando uma aprendizagem significativa na direção das escolhas alimentares saudáveis (CAMOZZI et al., 2015).

Diante do exposto, o espaço da Educação Infantil deve ser compreendido para além da sua estrutura física e de suas atividades formais, garantindo-se a interação de seus agentes sociais para o enfrentamento dos desafios cotidianos, tomando-os como oportunidades de aprendizado e de construção da cidadania (MALDONADO et al., 2021a). Nesta perspectiva, a criação e o fortalecimento de espaços de participação envolvendo toda a comunidade

escolar, os profissionais de saúde e a comunidade são indispensáveis para a construção de realidades mais justas e saudáveis (CASEMIRO; FONSECA; SECCO, 2014).

A análise de políticas e programas voltados à promoção da saúde tem mostrado que as iniciativas que alcançam resultados mais favoráveis têm em comum a articulação de ações intersetoriais sinérgicas e complementares referentes à combinação de três vertentes de atuação: incentivo, apoio e proteção (detalhadas a seguir). Com base nisso, o conceito de PAAS se amplia e extrapola a idéia de exclusivamente promover saúde e prevenir doenças dos indivíduos e coletividades, passando a incorporar noções de garantia do DHAA, resgate e valorização da cultura e da subjetividade na relação com a comida, fortalecimento da cidadania, sustentabilidade ambiental, justiça social, entre outros (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011). Nesse contexto, a PAAS objetiva a formação de hábitos alimentares saudáveis, a promoção da SAN e a melhoria da qualidade de vida da população por meio de ações, para além do setor saúde, voltadas ao coletivo, aos indivíduos e aos ambientes alimentares, e fundamentadas nas vertentes de incentivo, apoio e proteção de escolhas, práticas e hábitos alimentares saudáveis que sejam social, cultural e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2013a).

Para a PAAS, a compreensão sobre a interação entre contexto e comportamento individual é estruturante dos processos de reflexão e de mudanças. A UEI oferece uma gama de possibilidades para interagir com as famílias das crianças atendidas, seus comportamentos e seus contextos. Para que as UEI sejam espaços promotores da AAS, é fundamental abranger a complexidade do conceito de alimentação e suas diferentes dimensões e desenvolver ações alinhadas às três vertentes de ação (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO et al., 2021a)

A vertente de incentivo abarca fundamentalmente ações de difusão de informação e de motivação da comunidade escolar para a adoção de hábitos alimentares saudáveis e de seu empoderamento para lidar, em seu cotidiano, com as questões que envolvem os determinantes de sua saúde. As ações de incentivo podem ser inseridas na Educação Infantil por meio da realização da incorporação dos temas EAN e AAS, incluindo a cultura da amamentação, de forma transversal no currículo escolar e no projeto político pedagógico e de ações educativas cotidianas e continuadas com toda a comunidade escolar, tendo como referência o eixo transversal dos parâmetros curriculares sobre saúde. As ações de incentivo devem ter como pressupostos básicos a alimentação como direito humano; a SAN e o estímulo à participação ativa do sujeito e da comunidade escolar no controle de suas condições de alimentação e saúde. São fundamentais, nesse processo, que sejam resgatadas as dimensões histórica e

cultural da alimentação e que haja investimentos em atividades e instrumentos que subsidiem o educador na abordagem deste tema (BRASIL, 2003a; BRASIL, 2008; BRASIL, 2022a; CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO, AZEVEDO, CANINÉ, 2008; MALDONADO et al., 2021a; MALDONADO et al., 2021b).

A vertente de apoio engloba todas as medidas que visam a tornar factíveis e/ou a facilitar a adesão a práticas alimentares saudáveis pela comunidade escolar informada e motivada. Na rede pública de ensino, esta vertente compreende ações que garantam a oferta de água potável em diversos pontos da UEI, de leite humano e de alimentos e preparações adequadas e saudáveis às crianças, por meio do PNAE, respeitando-se a sua fase de desenvolvimento, a cultura alimentar e as necessidades individuais, incluindo o atendimento às necessidades alimentares especiais e específicas. Tais garantias devem levar em consideração as condições higiênico-sanitárias recomendadas, o uso de utensílios e instalações adequados, e que a alimentação escolar é direito do aluno e favorece o seu processo de crescimento, desenvolvimento e rendimento escolar. O planejamento dos cardápios deve seguir as diretrizes do PNAE (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2020a) e os Guias Alimentares para crianças menores de dois anos (BRASIL, 2019) e para a população brasileira (BRASIL, 2014a) propostos pelo Ministério da Saúde, respeitando-se as recomendações nutricionais para as diferentes faixas etárias atendidas, bem como os hábitos alimentares regionais e a safra de hortaliças e frutas (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO, AZEVEDO, CANINÉ, 2008).

A vertente de proteção abrange iniciativas voltadas a evitar práticas alimentares inadequadas no ambiente da UEI, caracterizando-se por medidas que garantem a não exposição da comunidade escolar a alimentos não saudáveis, práticas alimentares e fatores e situações que representam risco à saúde, como a oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e de preparações com alto teor de sódio, açúcares e gorduras nas dependências e no entorno da UEI; barreiras para a amamentação; situações de conflito entre interesses públicos e privados, assim como a ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo. Isso pode envolver medidas regulatórias, implementadas pelo Estado, como legislações que restringem a venda e a propaganda de alimentos ultraprocessados nas escolas, mas também podem envolver práticas que sejam pactuadas em diálogo com a comunidade escolar, por exemplo, o estabelecimento da regra de não inclusão desses alimentos nos lanches trazidos de casa ou nas comemorações realizadas pelos responsáveis ou professores (BRASIL, 2022a; CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO, AZEVEDO, CANINÉ, 2008; MALDONADO et al., 2021a).

A prática cotidiana de PAAS no ambiente escolar da Educação Infantil pressupõe a integração dessas vertentes complementadas por ações transversais de formação continuada de todos os profissionais da UEI, monitoramento e avaliação das iniciativas de incentivo, apoio e proteção à AAS, e dos processos e desfechos de saúde, que objetivam subsidiar o (re)direcionamento de políticas e programas (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011). A PAAS no ambiente escolar também deve levar em conta a necessidade de se problematizar a ação política corporativa do setor privado comercial e de prevenir situações de conflito entre interesses públicos e privados, além de prever ações promotoras do ambiente alimentar saudável (MALDONADO et al., 2021a).

Portanto, para a UEI se consolidar como espaço promotor da AAS, ela deve ser capaz de se organizar para a realização de estratégias que se complementam e que devem ser implementadas de maneira articulada ao cotidiano escolar e sensível à realidade local. Vale destacar que a realização das ações de incentivo, apoio e proteção da AAS na Educação Infantil envolve diferentes agentes da comunidade escolar, internos à UEI, e de outros agentes parceiros externos à UEI, assim como setores e instâncias, como os profissionais da saúde das unidades da atenção primária do território, entre outros. O ambiente alimentar saudável na UEI implica a integração de saberes, olhares e ações que favoreçam a apreensão, a reflexão e a vivência da AAS (MALDONADO et al., 2021a).

1.4 Marcos de políticas públicas para a promoção da alimentação adequada e saudável na Primeira Infância

Para o desenvolvimento deste tópico, considerou-se o período de 1980 até os dias de hoje, tendo em vista que, nele, foram formuladas e implementadas diferentes iniciativas em prol da infância e da alimentação e nutrição infantil. Os marcos aqui apresentados foram dispostos em ordem cronológica e incluem documentos de legislações, diretrizes, políticas e programas de diferentes naturezas e escopos. Seu ponto de convergência são os elementos neles contidos que dialogam com a PAAS na Primeira Infância.

Tomemos como ponto de partida o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. Instituído no ano de 1981, ele obteve destaque internacional pela diversidade de ações voltadas à promoção (campanhas publicitárias e treinamento de profissionais de saúde), à proteção (criação de leis trabalhistas de proteção à amamentação e controle de *marketing* e

comercialização de leites artificiais; proposição de criação de leis sobre creches no local de trabalho da mulher e aumento do tempo da licença maternidade) e ao apoio (criação de grupos de apoio à amamentação na comunidade e aconselhamento individual) à amamentação (BRASIL, 2017a).

Em 1984, foi criado o Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Criança, orientado pela ideia de um acompanhamento sistemático do crescimento e desenvolvimento de crianças menores de cinco anos de idade, bem como da necessidade do acesso a condições básicas de vida, tais como a AAS, alcançadas pela articulação de ações de todos os setores. Entre as ações básicas de assistência integral à saúde da criança previstas neste programa estão as orientações sobre a prática da amamentação e a introdução de alimentos adequados (BRASIL, 1984).

Promulgada em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil assegurou o direito social à proteção à infância; e o direito das trabalhadoras à licença maternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias, e a licença paternidade de cinco dias. A Constituição, por meio de Emendas Constitucionais posteriores, aponta também que é dever do Estado a garantia da oferta da Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade, assim como do atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, entre outros deveres (BRASIL, 1988a).

Como desdobramento da Constituição Federal, em 1990, foi decretada a Lei nº 8.080, que cria o Sistema Único de Saúde (SUS) e dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (BRASIL, 1990a).

Também em 1990, foi publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente, importante marco de proteção da infância no Brasil, disposto através da Lei nº 8.069, o qual afirma que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Estabelece que os profissionais das unidades de atenção primária à saúde devem desenvolver ações sistemáticas, individuais e coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio à amamentação e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. Manifesta que é dever do Estado assegurar à criança atendimento em instituições de ensino através de

programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1990b).

A PNAN, publicada em 1999 e atualizada em 2011, integra os esforços do Estado brasileiro no sentido de respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação, tendo como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira. A PNAN constitui-se em uma resposta do SUS para reorganizar, qualificar e aperfeiçoar suas ações para o enfrentamento da complexidade da situação alimentar e nutricional do país, ao tempo em que promove a AAS para todas as fases do curso da vida. Dentre as diretrizes que integram a PNAN e indicam as linhas de ação para o alcance do seu propósito, está a de PAAS (BRASIL, 2003b; BRASIL, 2013a).

Na perspectiva da garantia da promoção e oferta da AAS, a PNAN ressalta algumas responsabilidades da Rede de Atenção à Saúde no tocante à importância de sua organização como uma rede de apoio à amamentação exclusiva até o sexto mês e complementada até pelo menos os dois anos de idade e à alimentação complementar saudável. São também previstas ações direcionadas à PAAS que transcendam os limites das unidades de saúde, articulando-se às redes de educação e socioassistencial para a promoção da EAN (BRASIL, 2013a).

Em 2002, o Ministério da Saúde publicou a primeira edição do Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos (BRASIL, 2005), sendo este revisado em 2010 e em 2019. O Guia para crianças vigente é um documento alinhado à segunda edição do Guia alimentar para a população brasileira publicado em 2014. Traz recomendações para a alimentação das crianças nos primeiros anos de vida, reforçando aquela referente à amamentação até dois anos ou mais, e exclusiva até seis meses, com objetivo de promover saúde, crescimento e desenvolvimento infantil. Além de apoiar a família no cuidado cotidiano, subsidia os profissionais no desenvolvimento de ações de EAN em âmbito individual e coletivo em vários setores. Ele é, também, um instrumento orientador de políticas, programas e ações que visem a apoiar, proteger e promover a saúde e a SAN das crianças brasileiras (BRASIL, 2019).

No âmbito internacional, a OMS, em 2004, publicou a Estratégia Global sobre Alimentação, Atividade Física e Saúde, estabelecendo, entre os princípios de ação, que uma perspectiva de curso de vida é essencial para a prevenção e o controle de DCNT. Essa abordagem enfatiza a saúde infantil como primeiro passo para uma vida saudável e a amamentação exclusiva nos seis primeiros meses de vida como a base para o estabelecimento de práticas alimentares saudáveis. A Estratégia também declara que as políticas e programas escolares devem apoiar a adoção de hábitos alimentares saudáveis (WHO, 2004).

No Brasil, como resposta ao Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno adaptado às necessidades do país em 1988 (BRASIL, 2017a), foi promulgada em 2006 a Lei nº 11.265, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de Primeira Infância e de produtos de puericultura correlatos. A Lei objetivou contribuir para a adequada nutrição dos lactentes e das crianças de Primeira Infância por meio da regulamentação da promoção comercial e do uso apropriado dos alimentos para estas crianças, bem como do uso de mamadeiras, bicos e chupetas; da proteção e incentivo à amamentação exclusiva nos primeiros seis meses de idade e à continuidade desta prática até os dois anos de idade após a introdução de novos alimentos (BRASIL, 2006a). Esta lei, conhecida como Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes, para Crianças de Primeira Infância, Bicos Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), foi regulamentada em 2015, através do Decreto nº 8.552 (BRASIL, 2015a).

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) foi promulgada em 2006 (BRASIL, 2006b), redefinida em 2014 (BRASIL, 2014c), e consolidada em 2017. Em permanente diálogo com as demais políticas, incluindo a PNAN, com outros setores governamentais e não governamentais, incluindo o setor privado e a sociedade civil, e principalmente com as especificidades sanitárias, esta política aponta a AAS entre os temas prioritários. Tais temas são evidenciados pelas ações de promoção da saúde realizadas desde sua promulgação, bem como pelas normas e pelos regulamentos vigentes na esfera federal e pelos acordos nacionais (Plano Nacional de Saúde, pactos interfederativos, planejamento estratégico do Ministério da Saúde) e internacionais firmados pelo governo brasileiro. Reafirma então, a importância de se promover ações relativas à AAS, visando à promoção da saúde e à SAN, contribuindo com as ações e metas de redução da pobreza, com a inclusão social e com a garantia do DHAA (BRASIL, 2018e).

Com vistas a construir uma nova abordagem para atuar no combate à fome, à pobreza; na PAAS, e assegurar o DHAA, o Estado brasileiro cria, em 2006, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) por meio da publicação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346. A LOSAN declara que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público garantir os mecanismos para sua exigibilidade e adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a SAN da população (BRASIL, 2006c).

“A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de

qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”
(BRASIL, 2006c, Cap. I, Art. 3º)

A SAN abrange a promoção da saúde e da AAS, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social. A LOSAN explicita que são princípios do SISAN a universalidade e a equidade no acesso à AAS, sem qualquer espécie de discriminação. Tem como uma de suas diretrizes a conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à AAS com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população (BRASIL, 2006c).

Também em 2006 foi publicado um importante marco para a agenda de alimentação e nutrição na interface entre os setores Saúde e Educação: a Portaria Interministerial nº 1.010, que institui as diretrizes para a promoção da AAS nas escolas que ofertem Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar. Esta Portaria considera, dentre outros aspectos centrais, o contexto epidemiológico e nutricional das crianças brasileiras e que a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no currículo. Reconhece que a AAS deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados socioculturais dos alimentos (BRASIL, 2006d).

Tendo em vista que o escopo desta Portaria foi de grande utilidade para a elaboração do modelo teórico proposto neste estudo, optou-se por apresentar este marco com mais detalhes. A Portaria define a PAAS nas escolas com base em cinco eixos prioritários (Quadro 3) (BRASIL, 2006d).

Quadro 3 - Eixos prioritários da promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas

| | |
|------------|---|
| I | ações de Educação Alimentar e Nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais; |
| II | estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola; |
| III | estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar; |
| IV | restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura <i>trans</i> , açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras; e |
| V | monitoramento da situação nutricional dos escolares. |

Fonte: BRASIL, 2006d.

Define também que os locais de produção e fornecimento de alimentos para os estudantes (refeitórios, restaurantes, cantinas e lanchonetes) devem estar adequados às boas práticas para os serviços de alimentação, conforme definido nos regulamentos vigentes sobre este tema, como forma de garantir a segurança sanitária dos alimentos e das refeições. Esses locais também devem redimensionar as ações desenvolvidas no cotidiano escolar, valorizando a alimentação como estratégia de promoção da saúde. A Portaria aponta dez ações que devem ser implementadas para o alcance da AAS no ambiente escolar (Quadro 4) (BRASIL, 2006d).

Quadro 4 - Ações para o alcance da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar

| | |
|-------------|--|
| I | definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis; |
| II | sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis; |
| III | desenvolver estratégias de informação às famílias, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo; |
| IV | conhecer, fomentar e criar condições para a adequação dos locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação, considerando a importância do uso da água potável para consumo; |
| V | restringir a oferta e a venda de alimentos com alto teor de gordura, gordura saturada, gordura <i>trans</i> , açúcar livre e sal e desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola; |
| VI | aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras; |
| VII | estimular e auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem essas escolhas; |
| VIII | divulgar a experiência da alimentação adequada e saudável para outras escolas, trocando informações e vivências; |
| IX | desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional das crianças, com ênfase no desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e educação nutricional; e |
| X | incorporar o tema alimentação adequada e saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares. |

Fonte: BRASIL, 2006d.

Por fim, a Portaria determina que as responsabilidades inerentes ao processo de implementação de AAS nas escolas sejam compartilhadas entre o Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2006d).

Com base no conteúdo desta Portaria, foram elaborados pelo Ministério da Saúde os “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas” (Quadro 5), com o objetivo de propiciar a adesão da comunidade escolar a hábitos alimentares saudáveis e atitudes de autocuidado e promoção da saúde. Estes passos consistem em conjunto de estratégias que devem ser implementadas de maneira articulada e complementar entre si, permitindo a formulação de ações e atividades de acordo com a realidade de cada local, envolvendo toda a comunidade escolar (BRASIL, 2006e).

Quadro 5 - Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas

| | |
|------------------|--|
| 1º PASSO | A escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis. |
| 2º PASSO | Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola. |
| 3º PASSO | Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo. |
| 4º PASSO | Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável. |
| 5º PASSO | Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal. |
| 6º PASSO | Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola. |
| 7º PASSO | Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais. |
| 8º PASSO | Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas. |
| 9º PASSO | Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências. |
| 10º PASSO | Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais. |

Fonte: BRASIL, 2006e.

Ainda em 2006, o Ministério da Saúde publicou a primeira edição do Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2006f), atualizado em 2014. O Guia constitui a base para elaboração de políticas públicas voltadas à alimentação no país; apresenta os alimentos saudáveis, como devem ser preparados, consumidos e aponta como superar os obstáculos enfrentados no caminho em busca da AAS para toda a população. É uma das estratégias para implementação da diretriz de PAAS que integra a PNAN. O Guia aborda os princípios e as recomendações de uma AAS para a população brasileira, configurando-se um instrumento de apoio às ações de EAN no SUS e, também, em outros setores, tendo por pressupostos os direitos à saúde e à AAS (BRASIL, 2014a).

Outro fruto do trabalho intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação é o Programa Saúde na Escola (PSE), que foi instituído em 2007 (BRASIL, 2007) e cujas regras para adesão foram redefinidas por duas portarias interministeriais, em 2013 (BRASIL, 2013d) e em 2017. O PSE consiste em uma estratégia para o fortalecimento da relação, integração e articulação permanente entre as redes públicas, as políticas e as ações de saúde e de educação, com a participação da comunidade escolar, envolvendo as equipes de saúde da família e da Educação Básica. Ele favorece a aproximação e o diálogo entre os setores Saúde e Educação e institucionaliza esta interação, na perspectiva de inserir a saúde dentro das escolas. Constituiu-se o marco que impulsionou a criação dos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTI), nas esferas Federal, Estadual e Municipal, que objetivam atuar em sua gestão nas diferentes instâncias e apoiar as equipes da atenção primária à saúde e da educação nos territórios. A Portaria Interministerial publicada em 2017 evidencia a PAAS e a prevenção da obesidade infantil como ações intersetoriais centrais para serem planejadas e executadas no âmbito escolar (BRASIL, 2017b).

O PNAE, um programa longo, implantado na rede pública de ensino brasileira, que funcionou por anos sem um marco legal com *status* de lei, no decorrer dos anos apresentou inúmeros avanços em relação ao processo de compra de gêneros alimentícios, aos parâmetros usados para o planejamento alimentar e à produção e oferta de refeições (MALDONADO et al., 2021a), teve seu objetivo e suas diretrizes (Quadro 6) estabelecidos pela Lei nº 11.947, de 2009, que também declarou a alimentação escolar como direito dos alunos da Educação Básica pública e dever do Estado. O objetivo do PNAE consiste em contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de EAN e da oferta diária de refeições saudáveis que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009a).

Quadro 6 – Diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar

| | |
|------------|---|
| I | o emprego da alimentação adequada e saudável, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; |
| II | a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional; |
| III | a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; |
| IV | a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada; |
| V | o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; |
| VI | o direito à alimentação escolar, visando a garantir Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. |

Fonte: BRASIL, 2009a.

No mesmo ano foi publicada uma Resolução, pelo Ministério da Educação, dispoendo sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no âmbito do PNAE (BRASIL, 2009d). Atualizada em 2020 a Resolução que orienta a execução do PNAE destaca a inclusão das ações de EAN no processo de ensino e aprendizagem, perpassando de maneira transversal o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas e habilidades que promovam modos de vida saudáveis, na perspectiva da SAN. Destaca também as ações de alimentação e nutrição, estabelecendo que os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados tendo como base a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais de cada fase do curso da vida, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na PAAS. A Resolução estabelece também que os cardápios devem, obrigatoriamente, limitar

a oferta de alimentos processados e proibir a oferta de gorduras *trans* industrializadas. Determina ainda que é proibida a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para crianças até três anos de idade, conforme orientações do FNDE. A Resolução proíbe a utilização de recursos no âmbito do PNAE para aquisição de alimentos e bebidas ultraprocessados (BRASIL, 2020a).

Em 2010, o Estado brasileiro instituiu, por meio do Decreto nº 7.272, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), implementada pelos órgãos, entidades e instâncias integrantes do SISAN de acordo com suas respectivas competências. A PNSAN tem como base a promoção do acesso universal à AAS, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; a instituição de processos permanentes de EAN, pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA e monitoramento da sua realização, dentre outras diretrizes, com a finalidade de orientar a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) quadrienalmente (BRASIL, 2010b). Os dois PLANSAN que existiram até hoje (2012-2015 e 2016-2019) explicitam os temas amamentação e AAS (CAISAN, 2011; CAISAN, 2016).

Entre os objetivos específicos desta Política estão: articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam e promovam o DHAA, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade; promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à AAS, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do DHAA, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais. O sistema de monitoramento e avaliação deve contemplar o acesso à AAS, incluindo a água, em suas dimensões de análise e identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do DHAA, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero (BRASIL, 2010b).

A Rede Nacional Primeira Infância, uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, na promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância propôs, em 2010, o Plano Nacional pela Primeira Infância, que constitui uma importante ação em prol da proteção infantil. Este plano dedica um capítulo para a saúde infantil, destacando recomendações acerca da amamentação e da AAS, do combate à desnutrição e às anemias

carenciais e de prevenção do excesso de peso e da obesidade infantil, incluindo o desenvolvimento de campanhas de informação, educação e comunicação para uma AAS em quantidade e qualidade, promovendo práticas alimentares e modos de vida saudáveis. O Plano Nacional tem a característica de plano programático, que requer seu desdobramento em planos estaduais e municipais, nos quais as questões nacionais abordadas, as diretrizes de ação propostas e os objetivos e metas estabelecidos sejam particularizados e apropriados por cada um dos entes federados, segundo suas competências e as características regionais e locais (RNPI, 2010).

Em 2012, o então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome publicou o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Marco de EAN) (BRASIL, 2012). O detalhamento do Marco de EAN será aprofundado no tópico 1.6, referente à EAN.

Em 2014, os países das Américas deram um passo importante na perspectiva do combate à crescente epidemia de obesidade infantil ao assinarem unanimemente o Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes para os anos 2014-2019. Entre outras medidas, o Plano previa a melhoria da alimentação escolar e a promoção da amamentação e da AAS. Este Plano de Ação lança luz sobre o fato de que os alimentos naturais e integrais são a base das culinárias tradicionais nas Américas, enfatizando que essas mesmas tradições podem ser um instrumento valioso para promover a AAS (OPAS; OMS, 2014).

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, instituída em 2015, tem por objetivo promover e proteger a saúde da criança e a amamentação, mediante cuidados integrais e integrados. Estrutura-se em sete eixos estratégicos, com a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança no território nacional, considerando os determinantes sociais e condicionantes para garantir o direito à vida e à saúde. Os eixos visam à efetivação de medidas que permitam o nascimento e o pleno desenvolvimento na infância, de forma saudável e harmoniosa, bem como a redução das vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros agravos, a prevenção das DCNT na vida adulta e da morte prematura de crianças. A amamentação e a alimentação complementar saudável configuram um de seus eixos estratégicos, cujas ações abarcam: a Iniciativa Hospital Amigo da Criança; a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS (Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil); a Mulher Trabalhadora que Amamenta; a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano; a implementação da NBCAL, e a mobilização social em prol da amamentação (BRASIL, 2015b).

A Lei nº 13.257, de 2016, que constitui o Marco Legal da Primeira Infância e dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância, declara que são áreas prioritárias para as políticas públicas para a Primeira Infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a Educação Infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica. Declara também que as políticas e programas governamentais de apoio às famílias devem buscar a articulação das áreas de Saúde, Nutrição, Educação, Assistência Social, Cultura, Trabalho e Direitos Humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança. Enfatiza que as famílias com crianças na Primeira Infância deverão receber orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, amamentação, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos, com o intuito de favorecer a formação e a consolidação de vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral na Primeira Infância (BRASIL, 2016).

No ano de 2017 foram publicadas as Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno com o objetivo de contribuir para a formulação e pactuação da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno no Brasil. Dentre as propostas centrais do documento, salientam-se a indução de ações intersetoriais articuladas, estratégias integradas e compartilhamento de responsabilidades entre setores governamentais e sociedade, a fim de garantir o direito à amamentação de acordo com as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017a).

Em 2022, o FNDE publicou três Notas Técnicas abordando assuntos consonantes a PAAS no âmbito da Educação Infantil: a primeira refere-se à EAN no PNAE, apontando os seus atores sociais, recomendações e possibilidades de atuação, além de sugerir materiais com o intuito de auxiliar no processo de PAAS (BRASIL, 2022b). A segunda discute sobre a amamentação e a alimentação complementar saudável no contexto do PNAE, reforçando que o ambiente escolar como um espaço de incentivo, apoio e proteção à AAS (BRASIL, 2022a). A terceira explana sobre o posicionamento técnico e orientações gerais referentes ao comércio de alimentos dentro das escolas da rede pública de Educação Básica contempladas com o PNAE, apresentado como um de seus objetivos subsidiar a elaboração de instrumentos normativos capazes de regulamentar as atividades comerciais das cantinas dentro do ambiente escolar (BRASIL, 2022c). Em 2023, FNDE publicou mais uma Nota Técnica que se relaciona

a PAAS que se refere à identificação e prevenção de conflito de interesses na execução do PNAE, elencando recomendações para todos os atores do PNAE (BRASIL, 2023).

1.5 Ambiente alimentar escolar

As escolhas alimentares são influenciadas por determinantes oriundos do âmbito individual, que compreendem os aspectos subjetivos, o conhecimento sobre alimentação e nutrição, as percepções sobre alimentação saudável, e do âmbito coletivo, que são compostos por fatores econômicos, sociais e culturais (BRASIL, 2012). O ambiente alimentar refere-se ao contexto físico, econômico, político e sociocultural no qual os indivíduos interagem com o sistema alimentar para tomar suas decisões sobre a aquisição, preparação e consumo de alimentos (FAO, 2019; HLPE, 2017).

O contexto físico engloba o que está disponível, por exemplo, em termos de alimentos (como mercados e feiras livres), infraestrutura (como água potável gratuita em espaços públicos) e serviços (como serviços de alimentação em ambientes de trabalho e escolas). O contexto econômico abarca a política econômica voltada para alimentos, os subsídios financeiros, os tributos, o preço final dos alimentos e o poder aquisitivo da população, por exemplo. O contexto político diz respeito a regras institucionais e leis, como as de proteção da amamentação, de fomento da compra institucional de produtos da agricultura familiar e de coibição da publicidade dirigida às crianças. O contexto sociocultural abrange, por exemplo, as crenças, as atitudes, as normas sociais e o sistema de valores da sociedade em relação à alimentação (MALDONADO et al., 2021a; SWINBURN; EGGER; RAZA, 1999).

Os ambientes alimentares consistem em: “pontos de entrada de alimentos” ou os espaços onde os alimentos são comprados ou obtidos; características e infraestrutura do ambiente construído que permitem aos indivíduos o acesso a esses espaços; determinantes das escolhas alimentares; e normas políticas, sociais e culturais que fundamentam essas interações. Determinam o quão acessíveis física e financeiramente, desejáveis e convenientes são os alimentos. São compreendidos como mediadores entre as cadeias produtivas de alimentos e as escolhas alimentares dos indivíduos (FAO, 2019; HLPE, 2017).

Os contextos acima mencionados estão conectados e se expressam em diferentes tipos de ambientes alimentares. Existem diversos modelos teóricos que buscam compreender, por meio de diferentes perspectivas, os ambientes alimentares. Segundo Gálvez Espinoza e

colaboradores (2017), eles podem ser categorizados em ambiente alimentar de abastecimento, de restauração (entre eles restaurantes, lanchonetes, bares), via pública, doméstico e organizacional. O ambiente alimentar organizacional inclui escolas, universidades, empresas, serviços públicos, hospitais, prisões e associações da sociedade civil, entre outras instituições e organizações, e seus respectivos espaços em que alimentos são vendidos ou fornecidos aos indivíduos que ali convivem cotidianamente (GÁLVEZ ESPINOZA et al., 2017).

Os ambientes alimentares organizacionais constituem-se em espaços com regras definidas, rotinas e rituais próprios em torno da alimentação, além de compartilhamento de informações sobre alimentação que podem influenciar as escolhas alimentares de quem ali convive. Seus gestores possuem ingerência sobre sua dinâmica, podendo estabelecer, com maior ou menor autonomia, regras próprias (CASTRO; CANELLA, 2022; GÁLVEZ ESPINOZA et al., 2017).

O ambiente alimentar escolar envolve todos os espaços, infraestrutura, circunstâncias e condições dentro e no entorno das unidades escolares onde os alimentos estão disponíveis, são obtidos ou comprados e consumidos, e o conteúdo nutricional desses alimentos. Inclui todas as informações disponíveis sobre alimentação e nutrição, a promoção e preço de alimentos e produtos alimentícios apresentados por meio de *marketing*, publicidade, marcas, rótulos de alimentos, embalagens, promoções etc. Envolve também os refeitórios e as cantinas escolares, lojas, quiosques e vendedores ambulantes de alimentos, máquinas de autosserviço etc. no entorno escolar (FAO, 2019).

O ambiente alimentar escolar influencia profundamente a vida das crianças que o frequentam. As crianças consomem em média 40% da quantidade total de energia durante o horário escolar e, muitas vezes, os tipos de alimentos e bebidas consumidos são ultraprocessados, ricos em gordura saturada, açúcar e sódio. A oferta desses tipos de alimentos e bebidas nesse ambiente, assim como sua disponibilidade nas cantinas e no entorno escolar, encorajam a compreensão de que esses tipos de alimentos podem ser consumidos diariamente e a cultura de seu consumo recorrente (BRASIL, 2018b; FAO, 2019).

O ambiente alimentar escolar das UEI deveria proteger a saúde das crianças que o frequentam, oportunizando experiências de educação em saúde e promovendo práticas saudáveis. É um ambiente estratégico para intervenções capazes de influenciar as escolhas alimentares das crianças tendo em vista que seus hábitos alimentares estão em desenvolvimento (FAO, 2019; UNICEF, 2019; WHO, 2004). Nesta perspectiva, estudos apontam que a modificação do ambiente alimentar escolar (incluindo mudanças políticas de nível nacional e local) pode ter um impacto positivo nos comportamentos alimentares

(DRIESSEN et al., 2014). Os organismos internacionais encorajam os governos a adotar políticas que apoiem a PAAS e a construção de ambientes alimentares saudáveis nas escolas, incluindo a oferta de refeições saudáveis e a limitação da disponibilidade, venda e publicidade de alimentos ultraprocessados e com alto teor de sódio, açúcares e gorduras nas escolas e em seu entorno. Seu objetivo é favorecer que a comunidade escolar faça escolhas alimentares que contribuam para a adoção e manutenção de práticas alimentares saudáveis (FAO, 2019; UNICEF, 2019; WHO, 2004).

Além do desenvolvimento de práticas educativas, a PAAS requer que a UEI seja um ambiente alimentar que: garanta a manutenção da amamentação pelo menos até os 24 meses de vida da criança, por meio do acesso das mães às UEI para amamentarem seus filhos e/ou do recebimento do leite humano para ser oferecido neste espaço; garanta o acesso a uma alimentação baseada em alimentos *in natura* ou minimamente processados, que contemple a presença dos diversos grupos de alimentos e que seja variada e oferecida de forma atrativa e saborosa; proteja as crianças da exposição a produtos ultraprocessados; valorize a cultura alimentar das famílias e da região, e promova o desenvolvimento da autonomia da criança por meio das rotinas e práticas alimentares, isto é, através do processo da construção das suas preferências na escolha dos alimentos, do aprendizado de se alimentar sozinha, e da percepção da sensação de saciedade, por exemplo. É importante lembrar que alimentar uma criança é bem mais do que fornecer energia e nutrientes para seu crescimento. Constitui-se uma atitude de cuidado, que envolve os aspectos da alimentação responsiva - o afeto, o prazer e a socialização, aspectos que contribuem para a formação de hábitos alimentares. A alimentação é ainda permeada por mensagens subliminares como olhares, gestos, comentários e rituais, que vão fundamentando a relação da criança com o alimento. Este é um momento rico de oportunidades de aprendizagem (BRASIL, 2018b). Entendendo que o desenvolvimento de uma preferência alimentar está associado ao acesso e ao conhecimento dos alimentos, um ambiente alimentar escolar promotor da saúde e da AAS é aquele que favorece a vivência de saberes e sabores para contribuir para a construção de uma relação saudável do educando com o alimento e com as práticas envolvidas no processo da alimentação (BRASIL, 2003a; BRASIL, 2008; BRASIL, 2018c).

Vale destacar que o ambiente alimentar escolar é mediado (e transformado ou não) pela relação entre os agentes nele envolvidos e pelos processos estabelecidos para que essa relação ocorra. São estes agentes: todos os profissionais que trabalham na UEI (equipe gestora da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as)

educacionais, porteiros(as) e outros trabalhadores que porventura atuem na UEI), as crianças e suas famílias, isto é, toda a comunidade escolar, e a comunidade do seu entorno. Já os processos envolvem práticas formais e informais, regras, relações de poder, arenas de diálogo e concertação (por exemplo, os conselhos escolares, que possuem representantes da comunidade, e associações de responsáveis e professores). Desta forma, na UEI, aulas, brincadeiras, visitas educativas, festas, atitudes e atividades cotidianas, reuniões de equipe e de responsáveis, refeitório, cantina e a regulação para seu funcionamento, entre outros, são espaços e oportunidades de interação entre esses agentes. Diante do exposto, entende-se que compreender o espaço da UEI sob a perspectiva do referencial teórico de ambientes alimentares organizacionais pode qualificar as estratégias de PAAS ali desenvolvidas (MALDONADO et al., 2021a).

1.6 Educação Alimentar e Nutricional na Educação Infantil

A EAN é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, e o conjunto de ações formativas, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, isto é, estimula a adoção de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo. No Brasil, a EAN, quando articulada a ações estruturantes, é reconhecida como uma ação estratégica para a promoção, proteção e garantia da saúde, da SAN e para a realização DHAA (BRASIL, 2012; BRASIL, 2020a; BRASIL, 2022b).

A EAN também tem sido considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos. A valorização das diferentes expressões da cultura alimentar e o fortalecimento de hábitos regionais são outras contribuições da EAN. Outros possíveis desfechos oriundos dessa estratégia são a redução do desperdício de alimentos e a promoção do consumo sustentável. Contudo, a EAN terá maior alcance se articulada a estratégias de caráter estrutural, que abranjam aspectos desde a produção até o consumo dos alimentos, considerando as dimensões individuais e coletivas (BRASIL, 2012).

O Marco de EAN tem como objetivo promover um campo comum de reflexão e orientação da prática que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção,

distribuição, abastecimento e consumo de alimentos, pretendendo apoiar os diferentes setores de governo em suas ações de EAN. Nesse sentido, fortalece a ideia de que a EAN, integrada a estratégias mais amplas para o desenvolvimento, poderá contribuir para melhorar a qualidade de vida da população, servindo como uma base de construção da cidadania (BRASIL, 2012). Segundo o Marco de EAN

“A prática da Educação Alimentar e Nutricional deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.” (BRASIL, 2012, p. 23)

A EAN requer uma abordagem integrada que reconheça as práticas alimentares como resultantes da interação entre diversos fatores. Por esse motivo, profissionais com diferentes formações podem e devem desenvolver ações de EAN. Dentre a diversidade dos campos de prática da EAN, encontra-se a área da Educação, com seus equipamentos públicos, incluindo as creches e pré-escolas. Enquanto política pública, a EAN pode ocorrer em diversos setores e deverá observar os princípios organizativos e doutrinários do campo no qual está inserida; por exemplo, no setor da Educação deverá observar os princípios do PNAE. A esses princípios estruturantes se somam os princípios para as ações de EAN (Quadro 7) (BRASIL, 2012).

Quadro 7 - Princípios para as ações de Educação Alimentar e Nutricional

| | |
|-------------|--|
| I | sustentabilidade social, ambiental e econômica; |
| II | abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; |
| III | valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; |
| IV | a comida e o alimento como referências; valorização da culinária enquanto prática emancipatória; |
| V | a promoção do autocuidado e da autonomia; |
| VI | a educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; |
| VII | a diversidade nos cenários de prática; |
| VIII | intersetorialidade; |
| IX | planejamento, avaliação e monitoramento das ações. |

Fonte: BRASIL, 2012.

Santos & Santos (2021) reforçam a EAN enquanto estratégia libertadora de promoção de saúde e empoderamento social, destacando que esta deve ultrapassar a noção de transmissão de conhecimento e da mudança de hábitos alimentares, e ser pautada no diálogo e na troca de saberes. Os autores argumentam que, muitas vezes, as intervenções de EAN apresentam características e descrições metodológicas superficiais no que concerne ao componente educativo, dificultando sua reprodução e implementação em outros cenários. Faz-se necessário o entendimento dos indivíduos acerca da capacidade de realizar sua própria

transformação e de seu meio, e o estabelecimento de um processo educativo continuado, que possua como ponto de partida a responsabilização individual levando à responsabilização coletiva e, conseqüentemente, à participação de todos. Os autores propõem, ainda, a criação de estratégias, iniciativas, programas, materiais de apoio e instrumentos pedagógicos que perpassem a disseminação de padrões de alimentação e nutrição, e o desenvolvimento de pesquisas nesta área de conhecimento, principalmente aproximando os discursos entoados sobre a EAN à sua prática (SANTOS; SANTOS, 2021).

A EAN no ambiente educacional vai além de promover conhecimentos sobre aspectos nutricionais dos alimentos; ela objetiva a PAAS. As ações de EAN devem mobilizar a comunidade escolar (crianças e seus familiares, e todos os profissionais da UEI) e ser desenvolvidas dentro e fora de sala de aula, garantindo a coerência entre as práticas educativas e as rotinas escolares. É necessária uma abordagem que valorize o conhecimento e o pensamento crítico sobre o DHAA e sobre os componentes e o funcionamento dos sistemas alimentares, discutindo-se como os alimentos são produzidos, comercializados, distribuídos, consumidos e descartados. Também é necessário promover a ampliação de perspectivas e o desenvolvimento de habilidades e estimular a adoção autônoma e voluntária de escolhas, práticas e hábitos alimentares saudáveis duradouros, que promovam a resiliência e colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde e bem-estar, e a qualidade de vida dos escolares e de suas famílias. Além disso, tomar o alimento e a comida como referências, isto é, como ponto de partida para as ações de PAAS, é fundamental para conferir sentido às ações desenvolvidas (BRASIL, 2018b; FAO, 2019; MALDONADO et al., 2021a; MALDONADO et al., 2021b).

Em termos de transversalidade curricular e de transdisciplinaridade, as ações formativas, de prática contínua e permanente, de EAN podem se valer dos diferentes saberes e temas relacionados à alimentação, nos campos da cultura, da história, da geografia, dentre outros, para que os alimentos e a alimentação sejam conteúdo de aprendizado específico e, também, recurso para aprendizagem de diferentes temas. Destaca-se também a compreensão do papel pedagógico da refeição, tanto em relação aos alimentos oferecidos, que podem ampliar o leque de conhecimento sobre a cultura alimentar local, quanto ao momento em que é ofertada, em que se aprende sobre a partilha das refeições e se estimulam vínculo e afeto. Assim, as ações de EAN devem utilizar o alimento, a culinária doméstica, a alimentação escolar e/ou a horta escolar como ferramentas pedagógicas, quando couber (BRASIL, 2020a; MALDONADO et al., 2021a; MALDONADO et al., 2021), e trabalhar com práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se as desigualdades sociais que interferem no DHAA (BRASIL, 2013a).

A prática da EAN deve propiciar discussões sobre saúde de modo mais ampliado, com desenvolvimento de consciência crítica e responsabilidade social. Para isso, o tema da AAS precisa ser entendido, apreendido e incorporado pelos sentidos e passar a fazer parte da cultura pessoal e coletiva. Nesse contexto, tendo em vista a centralidade da alimentação para a vida em suas diferentes dimensões, é fundamental que a EAN e a PAAS estejam na pauta da Educação Infantil cotidianamente e que sejam abordadas de forma lúdica, orgânica e vivencial (BRASIL, 2018b). Isso significa pensar que esse processo educativo acontece tanto nas atividades estruturadas em sala de aula quanto nos espaços informais, envolvendo as comemorações, os passeios e reuniões, e requer coerência entre as rotinas do cotidiano escolar que envolvem a alimentação, as práticas educativas e as abordagens de AAS presentes nos documentos orientadores de políticas públicas. As vivências cotidianas são fundamentais para construir valores, atitudes e práticas. Afinal, são elas, mais do que qualquer ação educativa formal, que propiciarão o desenvolvimento de uma cultura de AAS (BRASIL, 2018b; MALDONADO et al., 2021a; MALDONADO et al., 2021b).

A comunicação no contexto da EAN, para ser efetiva, deve ser pautada em: escuta ativa e próxima; reconhecimento das diferentes formas de saberes e de práticas; construção partilhada de saberes, de práticas e de soluções; valorização do conhecimento, da cultura e do patrimônio alimentar; comunicação realizada para atender às necessidades dos indivíduos e grupos; formação de vínculo entre os diferentes sujeitos que integram o processo; busca de soluções contextualizadas; relações horizontais; monitoramento permanente dos resultados; formação de rede para profissionais e para setores envolvidos, visando à troca de experiências e de saberes (BRASIL, 2012). Para isso, constitui-se prioridade a elaboração e pactuação de agenda integrada - intra e intersetorial - de EAN para o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas com os diversos setores afetos ao tema (BRASIL, 2013a).

Para serem eficazes, as ações de EAN na Educação Infantil devem compreender uma combinação de estratégias educacionais baseadas em evidências e que sejam adequadas ao contexto, desenvolvimento e cultura; envolver a participação ativa dos influenciadores mais relevantes das práticas alimentares (crianças e suas famílias, todos os profissionais da UEI, cantineiros, pequenos agricultores locais, proprietários dos comércios de alimentos do entorno, líderes comunitários etc.) e não ser dirigidas apenas a crianças e famílias, mas também à comunidade escolar em geral e demais envolvidos na alimentação das crianças; e ser reforçadas por um ambiente alimentar escolar favorável à AAS (FAO, 2019).

Um estudo que objetivou conhecer a percepção sobre EAN dos educadores da Educação Infantil do município de Água Boa, Minas Gerais, apontou que os mesmos a

consideram importante para a promoção de hábitos alimentares saudáveis das crianças. Entretanto, seus saberes sobre o assunto estavam pautados nos aspectos biológicos da alimentação, enquanto os aspectos culturais, sociais e psicológicos da alimentação não foram reconhecidos. O estudo concluiu reforçando ser necessário realizar atividades pedagógicas e educativas com estes profissionais a respeito da existência das demais dimensões da alimentação, com valorização da cultura alimentar e do sistema de produção de alimentos locais, além de incentivar sua participação para trabalhar a EAN de forma transversal ao currículo escolar (MAGALHÃES; PORTE, 2019).

É importante também envolver as famílias sempre que possível nas atividades de EAN, pois essa oportunidade, se bem aproveitada, pode incentivar a adoção de práticas alimentares saudáveis pelas crianças e por suas famílias. As atividades de EAN na Educação Infantil devem se valer da curiosidade, da vitalidade e da individualidade das crianças. Devem também estimular os sentidos das crianças por meio dos alimentos e a coordenação motora fina, a autonomia e o autocuidado, habilidades importantes para se alimentar e cuidar do corpo. A imaginação, a fantasia e o faz de conta também são excelentes para apoiar atividades educativas sobre alimentação (MALDONADO et al., 2021a).

A mobilização da sociedade, dos profissionais e dos gestores em torno da PAAS só será possível quando este tema for valorizado como expressão de cidadania e fator protetor da vida. São necessárias a sensibilização e a ampliação dos conhecimentos sobre esta agenda. Para que isto ocorra, são necessários: o reconhecimento da complexidade do tema; um profundo conhecimento das diferentes práticas alimentares da população brasileira e seus determinantes; o entendimento de que o impacto almejado necessita de ações permanentes e de que os resultados são de médio e de longo prazos (BRASIL, 2012).

1.7 Construção e uso de modelo teórico

Uma teoria é um conjunto de conceitos, definições e proposições inter-relacionados que apresentam uma visão sistemática de eventos ou situações, especificando relações entre variáveis, a fim de explicar e prever os eventos ou situações. As teorias são úteis tanto no planejamento quanto na implementação e na avaliação de intervenções (GLANZ; RIMER; VISWANATH, 2008).

Os conceitos são os principais componentes de uma teoria. Quando conceitos são desenvolvidos ou adotados para uso em uma teoria particular, eles são chamados de construtos. Variáveis são as formas operacionais de construtos; especificam como um construto deve ser medido em uma situação específica. As variáveis devem ser combinadas com os construtos ao identificar o que deve ser avaliado na avaliação de um programa baseado em teoria. Os modelos baseiam-se em várias teorias para ajudar a compreender um fenômeno específico em um determinado ambiente ou contexto (GLANZ; RIMER; VISWANATH, 2008).

Pode-se dizer então que o objeto da investigação é um constructo da realidade passível de modelagem. Modelizar significa representar o objeto, seus movimentos e suas relações tendo por referência uma construção teórica: a teoria do objeto-modelo, representação esquemática de um objeto completo. O modelo teórico é um sistema hipotético-dedutivo que concerne a um objeto-modelo; uma teoria específica de um objeto suposto real, constituída por uma teoria geral enriquecida de um objeto-modelo, isto é, o estreitamento do domínio de ação da teoria geral e a possibilidade de torná-la verificável. O modelo teórico, também denominado lógico ou teórico-lógico, é entendido como um esquema visual de uma teoria com objetivo de expressar as relações existentes entre os conceitos, de forma a compreender uma realidade (MEDINA et al., 2005).

Os modelos teóricos são utilizados em diversos tipos de pesquisas científicas com o objetivo de organizar conceitos de uma teoria, fundamentar a construção de instrumentos de aferição e/ou orientar ações de um dado programa ou política pública. O processo de sua construção e estruturação pode se dar com base em informações de pesquisas bibliográficas; entrevistas com informantes-chave; painel de especialistas e/ou pela realização de grupos focais, entre outros métodos (MEDINA et al., 2005; STREINER; NORMAN; CAIRNEY, 2015).

O painel de especialistas é uma técnica de pesquisa de caráter coletivo, que reúne várias pessoas consideradas especializadas em um determinado assunto, seja porque se dedicam a estudá-la, seja porque possuem grande experiência prática acerca das questões envolvidas no objetivo da pesquisa. A “especialidade” de seus integrantes pode se referir aos ambientes, situações ou objetos de interesse para o estudo, ou mesmo aos fenômenos ou conceitos a serem tratados. Esta técnica pressupõe uma habilidade especializada e qualificada por parte dos especialistas, que deteriam um conhecimento objetivo do assunto estudado, e cujo treinamento específico lhes asseguraria realizar avaliações “válidas”. A utilização do painel de especialistas é recomendada quando um novo domínio de pesquisa está sendo

estabelecido e não se conta com informações anteriores sobre o assunto; na construção coletiva de mapas e modelos conceituais; para teste ou validação de instrumentos ou procedimentos, e/ou para um estudo piloto que tem como objetivo testar algum instrumento ou procedimento a ser usado na coleta de dados de um estudo (BURKE et al., 2005; PINHEIRO; FARIAS; ABE-LIME, 2013).

1.8 Teoria da Estruturação Forte

Compreender como se estabelece uma organização, sua estrutura, as ações rotineiras e as redes e relacionamentos entre grupos de agentes exige uma observação de situações concretas por meio da compreensão de por que, onde e o que acontece no dia a dia, através da compreensão das disposições (atitudes) e práticas dos agentes. Por sua natureza, as organizações situam-se em um nível meso, intermediário entre o agente e as estruturas mais amplas. As organizações podem ser influenciadas por ações de agentes e estruturas institucionais e sociais externos e pelas ações de seus próprios agentes internos que podem, a qualquer momento, escolher fazer o contrário do esperado ou determinado (JACK; KHOLEIF, 2007; PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

A Teoria da Estruturação Forte (STONES, 2005) parte da Teoria da Estruturação de Giddens (1984), que em vez de apenas olhar para estruturas ou para agentes isoladamente, ou de dar primazia a um ou a outro, enfatiza ambos na noção de dualidade de estrutura, conforme detalhado a seguir. Segundo Giddens, a estrutura pode ser entendida como um conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social. Ela é uma ordem virtual de relações transformadoras que permitem a reprodução das práticas sociais por dimensões variadas de tempo-espço. Já a ideia de agência diz respeito à capacidade das pessoas de processar a experiência social e de traçar formas de enfrentar a vida (GIDDENS, 1984).

Em primeiro lugar, Giddens coloca a fenomenologia, a hermenêutica e as práticas no centro das inter-relações e interdependências entre estruturas e agentes. Estas fornecem a conexão entre a estrutura e a agência. A fenomenologia procura mostrar que o ser humano deve ser o centro do processo do conhecimento. O conceito da hermenêutica é apontado por Giddens na Teoria da Estruturação na perspectiva da dupla hermenêutica, que consiste na

sobreposição de duas redes de significado - de um lado conhecimento prático dos agentes, de outro lado os conceitos das Ciências Sociais (GIDDENS, 1984; GIDDENS, 1989).

Em segundo lugar, Giddens aponta que além da conexão entre estruturas externas e agentes ser afetada em grande parte pela fenomenologia, pela hermenêutica e pelas práticas, estas também estão sempre no cerne das estruturas e dos próprios agentes. As estruturas sociais quase sempre têm agentes dentro delas e/ou são o produto das práticas passadas dos agentes, e os agentes, por sua vez, têm estruturas sociais dentro de si. As estruturas sociais não são entidades reificadas despidas de seres humanos e de suas qualidades irreduzíveis, assim como as visões e experiências que incitam os pensamentos e ações dos agentes sociais não são aquelas de seres que são ilhas em si mesmos, segregados das correntes sociais. A fenomenologia e a hermenêutica das práticas desempenham um papel indispensável na concepção da estruturação das estruturas sociais, assim como as estruturas sociais desempenham um papel também fundamental na compreensão da fenomenologia, hermenêutica e práticas dos agentes (GIDDENS, 1984; GIDDENS, 1989).

Giddens apontou três aspectos da estrutura: significação, dominação e legitimação. A estrutura é, portanto, um meio significativo das práticas dos agentes. Há uma conexão complexa e mediada entre o que está fora no mundo social e o que está dentro na fenomenologia da mente e do corpo do agente. A estrutura é também, o resultado dessas práticas dos agentes e dos seus conhecimentos produzidos e adquiridos ao longo da vida. Giddens chama essa noção de “dualidade de estrutura” para indicar o duplo papel da estrutura como meio e resultado (GIDDENS, 1989).

Stones busca superar as limitações da teoria de Giddens, que privilegia somente o nível filosófico e abstrato denominado ontologia em geral, e que apresenta dificuldades de utilização em pesquisas empíricas. Para isso, propõe a ontologia *in situ* e defende um equilíbrio entre as dimensões ontológicas e a preocupação com a epistemologia e a metodologia. A ontologia *in situ* reforça que a estruturação se desdobra em uma zona intermediária da realidade, de onde o pesquisador pode examinar um determinado contexto delimitado. Isto é, lida com as estruturas e agentes particulares num nível intermediário entre o nível ontológico abstrato e o nível ôntico – a especificidade de um dado ente na realidade (STONES, 2005).

Estudos relatam que Stones concebeu a Teoria da Estruturação Forte, que configura-se então um meio de articular forças macro e microorganizacionais, enfatizando o equilíbrio entre agência e estrutura. Ao privilegiar uma abordagem centrada em níveis intermediários, Stones abre a possibilidade de investigação de problematizações vinculadas às organizações,

assumindo-se que estas são subconjuntos do conjunto de instituições, e estas, por sua vez, são subconjuntos das estruturas sociais. A discussão de Stones sobre agência e estruturas oferece aos pesquisadores os meios para investigar a interação entre elas. A Teoria da Estruturação Forte pode contribuir para os estudos organizacionais ao permitir a análise de objetos de pesquisa constituídos por mais de um agente em foco (ELBASHA; WRIGHT, 2017; PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

Ao se adequarem a ontologia e a epistemologia estruturacionistas a essa abordagem, o pesquisador pode, por exemplo, falar de mais ou menos cognoscitividade dos agentes em determinada organização, ao invés de falar sobre a cognoscitividade dos agentes em geral. A cognoscitividade é tudo que os agentes sabem (de forma tácita ou discursiva) sobre as circunstâncias das ações (suas e dos outros agentes), com base na produção e reprodução dessas. O pesquisador pode, também, verificar as consequências – intencionais ou não – que resultam de uma ação específica no âmbito organizacional, assim como delimitar *clusters* específicos de estruturas que são passíveis de serem modificadas por um ou mais agentes em foco – um governo, um conjunto de organizações, uma única organização ou, até mesmo, um ou mais departamentos de uma organização que seriam assumidas como um conjunto delimitado de práticas posicionais – no lugar de tentar avaliar o impacto da ação do agente em geral na estrutura (PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

A Teoria da Estruturação Forte se afasta da ontologia relativamente abstrata na qual Giddens estava interessado, e incentiva os pesquisadores a desenvolverem estudos de caso com foco nas interpretações e ações de agentes específicos e estruturas em circunstâncias específicas e, especialmente, em sua avaliação de situações específicas e seus esforços para agir razoavelmente nessas situações em que os agentes individuais estão situados em uma teia de relações de práticas posicionais (COAD; JACK; KHOLEIF, 2016; GREENHALGH; SWINGLEHURST; STONES, 2014). A noção de relações de práticas posicionais é delineada como uma base para dar definição e detalhamento ao espaço conceitual indicado pelas “redes de relacionamentos relevantes” de Bourdieu, e fazê-lo a partir de uma perspectiva estruturacionista (PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

A Teoria da Estruturação Forte enfatiza a adoção do conceito de práticas posicionais como constituintes institucionalizados (estruturados e reproduzíveis) da vida social. Este delineamento permite ao pesquisador enfatizar não apenas a identidade posicional, mas também um conjunto de prerrogativas, obrigações e práticas estruturadas cujos agentes “encarregados da posição” podem e conseguem exercer, quer estes optem por agir como esperado ou agir de outra forma, de modo a formar um elo entre estrutura e agência. A relação

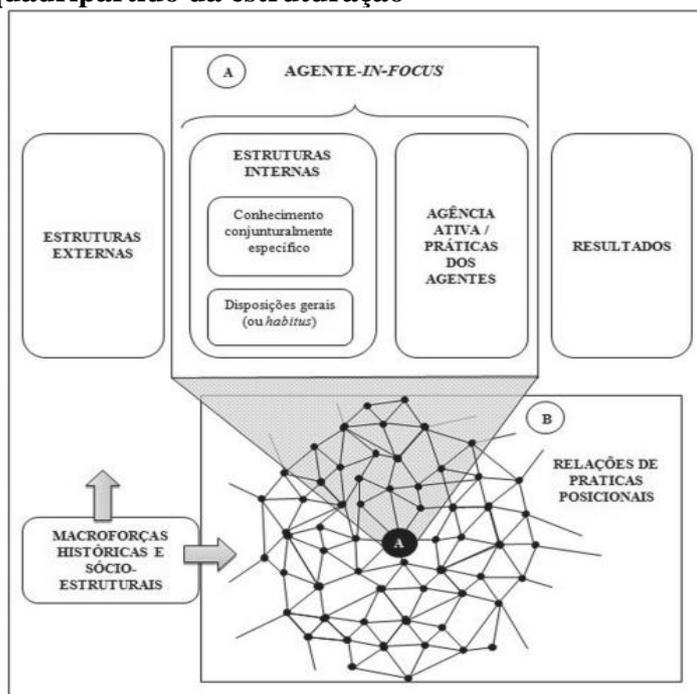
entre agência e estrutura é mais visivelmente representada no nível organizacional (JACK; KHOLEIF, 2007; STONES, 2005).

Uma prática posicional consiste em uma posição social, com práticas e identidades associadas. Concomitantemente, existe uma rede de relações sociais, isto é, as relações de práticas posicionais, que a reconhece e apoia e que inclui várias reciprocidades institucionais, relações assimétricas de poder e infraestruturas institucionais. Na Teoria da Estruturação Forte as práticas posicionais (e suas relações) são inseridas no nível intermediário de seu modelo de análise. Essa ênfase permite ao pesquisador examinar as redes e relacionamentos entre *clusters* de agentes dentro de espaços delimitados, que apresentam, também, um circunscrito conjunto de relações de práticas posicionais (JACK; KHOLEIF, 2007; PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

A Teoria da Estruturação Forte preocupa-se com a dualidade da estrutura e dos agentes dentro das instituições, oferecendo uma base ontológica forte para estudos empíricos. Ao desenvolver uma ontologia *in situ* e dar a devida atenção à rede de relações de práticas posicionais, a Teoria da Estruturação Forte desenvolve significativamente a ligação entre os níveis individual e institucional, situando as práticas dentro de seus contextos estruturais sociais e organizacionais (ELBASHA; WRIGHT, 2017; JACK; KHOLEIF, 2007; PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

Tal teorização levou Stones a reexaminar a relação entre estrutura e agência e, objetivando operacionalizar essa abordagem, ele propõe uma nova forma de caracterizar a estruturação definida por Giddens anteriormente, conceituando a dualidade da estrutura como quatro componentes passíveis de serem analisados separadamente, mas interligados de forma cíclica, denominados de natureza quadripartida ou ciclo quadripartido da estruturação, a saber: estruturas externas; estruturas internas; agência ativa, e resultados (Figura 4) (STONES, 2005).

Figura 4 - Ciclo quadripartido da estruturação



Fonte: PERES JR.; PEREIRA, 2014.

As estruturas externas constituem condições de ação, reconhecidas e não reconhecidas pelo agente em foco; as condições podem ser a base para consequências não intencionais de ação e restringir ou permitir a ação do agente em foco. As estruturas externas têm uma existência que é independente do agente em foco e que, dentro da estruturação, são concebidas em termos do contexto estrutural de ação enfrentado por aquele agente em foco no tempo um. A ênfase está no horizonte de ação dos agentes em foco como percebido por esse agente e/ou pelo pesquisador social. Stones e outros autores argumentam que os agentes podem escolher resistir ou mudar forças externas se possuírem três propriedades: poder de resistência adequado, conhecimento adequado das estruturas externas e distância reflexiva crítica adequada da ação (ELBASHA; WRIGHT, 2017; JACK; KHOLEIF, 2007; STONES, 2005).

As estruturas internas, em síntese, seriam o que os agentes "sabem" - incluindo o que acreditam e o que valorizam -, embora às vezes, segundo o autor, de forma imperfeita e incorreta, sobre o mundo externo. Stones, conforme apontado por diversos autores, discerne analiticamente dois tipos de estruturas internas dentro do agente: disposições gerais e específicas da conjuntura posicional. As estruturas disposicionais gerais são previstas como algo que o agente desenha sem pensar e abrangem: habilidades e disposições transponíveis, que incluem visões de mundo generalizadas e esquemas culturais, classificações, tipificações de coisas, pessoas, povos e redes, princípios de ações, cadeias associativas e conotações de discurso, hábitos de fala e gesto, e metodologias para adaptar este conhecimento generalizado

a uma gama de práticas particulares em locais específicos no tempo e no espaço (ELBASHA; WRIGHT, 2017; GREENHALGH; SWINGLEHURST; JACK; KHOLEIF, 2007; STONES, 2005; STONES, 2014).

As estruturas conjunturalmente específicas ou posicionais referem-se ao papel ou posição assumida por um agente ou grupo de agentes que contém várias regras e expectativas normativas. Esta forma de estrutura interna envolve o conhecimento do agente, adquirido ao longo do tempo, acerca dos contextos de ação específicos. Isto é, o conhecimento de esquemas interpretativos, capacidades de poder e expectativas e princípios normativos dos agentes dentro do contexto. Consequentemente, o conhecimento dos três aspectos da estrutura de Giddens - significação, dominação e legitimação - é incorporado. Estruturas internas específicas da conjuntura posicional são o meio de estruturação e preenchem a lacuna entre as estruturas externas e internas. Além disso, o agente em foco sempre opera em um fluxo de relações de práticas posicionais com outros agentes em contexto (ELBASHA; WRIGHT, 2017; JACK; KHOLEIF, 2007; STONES, 2005).

A agência ativa inclui as formas que o agente utiliza para recorrer, de forma rotineira ou crítica, às suas estruturas internas; é o elemento dinâmico do ciclo de estruturação; quando um agente em foco atua, onde as duas estruturas internas são coerentes. Stones reafirma o conceito de agência estabelecido por Giddens (1989): ou escolher atuar ou atuar em si. Consistente com o modelo de estratificação do agente de Giddens, Stones discerne cinco elementos analíticos da agência ativa: mudança de horizontes de ação decorrentes da ação persuasiva motivada; criatividade, improvisação e inovação dentro da conduta do agente (sendo possível que o que se pretende que aconteça se materialize de forma diferente); graus de distância crítica e reflexão crítica sobre estruturas internas; motivações conscientes e inconscientes que afetam como as estruturas internas são percebidas e desenhadas; ordenamento ou priorização de preocupações em uma hierarquia de propósitos (racionalização da ação de Giddens) devido à pluralidade de projetos vinculados a diferentes estatutos (STONES, 2005).

Os resultados podem ser eventos singulares ou os efeitos produzidos pelo ciclo de estruturação nas estruturas internas e/ou externas. Ao final do ciclo de estruturação, a agência ativa pode apoiar, preservar e fortalecer as estruturas existentes, ou pode desestruturá-las, desafiá-las ou alterá-las; as consequências podem ser pretendidas ou não intencionais, e o agente pode ser facilitado ou frustrado. Quaisquer que sejam os resultados que surjam, eles se tornam a base para o próximo ciclo de estruturação. Os quatro aspectos do ciclo estão interligados; as estruturas são o meio da conduta (estruturas internas) e os resultados da

conduta (estruturas internas e externas). Agência ativa é o aspecto dinâmico que está intimamente ligado aos outros elementos e não pode ser separado deles. A elaboração do ciclo de estruturação oferece oportunidades para estudar sistematicamente diferentes tipos de macroestruturas que os agentes sociais utilizam em suas práticas locais (ELBASHA; WRIGHT, 2017; JACK; KHOLEIF, 2007; STONES, 2005).

Este *framework* representa uma versão ontologicamente distinta de Teoria da Estruturação de Giddens, no qual Stones explica a interação entre estrutura e agência, e dá maior destaque às relações espaciais e como diferentes agentes interagem entre si (COAD; JACK; KHOLEIF, 2016; ELBASHA; WRIGHT, 2017; STONES, 2005).

O modelo da Teoria da Estruturação Forte agrega macroforças sociais e históricas que, inegavelmente, afetam a conduta dos agentes e o conjunto de relações de práticas posicionais no qual ele está situado. Essa incorporação, no entanto, se dá de forma seletiva (PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005). Stones (2005) defende que, em estudos estruturacionistas, a ênfase deve ser dada a *clusters* institucionais que têm algum grau de contingência em relação ao contexto no qual determinado processo de estruturação ocorre. Dessa forma, ele entende que se torna possível estabelecer pontos de conexão entre as dimensões mais amplas (macroforças), aspectos-chave da dualidade da estrutura - propriedades estruturais dos sistemas sociais são, simultaneamente, condição e resultado da ação - e a natureza quadripartite do ciclo de estruturação.

À semelhança de Giddens, Stones (2005) propõe dois tipos de agrupamentos metodológicos: a análise da conduta do agente e a análise do contexto do agente. Uma abordagem que tem uma ênfase na epistemologia ao invés de na ontologia, que produz uma descrição muito mais matizada dos processos de estruturação em que o(s) agente(s) em foco e suas percepções da estrutura são a base da agência ativa. A análise da conduta do agente adota a categoria ontológica da cognoscitividade, componente das estruturas internas do agente, e conduz a análise no seu interior: suas reflexões, prioridades, motivações e anseios, a maneira como decide conduzir as ações e interações no decorrer de sua vida. Esta análise foca nos processos reflexivos e pré-reflexivos de escolhas definidas pelo agente, baseadas na identificação dos aspectos importantes das estruturas específicas da sua conjuntura posicional, que são mais pertinentes ao contexto de ação imediata e que estabelecem a conexão com a agência ativa e, também, às estruturas disposicionais gerais de significado do agente (COAD; JACK; KHOLEIF, 2016; PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

O segundo tipo, a análise do contexto do agente, recomenda que se olhe “através” do agente; podendo ser usada para analisar o contexto que confronta um agente, que constitui o

leque de possibilidades e limites do possível. Nesse agrupamento metodológico, a cognoscitividade, enquanto estrutura interna conjunturalmente específica também é elemento fundamental. A perspectiva, contudo, é de “dentro para fora” do agente, que leva à análise dos nexos sociais de interdependências, direitos e obrigações, assimetrias de poder e condições sociais e consequências da ação. Nesse tipo de análise, a configuração mesorrelacional imediata das práticas posicionais institucionais é tratada como um objeto de investigação significativo. Ao fazer isso, essa abordagem reconhece a necessidade de investigar as habilidades e o conhecimento dos agentes dentro de um contexto de ação. Isso limita o foco de atenção ao centro das manifestações das forças estruturais mais amplas dentro do horizonte prático de ação do agente, percebido por ele e pelo pesquisador (PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

Stones (2005) defende que a utilização conjunta dos agrupamentos metodológicos vai depender da questão e do objeto de pesquisa. Para ele há, em alguns casos, a necessidade de se utilizarem aspectos tanto da análise da conduta do agente quanto da análise do contexto do agente. O que determinará a forma de abordagem será o objeto de estudo e o tipo de questão de pesquisa formulado. Segundo Stones (2005), os objetos de estudo da Teoria da Estruturação Forte são, por definição, aqueles que envolvem questões *in situ*, que contemplem a hermenêutica dos agentes combinada com diagnósticos estruturais. Nesse sentido, o modelo proposto de estruturação quadripartite e os tipos de agrupamentos metodológicos indicam as possibilidades de abordagem do problema dado. Naturalmente, a depender da questão de pesquisa proposta, o foco inicial recairá sobre um dos quatro aspectos do ciclo de estruturação e um dos tipos de agrupamento empregado (PERES JR.; PEREIRA, 2014; STONES, 2005).

Em resumo, teoricamente, a Teoria da Estruturação Forte oferece um modelo de ciclo de estruturação que torna explícito o desdobramento processual da estruturação ao longo do tempo. Metodologicamente, a teoria se propõe a distinguir diferentes níveis ontológicos e encoraja o emprego de dois tipos de agrupamentos metodológicos temporais, a saber, análise de conduta dos agentes e análise de contexto dos agentes (ELBASHA; WRIGHT, 2017; STONES, 2005).

O foco da Teoria da Estruturação Forte na dualidade da estrutura e com os agentes dentro das instituições oferece uma base ontológica mais robusta para estudos empíricos. A Teoria da Estruturação Forte afirma que a agência humana não pode ser reduzida a efeitos de rede, isto é, embora cada agente carregue consigo capacidades genéricas, disposições e conhecimento estratégico para qualquer conjuntura particular, o que realmente fará em cada situação dependerá de uma série de especificidades, incluindo o horizonte de ação e

características particulares do contexto. Esta teorização, na qual os conceitos de estrutura social e agência humana são fundamentais, sustentando sua relação recursiva de influência mútua, busca abranger uma análise detalhada do que os agentes 'sabem' e como eles avaliam situações particulares de pequena escala, ou as macroestruturas sociais nas quais a ação humana está inserida (GREENHALGH; SWINGLEHURST; JACK; KHOLEIF, 2007; STONES, 2014).

O pesquisador deve delimitar cuidadosamente os horizontes de ação dos agentes em foco, a fim de estabelecer o que eles e/ou os agentes consideram como a linha entre estruturas externas e internas para o contexto estudado. A Teoria da Estruturação Forte é uma metodologia conceitual que fornece uma ponte entre a teoria e a pesquisa empírica. Pesquisadores são ativamente encorajados a elaborar projetos de pesquisa usando a teoria como ponto de partida e trabalhar com dados reais para desenvolver novas ideias teóricas. Esta teoria não é uma estrutura para a análise conceitual, mas uma base para a elaboração imaginativa de conceitos e dados empíricos que, por sua vez, constroem novas ideias teóricas (COAD; JACK; KHOLEIF, 2016; JACK; KHOLEIF, 2007; STONES, 2005; STONES; JACK, 2016)

Nos últimos anos, as publicações baseadas na Teoria da Estruturação Forte concentraram-se nas áreas de Finanças, Saúde Ocupacional e Ambiental, Ciências Sociais no campo biomédico, Educação e Gestão (ABRAHIM, 2020). A Contabilidade foi a área que desenvolveu os estudos empíricos que mais aprofundaram a aplicação desta teoria e esclareceram seu uso para áreas e realidades diferentes.

Jack (2017) em seu estudo sobre a Teoria da Estruturação Forte na pesquisa contábil reforça os apontamentos de Stones (2005), dizendo que o pesquisador deve primeiro identificar o agente em foco e o nível ontológico de abstração no qual está trabalhando. Por exemplo, o estudo envolve uma ou algumas pessoas num ambiente ôntico muito particular (levando a uma análise a nível micro)? É um estudo mais flutuante de pessoas num ambiente organizacional ou profissional (nível meso)? Envolve noções abstratas de contabilidade (nível macro)? O pesquisador deve identificar o problema de pesquisa em questão e procurar conceitos amplos que o ajudem a resolver esse problema. A coleta de dados deve então ser posicionada de forma a abordar o problema em questão em um nível apropriado de detalhe ou abstração. Tendo identificado o(s) agente(s) em foco e o problema em questão, há uma série de recorrentes etapas.

Segundo Jack (2017), o pesquisador analisaria: a) estruturas internas e análise de conduta do agente (quadros disposicionais gerais de significado para o agente em foco;

estruturas internas conjunturalmente específicas do agente em foco; estruturas externas percebidas pelo agente em foco); b) análise de contexto do agente (identificar os grupos estruturais externos relevantes; relações posição-prática; relações de autoridade; material; estruturas internas conjunturalmente específicas do agente em foco; recursos disponíveis; os quadros disposicionais gerais e específicos da conjuntura dos agentes externos); c) identificar as possibilidades abertas ao agente em foco e as restrições impostas a ele (que impacto o agente em foco pode ter nos resultados reais ou previstos?; que julgamentos o agente em foco faz sobre a agência ativa (agir rotineiramente, resistir, instigar mudanças)?). A Teoria da Estruturação Forte aplicada metodologicamente como indicada por Stones (2005), implicitamente, analisa os três aspectos da estrutura apontados por Giddens (1989), significação, legitimação e dominação, porém com um olhar mais aprofundado para a forma como os agentes utilizam o conhecimento e a comunicação das coisas quando escolhem como agir, e as consequências dessas ações (JACK, 2017).

Usando a Teoria da Estruturação Forte, os pesquisadores estão mais interessados nas pessoas (individualmente ou coletivamente) e na análise de sua conduta e contexto. Em vez de sistemas, pergunta-se como os agentes em foco percebem e compreendem as restrições e possibilidades que os cercam. Stones diz que uma estruturação forte se presta às "pinceladas hábeis e cuidadosas de uma artista com a intenção de capturar os detalhes de seu tema" (STONES, 2005, p.127).

2 JUSTIFICATIVA

A promoção da alimentação adequada e saudável e de cuidados de nutrição às crianças na Primeira Infância é um dever de responsabilidade intersetorial, compartilhado pelas famílias e pelo Estado, e uma prioridade global. Este é um período de intenso desenvolvimento, de vulnerabilidade às influências ambientais, e oportuno para a realização de intervenções que terão repercussões por toda a vida, justificando-se a importância de se investir na Primeira Infância com vistas à PAAS (BLACK; TRUDE; LUTTER, 2020; BRASIL, 2016; PÉREZ-ESCAMILLA; SEGURA-PÉREZ; HALL MORAN, 2019; WHO, 2018).

As UEI são ambientes que propiciam o desenvolvimento de atitudes e práticas para a vida em sociedade. Elas são um espaço que favorece a articulação entre políticas de Educação, Saúde e SAN, que oportuniza vivências e reflexões sobre diversos temas, como as interfaces da alimentação com a saúde, a cultura, a cidadania, a sustentabilidade ambiental, entre outras. São, portanto, ambiente propício para o desenvolvimento de estratégias de PAAS que envolvam toda a comunidade escolar. Nessa perspectiva, as UEI devem garantir: a possibilidade de interação de seus agentes para o enfrentamento dos desafios cotidianos; a coerência entre a rotina escolar que envolve a alimentação, as práticas educativas e as abordagens de AAS presentes nos documentos orientadores; e o desenvolvimento de ações alinhadas às três vertentes da PAAS (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO et al., 2021a).

A PAAS no espaço escolar pressupõe a integração de três vertentes de ação: incentivo à adoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio de atividades educativas voltadas à comunidade escolar que informem, promovam a reflexão e motivem escolhas saudáveis; apoio à adesão de práticas alimentares saudáveis, pela oferta de AAS no ambiente escolar, e ações de proteção à AAS, por meio de medidas que evitem a exposição da comunidade escolar a alimentos e práticas alimentares inadequados e a barreiras para a amamentação. Essas três vertentes são complementadas por ações transversais, como formação; articulação com famílias e comunidade; parceria com outros agentes, setores e instâncias; monitoramento e avaliação das iniciativas (BRASIL, 2022a; CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO, AZEVEDO, CANINÉ, 2008; MALDONADO et al., 2021a; MALDONADO et al., 2021b).

Entretanto, observa-se que as ações de PAAS no espaço escolar têm sido restritas à abordagem de conteúdo específico pelos professores e a modificações feitas no cardápio visando aumentar a aceitação das preparações (CAMOZZI et al., 2015). Também se registra que as ações de EAN ocorrem de forma pontual e desarticulada (SANTOS; SANTOS, 2021). Faz-se necessário corresponsabilizar todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente no processo de PAAS, cabendo à unidade escolar a construção coletiva de um projeto pedagógico que inclua esse tema no currículo de forma transversal (CAMOZZI et al., 2015). Contudo, ainda é incipiente na literatura o desenvolvimento de arcabouço teórico que fundamente estratégias de PAAS condizentes com o contexto da Educação Infantil, que considerem seu amplo sentido e que integrem as práticas voltadas à garantia da amamentação e à oferta de refeições com as atividades pedagógicas desenvolvidas nessas instituições.

Um modelo teórico que expresse as relações existentes entre os conceitos, diretrizes e recomendações sobre este tema, pode facilitar sua compreensão (MEDINA et al., 2005), qualificar as ações de PAAS e ser um instrumento orientador do planejamento de políticas públicas (MEDINA et al., 2005; STREINER; NORMAN; CAIRNEY, 2015). O presente estudo objetivou, então, desenvolver um modelo teórico de PAAS na Educação Infantil, com propósito de apresentar os elementos de potencialidade para a PAAS na Educação Infantil e subsidiar políticas públicas nesse âmbito.

3 OBJETIVO

Elaborar modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil.

4 MÉTODOS

4.1 Contextualização e caracterização do estudo

Este estudo de caráter teórico-conceitual está inserido no Núcleo de Alimentação e Nutrição em Políticas Públicas do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e consistiu na elaboração de um modelo teórico de PAAS na Educação Infantil.

4.2 Elaboração do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

Para a elaboração do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil, foram adotados a priori dois referenciais teórico-conceituais: o das vertentes de incentivo, apoio e proteção que estruturam a PAAS (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO et al., 2021a; BRASIL, 2022a), e o da Teoria da Estruturação Forte, que contribui para os estudos organizacionais ao permitir a análise de objetos de pesquisa constituídos por mais de um agente em foco (STONES, 2005).

Esses dois referenciais teóricos foram escolhidos pelo entendimento de que eles se complementariam como orientadores da sistematização da literatura. O primeiro oferece pilares para se analisar o objeto central do estudo, qual seja o da PAAS. O segundo disponibiliza abordagens que contribuem para a compreensão dos processos e contexto organizacional de interesse, que é a UEI, entendendo que a forma de institucionalizar, concretizar, dar longevidade e continuidade às ações de PAAS pressupõe uma organização institucional. Com base na Teoria da Estruturação Forte, foram identificados os possíveis agentes e os contextos interno e externo da UEI.

No presente estudo, o processo de construção do modelo teórico incluiu: amplo levantamento bibliográfico; de sistematização e síntese das ações PAAS em UEI recomendadas nos achados da literatura, e posterior elaboração do modelo teórico propriamente dito. As etapas desta elaboração foram: a elaboração da versão preliminar do

modelo teórico (esquema gráfico e seus quadros explicativos); a realização do primeiro painel de especialistas para apreciação desta primeira versão; a sistematização do material empírico oriundo da primeira oficina; a reformulação do modelo com base nas recomendações do primeiro painel de especialistas; uma segunda rodada de painel de especialistas para apreciação da segunda versão do modelo; a sistematização do material empírico oriundo da segunda oficina; as reformulações do modelo; a avaliação da validade de conteúdo da terceira versão do modelo, e por fim, a elaboração da versão final do modelo teórico. Estas etapas foram inspiradas nas proposições de Medina e colaboradores (2005) e de Streiner e colaboradores (2015).

O levantamento bibliográfico, primeira etapa deste estudo, foi realizado nos meios eletrônicos buscando-se publicações referentes à PAAS no espaço escolar da Educação Infantil, abrangendo prioritariamente documentos orientadores de políticas públicas oriundos de órgãos governamentais, de organismos e de entidades da sociedade civil nacionais e internacionais, além de normativas e marcos legais brasileiros que abordam a PAAS no ambiente escolar. Os temas priorizados foram: alimentação escolar, ambiente alimentar escolar, EAN voltada à Primeira Infância, arcabouço legal para a prática da AAS em UEI, marcos e ações de PAAS no ambiente escolar e de proteção à infância.

Além desse levantamento inicial, a revisão foi complementada por meio de buscas ativas durante a leitura dos documentos encontrados: quando um documento citava ou considerava outro documento sobre o tema no corpo do texto ou na lista de referências, o mesmo era localizado e incluído na revisão bibliográfica. A elaboração do modelo teórico teve também como base inspiradora a publicação do Ministério da Saúde intitulada “A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável”, que disponibiliza um roteiro de autoavaliação institucional para organização de ações de PAAS nessas unidades (BRASIL, 2018b).

Concomitantemente, realizou-se a sistematização das ações PAAS em UEI recomendadas nos achados da literatura, com posterior síntese dos mesmos no formato de quadro. Com base na síntese dessas ações, foram identificados os elementos constitutivos da primeira versão do modelo teórico proposto, composto por esquema gráfico, acompanhado de um quadro contendo a descrição dos seus elementos e outro com as definições e os exemplos dos seus componentes, que foram elaborados utilizando-se o programa *Microsoft Word*. Com base na experiência da equipe de pesquisa (autora e suas orientadoras), novos elementos foram incluídos para complementar aqueles identificados na síntese da literatura.

Para o aprimoramento do modelo teórico, foi utilizada a técnica de painel de especialistas, no formato de oficina realizada por meio de plataforma virtual gravada, mediante o consentimento dos participantes. As oficinas tiveram como objetivos centrais a análise e o aprimoramento dos esboços do modelo teórico. Para os painéis de especialistas foram convidados, por e-mail e contato via *Whatsapp*, pesquisadores e profissionais com experiência nas áreas de nutrição e de educação, de diferentes instituições e estados do país, identificados por meio de informantes-chave das áreas citadas e por meio de indicação dos próprios convidados. Dez dias antes das oficinas foi enviado o material para leitura prévia em formato *Portable Document Format* (PDF), composto de: roteiro da oficina, resumo do projeto para a contextualização da pesquisa e respectiva versão do modelo teórico (esquema gráfico e seus quadros explicativos).

O programa da primeira oficina abarcou: acolhida; apresentação das participantes, e atividade de “aquecimento” para o tema, que consistiu na construção coletiva de uma “nuvem de palavras”, através do site *Mentimeter*, no qual as especialistas foram solicitadas a responder à pergunta “O que não pode faltar na promoção da alimentação adequada e saudável em unidades de Educação Infantil?”, sendo possível registrar até três palavras ou termos curtos. Depois, houve a apresentação, pela autora da tese, da pesquisa, do quadro síntese da literatura sobre práticas de PAAS na Educação Infantil e da versão preliminar do modelo teórico. Em sequência, houve uma rodada de esclarecimentos em plenária e, então, as especialistas foram divididas em dois grupos mediados pelas orientadoras desta tese. Durante a discussão em grupo, as especialistas foram convidadas a contribuir com suas impressões gerais sobre o modelo (esquema gráfico e quadros explicativos); sugestões sobre conteúdos a serem incluídos, excluídos ou editados/detalhados; comentários adicionais sobre as representações gráficas dos componentes do modelo, e sugestões de como representar graficamente os agentes no modelo. Posteriormente, em plenária, as relatoras de cada grupo apresentaram os principais pontos levantados, e, por fim, foi realizada uma rodada final de compartilhamento de apontamentos.

Após a primeira oficina, o material empírico levantado pelas especialistas foi sistematizado e examinado pelas pesquisadoras à luz do referencial adotado para a construção do modelo teórico. Foram incorporados os conteúdos oriundos das sugestões das especialistas no modelo (esquema gráfico e quadros explicativos). O aprimoramento do esquema gráfico contou com o trabalho de uma *designer* profissional, realizado sob orientação da equipe de pesquisa.

Foi realizada uma nova oficina, para a apreciação da segunda versão do modelo teórico, onde foram convidadas as mesmas especialistas que haviam opinado na primeira oficina e, também, uma especialista com quem um membro da equipe de pesquisa estava cooperando à época. O roteiro das atividades da segunda oficina abarcou: acolhida; apresentação da segunda versão do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil (esquema gráfico e quadros explicativos), pela autora da tese, e rodada de impressões gerais/dúvidas e debates em plenária sobre o esquema gráfico e cada um dos dois quadros explicativos.

As perguntas disparadoras do debate sobre esquema gráfico foram: impressões gerais; há conteúdos a serem incluídos, excluídos ou editados/detalhados?; as soluções gráficas dadas para ações e agentes foram suficientes?; as soluções gráficas dadas para o esquema em geral estão compreensíveis?; as cores usadas estão adequadas?; sugestões de ajustes; comentários sobre as representações gráficas dos componentes do modelo; a forma de representar os agentes no modelo está adequada/foi suficiente? Sugestões, e comentários adicionais sobre o esquema gráfico. As perguntas disparadoras do debate sobre o primeiro quadro explicativo foram: impressões gerais; há conteúdos a serem incluídos, excluídos ou editados/detalhados?; a descrição dada a cada elemento do modelo foi suficiente?, e comentários adicionais sobre este quadro explicativo. As perguntas disparadoras do debate sobre o segundo quadro explicativo foram: impressões gerais; há conteúdos a serem incluídos, excluídos ou editados/detalhados?; as soluções dadas para expressar os contextos estão compreensíveis?; os exemplos de prática foram suficientes?; sugestões de exemplos de prática; a solução para expressar as sugestões dos agentes envolvidos nas ações foi suficiente?; sugestões de agentes envolvidos, e comentários adicionais sobre este quadro explicativo.

A segunda rodada de análises, discussões e sugestões foi sistematizada e examinada pelas pesquisadoras. Novos conteúdos e sugestões de *layout* foram incorporados na terceira versão do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil, produzida pela mesma *designer*, sob orientação da equipe de pesquisa.

A terceira versão do modelo teórico passou por avaliação da validade de conteúdo. Esta foi avaliada por meio de procedimento qualitativo (comentários) e quantitativo (taxa de validade de conteúdo). A taxa de validade de conteúdo, em inglês *Content Validity Ratio* (CVR), é um método que foi desenvolvido por Lawshe (1975) e modificada por Waltz e Bausell (1981) e Lynn (1986). Mais comumente utilizada para avaliar instrumentos, conforme proposto por Streiner e colaboradores (2015), este método também vem sendo utilizado na validação de conteúdo de modelos teóricos (OLIVEIRA; CASTRO, 2022). Foi convidado para esta etapa o mesmo grupo de especialistas que havia participado das duas oficinas. Cada

especialista recebeu um documento de apoio para a avaliação, em formato PDF, apresentando a nova versão do modelo teórico (esquema gráfico e quadros explicativos), e um documento via *Google Forms* (APÊNDICE B) com uma lista dos aspectos do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil a serem avaliados. As especialistas avaliaram cada aspecto em uma escala de quatro pontos, considerando: 4 = “altamente relevante”; 3 = “bastante relevante” ou “altamente relevante, mas precisa ser reescrita”; 2 = “pouco relevante” e 1 = “não relevante”.

O CVR de cada aspecto foi obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CVR = \frac{n_e - \frac{N}{2}}{\frac{N}{2}}$$

Onde “ n_e ” é o número de especialistas que classificaram cada aspecto como “essencial” (4 ou 3) e “ N ” é o número total de respondentes. O CVR varia entre -1 e +1 e o valor de 0 significa que metade do painel considera o aspecto essencial. Para garantir que o resultado não seja devido ao acaso, Lawshe (1975) recomendou um valor de 0,99 para cinco ou seis avaliadores (o número mínimo), 0,85 para oito avaliadores e 0,62 para dez avaliadores. Aspectos com valores abaixo dessas referências deveriam ser descartados. Quanto ao procedimento qualitativo, no documento entregue, havia espaço para comentários sobre cada aspecto do modelo que o avaliador considerasse que deveria ser incluído, excluído ou editado, e perguntas referentes à clareza do esquema gráfico e de seus quadros explicativos.

Foi dado o prazo de um mês para as especialistas realizarem a avaliação. Na sequência, foram sistematizados os resultados e realizados os ajustes finais no modelo teórico.

4.3 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi realizada de acordo com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas regulamentadoras de pesquisas científicas que envolvem seres humanos (CNS, 2012; CNS, 2016), e com as orientações para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual, segundo o ofício circular nº 2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (BRASIL, 2021). A pesquisa foi aprovada pelo

Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ (parecer de número 5.811.823/2022 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 62602822.5.0000.5259) (ANEXO).

Participaram da pesquisa em ambiente virtual as especialistas que concordaram e assinaram individualmente e digitalmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) e o Termo de autorização de uso de imagem e som (APÊNDICE D), via *Google Forms*, referente às respectivas etapas do estudo. As participantes receberam por e-mail cópias dos documentos assinados.

As oficinas foram gravadas em ambiente virtual, com consentimento das participantes, e transcritas na íntegra somente em equipamentos das pesquisadoras. As gravações foram utilizadas apenas para fins desta pesquisa. Os dados coletados foram armazenados em dispositivo eletrônico local, apagando-se os registros de plataformas virtuais ou “nuvem”, e sistematizados em conjunto em meio digital. Assim, nenhuma resposta foi exposta de forma individual, mantendo o anonimato das participantes.

A pesquisa apresentou riscos mínimos às participantes, relacionados a possíveis constrangimentos em responder a alguma pergunta, ao tempo de duração das oficinas, estimado em aproximadamente três horas cada, e ao tempo necessário para o preenchimento do formulário eletrônico de avaliação da validade de conteúdo do modelo.

Os resultados do estudo serão compartilhados com a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde e a coordenação do PNAE no FNDE, do Ministério da Educação.

4.4 Financiamento

O estudo contou com apoio financeiro, operacional e logístico do Núcleo de Alimentação e Nutrição em Políticas Públicas, do Instituto de Nutrição da UERJ, no qual está inserido.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Síntese de possíveis ações de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

O levantamento bibliográfico foi realizado no período de agosto de 2019 a novembro de 2022, sendo identificados 30 publicações referentes à PAAS no espaço escolar da Educação Infantil (Quadro 8). Realizou-se uma leitura horizontal dos achados do levantamento bibliográfico para uma primeira identificação dos elementos e temas recorrentes que dialogassem com a questão da PAAS no ambiente escolar. Num segundo momento, retornou-se aos documentos lidos para extração e compilação de trechos que explicitassem diretrizes, recomendações, orientações e normas para a PAAS. Em seguida, foi realizada a sistematização desses trechos, que foram agrupados segundo a convergência de ideias-chave.

Quadro 8 – Publicações referentes à promoção da alimentação adequada e saudável no espaço escolar da Educação Infantil identificadas em levantamento bibliográfico. Rio de Janeiro, 2022.

| Referência* | Título |
|---------------|--|
| BRASIL, 1988b | Constituição da República Federativa do Brasil. |
| BRASIL, 1996 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. |
| BRASIL, 2006d | Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. |
| BRASIL, 2006g | Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil. |
| BRASIL, 2009a | Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, nº 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. |
| BRASIL, 2009b | Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. |
| BRASIL, 2009e | Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. |
| BRASIL, 2013e | Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. |
| BRASIL, 2018b | A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável: livreto para os gestores. |
| BRASIL, 2018c | Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Educação Infantil. |
| BRASIL, 2018f | Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. |
| BRASIL, 2019 | Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. |

| | |
|--|--|
| BRASIL, 2020a | Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. |
| BRASIL, 2020d | Nota Técnica nº 1879810/2020/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.026795/2016-60. Assunto: Alterações dos aspectos de Alimentação e Nutrição e de Segurança Alimentar e Nutricional da Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. |
| BRASIL, 2022a | Nota técnica nº 3049124/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.022849/2022-66. Assunto: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar no contexto do PNAE. |
| BRASIL, 2022b | Nota técnica nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.005938/2022-48. Assunto: Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação. |
| BRASIL, 2022c | Nota técnica nº 2974175/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.017554/2022-78. Assunto: Posicionamento Técnico e Orientações Gerais sobre o Comércio de Alimentos dentro das Escolas da Rede Pública de Educação Básica contempladas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. |
| BRASIL, 2022d | Ministério da Saúde e FNDE juntos na prevenção da obesidade infantil. Boletim informativo 1 – PDDE e Proteja. |
| CMDCA-Rio, 2013 | Deliberação nº 1.042/2013 DS/CMDCA. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal pela Primeira Infância do Rio de Janeiro. |
| CNJ, 2020 | Pacto Nacional pela Primeira Infância. Cartilha de Boas Práticas - Governo. |
| Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2005 | Lei estadual nº 4.508, de 11 de janeiro de 2005. Proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona. |
| OPAS; OMS, 2014 | Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes. |
| OPAS, 2011 | Recomendaciones de la Consulta de Expertos de la Organización Panamericana de la Salud sobre la promoción y publicidad de alimentos y bebidas no alcohólicas dirigida a los niños en la Región de las Américas. |
| Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2002 | Decreto nº 21.217, de 1º de abril de 2002. Proíbe no âmbito das unidades escolares da rede municipal de ensino adquirir, confeccionar, distribuir e consumir os produtos que menciona. |
| RNPI, 2010 | Plano Nacional pela Primeira Infância. |
| RNPI, 2015 | A criança e o espaço - a cidade e o meio ambiente. |
| SME-SP, 2018 | Informativo técnico SME/CODAE nº 09, de julho de 2018. Apresentação do tema, vantagens do aleitamento materno e ações de promoção ao aleitamento materno. |
| SME-SP | Orientações para oferta do Leite Materno no CEI. Orientações para a mãe. |
| UNICEF, 2019 | Situação Mundial da Infância 2019. Criança, alimentação e nutrição: Crescendo saudável em um mundo em transformação (Sumário Executivo). |
| UNICEF, 2020 | Curso EAD Comer saudável, crescer saudável. |

Legenda: *Ordem alfabética.

Fonte: A autora, 2023.

A partir desta sistematização foi construído um quadro da síntese desse levantamento bibliográfico das práticas de PAAS em UEI (Quadro 9), no qual o compilado oriundo da literatura foi reunido de acordo com os assuntos abordados, a fim de expressar ações concretas. Desta forma, uma ou mais referências deram origem a ações de PAAS passíveis de serem colocadas em prática em UEI. Estas ações são apresentadas agrupadas segundo ideias-chave e as vertentes da PAAS: incentivo, apoio, proteção e ações transversais. Ações e assuntos não identificados no levantamento bibliográfico e que foram incluídos no quadro pela autora encontram-se grafados em itálico.

Quadro 9 - Síntese das ações de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes, baseada em levantamento bibliográfico*. Rio de Janeiro, 2022.

| Incentivo** |
|--|
| Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional transversalmente no currículo escolar*** |
| <ul style="list-style-type: none"> - Utilizar o documento Caderno de atividades – promoção da alimentação adequada e saudável – Educação Infantil para apoiar o desenvolvimento das atividades de EAN, que apresenta sugestões de atividades pedagógicas que apresentam interface com o currículo e com as dimensões da alimentação e favorecem a integração entre saúde e educação e sugestões de atividades (BRASIL, 2022a, p. 15, Ponto 6.1); - Utilizar a Nota Técnica nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE – Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação, como apoio técnico para as ações de EAN (BRASIL, 2022a, p. 15, Ponto 6.1); - Ofertar atividades de EAN substanciadas nos princípios e diretrizes dos guias alimentares do Ministério da Saúde, da NBCAL e das normativas do FNDE (BRASIL, 2022d, p. 3); - Utilizar o Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos no desenvolvimento de ações de EAN nas UEI (BRASIL, 2019, p. 7); - Incluir temas de alimentação e nutrição nas aulas e demais atividades pedagógicas em articulação com o currículo, utilizando como referência o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Marco de Referência para EAN nas Políticas Públicas (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.3.1); - Realizar ações de EAN articuladas de forma transversal ao currículo escolar e junto aos demais membros da comunidade escolar (profissionais da UEI, pais/responsáveis, alunos) com vistas à difusão das recomendações do Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos e à promoção da alimentação saudável e que sejam sensíveis à cultura alimentar local (BRASIL, 2022a, p. 15, Ponto 6.1); - Incluir conteúdos relativos à EAN como tema transversal (BRASIL, 1996, Capítulo II, Seção I, Artigo 26, Parágrafo 9-A); - Desenvolver projetos que articulem as atividades pedagógicas das diferentes áreas de conhecimento escolar e/ou disciplinas tendo EAN como tema transversal articulador de saberes (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1 e p. 7, Ponto 5.3.1); - Desenvolver atividades de EAN de forma transversal ao currículo e transdisciplinar, que se valham dos diferentes saberes e temas relacionados à alimentação, nos campos da cultura, da história, da geografia, dentre outros, para que os alimentos e a alimentação sejam conteúdo de aprendizado específico e também recurso para aprendizagem de diferentes temas (BRASIL, 2020a, Capítulo III, Artigo 14, Parágrafo 2º); - Incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana, como direitos da criança, educação ambiental, EAN, educação em direitos humanos, bem como saúde, vida familiar e social, educação para consumo, ciência etc., preferencialmente de forma transversal e integradora, tratando-os de forma contextualizada (BRASIL, 2018f, p. 19 e 20); - Incorporar o tema AAS no projeto pedagógico da UEI, perpassando todas as áreas de estudo (BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso X; BRASIL, 2018c, p. 9; BRASIL, 2009e, p. 37); - Elaborar o projeto político pedagógico contemplando ações de EAN, envolvendo seus atores, e com a participação de todos os membros da comunidade escolar (BRASIL, 2022b, p. 9, Ponto 6); - Integrar as ações de EAN durante a elaboração do projeto político pedagógico, para que estas sejam realizadas ao longo do ano letivo (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1); - Incentivar os hábitos alimentares saudáveis, por meio de projetos pedagógicos, tais como oficinas educativas sobre o tema, elaboração de projeto de hortas, entre outros (BRASIL, 2022d, p. 5); - Incluir o tema da agricultura familiar no projeto político pedagógico e a participação do agricultor em atividades de EAN (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.2.1 e p. 7, Ponto 5.3.1); - Incluir a agricultura familiar local no currículo escolar e incentivar e apoiar a participação de agricultores familiares em processos pedagógicos e de ensino-aprendizagem com os estudantes na UEI (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.2.1, p. 7, Ponto 5.3.1 e p. 8, Ponto 5.5); - Prever a participação da equipe da alimentação escolar no processo de planejamento pedagógico para discutir, identificar, ampliar e potencializar as possibilidades de ações de EAN (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1 e p. 6, Ponto 5.3.1); - Reconhecer a participação da merendeira como membro ativo da equipe escolar e da sua função educativa, envolvendo-a nas atividades pedagógicas, valorizando os seus saberes e possibilitando o compartilhamento desses saberes na UEI (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1 e p. 7, Ponto 5.3.1); - Reforçar a participação das merendeiras na elaboração do projeto político pedagógico e nas ações de EAN, valorizando-as e estimulando-as a reconhecerem seu papel e atuarem como educadoras (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1); - Elaborar atividades com conteúdos relacionados à EAN para os estudantes (UNICEF, 2020); - Desenvolver atividades de EAN que mobilizem a comunidade escolar e sejam desenvolvidas dentro e fora de sala de aula (BRASIL, 2018b, p. 5); - Realizar ações de EAN regularmente junto aos estudantes e à comunidade escolar, para promoção da alimentação adequada e saudável, de forma intersetorial, articulando as equipes da área de assistência social, da saúde e da educação, além das famílias, que dialoguem com a realidade local (BRASIL, 2022a, p. 15, Ponto 6.1); - Realizar ações de EAN e de atividade física nas escolas, principalmente por meio do PSE (BRASIL, 2022d, p. 3); - Realizar atividades de EAN no espaço escolar, oferecendo subsídios técnicos e materiais aos membros da equipe escolar para que tenham motivação e condições para a elaboração e desenvolvimento das ações de EAN (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1); - Adquirir materiais de consumo, tais como sementes e mudas de plantas e material de proteção (BRASIL, 2022d, p. 7); - Evitar a associação de alimentos não saudáveis às atividades de EAN, livros didáticos e eventos patrocinados em escolas (BRASIL, 2022d, p. 3); |

- Explorar e adotar metodologias ativas e dialógicas, participativas, problematizadoras, lúdicas e colaborativas para a execução das ações de EAN na UEI, potencializando a reflexão, o diálogo e a integração entre os participantes (BRASIL, 2022b, p. 3, Ponto 4.4, p. 5, Ponto 5.2.1 e p. 7, Ponto 5.3.1);
 - Desenvolver atividades de EAN com os estudantes de forma lúdica, orgânica e vivencial, incluindo a prática culinária e o cultivo de hortas no ambiente escolar, domiciliar e comunitário (BRASIL, 2018c, p. 12; CMDCA-Rio, 2013, p. 11; BRASIL, 2009e, p. 20; RNPI, 2015, p. 24 e 25; BRASIL, 2006d, Artigo 3º Inciso II; BRASIL, 2020a, Capítulo III, Artigo 14, Parágrafo 2º; UNICEF, 2020);
 - Desenvolver ações de EAN que considerem os hábitos alimentares e os reconheçam como expressão de manifestações culturais e regionais (BRASIL, 2006d, Artigo 3º, Inciso I);
 - Desenvolver atividades pedagógicas que tenham como tema a relação ser humano e natureza/terra/produção de alimentos com base no saber popular dos agricultores familiares (BRASIL, 2022b, p. 7, Ponto 5.3.1);
 - Organizar visitas guiadas dos estudantes ao local de produção dos agricultores familiares e a outros espaços como feiras livres (BRASIL, 2022b, p. 7, Ponto 5.3.1);
 - Usar e valorizar a cozinha e o refeitório escolar, o comércio local, feiras e mercados como ambientes de aprendizagem (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.3.1);
 - Estimular as crianças a sentarem-se à mesa, a manipularem os seus talheres e a alimentarem-se sozinhas, sob supervisão, a fim de desenvolverem o autocuidado (BRASIL, 2018c, p. 21; BRASIL, 2009e, p. 20);
 - Incentivar a participação das crianças na arrumação das mesas e dos utensílios, antes e após as refeições (BRASIL, 2009e, p. 20);
 - Estimular cotidianamente a adequada hidratação pelas crianças (UNICEF, 2020);
 - Estimular cotidianamente o consumo pelas crianças de alimentos *in natura* ou minimamente processados (UNICEF, 2020);
 - Estimular o consumo de alimentos saudáveis que tenham menor aceitação (como frutas e verduras) investindo-se no uso de temperos naturais e especiarias e em técnicas de preparo das refeições (UNICEF, 2020);
 - Orientar cotidianamente as crianças a evitar o consumo de alimentos ultraprocessados (UNICEF, 2020);
 - Alertar cotidianamente as crianças sobre os riscos do consumo excessivo de sal, açúcar e gordura saturada presente em doces, bolos, biscoitos, refrigerantes, salgadinhos, salsichas, presunto (UNICEF, 2020);
 - Orientar cotidianamente as crianças que o momento da alimentação seja visto como uma interação social e ótima oportunidade de convivência com familiares e amigos (UNICEF, 2020);
 - Destacar cotidianamente para as crianças que a alimentação da família deve ser de responsabilidade de todos da família, inclusive de crianças (UNICEF, 2020);
 - Orientar cotidianamente as crianças sobre a importância de práticas alimentares tradicionais, por exemplo, por meio de receitas familiares (UNICEF, 2020);
 - Promover e apoiar hortas em ambientes institucionais, como escolas (BRASIL, 2022d, p. 3);
 - Ensinar às crianças os ciclos dos alimentos e os tipos característicos de sua região, conectando-as com a vida natural e estimulando hábitos saudáveis desde cedo, e promover visitas escolares a suas comunidades (RNPI, 2015, p. 20);
 - Buscar a conexão da cadeia de produção dos alimentos ao processo educativo, inserindo o agricultor familiar como agente enriquecedor dessa discussão e aprendizagem (BRASIL, 2022b, p. 7, Ponto 5.3.1);
 - Contribuir com a formação crítica dos alunos quanto a informações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais e redes sociais (RNPI, 2010, p. 101; BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.3.1);
 - Capacitar as crianças para a exigibilidade do direito à AAS (UNICEF, 2019, p. 8);
 - Reconhecer como sujeitos da formação e atores sociais da EAN os seguintes atores sociais do PNAE: gestores, professores, coordenadores pedagógicos, profissionais que preparam a alimentação escolar (merendeiras), nutricionistas e agricultores(as) familiares (BRASIL, 2022b, p. 3, Ponto 4.3);
 - Incluir os membros dos CAE e pais/mães ou responsáveis dos alunos como atores sociais da EAN (BRASIL, 2022b, p. 3, Ponto 4.3);
 - Incluir/envolver os estudantes como atores sociais da EAN, proporcionando-lhes uma participação mais ativa no processo como protagonistas das ações (BRASIL, 2022b, p. 3, Ponto 4.3, p. 5, Ponto 5.2.1 e p. 7, Ponto 5.3.1);
 - Envolver ativamente os atores sociais da EAN com os processos de aprendizagem, desenvolver ações de participação e integração dentro do ambiente escolar, reconhecendo e incentivando o seu potencial educativo (BRASIL, 2022b, p. 9, Ponto 6);
 - Criar mecanismos de aproximação e diálogo entre os agricultores familiares e os demais membros da comunidade escolar, com a valorização e a promoção da troca de saberes (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.2.1 e p. 7, Ponto 5.3.1);
 - Fortalecer o papel de articuladores e mediadores dos membros do CAE quanto às demandas educacionais, especialmente no que diz respeito à EAN, junto aos gestores da escola (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.2.1);
 - Dar suporte ao(s) nutricionista(s) e/ou à equipe da alimentação escolar para execução das ações de EAN planejadas (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1);
 - Documentar as ações de EAN (BRASIL, 2020a, Capítulo III, Artigo 14, Parágrafo 4º);
- Desenvolver atividades de EAN articuladas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e à Base Nacional Curricular Comum****.*

Sensibilização/motivação/educação/orientação das famílias para uma alimentação adequada e saudável***

- Utilizar o Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos nas recomendações e informações sobre alimentação de crianças a serem passadas para as famílias (BRASIL, 2019, p. 7);
- Envolver e apoiar a participação da família na elaboração do projeto político pedagógico e em atividades de EAN que permitam o compartilhamento de saberes (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.2.1);
- Propiciar e incentivar a formação de grupos de discussão e de oficinas práticas criativas voltadas para a família que utilizem abordagens dialógicas e promovam debates e reflexões sobre práticas saudáveis de vida (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.2.1);
- Elaborar oficinas práticas formativas para a família dos estudantes com o tema da AAS (BRASIL, 2022b, p. 7, Ponto 5.3.1);

- Incentivar a visita da família às dependências da escola para conhecer a alimentação escolar, a cozinha, o refeitório e a merendeira da escola, promovendo a integração com a comunidade escolar (BRASIL, 2022b, p. 6, Ponto 5.2.1);
 - Divulgar o cardápio da UEI para as famílias (BRASIL, 2019, p. 193);
 - Mobilizar a comunidade escolar para que entenda o funcionamento do PNAE e valorize a alimentação escolar (BRASIL, 2022b, p. 9, Ponto 6);
 - Reforçar a corresponsabilidade da família e a importância de sua participação no processo do estabelecimento da AAS no ambiente escolar (BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso III);
 - Desenvolver ações de EAN de incentivo e de apoio às mães para a prática da amamentação no âmbito das UEI, utilizando-se de vários instrumentos técnicos disponíveis (BRASIL, 2022a, p. 9, Ponto 4.6.1);
 - Desenvolver campanhas de promoção da amamentação como o Dia Nacional de Doação de Leite Humano, a Semana Mundial da Amamentação, e o mês da amamentação, o Agosto Dourado (BRASIL, 2022a, p. 2, Ponto 4.1);
 - Disseminar informações sobre os direitos da mulher trabalhadora que amamenta e contribuir para o cumprimento da NBCAL (BRASIL, 2022a, p. 2, Ponto 4.1);
 - Divulgar às famílias e à comunidade escolar a possibilidade e a importância de manutenção da amamentação após o ingresso do bebê na UEI (CNJ, 2020, p. 22);
 - Orientar e encorajar as mães a manterem a amamentação mesmo após a entrada da criança na UEI (BRASIL, 2018b, p. 15; SME-SP, 2018, p. 2);
 - Estimular e orientar para a amamentação no ambiente escolar (BRASIL, 2018b, p. 12, 13 e 15);
 - Estimular e apoiar as mães a continuarem a amamentar antes e depois do período que as crianças permanecem na UEI (BRASIL, 2018b, p. 13);
 - Oferecer informação às famílias sobre como apoiar a retirada do leite do peito e o seu armazenamento, caso as mães optem por essa prática, como por meio de diferentes estratégias de educação, informação e comunicação (BRASIL, 2018b, p. 17);
 - Incentivar a continuidade da amamentação, caso a criança menor de seis meses matriculada esteja utilizando fórmula infantil ou outro tipo de leite e ainda exista a possibilidade do retorno a amamentação exclusiva, com auxílio da família e de profissionais de saúde que assistem esse bebê. Para as crianças acima desta idade, incentivar a amamentação continuada até os dois anos ou mais, quando possível (BRASIL, 2022a, p. 9, Ponto 4.6.1);
 - Orientar a família a procurar ajuda de um profissional de saúde nos casos de crianças menores de nove meses que se alimentam com outros alimentos substitutos do leite humano para a adequada substituição e orientação sobre suplementação com micronutrientes (BRASIL, 2022a, p. 9, Ponto 4.6.1);
 - Propor atividades que mobilizem e envolvam a família dos estudantes, como entrevistas e produção textual para conhecer os hábitos familiares, receitas de família etc. (BRASIL, 2022b, p. 7, Ponto 5.3.1);
 - Capacitar as famílias para a exigibilidade do direito à AAS (UNICEF, 2019, p. 8);
 - Criar oportunidade de discussão sobre as mídias (RNPI, 2010, p. 101);
 - Capacitar famílias e cuidadores a tomar as melhores decisões para proteger as crianças contra o *marketing* (UNICEF, 2019, p. 17);
 - Discutir sobre os impactos dos sistemas alimentares sobre os ambientes sociais e os alimentares (UNICEF, 2020);
- Informar sobre os tipos de consistência dos alimentos a serem ofertados às crianças de acordo com a idade****;*
*Orientar sobre a importância da oferta de alimentos rejeitados pelas crianças novamente em novas ocasiões e utilizando diferentes formas de preparo****;*
*Informar os alimentos a serem evitados, de acordo com a idade das crianças****.*

Apoio**

Garantia de infraestrutura e rotinas para a manutenção da amamentação****

- Investir em espaço para sala de amamentação e lactário, que visam a um ambiente confortável para atender mães lactantes e a um espaço restrito para preparo e acondicionamento correto de alimentos para bebês (BRASIL, 2022a, p. 8, Ponto 4.4);
- Garantir infraestrutura, rotinas de acolhimento e orientações que permitam as mães amamentarem seus filhos(as) na UEI (BRASIL, 2018b, p. 15; BRASIL, 1988b, Itens 2.29 e 9.2.3; SME-SP, 2018, p. 2; BRASIL, 2022a, p. 7, Ponto 4.4);
- Oferecer apoio à amamentação incentivando e orientando as mães sobre a retirada do leite humano, oferecendo-o de forma segura e implementando salas de apoio à amamentação (BRASIL, 2022a, p. 2, Ponto 4.1 e p. 7, Ponto 4.4);
- Permitir que a sala de apoio à amamentação também seja utilizada pelas colaboradoras da UEI, incentivando-as e apoiando-as na manutenção da amamentação (BRASIL, 2022a, p. 8, Ponto 4.4);
- Implementar rotinas de orientação sobre a retirada do leite humano, armazenamento em casa e transporte para a UEI (BRASIL, 2018b, p. 15 e 17; BRASIL, 2022a, p. 3, Ponto 4.1);
- Garantir infraestrutura e rotinas que permitam às mães extraírem o leite na UEI e/ou levarem o leite extraído em casa para a UEI (BRASIL, 2018b, p. 12-15 e 17; SME-SP, 2018, p. 2; BRASIL, 2022a, p. 5, Ponto 4.3.2);
- Garantir infraestrutura e rotinas para o adequado recebimento e armazenamento do leite humano na UEI (BRASIL, 2018b, p. 13 e 14; SME-SP, 2018, p. 2; BRASIL, 2022a, p. 3, Ponto 4.1);
- Garantir infraestrutura e rotinas que permitam a amamentação e a oferta segura do leite retirado do peito na UEI (BRASIL, 2018b, p. 13-15; BRASIL, 2022a, p. 3, Ponto 4.1 e p. 16, Ponto 6.2);
- Oferecer à criança somente o leite de sua própria mãe (BRASIL, 2022a, p. 7, Ponto 4.3.4.3, Item a);
- Acordar com a família a frequência e a quantidade da oferta do leite humano entregue à UEI (SME-SP - Orientações para oferta do Leite Materno no CEI. Orientações para a mãe, p. 2; SME-SP, 2018, p. 2);
- Oferecer o leite humano à criança utilizando copinho, copo específico ou de transição, xícara ou colher individual e devidamente higienizado (SME-SP, 2018, p. 3; BRASIL, 2022a, p. 6, Ponto 4.3.4.1, Item g e Ponto 4.3.4.2, Item a);
- Estabelecer, juntamente com a Vigilância Sanitária Local, um protocolo de descarte do leite humano que não foi utilizado no mesmo dia em que foi entregue ou que sobrou no copinho (BRASIL, 2022a, p. 7, Ponto 4.3.5, Item a);
- Estimular e apoiar as mães a continuarem a amamentar antes e depois do período que as crianças permanecem na UEI (BRASIL, 2018b, p. 13).

Provimento de infraestrutura e rotinas que garantam a oferta de alimentação adequada e saudável***

- Seguir a legislação brasileira que exige o fornecimento de uma AAS para as crianças durante o período escolar por meio do PNAE, nos termos da Lei nº 11.947, de 16/06/2009 (BRASIL, 2022a, p. 14, Ponto 5.2.1);
- Dispor de orientações para a alimentação das crianças amamentadas e não amamentadas, de acordo com a idade, alinhadas ao plano alimentar na UEI (BRASIL, 2018b, p. 17);
- Dispor de cardápio variado e rico que atenda às necessidades nutricionais das crianças durante o período letivo, inclusive daquelas que demandam dietas especiais (BRASIL, 2009b, p. 48; BRASIL, 2009a, Artigo 4º);
- Dispor de cardápio tendo como base a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da AAS (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 17º);
- Dispor de cardápio que contenha alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis de alunas e alunos, atendendo às necessidades nutricionais conforme faixa etária e estado de saúde (BRASIL, 2022a, p. 14, Ponto 5.2.1);
- Adequar o cardápio para a oferta de uma maior quantidade de frutas, verduras e legumes (UNICEF, 2020; BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso VI);
- Dispor de cardápio que atenda às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou Quilombolas (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 17º, Parágrafo 3º);
- Dispor de cardápio que contenha informações sobre o horário e tipo de refeição, o nome e a consistência da preparação, os ingredientes que a compõem, bem como informações nutricionais de energia, macronutrientes e os micronutrientes prioritários, além da identificação e assinatura do nutricionista (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 17º, Parágrafo 6º e 7º);
- Incluir obrigatoriamente alimentos fonte de ferro heme no mínimo quatro dias por semana no cardápio. No caso de alimentos fonte de ferro não heme, estes devem ser acompanhados de facilitadores da sua absorção, como alimentos fonte de vitamina C (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 18º, Parágrafo 4º);
- Incluir obrigatoriamente alimentos fonte de vitamina A pelo menos três dias por semana no cardápio (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 18º, Parágrafo 5º);
- Disponibilizar o cardápio com as informações nutricionais em locais visíveis nas UEI e nos sítios eletrônicos oficiais da unidade e apresentá-lo periodicamente ao CAE para subsidiar o monitoramento da execução do PNAE (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 17º, Parágrafo 8º e 9º);
- Desenvolver e divulgar opções de alimentos e refeições saudáveis na UEI e estratégias que possibilitem essas escolhas (BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso V e VII);
- Elaborar Fichas Técnicas para todas as preparações do cardápio, contendo receituário, padrão de apresentação, componentes, valor nutritivo, quantidade per capita, custo e outras informações (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 17º, Parágrafo 10º);
- Garantir oferta de água potável, com bebedouros em condições higiênico-sanitárias adequadas (OPAS; OMS, 2014, p. 19; BRASIL, 2009e, p. 20; BRASIL, 2022d, p. 3);
- Garantir a oferta de alimentos adequados e saudáveis aos escolares, respeitando-se a cultura alimentar, as necessidades individuais, a fase da vida dos estudantes e garantindo-se as condições higiênico-sanitárias e o uso de utensílios e instalações adequados (BRASIL, 2022a, p. 16, Ponto 6.2);
- Adotar a prática da alimentação responsiva, garantir que o ambiente de alimentação seja agradável e com poucas distrações, garantir que a criança esteja sentada confortavelmente, de preferência de frente para o cuidador e para as outras pessoas; garantir que a comida seja saudável, saborosa e apropriada para a fase do desenvolvimento da criança e oferecida em uma programação previsível para que a criança provavelmente esteja com fome; encorajar e atender aos sinais da criança de fome e saciedade e responder às necessidades da criança de forma rápida, emocionalmente favorável, contingente e apropriada para o desenvolvimento (BRASIL, 2022a, p. 14, Ponto 5.2.2);
- Assegurar respeito ao grau de aceitação da criança, observar a adequação do tamanho da porção de alimento servida, evitar que a criança ingira grandes quantidades de líquidos junto às refeições, não forçar a criança a comer (UNICEF, 2020);
- Assegurar respeito aos hábitos, ao ritmo, ao período de desenvolvimento e à cultura regional das crianças (BRASIL, 2009e, p. 20; BRASIL, 2009a, Artigo 2º, Inciso I);
- Dispor de local para os momentos de alimentação arejado, acolhedor e que comporte o número de crianças atendidas em cada horário e tempo suficiente para que as refeições sejam tranquilas (BRASIL, 2018b, p. 10);
- Oferecer a alimentação em um ambiente tranquilo, que permita à criança desfrutar do prazer da refeição e da companhia de todos (BRASIL, 2018b, p. 21);
- Reconhecer (educadores e crianças) que o aprendizado do ritual do comer junto envolve algumas regras, como horários e espaços destinados à refeição (BRASIL, 2018b, p. 21);
- Garantir o acesso a uma alimentação baseada em alimentos *in natura* ou minimamente processados, que contemple a presença dos diversos grupos de alimentos e que seja variada e oferecida de forma atrativa e saborosa (BRASIL, 2018b, p. 10; BRASIL, 2022a, p. 14, Ponto 5.2.1);
- Ofertar preferencialmente alimentos produzidos em âmbito local, pela agricultura familiar e pelos produtores familiares rurais (BRASIL, 2022a, p. 14, Ponto 5.2.1);
- Preparar a alimentação com diferentes consistências para oferecer uma AAS para cada idade (BRASIL, 2018b, p. 22);
- Propiciar às crianças momentos de alimentação como experiência lúdica (BRASIL, 2018b, p. 21);
- Assegurar possibilidade de convivência e socialização durante o compartilhamento da comida (BRASIL, 2018b, p. 21);
- Garantir cantinas escolares saudáveis (BRASIL, 2022d, p. 3, 5 e 8);
- Dispor de cantina escolar cujos itens constantes no cardápio a serem comercializados devem seguir as recomendações propostas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira e pela Resolução CD/FNDE nº 6/2020, tendo como base a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados e suas preparações culinárias, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar regional e pautar-se na sustentabilidade, na sazonalidade, na diversificação agrícola da região e na promoção da AAS (BRASIL, 2022c, p. 5 e 6, Ponto 4.21.1 a 4.21.4);

| |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Dispor de cantina escolar que disponibilize frutas in natura, salada de frutas, vitaminas e sucos naturais e que estes alimentos sejam oriundos, preferencialmente, de agricultores familiares locais ou associações, especialmente os alimentos orgânicos e agroecológicos (BRASIL, 2022c, p. 8, Ponto 4.22.4, 4.22.5 e 4.22.7); - Envolver todos os membros da comunidade escolar, com o diálogo e a escuta ativa, na execução da alimentação escolar, o que contribui com a melhoria do PNAE e de uma educação de qualidade (BRASIL, 2022b, p. 9, Ponto 6). |
| Atuação em situação de necessidades alimentares especiais*** |
| <ul style="list-style-type: none"> - Solicitar às famílias de crianças com necessidades alimentares especiais um relatório de saúde completo realizado por um médico (BRASIL, 2019, p. 193; BRASIL, 2018b, p. 22); - Dispor de cardápio diferenciado, variado e rico que atenda às necessidades nutricionais das crianças que demandam necessidades alimentares especiais durante o período letivo (BRASIL, 2009a, Artigo 4º; BRASIL, 2019, p. 193; BRASIL, 2018b, p. 22; BRASIL, 2009b, p. 48); - Registrar/comunicar aos funcionários da UEI os casos de necessidade alimentar especial (BRASIL, 2019, p. 193; BRASIL, 2018b, p. 22); - Fornecer a fórmula infantil indicada e adequada para a faixa etária e para as necessidades alimentares especiais (BRASIL, 2022a, p. 10, Ponto 4.6.3); - [Caso a UEI disponha de cantina] Disponibilizar, na cantina, uma opção de alimento e/ou preparação aos escolares portadores de necessidades alimentares especiais, tais como diabetes, doença celíaca, intolerância à lactose e outras alergias e intolerâncias alimentares (BRASIL, 2022c, p. 6, Ponto 4.21.5); <p><i>Possuir protocolo de oferta de refeições para crianças com suspeita ou diagnóstico de necessidade alimentar especial****.</i></p> |
| Proteção** |
| Garantia de controle higiênico-sanitário dos alimentos e preparações*** |
| <ul style="list-style-type: none"> - Atender à Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (BRASIL, 2022a, p. 5, Ponto 4.3); - Assegurar medidas de controle higiênico-sanitário que garantam condições físicas e processos adequados às boas práticas de manipulação de alimentos; procedimentos operacionais padronizados; armazenamento de alimentos e produção e distribuição de refeições, considerando a importância do uso da água potável para consumo (BRASIL, 2020a, Capítulo V, Seção 4, Artigo 42 e Parágrafo 1º; BRASIL, 2006d, Artigo 3º, Inciso III e Artigo 5º, Inciso IV); - Realizar registros de monitoramento e relatórios de inspeção sanitária (BRASIL, 2020a, Capítulo V, Seção 4, Artigo 42, Parágrafo 3º); - [Caso a UEI disponha de cantina] Seguir, na cantina, as normativas dos órgãos locais de vigilância sanitária no que se refere aos critérios higiênico-sanitários e da Resolução RDC ANVISA nº 216/2004, que estabelece Boas Práticas para Serviços de Alimentação, elaborando o seu Manual de Boas Práticas (BRASIL, 2022c, p. 10, Ponto 4.24.2 e 4.24.4); - [Caso a UEI disponha de cantina] Obedecer, na cantina, os critérios higiênico-sanitários dispostos em legislação, respeitando a biodiversidade e os hábitos locais e promovendo a segurança alimentar e nutricional dos alunos e da comunidade escolar (BRASIL, 2022c, p. 3, Ponto 4.6). |
| Prevenção de acidentes no ambiente de preparo e oferta de refeições*** |
| <ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar segurança às crianças fazendo com que as áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos sejam reservadas e de difícil acesso às crianças, evitando-se acidentes (BRASIL, 2006g, p. 26); - Distinguir e setorizar duas áreas distintas no refeitório: preparo de alimentos e refeição. Possibilitar boas condições de higiene, ventilação e segurança; prever mobiliário adequado tanto à refeição das crianças quanto à dos adultos (BRASIL, 2006g, p. 30). |
| Restrição de oferta, comércio e promoção de alimentos não saudáveis/ultraprocessados*** |
| <ul style="list-style-type: none"> - Proteger a amamentação e a ACS utilizando o instrumento legal NBCAL, que tem por objetivo regulamentar a comercialização e publicidade desses produtos e assegurar o seu uso apropriado de forma a proteger a amamentação (BRASIL, 2022a, p. 16, Ponto 6.3); - Limitar, obrigatoriamente, a oferta no cardápio de: produtos cárneos a, no máximo, duas vezes por mês; alimentos em conserva a, no máximo, uma vez por mês; líquidos lácteos com aditivos ou adoçados a, no máximo, uma vez por mês em unidades em período parcial e, no máximo, duas vezes por mês em unidades em período integral; biscoito, bolacha, pão ou bolo a, no máximo, duas vezes por semana quando ofertada uma refeição, em período parcial; a, no máximo, três vezes por semana quando ofertada duas refeições ou mais, em período parcial; e a, no máximo, sete vezes por semana quando ofertada três refeições ou mais, em período integral; doce a, no máximo, uma vez por mês; preparações regionais doces a, no máximo, duas vezes por mês em unidades em período parcial; e a, no máximo, uma vez por semana em unidades em período integral; margarina ou creme vegetal a, no máximo, duas vezes por mês em unidades em período parcial; e a, no máximo, uma vez por semana em unidades em período integral (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 18º, Parágrafo 6º, Incisos I-VII); - Proibir a oferta de gorduras trans industrializadas no cardápio (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 18º, Parágrafo 7º); - Garantir a não exposição das crianças a alimentos não saudáveis nem a ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo (BRASIL, 2022a, p. 16, Ponto 6.3); - Restringir a disponibilidade e a oferta de alimentos não saudáveis (incluindo aqueles com altos teores de gorduras, açúcar e sal) nas unidades escolares (OPAS, 2011, p. 11; BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso V); - Proibir a oferta de alimentos ultraprocessados na UEI (BRASIL, 2022a, p. 11, Ponto 5.1 e p. 14, Ponto 5.2.1); - Proibir, no âmbito das unidades escolares, a aquisição, confecção e distribuição de alimentos não saudáveis, ultraprocessados e ricos em colesterol, sódio e corantes artificiais, e bebidas alcoólicas (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2002, Artigo 1º, e Parágrafo único); - Adotar como medidas de proteção da alimentação saudável no âmbito das UEI: a não oferta de alimentos ultraprocessados na rotina da alimentação escolar; não oferta nem propaganda de alimentos ultraprocessados nas cantinas de escolas que possuem turmas de Educação Infantil; e a pactuação, com a comunidade escolar, da não inclusão de alimentos |

ultraprocessados nos lanches trazidos de casa ou nas comemorações realizadas na UEI; não realização de parcerias com conflito de interesses com empresas privadas (como as indústrias de alimentos) para, por exemplo, desenvolver atividades educativas com os estudantes (BRASIL, 2022a, p. 16 e 17, Ponto 6.3);

- Proibir a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para as crianças até três anos de idade, conforme orientações do FNDE (BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 18º, Parágrafo 7º);
- Não oferecer, no âmbito da UEI, preparações que tenham açúcar e/ou adoçantes como ingrediente, como bolos, biscoitos, doces e geleias e que os alimentos sejam adoçados com qualquer tipo de açúcar: branco, mascavo, cristal, demerara, açúcar de coco, xarope de milho, mel, melado ou rapadura (BRASIL, 2022a, p. 11, Ponto 5.1);
- Proteger as crianças da promoção e veiculação de publicidade e da comunicação mercadológica abusivas de produtos e/ou serviços, sejam elas diretas ou indiretas como apresentações, atividades, materiais e jogos patrocinados por empresas, mesmo que revestidos com propostas educacionais (BRASIL, 2022c, p. 9, Ponto 4.23.5);
- Proibir, na unidade escolar e na cantina escolar, qualquer tipo de propaganda, publicidade ou promoção por meio do patrocínio de atividades escolares, inclusive extracurriculares, divulgação de apresentações especiais e distribuição de brindes, prêmios ou bonificações de alimentos, preparações ou bebidas cuja comercialização consta como não recomendada nesta Nota Técnica nº2974175/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE (BRASIL, 2022c, p. 9, Ponto 4.23.7);
- Atentar, no ambiente escolar, para a não comercialização e o não recebimento de doações de alimentos ultraprocessados, preparações e bebidas com altos teores de calorias, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, com adição de edulcorantes (BRASIL, 2022c, p. 7, Ponto 4.21.6);
- Regular a comercialização e a comunicação mercadológica de alimentos e bebidas na cantina escolar (BRASIL, 2022c, p. 3, Ponto 4.8);
- [Caso a UEI disponha de cantina] Garantir que a cantina escolar respeite o cultivo de bons hábitos alimentares, ofereça e incentive o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, como frutas, legumes e verduras crus ou em preparações culinárias e bebidas adequadas e saudáveis, e observe a restrição ao comércio e à promoção comercial de alimentos ultraprocessados e às preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, favorecendo a prática de melhores escolhas alimentares pelos estudantes (BRASIL, 2022c, p. 4, Ponto 4.12 e 4.15);
- Proibir no âmbito das unidades escolares comercialização, promoção comercial e *merchandising* de alimentos e preparações não saudáveis (incluindo aquelas com altos teores de gorduras, açúcar e sal) (RNPI, 2010, p. 101; BRASIL, 2006d, Artigo 3º, Inciso IV; Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2002, Artigo 1º, e Parágrafo único; OPAS, 2011, p. 11 e 12);
- Proibir divulgar propaganda, comercializar, adquirir, confeccionar e distribuir em cantinas e similares instalados em unidades escolares alimentos não saudáveis/ultraprocessados, qualquer alimento manipulado na escola ou em ambiente não credenciado para confecção de preparação alimentícia, bebidas alcoólicas, alimentos com altos teores de gorduras e sódio, que contenham corantes, conservantes ou antioxidantes artificiais (observada a rotulagem nutricional disponível nas embalagens), alimentos sem rotulagem, composição nutricional e prazo de validade (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2005, Artigos 1º e 2º, e Parágrafo único);
- Dispor de orientação obrigatoriamente de um profissional da área de Nutrição, que será responsável pela análise técnica dos alimentos e o respectivo cardápio das cantinas escolares, que deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2005, Artigo 3º);
- Limitar a venda e a publicidade de "junkfood" nas proximidades das unidades escolares (UNICEF, 2019, p. 8);
- Identificar e prevenir conflitos de interesse no ambiente escolar, assim como qualquer engajamento com parceiros que possuem conflitos de interesse (BRASIL, 2022c, p. 9, Ponto 4.33.6).

Ações transversais**

Sensibilização/Capacitação/Formação continuada dos profissionais*** *****

Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos*****

- Apresentar o Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos à equipe de profissionais da UEI, abordando os temas AAS, amamentação, ACS, EAN, NBCAL (BRASIL, 2019, p. 194; BRASIL, 2020d, Ponto 4.36).

Promoção da amamentação*****

- Dispor de materiais educativos sobre alimentação de lactentes e crianças de primeira infância que contenham informações como: benefícios da amamentação e sua superioridade quando comparada aos seus substitutos; orientação sobre a alimentação adequada da gestante e da nutriz, com ênfase no preparo para o início e a manutenção da amamentação até dois anos de idade ou mais; efeitos negativos do uso de mamadeira, bico ou chupeta sobre a amamentação, em especial as dificuldades para o retorno à amamentação e os inconvenientes do preparo dos alimentos e da higienização desses produtos; implicações econômicas da opção pelos alimentos substitutivos do leite humano; prejuízos causados à saúde do lactente pelo uso desnecessário ou inadequado de alimentos artificiais; relevância do desenvolvimento de hábitos educativos e culturais reforçadores da utilização dos alimentos constitutivos da dieta familiar (BRASIL, 2018f; BRASIL, 2022a, p. 16, Ponto 6.3);

- Atentar para que os materiais educativos não contenham imagens ou textos que recomendem ou possam induzir o uso de chupetas, bicos, mamadeiras ou o uso de alimentos substitutivos do leite humano e não sejam produzidos ou patrocinados por empresas que fabriquem produtos abrangidos pela NBCAL (BRASIL, 2018f; BRASIL, 2022a, p. 16, Ponto 6.3);

- Capacitar os profissionais das UEI para promover a amamentação e para atuar na orientação quanto à continuidade da amamentação no ambiente escolar (BRASIL, 2018b, p. 17; SME-SP, 2018, p. 2);

- Capacitar os manipuladores e os cuidadores sobre o tema da amamentação e seus benefícios, importância da UEI para promoção da amamentação, boas práticas para recepção, armazenamento e oferta do leite humano e adequação dos processos e melhorias de acordo com as condições locais, com uma frequência mínima anual, de acordo com as necessidades das equipes (BRASIL, 2022a, p. 8, Ponto 4.5);

- Abordar sobre a importância de desenvolver ações de incentivo à manutenção da amamentação junto às famílias (CNJ, 2020, p. 21);

| |
|---|
| - Capacitar os funcionários responsáveis por recepcionar a criança na UEI quanto aos pontos que devem ser verificados na recepção do leite humano (BRASIL, 2022a, p. 5, Ponto 4.3.1). |
| Educação Alimentar e Nutricional***** |
| - Elaborar atividades com conteúdos relacionados à EAN para professores e merendeiras (UNICEF, 2020); - Realizar cursos e processos formativos permanentes com o objetivo de apoiar a reflexão sobre o tema da alimentação e o papel de educador de cada ator social (BRASIL, 2022b, p. 9, Ponto 6); - Auxiliar na formação de professores quanto à alimentação e nutrição (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1); - Mobilizar a comunidade escolar para que entenda o funcionamento do PNAE e valorize a alimentação escolar (BRASIL, 2022b, p. 9, Ponto 6). |
| Hábitos de consumo***** |
| - Refletir sobre valores e hábitos da sociedade de consumo, sobre o consumismo e a sustentabilidade do planeta (RNPI, 2010, p. 101). |
| Alimentação como parte do cuidado integral***** |
| - Considerar a alimentação como constituinte da educação e do cuidado integral (BRASIL, 2009e, p. 37). |
| Culinária***** |
| - Capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na UEI para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, abordando técnicas culinárias; recomendações para AAS; aspectos culturais e tradicionais (BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso II; BRASIL, 2018b, p. 22); - Treinar regularmente sobre consistência e porcionamento da alimentação para as crianças menores de dois anos de idade (BRASIL, 2018b, p. 22). |
| Manipulação de alimentos***** |
| - Oferecer cursos de atualização sobre aspectos higiênico-sanitários dos alimentos (UNICEF, 2020); - Capacitar periodicamente com vistas à implementação das boas práticas de manipulação de alimentos e dos Procedimentos Operacionais Padronizados (BRASIL, 2020a, Capítulo V, Seção 4, Artigo 42, Parágrafo 2º); - Discutir sobre noções relacionadas a condições higiênico-sanitárias no pré-preparo, preparo e distribuição de alimentos, no intuito de evitar que o alimento seja um veiculador de doenças (UNICEF, 2020); - Realizar registro de capacitação e mantê-los à disposição (BRASIL, 2020a, Capítulo V, Seção 4, Artigo 42, Parágrafo 3º). |
| Articulação com as famílias e comunidade***** |
| - Desenvolver atividades de articulação/integração/interação das famílias e da comunidade com a UEI (BRASIL, 1996, Artigo 12, Inciso VI e Artigo 13, Inciso VI; CNJ, 2020, p. 21); - Construir vínculos e fortalecer redes de proteção social das crianças em seus contextos sócio-familiares (CNJ, 2020, p. 21); - Assegurar o direito da família de conhecer, acompanhar e opinar sobre o cardápio oferecido na UEI (BRASIL, 2019, p. 193; BRASIL, 2009e, p. 20); - Organizar espaços para interação das famílias com profissionais que atuam na UEI, como nutricionista, para discutir sobre a qualidade da alimentação e para a realização de atividades educativas sobre alimentação saudável (BRASIL, 2019, p. 194); - Definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis (BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso I). |
| Parceria com outros setores ou instâncias*** |
| - Estabelecer parcerias que fortaleçam e ampliem as ações de promoção da amamentação nas UEI (CNJ, 2020, p. 21); - Estabelecer um canal de comunicação e diálogo com a equipe da unidade de Atenção Básica de Saúde local para discutir os casos de cada criança que chega à UEI, para apoio sobre casos de crianças com suspeita e com diagnóstico de alergia alimentar (BRASIL, 2018b, p. 17 e 22) e para avaliação do estado nutricional dos escolares (UNICEF, 2020); - Realizar ações para aproximar a UEI da unidade de Atenção Básica de Saúde situada no território (BRASIL, 2018b, p. 17); - Articular com Unidades Básicas de Saúde/Equipes de Saúde da Família, assim como do PSE para ações de EAN conjuntas (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1); - Manter diálogo permanente com a coordenação de alimentação escolar de maneira a ampliar e potencializar as possibilidades de ações de EAN (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1); - Buscar orientações, com a equipe técnica do PNAE e com a equipe de saúde do território, sobre a retirada e a conservação adequada do leite humano nas UEI (BRASIL, 2018b, p. 15); - Buscar parcerias livres de conflitos de interesses, apoiar e supervisionar a implantação de hortas escolares como espaços pedagógicos (BRASIL, 2022b, p. 5, Ponto 5.2.1); - Dispor de suporte intersetorial para favorecer a autonomia dos professores na formulação e aplicação de propostas pedagógicas (CMDCA-Rio, 2013, p. 10); - Desenvolver ações de educação em saúde favorecendo o estabelecimento de relações interpessoais cooperativas, estimulando o protagonismo infanto-juvenil, além de fortalecer os vínculos entre a equipe escolar e a comunidade (UNICEF, 2020); - Mobilizar sistemas de apoio – saúde e proteção social – para melhorar a alimentação e a nutrição de todas as crianças (UNICEF, 2019, p. 8). |
| Troca de informações e vivências com outras unidades de Educação Infantil*** |
| - Divulgar/compartilhar experiências da promoção da AAS com outras UEI da rede escolar, trocando informações e vivências (BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso VIII). |
| Avaliação*** |
| Estado nutricional das crianças***** |
| Monitorar o estado nutricional das crianças, com ênfase no desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e educação nutricional (BRASIL, 2006d, Artigo 5º, Inciso IX). |

| |
|---|
| Aceitabilidade do cardápio***** |
| Aplicar teste de aceitabilidade aos alunos sempre que introduzir no cardápio alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente (BRASIL, 2013e, Artigo 17º; BRASIL, 2020a, Seção II, Artigo 20º). |
| Alimentação das crianças**** ***** |
| Realizar avaliação inicial sobre as práticas alimentares de todas as crianças no ato de sua admissão na UEI****; Realizar avaliação continuada sobre as práticas alimentares de todas as crianças no decorrer do ano letivo****. |
| Atividades de Educação Alimentar e Nutricional**** ***** |
| Realizar avaliação das atividades de EAN desenvolvidas com a comunidade escolar na UEI****. |

Legenda: *Levantamento bibliográfico realizado no período de agosto de 2019 a novembro de 2022; **Vertente da promoção da alimentação adequada e saudável; ***Ideia-chave; ****Conteúdos não identificados no levantamento bibliográfico e incluídos pela autora; *****Educadores, gestores e manipuladores de alimentos; *****Temas para serem abordados nas capacitações; *****Aspectos para serem avaliados; AAS - alimentação adequada e saudável; UEI - unidade de Educação Infantil; EAN - Educação Alimentar e Nutricional; PSE - Programa Saúde na Escola; ACS - alimentação complementar saudável; NBCAL - Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras; PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar; CAE - Conselho de Alimentação Escolar; FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

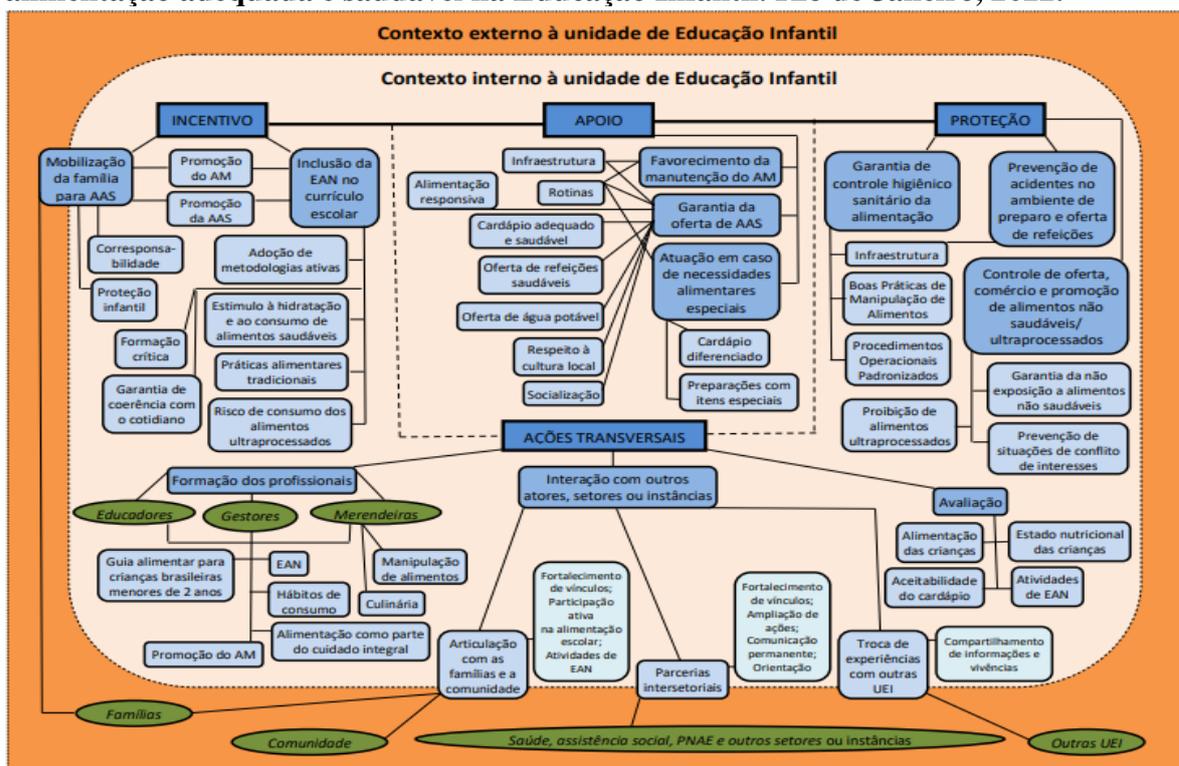
Fonte: A autora, 2022.

5.2 Elaboração da versão preliminar do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

A primeira versão do esquema gráfico (Figura 5) teve como objetivo expressar graficamente os componentes do modelo teórico. O primeiro quadro explicativo, inicialmente chamado de quadro de detalhamento dos elementos do modelo teórico das práticas de PAAS em UEI (Quadro 10), teve como objetivo detalhar, de forma minuciosa e didática, as informações apresentadas no esquema visual do modelo teórico. O segundo quadro, de definições e exemplos dos componentes do modelo (Quadro 11) teve, inicialmente, o objetivo de apresentar definições dos componentes e exemplos de práticas, segundo as vertentes de PAAS.

No processo de elaboração do modelo teórico de PAAS em UEI buscou focar as ações de alimentação e nutrição, e estas ações, da mesma forma que os documentos que as inspiraram, estão em consonância com toda a agenda da Educação Infantil. Buscou-se, também, reconhecer a importância dos contextos tanto interno quanto externo à UEI para a consecução das ações de PAAS na Educação Infantil.

Figura 5 - Primeira versão do esquema gráfico do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2022.



Legenda: AAS - alimentação adequada e saudável; EAN - Educação Alimentar e Nutricional; AM - aleitamento materno; UEI - unidades de Educação infantil; - contexto externo à unidade de Educação Infantil; - contexto interno à unidade de Educação Infantil; - agentes/atores; - vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável e ações transversais; - componentes do modelo teórico; - materialização dos componentes do modelo teórico; - detalhamento da materialização dos componentes do modelo teórico.

Fonte: A autora, 2022.

Quadro 10 - Detalhamento dos elementos do modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável em unidades de Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2022.

| Elemento | Detalhamento |
|--|--|
| Contexto externo à unidade de Educação Infantil | As condições do território; o tecido social; o nível de articulação que os diferentes agentes/atores, organizações, setores e instâncias que estão no entorno da unidade de Educação Infantil estabelecem e mantêm. |
| Contexto interno à unidade de Educação Infantil | Espaço físico (infraestrutura) e contexto institucional (correlações de força, cultura institucional e todos os elementos relacionados com a organização e todas as práticas e processos referentes à educação, aí incluídos os elementos da alimentação e nutrição) da unidade da Educação Infantil. |
| Educadores, gestores e merendeiras | Agentes internos da unidade de Educação Infantil que atuam diretamente junto ao processo de educação dos(as) alunos(as). |
| Famílias, comunidade, outras unidades de Educação Infantil, Programa Nacional de Alimentação Escolar, saúde, assistência social e outros setores ou instâncias | Agentes, instituições, organizações, instâncias e setores externos à unidade de Educação Infantil, que podem atuar direta ou indiretamente junto ao processo de educação dos(as) alunos(as). |
| Incentivo* | Ações que visam informar e motivar os indivíduos à adoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio de atividades de Educação Alimentar e Nutricional junto à comunidade escolar (profissionais da UEI, pais/responsáveis, estudantes), que informem, promovam a reflexão e motivem escolhas saudáveis. |
| Apoio* | Medidas que visam facilitar a adesão a práticas alimentares saudáveis, através da garantia da oferta de leite materno e de alimentos adequados e saudáveis aos estudantes, respeitando-se a fase da vida, as necessidades individuais e a cultura alimentar, garantindo-se as condições higiênico-sanitárias e o uso de utensílios e instalações adequados. |
| Proteção* | Ações voltadas à garantia da não exposição da comunidade escolar a alimentos não saudáveis, práticas alimentares e situações que representam risco à saúde, por exemplo, barreiras para o aleitamento materno, assim como à ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo. |
| Ações transversais | Apoiam as três vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável de diferentes formas. Ações de formação continuada dos profissionais, articulação com famílias e comunidade; parceria com outras instâncias e setores; e troca de experiências e informações com outras UEI legitimam, qualificam e fortalecem as ações de incentivo, apoio e proteção. O monitoramento e avaliação das iniciativas de incentivo, apoio e proteção da alimentação adequada e saudável, e dos processos e desfechos de saúde, subsidiam o (re)direcionamento das ações desenvolvidas. |

Legenda: *Vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável.

Fonte: A autora, 2022.

Quadro 11 - Definição e exemplos dos componentes do modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável em unidades de Educação Infantil de acordo com suas vertentes. Rio de Janeiro, 2022.

| Vertentes | Componentes | Definição | Exemplos de práticas |
|------------------|---|--|---|
| Incentivo | Inclusão da EAN no currículo escolar | É a prática de EAN incluída como tema transversal e transdisciplinar no currículo escolar. | Desenvolver atividades de EAN com os estudantes de forma lúdica, orgânica e vivencial, incluindo a prática culinária e o cultivo de hortas no ambiente escolar. |
| | Mobilização da família para AAS | É o ato de sensibilização, motivação, educação e orientação das famílias para uma AAS por meio de atividades de EAN. | Oferecer informação às famílias sobre como apoiar a retirada do leite do peito e o seu armazenamento, caso as mães optem por essa prática. |
| Apoio | Favorecimento da manutenção do AM | São ações que têm o objetivo de garantir infraestrutura e rotinas de acolhimento e orientações que permitam às mães/famílias manter o AM após o ingresso da criança na UEI. Entende-se que a promoção do AM está incluída na promoção da AAS, porém optou-se por se destacar o AM, tendo em vista as especificidades dessa prática e rotina, tanto no processo de síntese quanto no modelo, com vistas a não secundarizá-la. | Dispor de sala de amamentação de acordo com as normas e oferecer o leite materno à criança utilizando copinho, copo específico ou de transição, xícara ou colher individual e devidamente higienizado. |
| | Garantia da oferta de AAS | É o conjunto de ações capazes de prover infraestrutura e rotinas que garantam a oferta de AAS. | Adotar a prática da alimentação responsável, garantir que o ambiente de alimentação seja agradável e com poucas distrações; garantir que a comida seja oferecida em uma programação previsível para que a criança provavelmente esteja com fome; encorajar e atender aos sinais da criança de fome e saciedade. |
| | Atuação em caso de necessidades alimentares especiais | São ações voltadas para atender as necessidades nutricionais das crianças que apresentam necessidades alimentares especiais, como intolerância à lactose. | Solicitar às famílias de crianças com necessidades alimentares especiais um relatório de saúde completo realizado por um médico periodicamente. Possuir protocolo de oferta de refeições para crianças com suspeita ou diagnóstico de necessidade alimentar especial. |
| Proteção | Garantia de controle higiênico sanitário da alimentação | São medidas que garantam condições físicas e processos adequados às boas práticas de manipulação de alimentos; procedimentos operacionais padronizados; armazenamento de alimentos e produção e distribuição de refeições. | Atender à Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Higienizar a área de preparação do alimento quantas vezes forem necessárias e imediatamente após o término do trabalho. |
| | Prevenção de acidentes no ambiente de preparo e oferta de refeições | São medidas que visam evitar acidentes com as crianças nos ambientes da cozinha e refeitório. | Proporcionar segurança às crianças fazendo com que as áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos sejam reservadas e de difícil acesso às crianças. |
| | Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos não saudáveis/ultraprocessados | É o ato de controlar, no âmbito da UEI, a exposição das crianças a alimentos cujo consumo apresenta risco para a saúde a curto e longo prazos, por meio de oferta, comércio e promoção. Compreende também a prevenção de situações de conflito de interesses. | Proibir a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para as crianças até três anos de idade, conforme orientações do FNDE. Não realizar parcerias com empresas privadas (como as indústrias de alimentos) para, por exemplo, |

| | | | |
|---------------------------|--|---|--|
| | | | desenvolver atividades educativas com os estudantes. |
| Ações transversais | Formação dos profissionais | Abarca sensibilização, capacitação e formação continuada de todos os profissionais da UEI (educadores, gestores e manipuladores de alimentos (merendeiras)) para promoção da AAS. | Realizar cursos e processos formativos permanentes com o objetivo de apoiar a reflexão sobre a temática da alimentação e o papel de educador de cada ator social. |
| | Interação com outros atores, setores ou instâncias | Envolve ações de articulação com as famílias e a comunidade, de parceria com outros setores ou instâncias e de troca de informações e vivências com outras UEI com vistas à promoção da AAS. | Assegurar o direito da família de conhecer, acompanhar e opinar sobre o cardápio oferecido na UEI. Buscar parcerias livres de conflitos de interesses, apoiar e supervisionar a implantação de hortas escolares como espaços pedagógicos. Compartilhar experiências da promoção da AAS com outras UEI da rede escolar. |
| | Avaliação | Ação que objetiva o fornecimento de informações oportunas sobre uma ação ou atividade planejada e executada com o propósito de construir um juízo de valor sobre ela e subsidiar consequentes ações cabíveis. | Aplicar teste de aceitabilidade aos alunos sempre que for introduzido no cardápio um alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. |

Legenda: AAS - alimentação adequada e saudável; EAN - Educação Alimentar e Nutricional; AM - aleitamento materno; UEI - unidades de Educação Infantil; FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Fonte: A autora, 2022.

5.3 Primeiro painel de especialistas e sistematização de suas sugestões

O primeiro painel de especialistas ocorreu no mês de dezembro de 2022, de forma remota, com duração de três horas e participação de 13 especialistas (APÊNDICE E).

A Figura 6 apresenta o resultado da atividade de “aquecimento” para o tema realizada no início da oficina, a construção coletiva de uma “nuvem de palavras” em resposta à pergunta “O que não pode faltar na promoção da alimentação adequada e saudável em unidades de Educação Infantil?”. Como se pode observar, o conjunto de palavras evocadas aponta que a PAAS engloba desde a prática da amamentação, a oferta de alimentação escolar adequada e saudável e ações transversais de EAN, regulamentadas pelo PNAE, até a adequação da infraestrutura e das práticas institucionais; formação dos profissionais envolvidos, e inclusão da comunidade escolar em todo o processo. Outras palavras remeteram à importância dos Guias alimentares; da ludicidade; da comunicação; da intersetorialidade e da coerência entre as ações de PAAS no âmbito da Educação Infantil, além da necessidade de sensatez e priorização no desenvolvimento dessas ações.

saudável na Educação Infantil” (que engloba as questões referentes a infraestrutura, ambiência, relações interpessoais, aspectos pedagógicos e do ambiente alimentar); detalhar o contexto externo à UEI; explicitar o reconhecimento do ambiente alimentar e posicioná-lo no modelo; explicitar o objeto central do modelo, PAAS na Educação Infantil, no esquema gráfico; incluir no contexto externo: a área técnica de alimentação escolar, a Secretaria Municipal de Educação, universidades e outras instituições afins; atentar para o tripé que alicerça o modelo - criança, educação e alimentação, especialmente para o protagonismo da criança; simplificar o esquema gráfico e remanejar a concretização dos componentes da figura para o quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo, junto na coluna de exemplos (materialização/exemplos) ou em coluna específica.

Foram também apresentados alguns comentários adicionais sobre conteúdos e as representações gráficas dos componentes do modelo. Em relação à vertente incentivo: melhorar a redação que dá a entender que a atividade de EAN deve focar só nos alimentos saudáveis, pois faz parte da EAN problematizar os alimentos não saudáveis; destacar a questão da coerência entre o que é falado e o que é praticado na unidade escolar; e incluir a questão da escuta e do envolvimento das famílias no cotidiano da unidade escolar. Quanto à vertente de apoio: incluir a valorização da alimentação escolar (política pública) como uma oportunidade de EAN; em relação à oferta, incluir a questão de como a unidade escolar lida com a circulação de alimentos não saudáveis; onde se vê “garantia da oferta de alimentação adequada e saudável” juntar “cardápio adequado e saudável” e “oferta de refeições saudáveis” para limpar o modelo, mesmo que a oferta também inclua, por exemplo, as cantinas e outros espaços para além da refeição; quanto à atuação em casos de necessidades alimentares especiais, incluir a identificação das crianças; destacar a importância de se ter uma rotina estabelecida na Educação Infantil. Em relação à vertente proteção: adequação às legislações locais; enfatizar sobre assédio de empresas e publicidade de alimentos dentro da unidade; investigar se há situações de conflito de interesses para além da promoção de alimentos ultraprocessados (aqui entendida de forma ampla: publicidade explícita, *merchandising* por meio de supostas ações educativas etc.); incluir a questão do *marketing* digital (a definir se seria um aspecto a ser incluído na questão de conflito de interesses); incluir no quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo algum exemplo de prática sobre a não associação positiva com alimentos não saudáveis (por exemplo, não oferecer alimentos ultraprocessados como prêmios em atividades desenvolvidas na escola, como gincanas).

Em relação ao componente “Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos não saudáveis/ultraprocessados”, pertencente à vertente de proteção, optou-se por reescrevê-lo da seguinte forma: “Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas”. Escolheu-se acrescentar o termo “preparações não recomendadas” com vistas a reforçar as recomendações apresentadas nos Guias alimentares brasileiros, considerando que estas preparações são aquelas que tem alto teor de sódio, açúcares e gordura (BRASIL, 2014a; BRASIL, 2019).

Quanto às ações transversais, foram feitos os seguintes comentários: melhorar a expressão gráfica da área da linha tracejada que liga as ações transversais às vertentes de incentivo, apoio e proteção, pois está passando uma idéia de submissão e inferioridade hierárquica quando, pelo contrário, tais ações permeiam as três vertentes. Em relação à formação, abordar o envolvimento de outros agentes externos à UEI nessa frente de ação (por exemplo, dos setores Saúde e Assistência Social, e do Conselho de Alimentação Escolar); incluir o Guia Alimentar para a População Brasileira e o tema de conflito de interesses (com exemplos específicos para o contexto da Educação Infantil); estender a formação sobre culinária para a comunidade escolar como um todo; empoderar os educadores sobre a PAAS e transversalidade da EAN na Educação Infantil. Sobre a avaliação, vincular a "avaliação do estado nutricional das crianças" à "interação com outros atores, setores ou instâncias" (Saúde), pois esta é uma ação intersetorial; incluir o diagnóstico institucional ou do contexto sociocultural para a definição de prioridades de ação; incluir a avaliação da efetividade das ações que são executadas e a avaliação das preparações do cardápio executadas pelos manipuladores de alimentos.

Foram também apresentadas sugestões sobre os agentes e de como representá-los no modelo: exemplificar e citar os agentes nos exemplos práticos no quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo; considerar a possibilidade de organizar o quadro por agentes; definir qual o lugar da família no esquema gráfico (interno ou na borda) e como representá-la no modelo; reforçar que as ações devem ser para toda a comunidade escolar (crianças, profissionais da educação, a família e a comunidade) e não apenas para as crianças; salientar a importância do envolvimento de todos os profissionais da UEI (professores, gestores, manipuladores de alimentos, profissionais de apoio) no processo de PAAS; incluir instituições de ensino superior (universidades) como apoio à avaliação nutricional em unidades escolares, junto com outros setores ou instâncias ou em um item separado; agrupar os agentes responsáveis por ações; destacar sugestão de alguns agentes envolvidos nas ações; destacar o protagonismo

da criança e dos profissionais; usar o termo “criança” em vez de “estudante”; incluir o Conselho de Alimentação Escolar entre as parcerias interinstitucionais; incluir outras instâncias de gestão escolar e até outras instâncias de PAAS, os cantineiros, e a indústria de alimentos e de propaganda.

Optou-se por não acatar a sugestão de organização do quadro de definições e exemplos dos componentes por agentes; o mesmo foi organizado de acordo com as vertentes de PAAS, tendo em vista que estas o estruturam. A sugestão de inclusão da indústria de alimentos e propaganda também não foi acatada, pois a equipe de pesquisa definiu que o modelo proposto abarcaria somente os agentes cujas ações são potencialmente convergentes com a PAAS na Educação Infantil, ou seja, o modelo não pretende contemplar os agentes antagonistas, isto é, aqueles que possuem potencial conflito de interesses em relação à PAAS no âmbito da Educação Infantil.

Houve ainda algumas sugestões sobre outros aspectos, conforme listado a seguir. No quadro de detalhamento dos elementos constitutivos do modelo, substituir o título “detalhamento dos elementos do modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável em unidades de Educação Infantil” por algum termo que expresse o sentido de “o que significa no modelo”. No quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo: incluir mais exemplos para facilitar a apreensão do conteúdo do modelo e ordená-los levando em conta sua prioridade; na coluna que constam exemplos de práticas, destacar quais agentes ou conjunto de agentes estão nelas envolvidos; dividir os exemplos em relação ao contexto externo e interno ou às vertentes incentivo, apoio e proteção; sobre a mobilização da família para AAS, incluir o tema da introdução alimentar; incluir a questão dos lanches trazidos de casa; estabelecer diálogo com os referenciais pedagógicos da Educação Infantil; atentar para os três fenômenos atuais na Educação Infantil: a seletividade alimentar potencializada principalmente no retorno às aulas após o período de quarentena decorrente da pandemia de COVID-19 e o exercício de tentar separar o que é comportamental e o que é necessidade alimentar especial de fato; a diminuição da adesão à alimentação escolar em função dos hábitos adquiridos em casa no período em que ficaram em isolamento doméstico, gerando implicações no momento da refeição em si na UEI, e os desafios de aplicabilidade da Resolução nº 6/2020 do PNAE, devido à restrição do uso de açúcar nas preparações e a consequente baixa aceitação das preparações pelas crianças, gerando grande desperdício de alimentos na rede, e desta forma, faz-se necessário realizar ações de EAN junto às famílias, a fim de que possam compreender o objetivo desta norma.

5.4 Elaboração da segunda versão do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

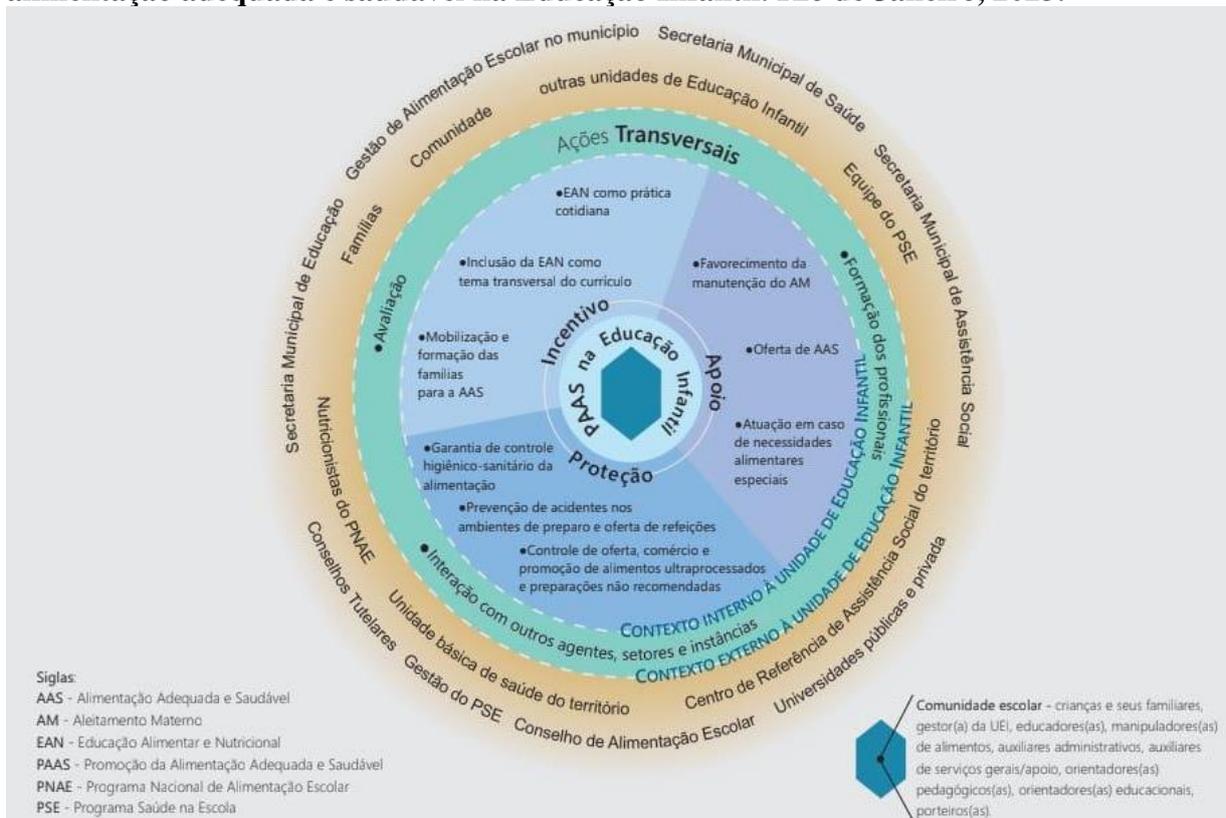
Após a primeira oficina, as sugestões das especialistas acerca do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil foram sistematizadas e examinadas pelas pesquisadoras à luz do referencial adotado, e incorporadas com vistas ao seu aprimoramento.

A segunda versão do esquema gráfico do modelo teórico (Figura 7) foi produzida por uma *designer* profissional, sob orientação da equipe de pesquisa, que incorporou sugestões advindas do primeiro painel de especialistas e esboçou um croqui desta segunda versão. Os outros dois elementos constitutivos do modelo teórico também foram aprimorados mediante as sugestões das especialistas.

O quadro de descrição de elementos estruturantes do modelo teórico (Quadro 12), com título atualizado, passou a apresentar o detalhamento de cada elemento do esquema gráfico segundo sua natureza: contexto, agente e vertente de PAAS. E o quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo (Quadro 13), de acordo com suas vertentes, passou a apresentar os componentes do esquema gráfico, suas definições, os exemplos de práticas e de agentes envolvidos segundo o contexto (interno e externo à UEI) e as vertentes de PAAS.

Esta segunda versão do modelo teórico foi enviada previamente às especialistas para sua apreciação no formato PDF via e-mail.

Figura 7 - Segunda versão do esquema gráfico do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.



Fonte: A autora, 2023.

Quadro 12 - Descrição dos elementos estruturantes do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.

| Elemento | Detalhamento |
|---|--|
| Contexto | |
| externo à UEI | Abarca as condições do território; o tecido social; o nível de articulação que os diferentes agentes/atores, instituições, organizações, setores e instâncias que interagem com a UEI estabelecem e mantêm. Circunscreve-se ao âmbito do município e pode ser dividido em: (a) proximal, que se refere ao contexto que envolve os agentes, setores e instâncias presentes no território em que a UEI está inserida e suas interações, incluindo as características do ambiente alimentar do território, e (b) distal, que se refere ao contexto que envolve agentes, setores e instâncias que atuam em nível municipal e suas interações com a UEI, menos cotidianas e diretas que aquelas do nível proximal. |
| interno à UEI | Espaço físico (infraestrutura) e contexto institucional (correlações de forças, cultura institucional e todos os elementos relacionados com a organização e todas as práticas e processos referentes à educação, aí incluídos os elementos da alimentação e nutrição) da UEI, incluindo as características do ambiente alimentar escolar. |
| Agentes | |
| do contexto externo à UEI | Contexto externo proximal: agentes, instituições, organizações, setores e instâncias externas à UEI, que atuam em âmbito municipal, que podem atuar direta ou indiretamente junto ao processo de educação das crianças. São eles: famílias das crianças atendidas na UEI, comunidade, outras UEI, nutricionistas do PNAE, unidade básica de saúde do território, Centro de Referência de Assistência Social do território, equipe do Programa Saúde na Escola. Contexto externo distal: Secretaria Municipal de Educação, Gestão de Alimentação Escolar no município, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselhos Tutelares, gestão do Programa Saúde na Escola, Conselho de Alimentação Escolar, universidades públicas e privadas. |
| do contexto interno à UEI | Agentes internos à UEI que atuam diretamente junto ao processo de educação das crianças, constituindo a comunidade escolar. São eles: crianças e seus familiares, gestor(a) da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as). |
| Vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável | |
| Incentivo | Ações que visam informar e motivar os indivíduos à adoção de práticas alimentares saudáveis, por meio de atividades de Educação Alimentar e Nutricional junto à comunidade escolar (profissionais da UEI, pais/responsáveis, estudantes), que informem, promovam a reflexão e motivem escolhas saudáveis. |
| Apoio | Medidas que visam facilitar a adesão a práticas alimentares saudáveis, através da garantia da oferta de leite materno e de alimentos adequados e saudáveis aos estudantes, respeitando-se a fase da vida, as necessidades individuais e a cultura alimentar, garantindo-se a adequação das condições higiênico-sanitárias, das instalações e dos equipamentos e utensílios utilizados. |
| Proteção | Ações voltadas à garantia da não exposição da comunidade escolar a alimentos não saudáveis, práticas alimentares e situações que representam risco à saúde, por exemplo, barreiras para o aleitamento materno, assim como a ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo. |
| Ações transversais | Complementam as três vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável de diferentes formas. Abarcam: ações de formação continuada dos profissionais, de articulação com famílias e comunidade, de parceria com outros agentes, setores e instâncias, de troca de experiências e informações com outras UEI, de monitoramento e de avaliação das iniciativas de incentivo, apoio e proteção da alimentação adequada e saudável e dos desfechos de saúde, que subsidiam o (re)direcionamento das ações desenvolvidas. Tais ações legitimam, qualificam e fortalecem as ações de incentivo, apoio e proteção da alimentação adequada e saudável. |

Legenda: UEI - unidade de Educação Infantil.

Fonte: A autora, 2023.

Quadro 13 - Definições e exemplos dos componentes do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes. Rio de Janeiro, 2023.

| Vertentes | Componentes | Definição | Exemplos de práticas | Agentes envolvidos |
|-----------|--|--|---|--|
| Incentivo | Inclusão da EAN como tema transversal do currículo | Prática de EAN incluída como tema transversal e transdisciplinar no currículo escolar. | Adquirir/desenvolver materiais educativos sobre a temática da AAS de acordo com a fase de desenvolvimento da criança. | SME |
| | | | Planejar atividades de EAN para as crianças com vistas à promoção do AM e da AAS, à valorização da diversidade e das culturas alimentares e à formação cidadã. | Educadores(as), nutricionistas do PNAE, equipe do PSE e profissionais da UBS |
| | | | Desenvolver atividades de EAN com as crianças de forma lúdica, orgânica e vivencial, por meio da adoção de metodologias ativas, incluindo, por exemplo, a prática culinária, o compartilhamento de receitas familiares e o cultivo de hortas no ambiente escolar. | |
| | EAN como prática cotidiana | EAN incluída em atividades pedagógicas do cotidiano escolar, para além da sala de aula, como datas festivas, feiras, visitas e reuniões. | Garantir coerência entre as rotinas do cotidiano escolar e as abordagens de AAS presentes nos documentos orientadores de políticas públicas (como Guias Alimentares brasileiros e Normas Técnicas do FNDE sobre a temática). | Todos os profissionais da UEI |
| | | | Aproveitar o momento da oferta de refeições saudáveis baseadas em alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados, que contemplem a presença dos diversos grupos de alimentos, para vivências educativas. | |
| | Mobilização e formação das famílias para a AAS | Sensibilização, motivação, educação e orientação das famílias para uma AAS por meio de ações de EAN. | Orientar e encorajar as mães a manterem o AM após a entrada da criança na UEI. Oferecer informação às famílias sobre como apoiar a retirada do leite do peito e sobre o seu armazenamento, caso as mães optem por essa prática. | Educadores(as) e gestor(a) da UEI |
| | | | Criar oportunidades de encontro e compartilhamento entre as famílias, por exemplo, por meio de grupos de discussão e de oficinas práticas formativas e criativas que utilizem abordagens dialógicas e promovam debates e reflexões sobre AAS. | |
| | | | Reforçar a corresponsabilidade da família e a importância de sua participação no processo do estabelecimento da AAS no ambiente escolar. | |
| | | | Abordar a temática AAS nas reuniões com os responsáveis das crianças. | Nutricionistas do PNAE, profissionais da UBS e educadores(as) |
| | | | Realizar atividades de EAN junto aos responsáveis das crianças, como oficina de culinária com as famílias. | |
| | Capacitar famílias e cuidadores a tomar as melhores decisões para proteger as crianças contra o <i>marketing</i> de alimentos. | Nutricionistas do PNAE, profissionais da UBS, educadores(as) e gestor(a) da UEI | | |

| | | | | |
|--------------|-----------------------------------|--|---|---|
| Apoio | Favorecimento da manutenção do AM | Abarca ações que visam garantir infraestrutura e rotinas de acolhimento e orientações que permitam às mães/famílias manter o AM após o ingresso da criança na UEI. | Dispor de sala de amamentação de acordo com as normas que permita às mães extraírem o leite na UEI. | SME, Gestão da Alimentação Escolar e gestor(a) da UEI |
| | | | Informar às mães/famílias sobre a disponibilidade de sala de amamentação para as mães extraírem o leite na UEI. | Todos os profissionais da UEI |
| | | | Dispor de infraestrutura e rotinas para o adequado recebimento e armazenamento do leite materno na UEI. | Gestor(a) da UEI e SME |
| | | | Estimular as mães a continuarem a amamentar antes e depois do período em que as crianças permanecem na UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), auxiliares administrativos e profissionais da UBS |
| | | | Apoiar o AM incentivando e orientando as mães sobre a retirada do leite materno, armazenamento em casa e transporte para a UEI. | |
| | | | Oferecer leite materno retirado de forma segura à criança, utilizando copinho, copo específico ou de transição, xícara ou colher individual e devidamente higienizado. | Educadores(as) |
| | Oferta de AAS | Abarca ações que viabilizem infraestrutura e rotinas que garantam a oferta de AAS, bem como ações de redução de desperdício e destino adequado de resíduos. | Elaborar cardápio baseado em alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da AAS. | Gestão de Alimentação Escolar e nutricionistas do PNAE |
| | | | Adquirir alimentos adequados e saudáveis, respeitando-se a cultura alimentar e as necessidades nutricionais das crianças. | SME e Gestão de Alimentação Escolar |
| | | | Adquirir preferencialmente alimentos de base agroecológica e produzidos em âmbito local, pela agricultura familiar e pelos produtores familiares rurais, respeitando a cultura local. | |
| | | | Garantir instalações e condições higiênico-sanitárias em conformidade com as legislações vigentes e o uso de utensílios adequados. | Gestor(a) da UEI, SME e Gestão de Alimentação Escolar |
| | | | Criar condições para que a alimentação seja oferecida em um ambiente arejado, acolhedor e que comporte o número de crianças atendidas em cada horário durante um tempo suficiente para que as refeições sejam tranquilas. | Gestor(a) da UEI e SME |
| | | | Estabelecer os horários das refeições respeitando o tempo requerido pelas crianças em relação à fome e à saciedade. | Gestor(a) da UEI |
| | | | Adotar a prática da alimentação responsiva: assegurar respeito ao grau de aceitação da criança em relação à alimentação, atender aos sinais de fome e saciedade manifestados pela criança, não forçar a criança a comer. | Educadores(as) |
| | | | Observar a adequação do tamanho das porções de alimentos servidas. | Manipuladores(as) de alimentos |

| | | | | |
|--|---|---|---|--|
| | | | Disponibilizar o cardápio com as informações nutricionais em locais visíveis na UEI e nos sítios eletrônicos oficiais da unidade. | Gestor(a) da UEI e auxiliares administrativos |
| | | | Preparar a alimentação com diferentes consistências para oferecer preparações culinárias compatíveis com os diferentes estágios de desenvolvimento das crianças. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | | Garantir oferta de água própria para consumo em bebedouros em condições sanitárias adequadas. | Gestor(a) da UEI |
| | | | Propiciar às crianças momentos de alimentação como experiência lúdica e assegurar possibilidade de convivência e socialização durante o compartilhamento da comida. | Educadores(as) |
| | | | Criar rotinas de monitoramento do desperdício e estratégias para reduzi-lo; garantir o destino adequado de resíduos. | Gestor(a) da UEI, nutricionistas do PNAE e Gestão da Alimentação Escolar |
| | Atuação em caso de necessidades alimentares especiais | Engloba ações voltadas para atender as necessidades nutricionais das crianças que apresentam necessidades alimentares especiais. | Implementar protocolo de conduta para os casos de crianças com suspeita e com diagnóstico de necessidades alimentares especiais. | Nutricionistas do PNAE, gestor(a) da UEI e profissionais da UBS |
| Adaptar o cardápio para que atenda às necessidades nutricionais das crianças que apresentam necessidades alimentares especiais durante o período letivo. | | | Nutricionistas do PNAE | |
| Adquirir gêneros alimentícios a serem usados nas adaptações das preparações para as crianças que possuem necessidades alimentares especiais. | | | Gestão da Alimentação Escolar | |
| Solicitar periodicamente às famílias de crianças com necessidades alimentares especiais um relatório de saúde completo realizado por um médico. | | | Gestor(a) da UEI e auxiliares administrativos | |
| Possuir protocolo de oferta de refeições para crianças com suspeita ou diagnóstico de necessidade alimentar especial. | | | Gestor(a) da UEI | |
| Realizar as adaptações necessárias durante a elaboração das refeições das crianças que possuem necessidades alimentares especiais. | | | Manipuladores(as) de alimentos | |
| | | | | |
| Proteção | Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação | Abrange medidas que garantam condições físicas e processos adequados às boas práticas de manipulação de alimentos; procedimentos operacionais padronizados. | Elaborar Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e estabelecer os Procedimentos Operacionais Padronizados para Serviços de Alimentação individualizados para a UEI. | Nutricionistas do PNAE |
| | | | Cumprir com o determinado no Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e nos Procedimentos Operacionais Padronizados para Serviços de Alimentação. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | | Higienizar a área de preparação de alimentos quantas vezes forem necessárias e imediatamente após o término do trabalho. | |
| | Prevenção de acidentes nos ambientes de | Refere-se a medidas que visam evitar acidentes com os manipuladores de | Proporcionar segurança aos manipuladores de alimentos e às crianças, garantindo que as áreas destinadas ao preparo e ao cozimento | SME e gestor(a) da UEI |

| | | | | | |
|---|--|--|---|---|---|
| | preparo e oferta de refeições | alimentos e as crianças nos ambientes da cozinha e refeitório. | dos alimentos estejam em conformidade com o determinado em legislação específica, sejam reservadas e de difícil acesso às crianças. | | |
| | | | Usar calças compridas e sapatos fechados durante todo o período de trabalho dentro das áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos. | Manipuladores(as) de alimentos | |
| | | | Realizar visitas regulares às UEI com vistas à identificação de perigos aos manipuladores de alimentos e às crianças. | Conselho de Alimentação Escolar | |
| | Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas | Abrange ações que visam evitar, no âmbito da UEI, a exposição das crianças à oferta, ao comércio ou à promoção de alimentos cujo consumo apresenta risco para a saúde em curto ou longo prazos. Compreende também a prevenção de estratégias de ação política corporativa e situações de conflito entre interesses públicos e privados em relação à alimentação. | Proibir a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para as crianças até três anos de idade, conforme orientações do FNDE. | Gestão de Alimentação Escolar | |
| | | | Elaborar normativas que favoreçam a prevenção de situações de conflitos de interesses nas UEI. | Gestão de Alimentação Escolar e SME | |
| | | | Elaborar normativas e orientações acerca de lanches levados de casa para UEI. | Gestão de Alimentação Escolar, nutricionistas do PNAE e gestor(a) da UEI | |
| | | | Garantir a não exposição das crianças a alimentos não saudáveis ou a ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo. | Gestor(a) da UEI e educadores(as) | |
| | | | Prevenir situações de conflito de interesses, por exemplo: não realizar parcerias com empresas privadas (como as indústrias de alimentos) para, por exemplo, desenvolver atividades educativas com os estudantes ou patrocinar atividades (ex: gincanas); não premiar as crianças com visitas a empresas que produzem alimentos ultraprocessados. | | |
| | Ações transversais | Formação dos profissionais | Abarca sensibilização, capacitação e formação continuada de todos os profissionais da UEI para promoção da AAS. | Realizar atividades de formação permanente com todos os profissionais da UEI que objetivem apoiar a reflexão sobre as temáticas da AAS. | SME, Gestão da Alimentação Escolar, nutricionistas do PNAE, gestor(a) da UEI, profissionais da UBS, equipe do PSE e universidades |
| | | | | Desenvolver atividades de EAN que envolvam todos os profissionais da UEI abordando a culinária, a manipulação de alimentos e o papel de educador de cada ator social, considerando a alimentação como constituinte da educação e do cuidado integral. | |
| Mobilizar a comunidade escolar para que entenda o funcionamento do PNAE e valorize a alimentação escolar. | | | | | |
| Capacitar os profissionais das UEI para promover o AM e para atuar na orientação quanto à continuidade do AM no ambiente escolar. | | | | SME, Gestão da Alimentação Escolar, nutricionistas do PNAE, profissionais da UBS, equipe do PSE e universidades | |
| Capacitar os manipuladores de alimentos acerca das boas práticas de manipulação de alimentos, com uma | | | | SME, Gestão da Alimentação Escolar, | |

| | | | | |
|---|--|---|---|--|
| | | | frequência mínima anual, de acordo com as necessidades das equipes. | nutricionistas do PNAE e equipe do PSE |
| | | | Capacitar os manipuladores de alimentos sempre que forem inseridas preparações novas no cardápio. | |
| | Interação com outros agentes, setores ou instâncias | Envolve ações de articulação com as famílias e a comunidade, de parceria com outros setores ou instâncias e de troca de experiências com outras UEI com vistas à promoção da AAS. | Desenvolver atividades de articulação/integração/interação das famílias e da comunidade com a UEI com objetivo de fortalecimento de vínculos. | Gestor(a) da UEI e educadores(as) |
| | | | Organizar espaços para interação das famílias com profissionais que atuam na UEI, como nutricionista, para a realização de atividades educativas sobre alimentação saudável. | Gestor(a) da UEI |
| | | | Assegurar o direito da família de conhecer, acompanhar e opinar sobre o cardápio oferecido na UEI, participando ativamente na alimentação escolar. | Gestor(a) da UEI e Gestão da Alimentação Escolar |
| | | | Estabelecer parcerias que fortaleçam e ampliem as ações de promoção do AM nas UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as) e profissionais da UBS |
| | | | Articular parcerias livres de conflitos de interesses para a PAAS na UEI. | Gestor(a) da UEI e educadores(as) |
| | | | Articular parcerias para a implementação de hortas escolares como espaços pedagógicos. | |
| | | | Compartilhar informações e vivências de práticas de promoção da AAS com outras UEI da rede escolar. | |
| | | | Realizar ações para aproximar a UEI da UBS e do CRAS situados no território, a fim de ampliar e potencializar ações. | Gestor(a) da UEI |
| | | | Manter diálogo permanente com a Gestão/Coordenação da Alimentação Escolar de maneira a ampliar e potencializar o desenvolvimento de ações de EAN. | |
| | | | Estabelecer canais de comunicação acessíveis entre todos os profissionais, tanto da UEI, como da UBS e do CRAS do território, para discutir os casos de cada criança matriculada na UEI que necessite de alguma atenção especial. | Gestor(a) da UEI, profissionais da UBS e do CRAS |
| | | | Planejar e realizar ações em colaboração para promover e apoiar a amamentação nas UEI. | |
| | | | Estabelecer articulação intersetorial para realização de ações de PAAS. | |
| | | | Construir uma rede de apoio e proteção social para proteção à infância e apoio à amamentação. | Todos os profissionais da UEI, comunidade e famílias |
| | | | Avaliação | Abarca: (a) iniciativas que objetivam o fornecimento de informações oportunas sobre um determinado contexto, para subsidiar o planejamento de ações; e (b) iniciativas de avaliação de ações executadas com o propósito de construir |
| | Realizar avaliação inicial sobre as práticas alimentares de todas as crianças no ato de sua admissão na UEI. | Auxiliares administrativos, educadores(as) e gestor(a) da UEI | | |
| Realizar avaliação das atividades de EAN desenvolvidas com a comunidade escolar na UEI. | Profissionais que realizaram as atividades e universidades | | | |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | um juízo de valor sobre elas e subsidiar consequentes ações cabíveis. | Realizar avaliação da efetividade das ações de PAAS que são executadas na UEI. | Gestor(a) da UEI, Gestão da Alimentação Escolar e universidades |
| | | Realizar avaliação das preparações do cardápio executadas pelos manipuladores de alimentos sempre que for introduzido no cardápio um alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras. | Nutricionistas do PNAE e Conselho de Alimentação Escolar |
| | | Aplicar teste de aceitabilidade às crianças sempre que for introduzido no cardápio um alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. | |
| | | Monitorar o estado nutricional das crianças. | UBS, equipe do PSE e universidades |

Legenda: - Práticas de agentes do contexto externo à UEI; - Práticas de agentes do contexto interno à UEI; - Práticas de responsabilidade compartilhada entre agentes do contexto interno e externo à UEI; EAN - Educação Alimentar e Nutricional; AAS - alimentação adequada e saudável; SME - Secretaria Municipal de Educação; UEI - unidade(s) de Educação Infantil; UBS - unidade(s) básica(s) de saúde; AM - aleitamento materno; FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar; PSE - Programa Saúde na Escola; CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; Todos os profissionais da UEI - gestor(a), educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as); Comunidade escolar - crianças e seus familiares, gestor(a) da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as).

Fonte: A autora, 2023.

5.5 Segundo painel de especialistas e sistematização de suas sugestões

O segundo painel de especialistas ocorreu no mês de maio de 2023, de forma remota, com a duração de duas horas e 30 minutos e participação de nove dos 13 especialistas que participaram do primeiro painel. Contribuiu também para esta etapa uma especialista em PAAS no âmbito escolar da Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, Portugal (APÊNDICE E). Abaixo encontram-se consolidadas as principais sugestões oriundas desta etapa que orientaram o processo de aprimoramento da segunda versão do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil. Justificativas seguem as sugestões que não foram acatadas.

Inicialmente houve uma rodada de impressões gerais, na qual os especialistas fizeram os seguintes apontamentos: no texto explicativo, explicitar informações acerca do atendimento institucional da Educação Infantil e que o objetivo do modelo teórico é abarcar o âmbito da rede pública de ensino, considerando as particularidades em relação ao seu arcabouço conceitual,

diálogo com o PSE e o PNAE, e questões amadurecidas, como a corresponsabilização, quando comparada à rede privada de ensino. Houve o questionamento sobre o nível de alcance ou oficialização que se pretende que o modelo tenha, isto é, seria um modelo específico para uma determinada cidade ou para a realidade do Brasil ou se seria um modelo que poderia ser aplicado a diversos contextos. Foi esclarecido que o modelo é aplicável a diferentes realidades, como países de baixa e média renda que tenham redes de educação similares às do Brasil.

Outro questionamento levantado neste momento inicial foi sobre o termo “incentivo” usado para nomear uma das vertentes da PAAS. Uma das especialistas considerou que, nas ciências comportamentais, este é um termo que tem um significado muito específico e que remete para uma abordagem que cria uma expectativa de reforço. Foi sugerido substituir este termo por “estímulo” ou fundamentar a terminologia adotada num enquadramento específico para não correr o risco de gerar interpretação equivocada. Optou-se manter o termo, pois, para a construção do modelo, foi adotado o referencial teórico-conceitual que propõe que a PAAS está estruturada em três vertentes: incentivo, apoio e proteção (BRASIL, 2022a; CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO et al., 2021a). Considerando que o termo incentivo é polissêmico, cabe esclarecer que, no presente estudo, o sentido deste termo é distinto ao utilizado nas ciências comportamentais, remetendo ao significado de difusão de informação, motivação e/ou estímulo.

Outro apontamento foi a problematização do uso da expressão "equipe do PSE", que pode levar à interpretação de que existe uma equipe específica de PSE, quando, na verdade, são profissionais da unidade básica de saúde, de universidades ou da própria unidade escolar que realizam as ações do PSE, isto é, há uma articulação principalmente entre os setores Saúde, Educação e Assistência Social. Sugeriu-se, então, a redação "profissionais que realizem ações do PSE", que permite contemplar todos os setores e profissionais envolvidos, reforçando a visibilidade do programa, porém, sem transmitir a ideia de haver uma equipe específica de execução de suas ações.

Em relação ao esquema gráfico, destacaram que as soluções gráficas em geral estavam compreensíveis e que as áreas que representam todos os elementos estruturantes do modelo teórico estão transmitindo adequadamente as suas respectivas ideias. Entretanto, observou-se que o elemento central, o hexágono, que representava a comunidade escolar, estava sendo apresentado de uma forma que sugeria ser ele o resultado de todas as interações expressas ou um evento principal, quando, na verdade, o elemento principal é a PAAS na Educação Infantil. Desta forma, sugeriu-se que o elemento central também fosse representado pela forma circular,

contudo que representasse o objeto central do modelo - PAAS na Educação Infantil -, circundado pelo elemento gráfico que representasse a comunidade escolar, incluindo este termo por escrito na sua respectiva posição.

Questionou-se sobre a necessidade da criação de um nível intermediário no contexto externo à UEI que abarcasse a Gestão do PSE e os Conselhos Tutelares, por exemplo, ou se seria melhor manter somente os níveis proximal e distal no contexto externo, assumindo, no texto explicativo do modelo que, o nível proximal configura-se aquele mais próximo do cotidiano do território local, que incide mais diretamente sobre a UEI, e o nível distal, refere-se à gestão municipal, que também incide sobre a UEI, porém encontra-se mais distante do território, entretanto, apresenta, de forma aglutinada, os agentes, setores e instâncias presentes no nível intermediário. Optou-se pela segunda sugestão, a fim de manter o esquema gráfico mais sucinto/objetivo.

Observou-se também que os tons das cores do esquema gráfico, dependendo do recurso de visualização utilizado (computador, *tablet*, celular ou impresso), estavam variando, isto é, alguns especialistas relataram que os tons de azul estavam parecendo lilás, o tom de verde, turquesa, e os tons de amarelo, alaranjado/salmão. Além disso, foi apontado que estava muito sutil o degradê em amarelo adotado para caracterizar o gradiente de proximidade dos níveis do contexto externo.

Outras observações e sugestões em relação ao esquema gráfico incluíram: alinhar a terminologia usada para “atores sociais” do PNAE (gestão escolar, cantineiros, agricultores familiares, professores, famílias, alunos) com a adotada na Nota Técnica do FNDE sobre EAN, publicada em 2022 (BRASIL, 2022b); incluir no contexto externo à UEI cantineiros(as) e outras secretarias, como a Secretaria Municipal de Agricultura e de Meio Ambiente, para reforçar as questões da agricultura familiar e da sustentabilidade, que são importantes para a alimentação escolar e PAAS nesse âmbito; substituir o termo "nutricionistas do PNAE" por "equipe de alimentação escolar", pois alguns municípios contam com a atuação de técnicos(as) de nutrição e dietética, e substituir o componente "Interação com outros agentes, setores e instâncias", pertencente às ações transversais, por "Intersetorialidade".

Optou-se por utilizar o termo “agente(s)” em vez de “atores sociais”, considerando-se os elementos do referencial teórico-conceitual da Teoria da Estruturação Forte, adotada no presente estudo. Contudo, compreende-se que são termos que possuem o mesmo significado. Além disso, optou-se por incluir os cantineiros(as) como integrantes da comunidade escolar, tendo em vista sua inserção no ambiente da UEI, e por manter o componente "Interação com

outros agentes, setores e instâncias", dando ênfase aos agentes envolvidos e não apenas às ações.

Sobre o quadro de descrição dos elementos estruturantes do modelo teórico surgiram os seguintes comentários sobre a descrição dos agentes do contexto externo à UEI: sugeriu-se incluir os cantineiros(as), os agricultores(as) familiares e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e questionou-se sobre a necessidade de separar a "gestão da alimentação escolar" da "Secretaria Municipal de Educação", assim como a "gestão do PSE" das Secretarias Municipais de Educação e Saúde, considerando que estas gestões estão incluídas nas respectivas secretarias. Em relação a esta última sugestão, optou-se por manter tais setores e instâncias de forma a destacar seus papéis específicos.

Ainda sobre este quadro uma especialista apontou que, na vertente de apoio, a descrição estava mais voltada ao ambiente físico da oferta alimentar e desta propriamente dita, porém poderia estar mais explícita a dimensão sociocultural e os seus aspectos em relação às práticas no contexto da refeição e do ambiente de socialização. Esta mesma especialista relatou que a descrição da vertente de proteção estava pouco operacional, e que teve dificuldades de entender o que suas ações estavam abrangendo, sugerindo que esta descrição contemplasse a implementação das legislações, políticas e ações vigentes relacionadas à alimentação em nível local e internamente, isto é, da própria UEI, por exemplo, desenvolver uma política de lanches escolares para regular o que é permitido e proibido quando há a possibilidade de as crianças levarem lanche de casa, assim como em nível macro, como a NBCAL (BRASIL, 2015a), por exemplo.

Quanto ao quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico, em relação à vertente de incentivo, no exemplo de prática "Adquirir/desenvolver materiais educativos sobre o tema da AAS de acordo com a fase de desenvolvimento da criança", do componente "Inclusão da EAN como tema transversal do currículo", pertencente a vertente incentivo, sugeriu-se reforçar que estes materiais deveriam estar em sintonia com os Guias alimentares brasileiros, tendo como base as suas recomendações. Sugeriu-se também incluir a Secretaria Municipal de Saúde como agente envolvido nesta ação.

Ainda neste quadro, em relação à vertente de apoio, sugeriu-se: no componente "Oferta de AAS", no exemplo que traz a questão dos utensílios adequados, incluir a adequação quanto à mobília para a Educação Infantil, pois esta está relacionada com a autonomia da criança em se alimentar sozinha, e explicitar a sustentabilidade nos exemplos sobre criação de rotina do monitoramento de desperdício e estratégias para reduzi-lo e sobre compra de alimentos

agroecológicos; no componente "Atuação em caso de necessidades alimentares especiais", no exemplo "Solicitar periodicamente às famílias de crianças com necessidades alimentares especiais um relatório de saúde completo realizado por um médico", substituir 'médico' por 'profissionais de saúde', pois outros profissionais poderiam elaborar este tipo de relatório, como o nutricionista, e incluir um exemplo sobre o provimento deste relatório, sugerindo os profissionais da unidade básica de saúde do território como exemplos de agente, setores e instâncias envolvidos.

Ainda sobre o quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico, na vertente de proteção, sugeriu-se: reforçar e valorizar o papel da gestão quanto às questões regulatórias, e, no exemplo que trazia a questão da proibição dos alimentos ultraprocessados seguindo orientações do FNDE, pertencente ao componente "Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas", reforçar que tais orientações são para todo o período letivo, incluindo os momentos de eventos, as festividades e atividades nos finais de semana, considerando a UEI como um espaço pedagógico durante todo o ano letivo. Levantou-se um questionamento sobre o componente "Garantia do controle higiênico-sanitário da alimentação" pertencer à vertente de apoio, em vez de pertencer a vertente de proteção, entendendo que o componente "Oferta de AAS" já incluiria esta questão do controle higiênico-sanitário. Em relação a este último questionamento, optou-se por manter a apresentação dos componentes separadamente a fim de dar ênfase aos aspectos envolvidos no processo da garantia do controle higiênico-sanitário da alimentação preparada e/ou oferecida na UEI.

Sugeriu-se também que os exemplos referentes a vertente de apoio dessem mais ênfase para os agentes, setores e instâncias do âmbito externo à UEI, a fim de não individualizar a perspectiva das ações; em relação ao exemplo sobre o uso de calça, incluir disponibilidade de equipamentos de proteção individual para manipuladores de alimentos por parte da Secretaria Municipal de Educação, isto é, corresponsabilizando a ação, em vez de transferir a responsabilidade somente para o indivíduo.

Ainda neste quadro, em relação às ações transversais, sugeriu-se: quanto ao componente "Formação dos profissionais" - incluir a Secretaria Municipal de Saúde nos exemplos referentes a capacitações acerca da AAS e amamentação; quanto ao componente "Interação com outros agentes, setores e instâncias" - enfatizar o exercício do controle social qualificando as ações, por exemplo, incluindo a ação de acompanhamento e orientação sobre os horários das refeições servidas nas UEI pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e onde se lê

"Organizar espaços para interação das famílias com profissionais que atuam na UEI, como nutricionista, para a realização de atividades educativas sobre alimentação saudável", substituir nutricionista por "profissionais de saúde que atuam na UEI"; quanto ao componente "Avaliação" - cogitou-se ressaltar a ideia de sistema de informação nas atividades de avaliação; sugeriu-se mencionar algum tipo de triagem mais simples das crianças ao chegarem na UEI, e questionou-se se o monitoramento do estado nutricional das crianças deve ser considerado uma ação de PAAS num sentido mais amplo ou é uma ação específica da Vigilância Alimentar e Nutricional, questionou-se, também, qual seria o momento mais oportuno de produção desses dados.

O monitoramento do estado nutricional das crianças foi incluído como exemplo de prática da ação transversal "Monitoramento e avaliação", considerando que pode produzir informações sobre um conjunto de indicadores utilizados no monitoramento de desfechos em saúde e que é uma ação de vigilância alimentar e nutricional, e, portanto, configura-se como uma ação que subsidia o planejamento das ações relacionadas à PAAS.

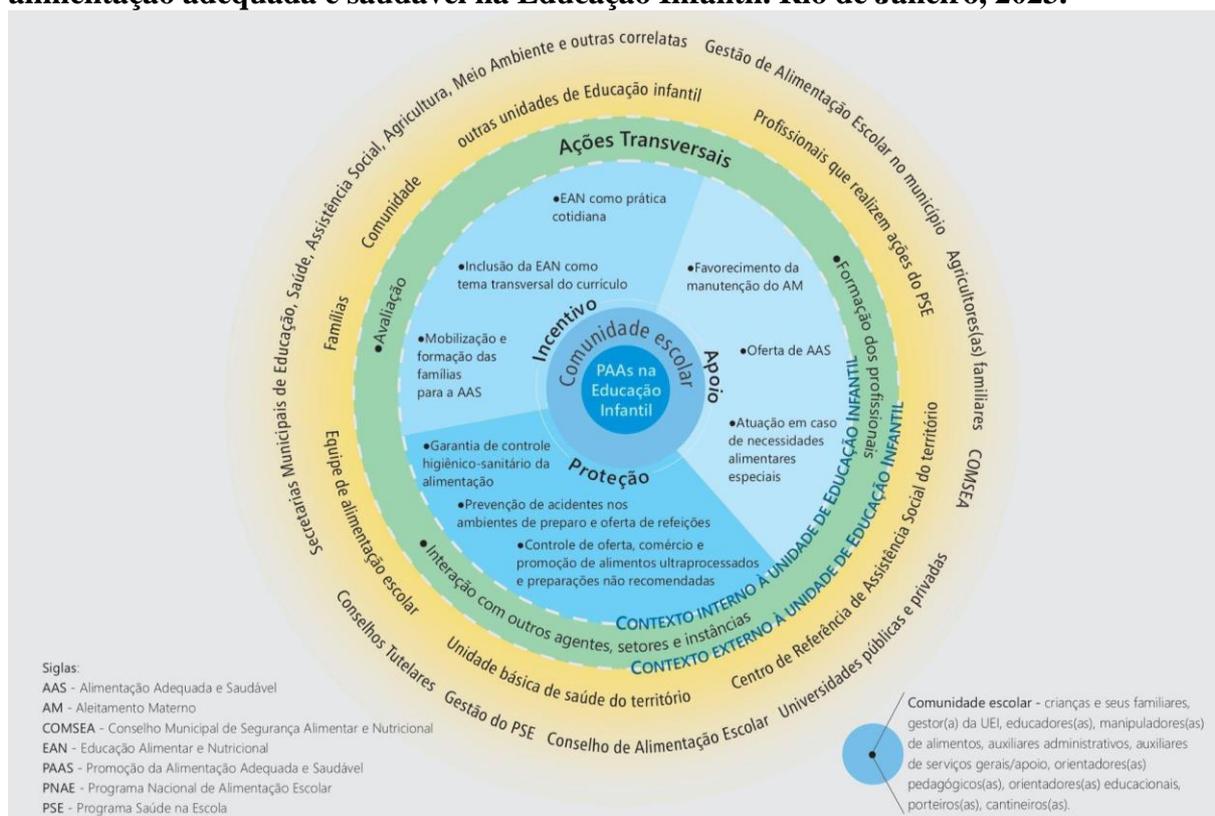
Ainda em relação ao quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo, questionou-se sobre a heterogeneidade dos exemplos: uns são muito concretos e operacionais e outros, mais abstratos e genéricos. São citados exemplos de práticas mais específicas e menos específicas. Os exemplos mais específicos e detalhados foram inspirados por práticas bem estabelecidas por normas e resoluções, principalmente dos Ministérios da Educação e da Saúde. Os exemplos menos específicos foram construídos com base em orientações mais gerais, que não possuem uma normativa estabelecida.

Sugeriu-se seguir uma ordem nas sugestões dos agentes, setores e instâncias envolvidos, começando sempre pelos referentes ao contexto interno a UEI. Foi sugerido, também, que a primeira coluna do quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo fosse transformada em linhas na horizontal onde se encontrariam cada vertente e suas respectivas descrições. Desta forma, o quadro de descrição dos elementos estruturantes do modelo seria reorganizado e passaria a conter apenas as descrições dos contextos e seus respectivos agentes, com a apresentação invertida do que se encontra exposto nas colunas pelo que está exposto nas linhas, de forma a deixar o quadro mais sintético. Entretanto, optou-se por manter seus conteúdos e formatações originais, considerando que os mesmos objetivam complementar o esquema gráfico.

5.6 Elaboração da terceira versão do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

Com base nas sugestões do segundo painel de especialistas, o esquema gráfico do modelo foi aprimorado novamente com o apoio da mesma *designer* (Figura 8). O quadro de descrição dos elementos estruturantes (Quadro 14) e o quadro de definições e exemplos dos componentes (Quadro 15) do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil de acordo com suas vertentes também foram aprimorados com vistas a proporcionar uma melhor compreensão do modelo teórico como um todo. Esta terceira versão do modelo teórico foi enviada via e-mail em formato PDF às especialistas para a avaliação da sua validade de conteúdo, realizada por meio do preenchimento de formulário eletrônico.

Figura 8 - Terceira versão do esquema gráfico do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.



Fonte: A autora, 2023.

Quadro 14 - Descrição dos elementos estruturantes do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.

| Elemento | Detalhamento |
|---|--|
| Contexto | |
| externo à UEI | Abarca as condições do território; o tecido social; o nível de articulação que os diferentes agentes/atores, instituições, organizações, setores e instâncias que interagem com a UEI estabelecem e mantêm, Circunscribe-se ao âmbito do município e pode ser dividido em: (a) proximal, que se refere ao contexto que envolve os agentes, setores e instâncias presentes no território em que a UEI está inserida e suas interações, incluindo as características do ambiente alimentar do território, e (b) distal, que se refere ao contexto que envolve agentes, setores e instâncias que atuam em nível municipal e suas interações com a UEI, menos cotidianas e diretas que aquelas do nível proximal. |
| interno à UEI | Espaço físico (infraestrutura) e contexto institucional (correlações de forças, cultura institucional e todos os elementos relacionados com a organização e todas as práticas e processos referentes à educação, aí incluídos os elementos da alimentação e nutrição) da UEI, incluindo as características do ambiente alimentar escolar. |
| Agentes | |
| do contexto externo à UEI | Agentes, instituições, organizações, setores e instâncias externas à UEI, que atuam em âmbito municipal, que podem atuar direta ou indiretamente junto ao processo de educação das crianças, divididos em proximal e distal. Contexto externo proximal: famílias das crianças atendidas na UEI, comunidade, outras UEI, equipe de alimentação escolar, unidade básica de saúde do território, Centro de Referência de Assistência Social do território, profissionais que realizem ações do Programa Saúde na Escola. Contexto externo distal: Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Meio Ambiente e outras correlatas, Gestão de Alimentação Escolar no município, agricultores(as) familiares, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho de Alimentação Escolar, Conselhos Tutelares, gestão do Programa Saúde na Escola, universidades públicas e privadas. |
| do contexto interno à UEI | Agentes internos à UEI que atuam diretamente junto ao processo de educação das crianças, constituindo a comunidade escolar. São eles: crianças e seus familiares, gestor(a) da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as), cantineiros(as). |
| Vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável | |
| Incentivo | Ações que visam informar e motivar os indivíduos à adoção de práticas alimentares saudáveis, por meio de atividades de Educação Alimentar e Nutricional junto à comunidade escolar (profissionais da UEI, pais/responsáveis, estudantes), que informem, promovam a reflexão e motivem escolhas saudáveis. |
| Apoio | Medidas que visam facilitar a adesão a práticas alimentares saudáveis, através da garantia da oferta de leite materno e de alimentos adequados e saudáveis aos estudantes, respeitando-se a fase da vida, as necessidades individuais e a cultura alimentar, garantindo-se a adequação das condições higiênico-sanitárias, das instalações e dos equipamentos e utensílios utilizados. |
| Proteção | Ações voltadas à garantia da não exposição da comunidade escolar a alimentos não saudáveis, práticas alimentares e situações que representam risco à saúde, assim como a ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo. |
| Ações transversais | Complementam as três vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável de diferentes formas. Abarcam: ações de formação continuada dos profissionais, de articulação com famílias e comunidade, de parceria com outros agentes, setores e instâncias, de troca de experiências e informações com outras UEI, de monitoramento e de avaliação das iniciativas de incentivo, apoio e proteção da alimentação adequada e saudável e dos desfechos de saúde, que subsidiam o (re)direcionamento das ações desenvolvidas. Tais ações legitimam, qualificam e fortalecem as ações de incentivo, apoio e proteção da alimentação adequada e saudável. |

Legenda: UEI - unidade de Educação Infantil.

Fonte: A autora, 2023.

Quadro 15 - Definições e exemplos dos componentes do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes. Rio de Janeiro, 2023.

| Componentes | Definição | Exemplos de práticas | Agentes, setores e instâncias envolvidos |
|--|--|---|---|
| Incentivo | | | |
| Inclusão da EAN como tema transversal do currículo | Prática de EAN incluída como tema transversal e transdisciplinar no currículo escolar, tendo como base as recomendações dos Guias alimentares brasileiros. | Adquirir/desenvolver materiais educativos sobre a temática da AAS de acordo com a fase de desenvolvimento da criança. | SME e SMS |
| | | Planejar atividades de EAN para as crianças com vistas à promoção do AM e da AAS, à valorização da diversidade e das culturas alimentares e à formação cidadã. | Educadores(as), equipe de alimentação escolar, profissionais que realizem ações do PSE e profissionais da UBS do território |
| | | Desenvolver atividades de EAN com as crianças de forma lúdica, orgânica e vivencial, por meio da adoção de metodologias ativas, incluindo, por exemplo, a prática culinária, o compartilhamento de receitas familiares e o cultivo de hortas no ambiente escolar. | |
| EAN como prática cotidiana | EAN incluída em atividades pedagógicas do cotidiano escolar, para além da sala de aula, como datas festivas, feiras, visitas e reuniões. | Garantir coerência entre as rotinas do cotidiano escolar e as abordagens de AAS presentes nos documentos orientadores de políticas públicas (como Guias Alimentares brasileiros e Normas Técnicas do FNDE sobre a temática). | Todos os profissionais da UEI |
| | | Aproveitar o momento da oferta de refeições saudáveis baseadas em alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados, que contemplem a presença dos diversos grupos de alimentos, para vivências educativas. | |
| Mobilização e formação das famílias para a AAS | Sensibilização, motivação, educação e orientação das famílias para uma AAS por meio de ações de EAN. | Orientar e encorajar as mães a manterem o AM após a entrada da criança na UEI. Oferecer informação às famílias sobre como apoiar a retirada do leite do peito e sobre o seu armazenamento, caso as mães optem por essa prática. | Gestor(a) da UEI e educadores(as) |
| | | Criar oportunidades de encontro e compartilhamento entre as famílias, por exemplo, por meio de grupos de discussão e de oficinas práticas formativas e criativas que utilizem abordagens dialógicas e promovam debates e reflexões sobre AAS. | |
| | | Reforçar a corresponsabilidade da família e a importância de sua participação no processo do estabelecimento da AAS no ambiente escolar. | |
| | | Abordar a temática AAS nas reuniões com os responsáveis das crianças. | Educadores(as), equipe de alimentação escolar e profissionais da UBS do território |
| | | Realizar atividades de EAN junto aos responsáveis das crianças, como oficina de culinária com as famílias. | |
| | | Capacitar famílias e cuidadores a tomar as melhores decisões para proteger as crianças contra o <i>marketing</i> de alimentos. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), equipe de alimentação escolar e profissionais da UBS do território |
| | | Apoio | |
| Favorecimento da manutenção do AM | Abarca ações que visam garantir infraestrutura e rotinas de acolhimento e orientações que permitam às mães/famílias manter o AM após o | Disponer de sala de amamentação de acordo com as normas que permita às mães extraírem o leite na UEI. | Gestor(a) da UEI, Gestão da Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Informar às mães/famílias sobre a disponibilidade de sala de amamentação para as mães extraírem o leite na UEI. | Todos os profissionais da UEI |
| | | Disponer de infraestrutura e rotinas para o adequado recebimento e armazenamento do leite materno na UEI. | Gestor(a) da UEI e SME |

| | | | |
|---------------|---|---|---|
| | ingresso da criança na UEI. | Estimular as mães a continuarem a amamentar antes e depois do período em que as crianças permanecem na UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), auxiliares administrativos e profissionais da UBS do território |
| | | Apoiar o AM incentivando e orientando as mães sobre a retirada do leite materno, armazenamento em casa e transporte para a UEI. | Educadores(as) |
| | | Oferecer leite materno retirado de forma segura à criança, utilizando copinho, copo específico ou de transição, xícara ou colher individual e devidamente higienizado. | |
| Oferta de AAS | Abarca ações que viabilizem infraestrutura e rotinas que garantam a oferta de AAS, bem como ações de redução de desperdício e destino adequado de resíduos. | Elaborar cardápio baseado em alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da AAS. | Equipe de alimentação escolar e Gestão de Alimentação Escolar no município |
| | | Adquirir alimentos adequados e saudáveis, respeitando-se a cultura alimentar e as necessidades nutricionais das crianças. | Gestão de Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Adquirir preferencialmente alimentos de base agroecológica e produzidos em âmbito local, pela agricultura familiar e pelos produtores familiares rurais, respeitando a cultura local e contribuindo com a sustentabilidade. | |
| | | Garantir instalações e condições higiênico-sanitárias em conformidade com as legislações vigentes e o uso de utensílios e mobiliário adequados. | Gestor(a) da UEI, Gestão de Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Criar condições para que a alimentação seja oferecida em um ambiente arejado, acolhedor e que comporte o número de crianças atendidas em cada horário durante um tempo suficiente para que as refeições sejam tranquilas. | Gestor(a) da UEI e SME |
| | | Estabelecer os horários das refeições respeitando o tempo requerido pelas crianças em relação à fome e à saciedade. | Gestor(a) da UEI |
| | | Adotar a prática da alimentação responsiva: assegurar respeito ao grau de aceitação da criança em relação à alimentação, atender aos sinais de fome e saciedade manifestados pela criança, não forçar a criança a comer. | Educadores(as) |
| | | Observar a adequação do tamanho das porções de alimentos servidas. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | Disponibilizar o cardápio com as informações nutricionais em locais visíveis na UEI e nos sítios eletrônicos oficiais da unidade. | Gestor(a) da UEI e auxiliares administrativos |
| | | Preparar a alimentação com diferentes consistências para oferecer preparações culinárias compatíveis com os diferentes estágios de desenvolvimento das crianças. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | Garantir oferta de água própria para consumo em bebedouros em condições sanitárias adequadas. | Gestor(a) da UEI |
| | | Propiciar às crianças momentos de alimentação como experiência lúdica e assegurar possibilidade de convivência e socialização durante o compartilhamento da comida. | Educadores(as) |
| | | Criar rotinas de monitoramento do desperdício e estratégias para reduzi-lo; garantir o destino adequado de resíduos, com vistas à sustentabilidade. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar e Gestão da Alimentação Escolar no município |

| | | | |
|---|---|--|--|
| Atuação em caso de necessidades alimentares especiais | Engloba ações voltadas para atender as necessidades nutricionais das crianças que apresentam necessidades alimentares especiais. | Implementar protocolo de conduta para os casos de crianças com suspeita e com diagnóstico de necessidades alimentares especiais. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar e profissionais da UBS do território |
| | | Adaptar o cardápio para que atenda às necessidades nutricionais das crianças que apresentam necessidades alimentares especiais durante o período letivo. | Equipe de alimentação escolar |
| | | Adquirir gêneros alimentícios a serem usados nas adaptações das preparações para as crianças que possuem necessidades alimentares especiais. | Gestão da Alimentação Escolar no município |
| | | Solicitar periodicamente às famílias de crianças com necessidades alimentares especiais um relatório de saúde realizado por profissionais de saúde. | Gestor(a) da UEI e auxiliares administrativos |
| | | Elaborar e disponibilizar periodicamente às famílias das crianças atendidas relatório de saúde para ser entregue à UEI. | Profissionais da UBS do território |
| | | Possuir protocolo de oferta de refeições para crianças com suspeita ou diagnóstico de necessidades alimentares especiais. | Gestor(a) da UEI |
| | | Realizar as adaptações necessárias durante a elaboração das refeições das crianças que possuem necessidades alimentares especiais. | Manipuladores(as) de alimentos |
| Proteção | | | |
| Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação | Abrange medidas que garantam condições físicas e processos adequados às boas práticas de manipulação de alimentos; procedimentos operacionais padronizados. | Elaborar Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e estabelecer os Procedimentos Operacionais Padronizados para Serviços de Alimentação individualizados para a UEI. | Equipe de alimentação escolar |
| | | Cumprir com o determinado no Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e nos Procedimentos Operacionais Padronizados para Serviços de Alimentação. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | Higienizar a área de preparação de alimentos quantas vezes forem necessárias e imediatamente após o término do trabalho. | |
| | | Disponibilizar produtos e utensílios adequados, em conformidade com o determinado em legislação, e em quantidade suficiente para a higienização da área de preparo de alimentação. | Gestor(a) da UEI e SME |
| Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições | Refere-se a medidas que visam evitar acidentes com os manipuladores de alimentos e as crianças nos ambientes da cozinha e refeitório. | Proporcionar segurança aos manipuladores de alimentos e às crianças, garantindo que as áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos estejam em conformidade com o determinado em legislação específica, sejam reservadas e de difícil acesso às crianças. | Gestor(a) da UEI e SME |
| | | Usar calças compridas e sapatos fechados durante todo o período de trabalho dentro das áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | Disponibilizar equipamentos de proteção individual para os(as) manipuladores(as) de alimentos adequados, em conformidade com o determinado em legislação, e em quantidade suficiente. | Gestor(a) da UEI e SME |
| | | Realizar visitas regulares às UEI com vistas à identificação de perigos aos manipuladores(as) de alimentos e às crianças. | CAE |
| Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações | Abrange ações que visam evitar, no âmbito da UEI, a exposição das crianças à oferta, ao comércio ou à promoção de alimentos cujo | Proibir a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para as crianças até três anos de idade durante todo o ano letivo, incluindo momentos de eventos, festividades e atividades nos finais de semana, conforme orientações do FNDE. | Gestão de Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Elaborar normativas que favoreçam a prevenção de situações de conflitos de interesses nas UEI. | |

| | | | |
|---|---|---|--|
| não recomendadas | consumo apresenta risco para a saúde em curto ou longo prazos. Compreende também a prevenção de estratégias de ação política corporativa e situações de conflito entre interesses públicos e privados em relação à alimentação. | Elaborar normativas e orientações acerca de lanches levados de casa para UEI. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar e Gestão de Alimentação Escolar no município |
| | | Garantir a não exposição das crianças a alimentos não saudáveis ou a ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), Gestão de Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Prevenir situações de conflito de interesses, por exemplo: não realizar parcerias com empresas privadas (como as indústrias de alimentos) para, por exemplo, desenvolver atividades educativas com os estudantes ou patrocinar atividades (ex: gincanas); não premiar as crianças com visitas a empresas que produzem alimentos ultraprocessados. | |
| | | No caso de a Educação Infantil ser ofertada em unidades escolares mistas que possuam cantina: não dispor de alimentos ultraprocessados para venda na cantina. | Cantineiros(as) |
| Ações transversais | | | |
| Formação dos profissionais | Abarca sensibilização, capacitação e formação continuada de todos os profissionais da UEI para promoção da AAS. | Realizar atividades de formação permanente com todos os profissionais da UEI que objetivem apoiar a reflexão sobre as temáticas da AAS. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar, profissionais da UBS do território, profissionais que realizem ações do PSE, Gestão da Alimentação Escolar no município, SME, SMS e universidades |
| | | Realizar atividades de capacitação para os profissionais das UEI para promover o AM e para atuar na orientação quanto à continuidade do AM no ambiente escolar. | |
| | | Desenvolver atividades de EAN que envolvam todos os profissionais da UEI abordando a culinária, a manipulação de alimentos e o papel de educador de cada ator social, considerando a alimentação como constituinte da educação e do cuidado integral. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar, profissionais da UBS do território, profissionais que realizem ações do PSE, Gestão da Alimentação Escolar no município, SME e universidades |
| | | Mobilizar a comunidade escolar para que entenda o funcionamento do PNAE e valorize a alimentação escolar. | |
| | | Capacitar os(as) manipuladores(as) de alimentos acerca das boas práticas de manipulação de alimentos, com uma frequência mínima anual, de acordo com as necessidades das equipes. | Equipe de alimentação escolar, profissionais que realizem ações do PSE, Gestão da Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Capacitar os(as) manipuladores(as) de alimentos sempre que forem inseridas preparações novas no cardápio. | |
| Interação com outros agentes, setores ou instâncias | Envolve ações de articulação com as famílias e a comunidade, de parceria com outros setores ou instâncias e de troca de experiências com outras UEI com vistas à promoção da AAS. | Desenvolver atividades de articulação/integração/interação das famílias e da comunidade com a UEI com objetivo de fortalecimento de vínculos. | Gestor(a) da UEI e educadores(as) |
| | | Organizar espaços para interação das famílias com profissionais de saúde que atuam na UEI, para a realização de atividades educativas sobre alimentação saudável. | Gestor(a) da UEI |
| | | Assegurar o direito da família de conhecer, acompanhar e opinar sobre o cardápio oferecido na UEI, participando ativamente na alimentação escolar. | Gestor(a) da UEI e Gestão da Alimentação |

| | | | |
|-----------|---|--|--|
| | | | Escolar no município |
| | | Acompanhar e orientar sobre os horários das refeições servidas nas UEI. | CAE e COMSEA |
| | | Estabelecer parcerias que fortaleçam e ampliem as ações de promoção do AM nas UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as) e profissionais da UBS do território |
| | | Articular parcerias livres de conflitos de interesses para a promoção da AAS na UEI. | Gestor(a) da UEI e educadores(as) |
| | | Oferecer assistência, orientações e sementes para o cultivo de hortas escolares. | Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e agricultores(as) familiares |
| | | Articular parcerias para a implementação de hortas escolares como espaços pedagógicos. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), outras UEI e Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente |
| | | Compartilhar informações e vivências de práticas de promoção da AAS com outras UEI da rede escolar. | Gestor(a) da UEI, educadores(as) e outras UEI |
| | | Realizar ações para aproximar a UEI da UBS e do CRAS situados no território, a fim de ampliar e potencializar ações. | Gestor(a) da UEI, SMS e SMAS |
| | | Manter diálogo permanente com a Gestão/Coordenação da Alimentação Escolar de maneira a ampliar e potencializar o desenvolvimento de ações de EAN. | Gestor(a) da UEI |
| | | Estabelecer canais de comunicação acessíveis entre todos os profissionais, tanto da UEI, como da UBS, do CRAS e do Conselho Tutelar do território, para discutir os casos de cada criança matriculada na UEI que necessite de alguma atenção especial, principalmente relacionada a sua alimentação. | Gestor(a) da UEI, profissionais da UBS e do CRAS do território, Conselho Tutelar e COMSEA |
| | | Planejar e realizar ações em colaboração para promover e apoiar a amamentação nas UEI. | |
| | | Estabelecer articulação intersetorial para realização de ações de promoção da AAS. | |
| | | Construir uma rede de apoio e proteção social para proteção à infância e apoio à amamentação. | Todos os profissionais da UEI, famílias, comunidade e COMSEA |
| Avaliação | Abarca: (a) iniciativas que objetivam o fornecimento de informações oportunas sobre um determinado contexto, para subsidiar o planejamento de ações; e (b) iniciativas de avaliação de ações executadas com o propósito de construir um juízo de valor sobre elas e subsidiar | Realizar diagnóstico inicial institucional ou do contexto sociocultural na UEI para elaborar o planejamento das ações de promoção da AAS. | Gestor(a) da UEI e Gestão da Alimentação Escolar no município |
| | | Realizar avaliação inicial sobre as práticas alimentares de todas as crianças no ato de sua admissão na UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as) e auxiliares administrativos |
| | | Realizar avaliação das atividades de EAN desenvolvidas com a comunidade escolar na UEI. | Profissionais que realizaram as atividades e universidades |
| | | Realizar avaliação da efetividade das ações de promoção da AAS que são executadas na UEI. | Gestor(a) da UEI, Gestão da Alimentação Escolar no município e universidades |

| | | | |
|--|------------------------------|---|---|
| | consequentes ações cabíveis. | Realizar avaliação das preparações do cardápio executadas pelos manipuladores de alimentos sempre que for introduzido no cardápio um alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras. | Equipe de alimentação escolar e CAE |
| | | Aplicar teste de aceitabilidade às crianças sempre que for introduzido no cardápio um alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. | |
| | | Monitorar o estado nutricional das crianças na admissão das crianças na UEI e no decorrer do ano letivo. | Profissionais da UBS do território, profissionais que realizem ações do PSE e universidades |

Legenda: ■ - Práticas de agentes do contexto externo à UEI; ■ - Práticas de agentes do contexto interno à UEI; ■ - Práticas de responsabilidade compartilhada entre agentes do contexto interno e externo à UEI; EAN - Educação Alimentar e Nutricional; AAS - alimentação adequada e saudável; SME - Secretaria Municipal de Educação; SMS - Secretaria Municipal de Saúde; SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social; UEI - unidade(s) de Educação Infantil; UBS - unidade(s) básica(s) de saúde; AM - aleitamento materno; FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar; PSE - Programa Saúde na Escola; CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; CAE - Conselho de Alimentação Escolar; COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Todos os profissionais da UEI - gestor(a), educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as); Comunidade escolar - crianças e seus familiares, gestor(a) da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as), cantineiros(as).

Fonte: A autora, 2023.

5.7 Avaliação da validade de conteúdo do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil e elaboração da sua versão final

O formulário eletrônico para a avaliação da validade de conteúdo do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil ficou disponível para preenchimento pelas especialistas do dia 29 de maio até 09 de junho de 2023. Participaram desta etapa dez especialistas que participaram dos dois painéis anteriores (APÊNDICE E).

As respostas da etapa da avaliação da validade de conteúdo encontram-se consolidadas nas Tabelas 1 a 3, e pode-se observar que a maioria dos aspectos avaliados foi considerada altamente relevante. Os aspectos que obtiveram valor de CVR mais baixos foram: o componente "Atuação em casos de necessidades alimentares especiais", pertencente à vertente apoio, e "Agentes do contexto externo à UEI", ambos com valor de 0,8 (Tabela 1). Nenhum aspecto avaliado foi descartado, uma vez que não alcançaram o valor de CVR inferior ao ponto de corte adotado (0,62), considerando-se que, nesta etapa, participaram dez especialistas.

Tabela 1 - Validação de conteúdo dos componentes do esquema gráfico do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes. Rio de Janeiro, 2023.

| Aspectos avaliados | | Grau de relevância* (quantidade de especialistas) | CVR** | Quantidade de sugestões de reescrita | Sugestões | Versão após a sugestão de reescrita |
|--------------------|--|--|-------|--------------------------------------|---|--|
| Vertentes da PAAS | Componentes | | | | | |
| Incentivo | EAN como prática cotidiana | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Inclusão da EAN como tema transversal do currículo | 4 (10) | 1,0 | 2 | EAN como prática transversal ao currículo. | “EAN como prática transversal ao currículo.” |
| | Mobilização e formação das famílias para a PAAS | 4 (10) | 1,0 | 3 | Sensibilização e diálogo para a PAAS junto às famílias. O termo formação remete muitas vezes para um papel mais passivo. Sugiro capacitação. | “Mobilização e formação sobre a PAAS junto às famílias.” |
| Apoio | Favorecimento da manutenção do AM | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 5 | Acho que a ideia do "favorecimento" já está implícita o "Apoio"; sugiro manter somente "Manutenção do AM". Tirar a sigla e trocar por amamentação "Favorecimento da manutenção da amamentação". Promoção do AM. A maioria dos exemplos remete efetivamente para uma perspectiva de ambientes de suporte (condições para a manutenção do aleitamento materno). Mas há alguns exemplos que remetem mais para ações de educação para a saúde, que incentivem as mães a amamentar. Neste caso, parece-me haver sobreposição com a vertente do incentivo, no componente de mobilização e formação. | “Manutenção da amamentação.” Sugestão sobre o quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico (movido para a Tabela 3, na seção “Exemplo de práticas”). |
| | Oferta de AAS | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Atuação em casos de necessidades | 4 (8) 3 (1) 2 (1) | 0,8 | 5 | Atendimento a necessidades alimentares especiais. | “Atendimento a crianças com necessidades |

| | | | | | | |
|--------------------|--|----------------|-----|---|--|---|
| | alimentares especiais | | | | Atendimento das necessidades alimentares especiais. Em Portugal, o termo necessidades especiais remete para necessidades decorrentes de problemas de saúde. Fiquei na dúvida se aquilo que aqui se pretende é apenas isso, ou incluir também necessidades específicas que remetam, por exemplo, para preferências ou ideologia da família em relação à alimentação. Pela definição da vertente, diria que é o segundo caso. Se assim for, sugiro a utilização de um termo mais abrangente (específicas) ou ambos os termos (especiais e específicas). Atendimento às necessidades alimentares especiais. Atendimento Necessidades Alimentares Especiais. | alimentares especiais ou específicas.” |
| Proteção | Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 1 | Acho que pode retirar a palavra "Garantia"; sugiro: "Controle higiênico-sanitário da alimentação". | “Controle higiênico-sanitário da alimentação.” |
| | Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições | 4 (10) | 1,0 | 2 | Garantia da Infraestrutura e condições adequadas de trabalho. | Sem alteração. |
| | Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas | 4 (10) | 1,0 | 2 | Regulamentação da oferta, do comércio e da publicidade de alimentos ultraprocessados. | “Regulação da oferta, do comércio e da publicidade de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas.” |
| Ações transversais | Formação dos profissionais | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Interação com outros agentes, setores e instâncias | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |

| | | | | | | |
|--|--|-------------------------|-----|---|--|--|
| | Avaliação | 4 (10) | 1,0 | 3 | Monitoramento e avaliação. Acompanhamento e avaliação das ações e estratégias de PAAS. Avaliação e acompanhamento das ações e estratégias de PAAS. | “Monitoramento e avaliação.” |
| Agentes do contexto interno à UEI (comunidade escolar) | | 4 (10) | 1,0 | 3 | Acredito que toda a equipe gestora deve ser agente neste contexto. Gosto do termo atores sociais pensado para as ações de EAN no PNAE, corrobora a ideia de corresponsabilidade. As famílias de escolares aparecem tanto em agentes externos como em agentes internos; manteria em agentes internos. | “Equipe gestora da UEI.” Sem alteração. Sem alteração. |
| Agentes do contexto externo à UEI | | 4 (8) 3 (1) 2 (1) | 0,8 | | Incluir o Centro Colaborador em Alimentação Escolar (CECANE). | Sem alteração. |
| Representações gráficas | Vertentes de PAAS (incentivo, apoio, proteção e ações transversais) (em relação à escrita, forma e disposição gráfica) | 4 (10) | 1,0 | 1 | No centro do modelo, sugiro manter somente "Educação Infantil" ou "escolares" ou "crianças". | Sem alteração. |
| | Componentes do modelo (em relação à escrita, forma e disposição gráfica) | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 2 | - | - |
| | Contextos interno e externo à UEI (em relação à escrita, forma e disposição gráfica) | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Agentes do contexto interno à UEI | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Agentes do contexto externo à UEI | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 2 | Atores ao invés de agentes. Iniciar a expressão | Sem alteração. “Outras unidades de |

| | | | | | | |
|--|--------------|--------|-----|---|---|---------------------|
| | | | | | "outras unidades de Educação Infantil" com caixa alta, como nos outros casos. | Educação Infantil." |
| | Cores usadas | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |

Legenda: *Grau de relevância: 4= altamente relevante; 3= bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrita; 2= pouco relevante e 1= não relevante; **CVR (*Content Validity Ratio*) = (número de especialistas que classificaram cada aspecto como “essencial” (4 ou 3) - número total de respondentes / 2) / número total de respondentes / 2.

Fonte: A autora, 2023.

Abaixo seguem as justificativas acerca das sugestões das especialistas oriundas da etapa de avaliação da validade de conteúdo do modelo teórico no tocante ao aprimoramento do esquema gráfico. Em relação às sugestões de reescrita do componente "Mobilização e formação das famílias para a PAAS", pertencente à vertente incentivo, duas especialistas expressaram suas opiniões. A primeira sugeriu: "sensibilização e diálogo para a PAAS junto às famílias", e a segunda apontou que "o termo formação remete muitas vezes para um papel mais passivo. Sugiro capacitação". Optou-se pela versão adaptada do original "Mobilização e formação sobre a PAAS junto às famílias", considerando que o termo mobilização engloba uma chamada para ação, para além da sensibilização, e que o termo formação está sendo utilizado com o entendimento de que ele pressupõe processo contínuo, aprofundado e crítico de aprendizagem e ativo de compartilhamento de informações. Apesar de não haver uma diferença conceitualmente estabelecida na literatura entre os termos formação e capacitação, a equipe de pesquisa compreende que o termo formação leva em consideração o conhecimento prévio do indivíduo na construção de novos conhecimentos, isto é, a aprendizagem significativa e problematizadora. Em comparação ao termo capacitação, que envolve abordagens e transmissão de informações mais técnicas e específicas.

A maior quantidade de sugestões de reescrita referiu-se aos componentes "Favorecimento da manutenção de AM" e "Atuação em casos de necessidades alimentares especiais", como se pode observar na Tabela 1. Já em relação à sugestão de reescrita deste componente em questão para "Promoção do AM", optamos por não acatá-la, pois o termo "promoção" é usado pela agenda da amamentação no sentido de incentivo, e a intenção deste componente é expressar uma ação da vertente de apoio.

No segundo caso, uma especialista sugeriu a inclusão do termo "necessidades alimentares específicas", que remete, por exemplo, para preferências ou ideologia da família em relação à alimentação, em complementação ao termo "necessidades alimentares especiais",

que remete a necessidades decorrentes de problemas de saúde. A sugestão foi acatada e o componente, reescrito.

A sugestão de substituir a escrita do componente "Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições" por "Garantia da infraestrutura e condições adequadas de trabalho" não foi acatada por ser mais ampla e extrapolar o escopo do modelo e o tema da prevenção de acidentes, que é o foco deste componente. A garantia de infraestrutura está relacionada também com outros aspectos do processo de trabalho, como ergonomia, eficiência, produção em larga escala, promoção da saúde do trabalhador e prevenção de doenças, por exemplo, que não têm ligação, obrigatoriamente, com prevenção de acidentes. Embora a saúde do trabalhador pudesse ser totalmente compreendida como um elemento estruturante da PAAS nas UEI, lançar luz sobre tal abordagem foge ao objetivo central deste modelo.

Houve a sugestão de substituição da escrita do componente "Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas", pertencente à vertente proteção, por "Regulamentação da oferta, do comércio e da publicidade de alimentos ultraprocessados.". O entendimento da equipe de pesquisa é o de que o termo "regulamentação" tem o sentido de ação ou efeito formal de criar e determinar regulamentos, normas, regras, conjunto de medidas legais que regem um assunto ou uma instituição, e que o termo "regulação" é mais comumente empregado na literatura com o sentido de "restrição", "controle" e "proibição", termos mais explícitos e utilizados nas resoluções legais sobre o tema, convergente com o jargão da área. Isto é, o sentido do termo "regulamentação" não obrigatoriamente implica restrição, já o sentido do termo "regulação" implica a criação de mecanismos de controle. Desta forma, optou-se por reescrever esse componente da seguinte forma: "Regulação da oferta, do comércio e da publicidade de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas".

Sobre as sugestões de reescrita do componente "Avaliação", optou-se por "Monitoramento e avaliação", incorporando-se o termo monitoramento, em vez de acompanhamento, por ser o mais comumente usado no âmbito das políticas públicas de alimentação e nutrição. A sugestão de reescrita deste componente por "Acompanhamento e avaliação das ações e estratégias de PAAS" não foi acatada pois restringe o escopo de aspectos que podem ser monitorados e avaliados previstos pelo modelo, conforme os exemplos de prática que o quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico indica.

Em resposta à pergunta "Em sua opinião, há componentes a serem incluídos, excluídos ou detalhados?", uma especialista afirmou que, relendo o material, sentiu falta de alguma

abordagem sobre hortas escolares, em função da potência para a PAAS, que esta poderia estar implícita nas ações de EAN, mas sugeriu que valeria a pena dar algum destaque, mesmo que fosse com um exemplo de prática. Apesar de esta pergunta ser referente aos componentes do modelo expressos graficamente no esquema, e considerando que o mesmo não apresenta os detalhes do modelo, função dos quadros, neste caso, o quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico, a resposta remeteu aos exemplos de práticas expostos neste quadro. Entretanto, no quadro de definições e exemplos, é dado destaque às hortas escolares em exemplos de prática, como: "Desenvolver atividades de EAN com as crianças de forma lúdica, orgânica e vivencial, por meio da adoção de metodologias ativas, incluindo, por exemplo, a prática culinária, o compartilhamento de receitas familiares e o cultivo de hortas no ambiente escolar.", do componente "EAN como prática transversal ao currículo", pertencente a vertente incentivo, e "Oferecer assistência, orientações e sementes para o cultivo de hortas escolares.", do componente "Interação com outros agentes, setores ou instâncias", pertencente às ações transversais.

Uma das sugestões acerca dos "agentes do contexto interno à UEI (comunidade escolar)" foi a de adotar o termo atores sociais. Optou-se por utilizar o termo "agente(s)" em alinhamento com os elementos do referencial teórico-conceitual da Teoria da Estruturação Forte, adotada no presente estudo. Este termo se refere aos indivíduos envolvidos no processo de PAAS na Educação Infantil, direta ou indiretamente, incluindo a própria criança. Ele tem sentido similar a outros que costumam ser utilizados na literatura das Ciências Sociais e dialoga com outros semelhantes utilizados em documentos da área da alimentação e nutrição, por exemplo, "atores", "atores sociais", "atores sociais do PNAE", "sujeitos". O termo "agente" reforça o protagonismo de todos os envolvidos nesse processo de acordo com suas responsabilidades e papéis distintos, corroborando a ideia de corresponsabilidade.

Outra sugestão sobre os "agentes do contexto interno à UEI" foi manter as famílias somente como agentes internos. Estas se constituem em um grupo de agentes que apresenta particularidades que precisam ser apontadas quando se observa o processo de PAAS na Educação Infantil, considerando-se seu elevado nível de envolvimento e potencial de influência no desenvolvimento e na formação de hábitos de vida da criança. Sendo assim, as famílias encontram-se inseridas tanto no contexto externo à UEI, por estarem fisicamente fora da UEI na maior parte do cotidiano escolar, quanto no contexto interno à UEI, por serem parte da comunidade escolar, tendo em vista o seu papel dentro da UEI, por exemplo, na participação

de reuniões com os educadores(as) e de capacitações acerca da AAS e na interação cotidiana com os profissionais da UEI. Sendo assim, esta sugestão não foi acatada.

Uma especialista sugeriu incluir os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) entre os "agentes do contexto externo à UEI". Estes são instituídos em universidades e prestam apoio para a consolidação da gestão operacional e o desenvolvimento do PNAE, estabelecendo-se como referência técnica e científica (BRASIL, 2020a). No entendimento da equipe de pesquisa, eles são uma das formas de as universidades interagirem com a realidade escolar. Por este motivo, optou-se por não incluir os CECANE como um agente distinto das universidades, que já estão inseridas no modelo.

Sobre as representações gráficas, houve manifestação positiva em relação à escrita, forma e disposição gráfica, e sugestão de uma especialista de se manter no centro do modelo somente "Educação Infantil" ou "escolares" ou "crianças". Esta sugestão não foi acatada e as representações gráficas foram mantidas com base nas discussões acumuladas no segundo painel, que apontaram que o núcleo do modelo deve representar seu objeto central - PAAS na Educação Infantil, estando circundado pela área que representa a comunidade escolar, que é constituída pelos agentes do contexto interno à UEI.

Quanto à clareza do esquema gráfico, em linhas gerais, oito especialistas consideraram que ele estava totalmente claro e duas especialistas que estava bastante claro ou totalmente claro, mas precisava de ajustes. Houve duas sugestões de ajuste: a primeira especialista questionou: "é possível começar a analisar o modelo dos círculos externos para o interno ou ao contrário, do centro para os círculos externos? Acho que sim, pensando que a ação de PAAS, pode se "originar" por demandas externas ou internas. Acho que a ideia da mistura das cores não é suficiente. Se houver algum sentido preferencial, seria importante deixar isso mais claro.". O entendimento da equipe de pesquisa é de que não há um sentido preferencial para analisar o modelo teórico (do contexto interno para o externo ou vice-versa). O modelo foi elaborado a fim de atender a demandas tanto internas quanto externas ao âmbito da UEI que podem motivar as ações de PAAS. Isto é, ele abrange as iniciativas oriundas por demandas internas ou externas à UEI. Portanto, essas observações não geraram alterações no esquema gráfico.

A segunda sugestão foi: "entendo que o círculo em azul com o PAAS e comunidade escolar poderia vir com uma cor diferente. Está confundindo com os outros tons de azul das ações de incentivo, apoio e proteção". Optou-se por manter a cor azul em tons diferentes tanto no núcleo do modelo, onde se encontra a "PAAS na Educação Infantil", quanto no círculo seguinte, onde se encontra a "comunidade escolar", considerando que a "PAAS na Educação

Infantil” é da mesma natureza que suas vertentes de ação (cujas cores de fundo são variações de azul) e que “comunidade escolar” se configura um elemento do contexto interno à UEI, como a PAAS e suas vertentes de ação.

Tabela 2 - Validação de conteúdo do quadro de descrição dos elementos estruturantes do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.

| Aspectos avaliados | Grau de relevância* (quantidade de especialistas) | CVR ** | Quantidade de sugestão de reescrita | Sugestões | Versão após a sugestão de reescrita |
|-----------------------------------|---|--------|-------------------------------------|--|---|
| Contexto interno à UEI | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| Contexto externo à UEI | 4 (10) | 1,0 | 1 | Incluir o CECANE. | “... universidades públicas e privadas (incluindo os Centros Colaboradores em Alimentação Escolar (CECANE)).” |
| Agentes do contexto interno à UEI | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| Agentes do contexto externo à UEI | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 1 | Incluir ONGs. Existem aquelas que defendem e lutam pela oferta de AAS nas escolas. Ex: Desiderata. | “Contexto externo proximal: famílias das crianças atendidas na UEI, (...) e entidades da sociedade civil.” |
| Vertente de incentivo | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 0 | - | - |
| Vertente de apoio | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 0 | - | - |
| Vertente de proteção | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| Ações transversais | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |

Legenda: *Grau de relevância: 4= altamente relevante; 3= bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrita; 2= pouco relevante e 1= não relevante; **CVR (*Content Validity Ratio*) = (número de especialistas que classificaram cada aspecto como “essencial” (4 ou 3) - número total de respondentes / 2) / número total de respondentes / 2.

Fonte: A autora, 2023.

Abaixo seguem os comentários acerca das sugestões das especialistas sobre o aprimoramento do quadro de descrição dos elementos estruturantes do modelo teórico. Sugeriu-se a inclusão dos CECANE na descrição do contexto externo à UEI. Optou-se por incluí-los como complemento de exemplo de agentes, setores e instâncias do contexto externo distal, considerando que os CECANE estão inseridos nas universidades, como já foi mencionado.

Outra sugestão foi a inclusão das Organizações Não Governamentais (ONG) na descrição dos agentes, setores e instâncias do contexto externo à UEI. Optou-se por acatar a sugestão incluindo o termo "entidades da sociedade civil", que engloba ONG e outros tipos de entidades constituídas por representantes da sociedade civil que tenham em sua agenda a atuação em prol da PAAS. Uma observação sobre a inclusão do termo "entidades da sociedade civil": elas podem pertencer tanto ao contexto externo proximal como distal. No esquema gráfico, ela foi incluída no nível proximal do contexto externo.

Quanto à formatação do quadro de descrição dos elementos estruturantes do modelo teórico, nove especialistas responderam que estava adequada e um que estava parcialmente adequada, sugerindo como edição: "Se ele pudesse ser um pouco mais sucinto acho que ficaria melhor". Na pergunta se havia detalhamentos de descrição de elementos a serem incluídos ou excluídos, a mesma especialista respondeu: "Acho que o texto pode ser resumido nos tópicos.". E quanto à clareza deste quadro, em linhas gerais nove especialistas consideram que ele estava totalmente claro e uma especialista que ele estava bastante claro ou totalmente claro, mas precisa de ajustes. Sua sugestão foi: "Resumir texto". Todavia, optou-se por manter o conteúdo detalhado no quadro de descrição do elementos estruturantes do modelo teórico, tendo em vista que apenas uma especialista sugeriu tal resumo e que este quadro tem o objetivo de complementar a compreensão e reconhecimento do esquema gráfico, apresentando a descrição pormenorizada de todos os elementos nele presentes. Este quadro foi construído para consolidar as informações basilares do modelo teórico considerando que a PAAS na Educação Infantil configura-se um tema extremamente complexo que necessita de detalhamento conceitual.

Tabela 3 - Validação de conteúdo do quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes. Rio de Janeiro, 2023.

| Aspectos avaliados | | Grau de relevância* (quantidade de especialistas) | CVR** | Quantidade de sugestão de reescrita | Sugestões | Versão após a sugestão de reescrita |
|--------------------|---|--|-------|-------------------------------------|--|--|
| Vertentes da PAAS | Componentes | | | | | |
| Definições | | | | | | |
| Incentivo | EAN como prática cotidiana | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Inclusão da EAN como tema transversal do currículo | 4 (8) 3 (2) | 1,0 | 2 | Também verificar possibilidade de resumir textos. Onde se lê "compartilhamento de receitas familiares" poderia mudar para "compartilhamento de receitas na família". | Sem alteração. "... compartilhamento de receitas dos familiares e com os familiares...". |
| | Mobilização e formação sobre a PAAS junto às famílias | 4 (8) 3 (2) | 1,0 | 1 | Incluir entre os responsáveis "profissionais que realizam ações de PSE". Os responsáveis podem aproveitar a presença destes profissionais para sanar estas e outras dúvidas referentes à alimentação infantil. | "Gestor(a) da UEI, educadores(as), equipe de alimentação escolar, profissionais da UBS do território e profissionais que realizem ações de PSE." |
| Apoio | Favorecimento da manutenção do AM | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Oferta de AAS | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Atuação em casos de necessidades alimentares especiais | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 0 | - | - |
| Proteção | Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 1 | Inclui alimentação trazida para escola por estudantes? Se forem somente as refeições produzidas na escola, sugiro substituir por "controle higiênico-sanitário da produção de refeições". | "Abrange medidas que garantam condições físicas e processos adequados às boas práticas de manipulação de alimentos, além de procedimentos operacionais padronizados, a fim de produção de refeições na UEI, ou por empresa |

| | | | | | | |
|--------------------|--|--------|-----|---|---|--|
| | | | | | | terceirizada, e sua oferta/distribuição para as crianças.” |
| | Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| Ações transversais | Formação dos profissionais | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Interação com outros agentes, setores e instâncias | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Avaliação | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |

Exemplos de práticas

| | | | | | | |
|-----------|--|----------------|-----|---|---|--|
| Incentivo | EAN como prática cotidiana | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Inclusão da EAN como tema transversal do currículo | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Mobilização e formação das famílias para a PAAS | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| Apoio | Favorecimento da manutenção do AM | 4 (8) 3 (2) | 1,0 | 2 | <p>Onde se lê "que permita às mães extraírem o leite..." pode ser alterado para "que permitam às mães extraírem o seu leite humano".</p> <p>Onde se lê "Oferecer leite materno retirado de forma segura à criança" pode ser alterado para "Oferecer leite humano extraído ou ordenhado de forma segura à criança (binômio mãe filho)".</p> <p>A maioria dos</p> | <p>“Dispor de sala de amamentação, de acordo com as normas, que permita às mães extraírem o seu leite na UEL.”</p> <p>“Oferecer leite humano extraído ou ordenhado de forma segura à criança, utilizando copinho, copo específico ou de transição, xícara ou colher individual e devidamente higienizado.”</p> |

| | | | | | | |
|----------|--|----------------|-----|---|---|---|
| | | | | | exemplos remete efetivamente para uma perspectiva de ambientes de suporte (condições para a manutenção do aleitamento materno). Mas há alguns exemplos que remetem mais para ações de educação para a saúde, que incentivem as mães a amamentar. Neste caso, parece-me haver sobreposição com a vertente do incentivo, no componente de mobilização e formação. | Exemplos movidos do componente "Manutenção da amamentação", com suas respectivas sugestões de exemplos de agentes, setores e instâncias envolvidos: "Estimular as mães a continuarem a amamentar antes e depois do período em que as crianças permanecem na UEI." e "Informar às mães/famílias sobre a disponibilidade de sala de amamentação para as mães extraírem o leite na UEI." |
| | Oferta de AAS | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Atuação em casos de necessidades alimentares especiais | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 0 | - | - |
| Proteção | Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 1 | Sugiro substituir o exemplo "Usar calças compridas e sapatos fechados durante todo o período de trabalho dentro das áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos" por "Utilizar EPI disponibilizados pelo empregador" ou por "Participar de atividades de formação sobre uso seguro de equipamentos". | "Usar equipamentos de proteção individual (EPI) disponibilizados pelo empregador durante todo o período de trabalho dentro das áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos." |
| | Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |

| | | | | | | |
|--------------------|--|----------------|-----|---|---|--|
| Ações transversais | Formação dos profissionais | 4 (9) 3 (1) | 1,0 | 1 | Onde se lê "Realizar atividades de capacitação para os profissionais das UEI para promover o AM" pode ser transcrito para "Realizar atividades de capacitação e sensibilização para os profissionais...". | "Realizar atividades de capacitação e sensibilização para os profissionais das UEI para promover a amamentação e para atuar na orientação quanto à continuidade do desta prática no ambiente escolar." |
| | Interação com outros agentes, setores e instâncias | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Avaliação | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |

Sugestões de agentes envolvidos nas práticas

| | | | | | | |
|-----------|---|--------|-----|---|---|---|
| Incentivo | EAN como prática cotidiana | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Inclusão da EAN como tema transversal do currículo | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Mobilização e formação das famílias para a PAAS | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| Apoio | Favorecimento da manutenção do AM | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Oferta de AAS | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Atuação em casos de necessidades alimentares especiais | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| Proteção | Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |

| | | | | | | |
|--------------------|--|--------|-----|---|---|---|
| | ultraprocessados e preparações não recomendadas | | | | | |
| Ações transversais | Formação dos profissionais | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Interação com outros agentes, setores e instâncias | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |
| | Avaliação | 4 (10) | 1,0 | 0 | - | - |

Legenda: *Grau de relevância: 4= altamente relevante; 3= bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrita; 2= pouco relevante e 1= não relevante; **CVR (*Content Validity Ratio*) = (número de especialistas que classificaram cada aspecto como “essencial” (4 ou 3) - número total de respondentes / 2) / número total de respondentes / 2.

Fonte: A autora, 2023.

Abaixo seguem os comentários acerca das sugestões das especialistas sobre o aprimoramento do quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico. Houve duas sugestões de ajustes do componente "Inclusão da EAN como tema transversal do currículo", pertencente à vertente incentivo: a primeira foi: "Também verificar possibilidade de resumir textos". Essa sugestão não foi acatada porque este quadro, além de também complementar o esquema gráfico na compreensão do modelo teórico como um todo, tem como objetivo trazer o máximo de informação acerca das definições dos componentes, exemplos de práticas e sugestões de agentes envolvidos nas mesmas. A segunda sugestão foi de reescrever parte de um exemplo de prática: "onde se lê "compartilhamento de receitas familiares" mudar para "compartilhamento de receitas na família".". A sugestão de edição foi acatada e a redação passou a ser: "... compartilhamento de receitas dos familiares e com os familiares...", considerando que é importante o desenvolvimento de atividades de EAN que promovam o compartilhamento das receitas tanto dos familiares no ambiente da UEI, por exemplo as que passam pelas gerações da família, como o compartilhamento de receitas do próprio cardápio escolar com os familiares, para que possam aumentar seu repertório de opções de preparações culinárias, por exemplo.

Dentre as sugestões sobre o esquema gráfico, foi sinalizado por uma das especialistas o seguinte apontamento sobre o quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico: “a maioria dos exemplos remete efetivamente para uma perspectiva de ambientes de suporte (condições para a manutenção do aleitamento materno). Mas há alguns exemplos que remetem mais para ações de educação para a saúde, que incentivem as mães a amamentar. Neste

caso, parece-me haver sobreposição com a vertente do incentivo, no componente de mobilização e formação”. Desta forma, os exemplos de práticas do componente “Manutenção da amamentação”, pertencente a vertente de apoio, foram devidamente revisados e dois exemplos foram movidos para o componente “Mobilização e formação sobre a PAAS junto às famílias”, pertencente à vertente de incentivo (os mesmos encontram-se identificados na coluna “Versão após a sugestão de reescrita”, no respectivo componente, na Tabela 3, na sessão “Exemplos de prática”).

Houve questionamento e sugestão sobre o componente "Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação": "Inclui alimentação trazida para escola por estudantes? Se forem somente as refeições produzidas na escola, sugiro substituir por “controle higiênico-sanitário da produção de refeições”". Conforme mencionado anteriormente, não foi adotada a nova sugestão de reescrita. Optou-se por reescrever a definição deste componente com o objetivo de deixar explícito que o mesmo refere-se à garantia do controle higiênico-sanitário das refeições preparadas na UEI ou por empresa terceirizada e servidas na UEI.

Sobre os aspectos da formatação do quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico, todas as especialistas consideraram adequados. Contudo, uma delas apontou que este ficaria mais claro se os exemplos estivessem agrupados de acordo com as cores. Essa sugestão não foi acatada porque os exemplos de prática encontram-se ordenados de acordo com as vertentes da PAAS (incentivo, apoio, proteção e ações transversais), e conforme tais práticas poderiam ocorrer no cotidiano da UEI, isto é, de acordo com o fluxo que as ações poderiam acontecer.

Quanto ao esquema de cores usadas para representar a responsabilidade dos agentes envolvidos das práticas de PAAS na Educação Infantil (contexto interno à UEI = cor azul; contexto externo à UEI = cor amarela, e responsabilidade compartilhada entre os contextos = cor verde), todas as especialistas consideraram altamente relevante. Por fim, quanto à clareza do quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo teórico, em linhas gerais nove consideraram que ele estava totalmente claro e apenas uma o considerou bastante claro ou totalmente claro, mas que precisava de ajustes, entretanto, não apresentou nenhuma sugestão de modificação.

Todas as alterações realizadas em uma parte do modelo e que tinham relação direta com outras partes do mesmo foram estendidas, por exemplo: sugestão de reescrita do componente "Inclusão da EAN como tema transversal do currículo" por "EAN como prática transversal ao currículo" no esquema gráfico, foi acatada tanto no esquema gráfico quanto no quadro de

definições e nos exemplos dos componentes do modelo teórico. Sugestões de alteração pontuais do texto que foram acatadas estão descritas nos quadros mas não comentadas no corpo do texto.

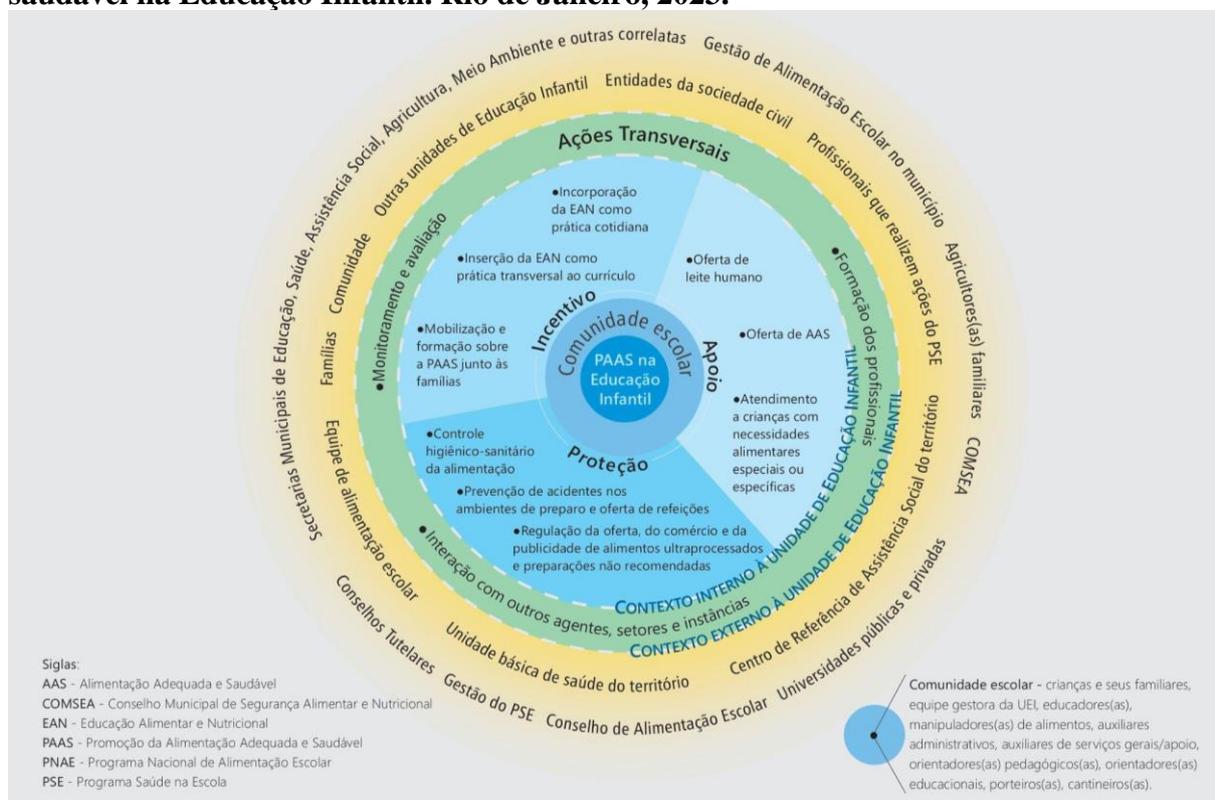
5.8 Versão final do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

O modelo teórico de PAAS na Educação Infantil proposto consiste na apresentação das ações de PAAS a serem desenvolvidas no âmbito da UEI, considerando seus contextos interno e externo. Este processo de desenvolvimento compreende o planejamento e a execução articulada de ações, por agentes do contexto interno e externo à UEI, de: incentivo à adoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio da incorporação da EAN como prática cotidiana e transversal ao currículo e da mobilização e formação sobre a PAAS junto às famílias; apoio à adesão de práticas alimentares saudáveis, através da oferta de leite humano e de AAS e do atendimento a crianças com necessidades alimentares especiais ou específicas; proteção à AAS, por meio de medidas de controle higiênico-sanitário da alimentação, prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições e regulação da oferta, do comércio e da publicidade de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas; complementadas pelas ações transversais de formação dos profissionais, de interação com outros agentes, setores ou instâncias e de monitoramento e avaliação.

O modelo teórico de PAAS na Educação Infantil pode ser aplicado tanto como um elemento orientador na gestão, desenvolvimento e organização das políticas públicas e das práticas de PAAS no serviço de Educação Infantil, quanto como um elemento de produção de conhecimento no âmbito da academia. O intuito é que este modelo teórico seja utilizado por pesquisadores interessados em trabalhar com a PAAS na Educação Infantil; gestores(as) das UEI e da Alimentação Escolar, e suas equipes de profissionais.

A seguir encontram-se as versões finais dos três elementos constitutivos do modelo teórico: o esquema gráfico do modelo (Figura 9); o quadro de descrição dos elementos estruturantes do modelo (Quadro 16), e o quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo (Quadro 17). Essas versões incorporam tanto as sugestões oriundas da etapa de avaliação da validade de conteúdo quanto aquelas apresentadas pela banca no momento da defesa da presente tese.

Figura 9 - Esquema gráfico do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.



Fonte: A autora, 2023.

Quadro 16 - Descrição dos elementos estruturantes do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.

| Elemento | Detalhamento |
|---|---|
| Contexto | |
| externo à UEI | Abarca as condições do território; o tecido social; o nível de articulação que os diferentes agentes, instituições, organizações, setores e instâncias que interagem com a UEI estabelecem e mantêm. Circunscreve-se ao âmbito do município e pode ser dividido em: (a) proximal, que se refere ao contexto que envolve os agentes, setores e instâncias presentes no território em que a UEI está inserida e suas interações, incluindo as características do ambiente alimentar do território, e (b) distal, que se refere ao contexto que envolve agentes, setores e instâncias que atuam em nível municipal e suas interações com a UEI, menos cotidianas e diretas que aquelas do nível proximal. |
| interno à UEI | Espaço físico (infraestrutura) e contexto institucional (correlações de forças, cultura institucional e todos os elementos relacionados com a organização e todas as práticas e processos referentes à educação, aí incluídos os elementos da alimentação e nutrição) da UEI, incluindo as características do ambiente alimentar escolar. |
| Agentes, setores e instâncias | |
| do contexto externo à UEI | Agentes, instituições, organizações, setores e instâncias externas à UEI, que atuam em âmbito municipal, que podem atuar direta ou indiretamente junto ao processo de educação das crianças, divididos em proximal e distal. Contexto externo proximal: famílias das crianças atendidas na UEI, comunidade, outras UEI, equipe de alimentação escolar, unidade básica de saúde do território, Centro de Referência de Assistência Social do território, profissionais que realizem ações do Programa Saúde na Escola, entidades da sociedade civil. Contexto externo distal: Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Meio Ambiente e outras correlatas, Gestão de Alimentação Escolar no município, agricultores(as) familiares, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho de Alimentação Escolar, Conselhos Tutelares, gestão do Programa Saúde na Escola, universidades públicas e privadas (incluindo os Centros Colaboradores em Alimentação Escolar (CECANE)). |
| do contexto interno à UEI | Agentes internos à UEI que atuam diretamente junto ao processo de educação das crianças, constituindo a comunidade escolar. São eles: crianças e seus familiares, equipe gestora da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as), cantineiros(as). |
| Vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável | |
| Incentivo | Ações que visam informar e motivar os indivíduos à adoção de práticas alimentares saudáveis, por meio de atividades de Educação Alimentar e Nutricional junto à comunidade escolar (crianças e seus familiares, equipe gestora da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as), cantineiros(as)) que informem, promovam a reflexão e motivem escolhas saudáveis. |
| Apoio | Medidas que visam facilitar a adesão a práticas alimentares saudáveis, através da garantia da oferta de leite humano e de alimentos adequados e saudáveis às crianças, respeitando-se a fase da vida, as necessidades individuais e a cultura alimentar, garantindo-se a adequação das condições higiênico-sanitárias, das instalações e dos equipamentos e utensílios utilizados. |
| Proteção | Ações voltadas à garantia da não exposição da comunidade escolar a alimentos não saudáveis, práticas alimentares e situações que representam risco à saúde, assim como a ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo. |
| Ações transversais | Complementam as três vertentes da promoção da alimentação adequada e saudável de diferentes formas. Abarcam: ações de formação continuada dos profissionais; de articulação com famílias e comunidade; de parceria com outros agentes, setores e instâncias; de troca de experiências e informações com outras UEI; de monitoramento e de avaliação das iniciativas de incentivo, apoio e proteção da alimentação adequada e saudável e dos desfechos de saúde, que subsidiam o (re)direcionamento das ações desenvolvidas. Tais ações legitimam, qualificam e fortalecem as ações de incentivo, apoio e proteção da alimentação adequada e saudável. |

Legenda: UEI - unidade de Educação Infantil.

Fonte: A autora, 2023.

Quadro 17 - Definições e exemplos dos componentes do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes. Rio de Janeiro, 2023.

| Componentes | Definição | Exemplos de práticas | Agentes, setores e instâncias envolvidos |
|---|--|---|---|
| Incentivo | | | |
| Inserção da EAN como prática transversal ao currículo | Prática de EAN incluída como tema transversal e transdisciplinar no currículo escolar, tendo como base as recomendações dos Guias alimentares brasileiros. | Adquirir/desenvolver materiais educativos sobre o tema da AAS de acordo com a fase de desenvolvimento da criança. | SME e SMS |
| | | Planejar atividades de EAN para as crianças com vistas à promoção da amamentação e da AAS, à valorização da diversidade e das culturas alimentares e à formação cidadã. | Educadores(as), equipe de alimentação escolar, profissionais que realizem ações do PSE e profissionais da UBS do território |
| | | Desenvolver atividades de EAN com as crianças de forma lúdica, orgânica e vivencial, por meio da adoção de metodologias ativas, incluindo, por exemplo, a prática culinária, o compartilhamento de receitas dos familiares e com os familiares e o cultivo de hortas no ambiente escolar. | |
| Incorporação da EAN como prática cotidiana | EAN incluída em atividades pedagógicas do cotidiano escolar, para além da sala de aula, como datas festivas, feiras, visitas e reuniões. | Garantir coerência entre as rotinas do cotidiano escolar e as abordagens de AAS presentes nos documentos orientadores de políticas públicas (como Guias Alimentares brasileiros e Normas Técnicas do FNDE sobre o tema). | Todos os profissionais da UEI |
| | | Aproveitar o momento da oferta de refeições saudáveis baseadas em alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados, que contemplem a presença dos diversos grupos de alimentos, para vivências educativas. | |
| Mobilização e formação sobre a PAAS junto às famílias | Sensibilização, motivação, educação e orientação das famílias para uma AAS por meio de ações de EAN. | Estimular as mães a continuarem a amamentar antes e depois do período em que as crianças permanecem na UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), auxiliares administrativos e profissionais da UBS do território |
| | | Informar às mães/famílias sobre a disponibilidade de sala de amamentação para as mães extraírem o leite na UEI. | Todos os profissionais da UEI |
| | | Orientar e encorajar as mães a manterem a amamentação após a entrada da criança na UEI. Oferecer informação às famílias sobre como apoiar a retirada do leite do peito e sobre o seu armazenamento, caso as mães optem por essa prática. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), equipe de alimentação escolar, profissionais da UBS do território e profissionais que realizam ações de PSE |
| | | Criar oportunidades de encontro e compartilhamento entre as famílias, por exemplo, por meio de grupos de discussão e de oficinas práticas formativas e criativas que utilizem abordagens dialógicas e promovam debates e reflexões sobre AAS. | |
| | | Reforçar a corresponsabilidade da família e a importância de sua participação no processo do estabelecimento da AAS no ambiente escolar. | |
| | | Abordar o tema AAS nas reuniões com os responsáveis das crianças. | |
| | | Realizar atividades de EAN junto aos responsáveis das crianças, como oficina de culinária com as famílias. | |
| | | Capacitar famílias e cuidadores a tomar as melhores decisões para proteger as crianças contra o <i>marketing</i> de alimentos. | |
| Apoio | | | |

| | | | |
|------------------------|---|--|---|
| Oferta de leite humano | Abarca ações que visam garantir infraestrutura e rotinas de acolhimento e orientações que permitam às mães/famílias manter a amamentação após o ingresso da criança na UEI. | Disponer de sala de amamentação, de acordo com as normas, que permita às mães extraírem o seu leite na UEI. | Gestor(a) da UEI, Gestão da Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Disponer de infraestrutura e rotinas para adequados recebimento, armazenamento e oferta do leite humano na UEI. | Gestor(a) da UEI e SME |
| | | Apoiar a amamentação incentivando e orientando as mães sobre a retirada do leite humano, armazenamento em casa e transporte para a UEI. Disponer de orientações expostas nas paredes e em panfletos para as famílias sobre a amamentação antes e depois do período em que as crianças permanecem na UEI, assim como sobre a retirada do leite humano, armazenamento em casa e transporte para a UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), auxiliares administrativos e profissionais da UBS do território |
| | | Oferecer leite humano extraído de forma segura à criança, utilizando copinho, copo específico ou de transição, xícara ou colher individual e devidamente higienizado. | Educadores(as) |
| Oferta de AAS | Abarca ações que viabilizem infraestrutura e rotinas que garantam a oferta de AAS, bem como ações de redução de desperdício e destino adequado de resíduos. | Elaborar cardápio baseado em alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da AAS. | Equipe de alimentação escolar e Gestão de Alimentação Escolar no município |
| | | Adquirir alimentos adequados e saudáveis, respeitando-se a cultura alimentar e as necessidades nutricionais das crianças. | Gestão de Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Adquirir preferencialmente alimentos de base agroecológica e produzidos em âmbito local, pela agricultura familiar e pelos produtores familiares rurais, respeitando a cultura local e contribuindo com a sustentabilidade. | |
| | | Garantir instalações e condições higiênico-sanitárias em conformidade com as legislações vigentes e o uso de utensílios e mobiliário adequados. | Gestor(a) da UEI, Gestão de Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Criar condições para que a alimentação seja oferecida em um ambiente arejado, acolhedor e que comporte o número de crianças atendidas em cada horário durante um tempo suficiente para que as refeições sejam tranquilas. | Gestor(a) da UEI e SME |
| | | Estabelecer os horários das refeições respeitando o tempo requerido pelas crianças em relação à fome e à saciedade. | Gestor(a) da UEI |
| | | Adotar a prática da alimentação responsável: assegurar respeito ao grau de aceitação da criança em relação à alimentação, atender aos sinais de fome e saciedade manifestados pela criança, não forçar a criança a comer. | Educadores(as) |
| | | Observar a adequação do tamanho das porções de alimentos servidas. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | Disponibilizar o cardápio com as informações nutricionais em locais visíveis na UEI e nos sítios eletrônicos oficiais da unidade. | Gestor(a) da UEI e auxiliares administrativos |
| | | Preparar a alimentação com diferentes consistências para oferecer preparações culinárias compatíveis com os diferentes estágios de desenvolvimento das crianças. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | Garantir oferta de água própria para consumo em bebedouros em condições sanitárias adequadas. | Gestor(a) da UEI |
| | | Propiciar às crianças momentos de alimentação como experiência lúdica e assegurar possibilidade | Educadores(as) |

| | | | |
|--|---|---|--|
| | | de convivência e socialização durante o compartilhamento da comida. | |
| | | Criar rotinas de monitoramento do desperdício e estratégias para reduzi-lo; garantir o destino adequado de resíduos, com vistas à sustentabilidade. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar e Gestão da Alimentação Escolar no município |
| Atendimento a crianças com necessidades alimentares especiais ou específicas | Engloba ações voltadas para atender as necessidades nutricionais das crianças que apresentam necessidades alimentares especiais (decorrentes de problemas de saúde, por exemplo diabetes, intolerância à lactose, autismo etc.) ou específicas (concepções da família em relação à alimentação, por exemplo). | Implementar protocolo de conduta para os casos de crianças com suspeita e com diagnóstico de necessidades alimentares especiais ou específicas, incluindo concepções da família em relação à alimentação (ex: vegetarianismo). | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar e profissionais da UBS do território |
| | | Adaptar o cardápio para que atenda às necessidades nutricionais das crianças que apresentam necessidades alimentares especiais ou específicas durante o período letivo. | Equipe de alimentação escolar |
| | | Adquirir gêneros alimentícios a serem usados nas adaptações das preparações para as crianças que possuem necessidades alimentares especiais ou específicas. | Gestão da Alimentação Escolar no município |
| | | Solicitar periodicamente às famílias de crianças com necessidades alimentares especiais um relatório de saúde realizado por profissionais de saúde. | Gestor(a) da UEI e auxiliares administrativos |
| | | Elaborar e disponibilizar periodicamente às famílias das crianças atendidas relatório de saúde para ser entregue à UEI. | Profissionais da UBS do território |
| | | Possuir protocolo de oferta de refeições para crianças com suspeita ou diagnóstico de necessidades alimentares especiais ou específicas. | Gestor(a) da UEI |
| | | Realizar as adaptações necessárias durante a elaboração das refeições das crianças que possuem necessidades alimentares especiais ou específicas. | Manipuladores(as) de alimentos |
| Proteção | | | |
| Controle higiênico-sanitário da alimentação | Abrange medidas que garantam condições físicas e processos adequados às boas práticas de manipulação de alimentos, além de procedimentos operacionais padronizados, a fim de produção de refeições na UEI, ou por empresa terceirizada, e sua oferta/distribuição para as crianças. | Elaborar Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e estabelecer os Procedimentos Operacionais Padronizados para Serviços de Alimentação individualizados para a UEI. | Equipe de alimentação escolar |
| | | Cumprir com o determinado no Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e nos Procedimentos Operacionais Padronizados para Serviços de Alimentação. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | Higienizar a área de preparação de alimentos quantas vezes forem necessárias e imediatamente após o término do trabalho. | |
| | | Disponibilizar produtos e utensílios adequados, em conformidade com o determinado em legislação, e em quantidade suficiente para a higienização da área de preparo de alimentação. | Gestor(a) da UEI e SME |
| Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições | Refere-se a medidas que visam evitar acidentes com os manipuladores de alimentos e as crianças nos ambientes da cozinha e refeitório. | Proporcionar segurança para os(as) manipuladores(as) de alimentos e as crianças, garantindo que as áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos estejam em conformidade com o determinado em legislação específica, sejam reservadas e de difícil acesso às crianças. | Gestor(a) da UEI e SME |
| | | Usar equipamentos de proteção individual (EPI) disponibilizados pelo empregador durante todo o período de trabalho dentro das áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos. | Manipuladores(as) de alimentos |
| | | Disponibilizar equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para os(as) manipuladores(as) de alimentos, em conformidade com o determinado em legislação, e em quantidade suficiente. | Gestor(a) da UEI e SME |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | | Realizar visitas regulares às UEI com vistas à identificação de perigos para os(as) manipuladores(as) de alimentos e as crianças. | CAE |
| Regulação da oferta, do comércio e da publicidade de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas | Abrange ações que visam evitar, no âmbito da UEI, a exposição das crianças à oferta, ao comércio ou à publicidade de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas, como aquelas com alto teor de sal, açúcar e gordura, cujo consumo apresenta risco para a saúde em curto ou longo prazos. Compreende também a prevenção de estratégias de ação política corporativa e situações de conflito entre interesses públicos e privados em relação à alimentação. | Proibir a oferta de alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para as crianças até três anos de idade durante todo o ano letivo, incluindo momentos de eventos, festividades e atividades nos finais de semana, conforme orientações do FNDE. | Gestão de Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Elaborar normativas que favoreçam a prevenção de situações de conflitos de interesses nas UEI. | |
| | | Elaborar normativas e orientações acerca de lanches levados de casa para UEI. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar e Gestão de Alimentação Escolar no município |
| | | Garantir a não exposição das crianças a alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas ou a ações ou contextos que promovam ou encorajem, de alguma forma, o consumismo. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), Gestão de Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Prevenir situações de conflito de interesses, por exemplo: não realizar parcerias com empresas privadas (como as indústrias de alimentos) para, por exemplo, desenvolver atividades educativas com as crianças ou patrocinar atividades (como gincanas); não premiar as crianças com visitas a empresas que produzem alimentos ultraprocessados. | |
| No caso de a Educação Infantil ser ofertada em unidades escolares mistas que possuam cantina: não dispor de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas para venda na cantina. | Cantoneiros(as) | | |
| Ações transversais | | | |
| Formação dos profissionais | Abarca sensibilização, capacitação e formação continuada de todos os profissionais da UEI para promoção da AAS. | Realizar atividades de formação permanente com todos os profissionais da UEI que objetivem apoiar a reflexão sobre os temas da AAS. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar, profissionais da UBS do território, profissionais que realizem ações do PSE, Gestão da Alimentação Escolar no município, SME, SMS e universidades |
| | | Realizar atividades de capacitação e sensibilização para os profissionais das UEI para promover a amamentação e para atuar na orientação quanto à continuidade desta prática no ambiente escolar. | |
| | | Desenvolver atividades de EAN que envolvam todos os profissionais da UEI abordando a culinária, a manipulação de alimentos e o papel de educador de cada ator social, considerando a alimentação como constituinte da educação e do cuidado integral. | Gestor(a) da UEI, equipe de alimentação escolar, profissionais da UBS do território, profissionais que realizem ações do PSE, Gestão da Alimentação Escolar no município, SME e universidades |
| | | Mobilizar a comunidade escolar para que entenda o funcionamento do PNAE e valorize a alimentação escolar. | |
| | | Capacitar os(as) manipuladores(as) de alimentos acerca das boas práticas de manipulação de alimentos, com uma frequência mínima anual, de acordo com as necessidades das equipes. | Equipe de alimentação escolar, profissionais que realizem ações do PSE, Gestão da Alimentação Escolar no município e SME |
| | | Capacitar os(as) manipuladores(as) de alimentos sempre que forem inseridas preparações novas no cardápio. | |
| Interação com outros agentes, setores ou instâncias | Envolve ações de articulação com as famílias e a comunidade, de | Desenvolver atividades de articulação/integração/interação das famílias e da comunidade com a UEI com objetivo de fortalecimento de vínculos. | Gestor(a) da UEI e educadores(as) |

| | | | |
|---|---|--|--|
| | parceria com outros setores ou instâncias e de troca de experiências com outras UEI com vistas à promoção da AAS. | Organizar espaços para interação das famílias com profissionais de saúde que atuam na UEI, para a realização de atividades educativas sobre AAS. | Gestor(a) da UEI |
| | | Assegurar o direito da família de conhecer, acompanhar e opinar sobre o cardápio oferecido na UEI, participando ativamente na alimentação escolar. | Gestor(a) da UEI e Gestão da Alimentação Escolar no município |
| | | Acompanhar e orientar sobre os horários das refeições servidas nas UEI. | CAE e COMSEA |
| | | Estabelecer parcerias que fortaleçam e ampliem as ações de promoção da amamentação nas UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as) e profissionais da UBS do território |
| | | Articular parcerias livres de conflitos de interesses para a promoção da AAS na UEI. | Gestor(a) da UEI e educadores(as) |
| | | Oferecer assistência, orientações e sementes para o cultivo de hortas escolares. | Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e agricultores(as) familiares |
| | | Articular parcerias para a implementação de hortas escolares como espaços pedagógicos. | Gestor(a) da UEI, educadores(as), outras UEI e Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente |
| | | Compartilhar informações e vivências de práticas de promoção da AAS com outras UEI da rede escolar. | Gestor(a) da UEI, educadores(as) e outras UEI |
| | | Realizar ações para aproximar a UEI da UBS e do CRAS situados no território, a fim de ampliar e potencializar ações. | Gestor(a) da UEI, SMS e SMAS |
| | | Manter diálogo permanente com a Gestão/Coordenação da Alimentação Escolar de maneira a ampliar e potencializar o desenvolvimento de ações de EAN. | Gestor(a) da UEI |
| | | Estabelecer canais de comunicação acessíveis entre todos os profissionais, tanto da UEI, como da UBS, do CRAS e do Conselho Tutelar do território, para discutir os casos de cada criança matriculada na UEI que necessite de alguma atenção especial, principalmente relacionada a sua alimentação. | Gestor(a) da UEI, profissionais da UBS e do CRAS do território, Conselho Tutelar e COMSEA |
| | | Planejar e realizar ações em colaboração para promover e apoiar a amamentação nas UEI. | |
| | | Estabelecer articulação intersetorial para realização de ações de promoção da AAS. | |
| Construir uma rede de apoio e proteção social para proteção à infância e apoio à amamentação. | Todos os profissionais da UEI, famílias, comunidade, COMSEA e entidades da sociedade civil | | |
| Monitoramento e avaliação | Abarca: (a) iniciativas que objetivam o fornecimento de informações oportunas sobre um determinado contexto, para subsidiar o planejamento de ações; e (b) iniciativas de avaliação de ações executadas com o propósito de construir um juízo de valor sobre elas e subsidiar | Realizar diagnóstico inicial institucional ou do contexto sociocultural na UEI para elaborar o planejamento das ações de promoção da AAS. | Gestor(a) da UEI e Gestão da Alimentação Escolar no município |
| | | Realizar avaliação inicial sobre as práticas alimentares de todas as crianças no ato de sua admissão na UEI. | Gestor(a) da UEI, educadores(as) e auxiliares administrativos |
| | | Realizar avaliação das atividades de EAN desenvolvidas com a comunidade escolar na UEI. | Profissionais que realizaram as atividades e universidades |
| | | Realizar avaliação da efetividade das ações de promoção da AAS que são executadas na UEI. | Gestor(a) da UEI, Gestão da Alimentação Escolar |

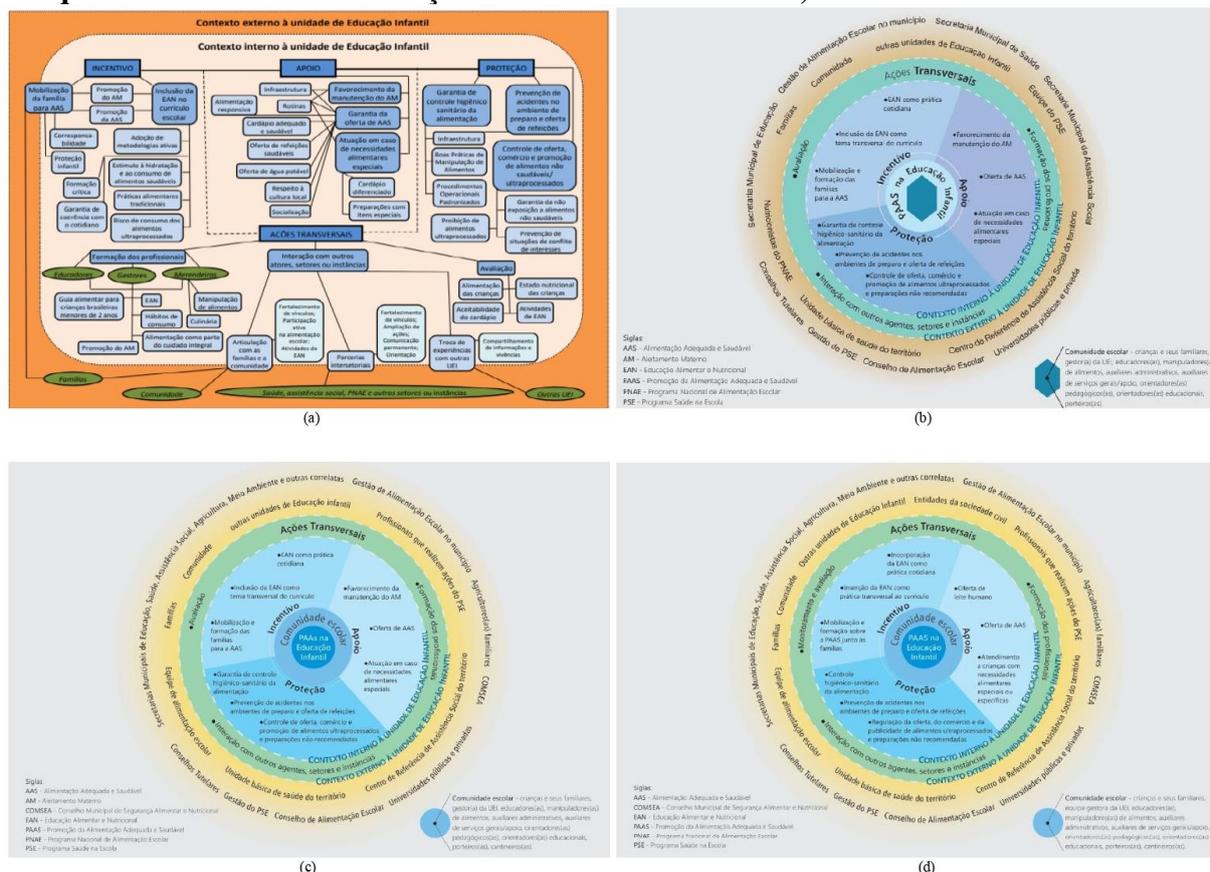
| | | |
|------------------------------|---|---|
| consequentes ações cabíveis. | | no município e universidades |
| | Realizar avaliação das preparações do cardápio executadas pelos(as) manipuladores(as) de alimentos sempre que for introduzido no cardápio um alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras. | Equipe de alimentação escolar e CAE |
| | Aplicar teste de aceitabilidade às crianças sempre que for introduzido no cardápio um alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. | |
| | Monitorar o estado nutricional das crianças na admissão das crianças na UEI e no decorrer do ano letivo. | Profissionais da UBS do território, profissionais que realizem ações do PSE e universidades |

Legenda: - Práticas de agentes do contexto externo à UEI; - Práticas de agentes do contexto interno à UEI; - Práticas de responsabilidade compartilhada entre agentes do contexto interno e externo à UEI; EAN - Educação Alimentar e Nutricional; AAS - alimentação adequada e saudável; SME - Secretaria Municipal de Educação; SMS - Secretaria Municipal de Saúde; SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social; UEI - unidade(s) de Educação Infantil; UBS - unidade(s) básica(s) de saúde; FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar; PSE - Programa Saúde na Escola; CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; CAE - Conselho de Alimentação Escolar; COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Todos os profissionais da UEI - gestor(a), educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as); Comunidade escolar - crianças e seus familiares, equipe gestora da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as), cantineiros(as).

Fonte: A autora, 2023.

A Figura 10 apresenta o processo de evolução do esquema gráfico do modelo teórico proposto.

Figura 10 - Versões do esquema gráfico do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.



Legenda: (a) – primeiro esboço do esquema gráfico do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil e versão apresentada na 1ª oficina de especialistas; (b) – segunda versão do esquema, facilitada graficamente pela *designer* profissional, pós incorporação das sugestões dos especialistas participantes da 1ª oficina e apresentada na 2ª oficina de especialistas; (c) – terceira versão do esquema, facilitada graficamente pela *designer* profissional, pós incorporação das sugestões dos especialistas participantes da 2ª oficina e apresentada na etapa de avaliação da validade de conteúdo às especialistas; (d) – versão final do esquema, facilitada graficamente pela *designer* profissional, pós incorporação das sugestões dos especialistas participantes da etapa de avaliação da validade de conteúdo e da banca de defesa de tese.

Fonte: A autora, 2023.

5.8.1 Comentários acerca do processo de elaboração do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

A seguir encontram-se comentários acerca das escolhas realizadas pelas pesquisadoras no processo de elaboração do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil quanto aos elementos estruturantes e à estrutura do esquema gráfico e dos seus quadros explicativos.

O modelo teórico proposto tem a intenção de expressar a realidade brasileira, tendo em vista que este país possui um arcabouço de políticas públicas nacionais que se expressam em

nível local. Nesse sentido, considerando que os sistemas de ensino público e privado são distintos em diversos aspectos, optou-se por elaborar o modelo voltado ao âmbito de ensino público, com objetivo de focar em questões ligadas à PAAS na Educação Infantil neste contexto. Esta escolha se deu tendo em vista as políticas públicas que dialogam com a PAAS no âmbito da rede pública de ensino, por exemplo, o PNAE e o PSE.

A expectativa é que as prefeituras se reconheçam, no processo de PAAS na Educação Infantil, neste modelo teórico, e possam identificar estratégias para o fortalecimento de suas ações. O modelo não tem a intenção de ser universal, pois a elaboração de um modelo universal requereria abdicar de especificidades do contexto brasileiro, por exemplo, os agentes envolvidos e as políticas públicas. Entretanto, o modelo teórico pode ser adaptado para realidades de outros países e para o sistema de ensino privado.

Entende-se que a promoção da amamentação é um elemento da PAAS. Entretanto, tanto no processo de síntese da literatura quanto da elaboração do modelo teórico, optou-se por destacá-la como uma prática “em si”, tendo em vista as especificidades das rotinas nela envolvidas. Vale pontuar, ainda, que se compreende que a PAAS também abarca temas referentes a valores e hábitos da sociedade de consumo, consumismo e sustentabilidade do planeta, entre outros temas afins.

Optou-se por utilizar o termo “agente(s)”, "contexto interno à UEI" e "contexto externo à UEI" considerando-se os elementos do referencial teórico-conceitual da Teoria da Estruturação Forte, adotada no presente estudo. O diálogo dos referenciais teóricos com o modelo teórico será retomado na seção seguinte.

A expressão “comunidade escolar” compreende os agentes envolvidos em todos os processos educativos e rotinas da criança na UEI, incluindo ela mesma. Portanto, ela é constituída pelos(as) alunos(as), seus familiares, todos os profissionais da UEI e também os(as) cantineiros(as) nos casos em que a Educação Infantil é oferecida em unidades escolares mistas que dispõem de cantinas.

A expressão “todos os profissionais da UEI”, compreende todos os profissionais que trabalham na UEI, incluindo: equipe gestora da UEI, educadores(as), manipuladores(as) de alimentos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais/apoio, orientadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais, porteiros(as) e outros trabalhadores que porventura atuem na UEI. Todos os profissionais da UEI são agentes protagonistas no processo de PAAS, assim como as crianças também o são.

Optou-se por utilizar o termo “educadores(as)” para os(as) profissionais da UEI que atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem junto ao(à) aluno(a). Este compreende os(as) professores(as), cuidadores(as) e estimuladores(as).

Optou-se por utilizar o termo “manipuladores(as) de alimentos” para os(as) profissionais da UEI que trabalham nas áreas destinadas ao preparo e à distribuição das refeições oferecidas pela UEI. Este termo tem o mesmo sentido de outros que costumam ser utilizados tanto na literatura quanto no cotidiano escolar, por exemplo “merendeiros(as)”, “auxiliares de cozinha” e “cozinheiros(as) escolares”.

Entre os agentes, setores e instâncias do contexto externo à UEI, optou-se por citar como exemplos as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura e Meio Ambiente, compreendendo-se que estas lidam ou podem lidar direta ou indiretamente com a alimentação escolar. As Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente (ou órgãos correlatos) podem estar envolvidas com questões ligadas à produção e abastecimento de alimentos relacionadas à alimentação escolar.

O esquema gráfico (Figura 9) é representado pela forma circular e é dividido em contexto interno e externo à UEI; seu núcleo na cor azul escuro representa o objeto central do modelo - PAAS na Educação Infantil -, circundado pela área que representa a comunidade escolar na cor azul médio, que é constituída pelos agentes do contexto interno à UEI. O contexto interno à UEI é dividido em três partes iguais, representadas em três tons diferentes da cor azul, referentes às três vertentes da PAAS na Educação Infantil (incentivo, apoio e proteção), onde estão dispostos os componentes do modelo teórico. As vertentes da PAAS na Educação Infantil encontram-se circundadas pela área referente às ações transversais, representada pela cor verde, que completam as vertentes, e, onde estão dispostos os demais componentes do modelo.

O contexto externo à UEI se encontra na área mais externa do círculo. Ele circunscreve-se ao âmbito do município, ou seja, foge ao escopo deste estudo a abordagem às esferas de governo estadual e federal. Ele encontra-se ordenado em dois círculos concêntricos, representados pela cor amarela em degradê e se divide em: contexto externo proximal (amarelo escuro), que conta com agentes, setores e instâncias presentes no território próximo à UEI (exemplo: unidade básica de saúde do território), e contexto externo distal (amarelo claro), composto por agentes, setores e instâncias do nível municipal, porém mais distantes da UEI (exemplos: Secretaria Municipal de Saúde e universidades públicas e privadas). Este último nível aglutina agentes, setores e instâncias de nível regional e central.

As cores do esquema gráfico foram assim escolhidas para facilitar a compreensão dos elementos estruturantes do modelo. As áreas onde se encontram as práticas de PAAS na Educação Infantil, divididas por suas respectivas vertentes, estão representadas por tons diferentes da cor azul que caracteriza o contexto interno à UEI, pois é neste contexto que são concretizadas. A área em que se encontra a comunidade escolar é representada por um tom de azul, que é uma cor primária, por se tratarem dos agentes do contexto interno à UEI. A área em que se encontram os agentes, setores e instâncias do contexto externo à UEI é representada pela cor amarela em degradê, outra cor primária. A área que apresenta as ações transversais é representada pela cor verde, uma cor secundária oriunda da junção das cores azul e amarela, com o sentido de que estas são ações que pressupõem a corresponsabilidade dos agentes do contexto interno e externo à UEI para serem executadas na UEI.

Todos os agentes, setores e instâncias envolvidos direta ou indiretamente no processo de PAAS na Educação Infantil, tanto do contexto interno quanto do contexto externo à UEI, encontram-se com recurso gráfico de fonte diferenciada das ações e dos demais elementos estruturantes do esquema gráfico, com o intuito de destacá-los. Os termos “contexto interno à UEI” e “contexto externo à UEI” também são apresentados com fonte e cor diferenciada. Estes dois termos encontram-se sobre as linhas tracejadas que limitam as respectivas áreas a fim de expressar a interligação entre os contextos.

No Quadro 16, são detalhadas as descrições de cada elemento estruturante do modelo teórico: os contextos interno e externo à UEI, seus respectivos agentes, e as vertentes de PAAS.

No Quadro 17 a primeira coluna apresenta os componentes do modelo teórico e a segunda coluna, suas respectivas definições. Na terceira coluna são apresentadas algumas formas de concretização das práticas de PAAS dos agentes, setores e instâncias envolvidos na Educação Infantil, isto é, um conjunto de exemplos de práticas de diferentes naturezas com objetivo de fornecer um amplo escopo de possibilidades para concretizar as vertentes de PAAS. Vale destacar que os exemplos de práticas não têm a intenção de ser um roteiro de autoavaliação para a UEI.

Na última coluna do Quadro 17, são apresentados exemplos de agentes, setores e instâncias envolvidos na PAAS na Educação Infantil, na seguinte ordem: primeiro os pertencentes ao contexto interno, depois, os pertencentes ao contexto externo à UEI. Os exemplos de práticas e de agentes, setores e instâncias envolvidos referentes ao contexto interno à UEI encontram-se nas células de cor azul, e os pertencentes ao contexto externo à UEI encontram-se nas células de cor amarela. Já os exemplos de práticas que são de

responsabilidade compartilhada entre os agentes, setores e instâncias de ambos os contextos encontram-se nas células de cor verde, por exemplo: “criar condições para que a alimentação seja oferecida em um ambiente arejado, acolhedor e que comporte o número de crianças atendidas em cada horário durante um tempo suficiente para que as refeições sejam tranquilas”. Esta é uma prática que não depende exclusivamente da gestão escolar, pois envolve questões que fogem a sua capacidade de gerência, como infraestrutura e financiamento, que são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

5.9 Diálogo dos referenciais teóricos com o modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

A concepção e a estrutura do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil teve como base os referenciais teórico-conceituais das vertentes da PAAS (BRASIL, 2022a; CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011; MALDONADO et al., 2021a) e da Teoria da Estruturação Forte (STONES, 2005). Um exercício de diálogo entre cada um dos referenciais teóricos adotados e o modelo teórico desenvolvido neste estudo está apresentado a seguir.

O referencial teórico-conceitual das vertentes da PAAS foi a base para o modelo, isto é, as vertentes de PAAS foram aplicadas ao contexto da Educação Infantil. Com isso, o modelo teórico se configura como a expressão deste referencial no âmbito da Educação Infantil. A adoção da Teoria da Estruturação Forte foi escolhida tendo em vista que, através do ciclo quadripartite da estruturação, ela articula elementos que possibilitam a compreensão de como se estabelece a organização da PAAS no contexto da Educação Infantil. Contudo, este diálogo é menos evidente. Por esse motivo este tópico vai ser dedicado a esclarecer sobre o processo de aplicação dos elementos da Teoria da Estruturação Forte, não só neste estudo de elaboração do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil, como em estudos futuros de investigação de como se estabelece a PAAS em UEI.

Sob o aspecto organizacional, a Educação Básica compõe um sistema social que abarca a Educação Infantil. O ambiente da Educação Infantil é institucionalizado e integra parte da rede física de serviços. Os comportamentos incorporados e reproduzidos por agentes humanos neste ambiente, no caso a comunidade escolar, é fortemente influenciado por aspectos como

regulamentos, normas, códigos de prática profissional e tradições profundamente arraigadas (GREENHALGH; SWINGLEHURST; STONES, 2014).

A Teoria de Estruturação Forte preserva a dualidade da estrutura, ao tratar estrutura e agência de forma indissociável. A estrutura e a ação deslocam-se do campo abstrato para situações específicas concretas, respondendo questões de por que, como e o que da vida cotidiana acontece por meio das disposições e práticas dos agentes (ABRAHIM, 2020).

As estruturas externas ao agente em foco, primeiro elemento do ciclo quadripartite da estruturação, que constituem condições de ação, como o contexto físico e social ou econômico no qual a ação ocorre, dentro da estruturação (STONES, 2005), são concebidas no modelo teórico como contextos externo e interno à UEI. O primeiro abarca: as condições do território; o tecido social; o nível de articulação que os diferentes agentes, instituições, organizações, setores e instâncias que interagem com a UEI estabelecem e mantêm, circunscritas ao âmbito do município. O segundo engloba o espaço físico e o contexto institucional da UEI.

Os agentes em foco são concebidos no modelo teórico como agentes do contexto interno à UEI, isto é, os indivíduos que compõem a comunidade escolar. Inerentes aos agentes em foco, no ciclo da estruturação, encontram-se as estruturas internas do agente, que representam o segundo elemento do ciclo quadripartite, e a agência ativa ou práticas dos agentes, o terceiro elemento deste ciclo. Stones (2005) discerne analiticamente dois tipos de estruturas internas pertinentes ao agente: conhecimento conjunturalmente específico e disposições gerais.

O conhecimento conjunturalmente específico sobre regras, convenções, obrigações e normas sociais adquirido pelos agentes em foco ao longo do tempo podem envolver entendimentos parciais e experiências passadas. Ele diz respeito à posição ocupada, aos esquemas interpretativos, às capacidades de poder e às expectativas normativas desses agentes dentro do contexto. As disposições gerais dos agentes em foco são constituídas por suas habilidades, ambições, atitudes, valores, experiências passadas e formas de ver o mundo. Tais estruturas orientam a conduta humana em situações específicas no presente, baseando-se na compreensão que os agentes em foco têm das estruturas externas (ABRAHIM, 2020; STONES, 2005). Com base nessa abordagem e no modelo teórico aqui proposto, a próxima fase de investigação sobre PAAS na Educação Infantil será o desenvolvimento de estudo qualitativo que empregará entrevistas semiestruturadas junto aos gestores e educadores de UEI com o intuito de compreender o conhecimento conjunturalmente específico e as disposições gerais dos agentes em foco.

Em relação à agência ativa, ressalta-se que essa diz respeito à maneira pela qual um agente em foco age, seja rotineiramente, pré-reflexivamente ou estrategicamente ou criticamente, com base nos seus conhecimentos conjunturalmente específicos e nas suas disposições gerais (STONES, 2005). A agência ativa é concebida no modelo teórico por meio dos seus componentes, isto é, das ações de incentivo, apoio e proteção da PAAS desenvolvidas pelos agentes em foco, complementadas por ações transversais.

Apesar de todos os agentes apontados no modelo teórico terem uma missão convergente com a causa em questão - PAAS na Educação Infantil -, as ações de agentes externos à UEI (como a equipe de alimentação escolar e as Secretarias Municipais de Educação e Saúde) podem influenciar as ações dos agentes em foco, de forma independente, positiva ou negativamente. De igual modo, os agentes em foco podem escolher não desempenhar seu papel no processo de PAAS neste âmbito. Vale destacar que, no presente estudo, ainda que tenha sido adotado o referencial da Teoria da Estruturação Forte, não foram incluídos os agentes antagonistas, tendo em vista que optou-se por elaborar um modelo teórico propositivo de um contexto ideal. Vários autores reforçam o argumento de Stones (2005), de que os agentes em foco podem escolher resistir ou mudar forças externas - macroforças históricas e socioestruturais - se possuírem três propriedades: poder de resistência adequado, conhecimento adequado das estruturas externas, e distância reflexiva crítica adequada da ação (ABRAHIM, 2020; ELBASHA; WRIGHT, 2017; JACK; KHOLEIF, 2007).

O último elemento do ciclo quadripartite da estruturação são os resultados da agência ativa. Os efeitos das práticas dos agentes em foco afetam ambas estruturas (interna e externa ao agente em foco) e o modo como elas se configuram. As estruturas podem ser mantidas, alteradas, elaboradas ou reproduzidas; facilitar ou frustrar os propósitos dos agentes em foco, e as consequências podem ser intencionais ou não (ABRAHIM, 2020; STONES, 2005). Os resultados da agência ativa são concebidos no modelo teórico como aspectos da PAAS a serem monitorados e avaliados ao longo do tempo, por exemplo: efetividade das ações de PAAS realizadas; aceitabilidade da alimentação escolar oferecida às crianças, e estado nutricional das crianças.

No Quadro 18 encontram-se as concepções anteriormente descritas acerca da aplicação dos elementos da Teoria da Estruturação Forte no processo de PAAS na Educação Infantil.

Quadro 18 - Aplicação dos elementos da Teoria da Estruturação Forte no processo de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.

| Elementos da Teoria da Estruturação Forte | Promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil |
|---|--|
| Agentes em foco (indivíduos que possuem a capacidade de agir dentro da estruturação) | Agentes do contexto interno à UEI (comunidade escolar) |
| Estruturas externas ao agente em foco (condições de ação dentro da estruturação) | Contextos externo e interno à UEI |
| Agência ativa ou práticas dos agentes (maneira pela qual um agente em foco age com base nas suas estruturas internas) | Componentes do modelo (ações de incentivo, apoio e proteção da PAAS, complementadas por ações transversais, planejadas e executadas pelos agentes) |
| Resultados da agência ativa (efeitos das práticas dos agentes em foco que afetam ambas estruturas) | Aspectos da PAAS a serem monitorados e avaliados ao longo do tempo |
| Estruturas internas do agente (conhecimento conjunturalmente específico e disposições gerais) | Compreender as relações existentes nos contextos interno e externo à UEI e entre os agentes em foco com a estrutura |

Legenda: UEI - unidade de Educação Infantil; PAAS - promoção da alimentação adequada e saudável.

Fonte: A autora, 2023.

Assumindo os apontamentos de Stones sobre a Teoria da Estruturação Forte, reforçados por Jack (2017), no presente estudo primeiro houve a identificação dos agentes em foco - os agentes do contexto interno à UEI, a comunidade escolar - e o nível ontológico de abstração escolhido para se trabalhar - o âmbito da Educação Infantil. Houve também a identificação do objeto de pesquisa em questão - a PAAS na Educação Infantil - e a procura de conceitos amplos que o fundamentam. Tendo identificado os agentes em foco e o objeto em questão, há uma série de recorrentes etapas de identificação e análise, que já foram apresentadas no referencial teórico desta tese.

Alguns trabalhos usaram a Teoria da Estruturação Forte para analisar aspectos específicos da teoria dentro da natureza quadripartite do modelo de estruturação (COAD; HERBERT, 2009; JACK; KHOLEIF, 2008). Jack e Kholeif (2008) relataram que a identificação das estruturas internas e externas da organização e das condições de ação em torno dos agentes em foco permitiu desvendar diversas complexidades em seu estudo. Jack (2017) aponta para o futuro, instigando investigadores da área contábil, e das demais áreas, a se debruçar de forma mais profunda na Teoria da Estruturação Forte para explorar formas de aplicar o contexto dos agentes e conduzir análises de forma mais completa.

A Teoria da Estruturação Forte estabelece a ontologia *in situ*, que lida com estruturas e agentes particulares, mas em um nível intermediário de análise, entre o nível ontológico abstrato e o nível ôntico, isto é, empírico – situação específica concreta existente no mundo social. A elaboração do modelo teórico de PAAS na Educação Infantil consistiu num estudo de caráter teórico-conceitual, como já mencionado. Esta teoria contribuiu na elaboração do modelo

teórico, principalmente no sentido de apresentar uma nova perspectiva para as concepções dos elementos constitutivos do modelo, através dos seus conceitos, especialmente de agente em foco e de estruturas internas e externas ao agente em foco. Embora o âmbito da Educação Infantil não seja um contexto específico de uma dada realidade, ele apresenta elementos próprios para os quais nos pareceu adequado aplicar a Teoria da Estruturação Forte, uma vez que ela poderá ajudar a compreender as relações existentes nos contextos interno e externo à UEI e entre os agentes em foco com a estrutura em futuros estudos empíricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi idealizada com o objetivo de elaborar modelo teórico de PAAS na Educação Infantil. O amplo levantamento bibliográfico e o processo de construção coletiva, amparado por um painel de especialistas das áreas afins, foram fundamentais para a evolução das ideias e robustez do modelo teórico proposto.

O presente estudo tem como pontos fortes: o pioneirismo com relação à reunião de exemplos de ações práticas e de agentes, setores e instâncias envolvidos na PAAS e por representar uma imagem objetiva desse processo na Educação Infantil; o reforço da amamentação na Educação Infantil como uma prática fundamental para a PAAS neste âmbito, que requer corresponsabilidade e transversalidade nas ações; a utilização de elementos da Teoria da Estruturação Forte a fim de ampliar as perspectivas conceituais de agentes e contextos; e as potenciais contribuições do seu produto final para a ciência e para as práticas profissionais.

O elenco de especialistas participantes de todas as etapas poderia ter contemplado uma diversidade maior de áreas, o que se configura como uma potencial fragilidade do estudo. O tempo de espera da resposta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa pode ser considerado como um percalço deste estudo, tendo em vista que, se este atraso não tivesse ocorrido, poderiam ter sido realizadas mais etapas de apreciação do modelo teórico. Entretanto, este não comprometeu a validade do estudo.

O modelo teórico de PAAS na Educação Infantil apresenta as ações articuladas de PAAS a serem desenvolvidas neste âmbito, que abrangem ações de incentivo, apoio e proteção à AAS, complementadas pelas ações transversais, na UEI, por agentes dos seus contextos interno e externo. O modelo teórico proposto contribui para a compreensão sobre PAAS na Educação Infantil ao explicitar o escopo das ações da UEI, concernente à PAAS, de propiciar a sua articulação com as famílias, a comunidade e outros agentes, setores e instâncias, como Saúde e Assistência Social, criando processos de integração, participação e educação. O modelo também destaca a inclusão da EAN como prática cotidiana e transversal ao currículo escolar da Educação Infantil e valoriza que a estrutura e o funcionamento das UEI devem garantir que este seja um espaço de educação coletiva, com objetivo central de promover o desenvolvimento integral das crianças, assegurando a cada uma delas o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças.

Outra contribuição deste modelo pode ser sua aplicação em estudos empíricos que busquem compreender os contextos através das percepções dos agentes à luz da Teoria da Estruturação Forte. Nesta perspectiva, como desdobramento deste trabalho, tendo em vista a proposta de Stones (2005) sobre a utilização conjunta dos agrupamentos metodológicos, recomenda-se a realização de estudos empíricos que analisem tanto o contexto do agente quanto sua conduta, com vistas a produzir explicações dos processos de estruturação em que os agentes em foco e suas percepções de estrutura são a base da agência ativa (ABRAHIM, 2020), isto através da realização de entrevistas semi estruturadas pautadas neste modelo teórico. Estudos que objetivem oferecer elementos para a compreensão de potencialidades e obstáculos que permeiam o cotidiano dos profissionais das UEI no processo de PAAS em contextos específicos, com vistas a favorecer o incentivo, o apoio e a proteção da AAS neste ambiente e a formação de hábitos alimentares saudáveis na comunidade escolar, especialmente nas crianças.

Como outro desdobramento da presente tese, pretende-se trabalhar na tradução do conhecimento condensado do modelo teórico no formato de curso de curta duração de formação para todos os profissionais envolvidos na Educação Infantil, incluindo a elaboração de instrutivos que facilitem o compartilhamento das informações. Pretende-se também utilizar o modelo teórico para a construção de documento técnico, no formato de caderno com roteiro de apoio à implementação da AAS na Educação Infantil, para a Gestão da Alimentação Escolar e da UEI, e de instrumentos de autoavaliação, como roteiros ou *checklists*, para serem aplicados nas UEI e em serviços afins. Vale reforçar que o modelo é adaptável e pode ser utilizado em diferentes realidades.

Espera-se, ainda, que o produto apresentado nesta tese possa subsidiar pesquisadores interessados neste tema na produção de conhecimento e as gestões envolvidas, assim como suas equipes de profissionais, no planejamento, desenvolvimento e execução de ações de PAAS e SAN no âmbito da Educação Infantil. Em suma, espera-se que o modelo teórico proposto contribua para a compreensão da PAAS na Educação Infantil, sirva de base para estudos futuros e inspire o desenvolvimento de políticas públicas nesta área.

REFERÊNCIAS

ABRAHIM, G. S. A Utilização da Teoria de Estruturação Forte para Superar a Fragilidade Metodológica da Teoria da Estruturação de Giddens em Pesquisas sob a abordagem da Estratégia como Prática Social. *In: IX Encontro de Estudos em Estratégia - 3Es, 2020, Evento on-line. IX Encontro de Estudos em Estratégia - 3Es. ISSN 2177-2452 - versão online, 1º e 2 de setembro de 2020. p. 1-10. Disponível em:*

https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=105&cod_edicao_subsecao=1708

ASKARI, M. et al. Ultra-processed food and the risk of overweight and obesity: a systematic review and meta-analysis of observational studies. *Int. J. Obes., Lond.*, v. 44, n. 10, p. 2080-2091, Oct 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32796919/>

BLACK, M. M.; TRUDE, A. C. B.; LUTTER, C. K. All Children Thrive: Integration of Nutrition and Early Childhood Development. *Annu Rev Nutr.*, v. 40, n. 1, p. 375-406, 2020. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-nutr-120219-023757>

BORTOLINI, G. A.; GUBERT, M. B.; SANTOS, L. M. P. Consumo alimentar entre crianças brasileiras com idade de 6 a 59 meses. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 1759-71, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v28n9/v28n9a14.pdf>

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 fev. 2010a.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 06 dez 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 26 ago. 2010b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm

BRASIL. Decreto nº 8.552, de 3 de novembro de 2015. Regulamenta a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos. *Diário Oficial da União*, 4 nov.

2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8552.htm

BRASIL. Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 23 nov. 2018f. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9579-22-novembro-2018-787359-publicacaooriginal-156778-pe.html>

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Saúde e FNDE juntos na prevenção da obesidade infantil. Boletim informativo 1 – PDDE e Proteja. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. 13 p. 2022d. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/manuais/BoletimPDDEeProteja.pdf>

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota Técnica nº 1879810/2020/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.026795/2016-60. Assunto: Alterações dos aspectos de Alimentação e Nutrição e de Segurança Alimentar e Nutricional da Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*, 2020d. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=13885:nota-t%C3%A9cnica%C2%BA-1879810-2020-cosan-cgpaedirae>

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota técnica nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.005938/2022-48. Assunto: Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos/NotaTecnicaEANassinada.pdf>

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota técnica nº 2974175/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.017554/2022-78. Assunto: Posicionamento Técnico e Orientações Gerais sobre o Comércio de Alimentos dentro das Escolas da Rede Pública de Educação Básica contempladas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*, 2022c. Disponível em: https://idec.org.br/sites/default/files/nota-tecnica-no-29741752022cosancgpaedirae_cantina_2.pdf

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota técnica nº 3049124/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.022849/2022-66. Assunto: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar no contexto do PNAE. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*, 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/nota_tecnica_aleitamento.pdf

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota técnica nº 3228950/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Processo nº 23034.035777/2022-17. Assunto: Identificação e prevenção de Conflito de Interesses na execução do Programa Nacional de

Alimentação Escolar. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/NTCOIVERSOFINAL.pdf>

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 16 jul. 1990 e retificado em 27 set. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 20 set. 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 10 jan. 2003a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

BRASIL. Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006. Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos. *Diário Oficial da União*, 4 jan. 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111265.htm

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 18 set. 2006c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, nº 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 17 jun. 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm

BRASIL. Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. *Diário Oficial da União*, 17 maio 2013 e retificado em 20 maio 2013c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112813.htm

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2014b Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. *Diário Oficial da União*, 9 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*, 2013e. Disponível em: https://www.sinesp.org.br/images/84_-_RESOLUCAO_CD_FNDE_26_2013_ATENDIMENTO_DA_ALIMENTACAO_ESCOLA_R_AOS_ALUNOS_DA_EDUCACAO_BASICA.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*, 2009d. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. *Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica*, Brasília, DF, 2018d. 595 p. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. (Org.), *Ministério da Educação/Secretaria de Educação*

Básica, 6. ed., Brasília, DF, 2009e. 44 p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. *Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica*, Brasília, DF, 2009b. 66 p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. *Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica*, Brasília, DF, 2006g. 45 p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. *Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica/Diretoria de Currículos e Educação Integral*, Brasília, DF, 2013b. 562p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência Integral à Saúde da Criança: ações básicas. *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 1984. 20 p. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_crianca.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças menores de 2 anos. *Editora do Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2005. 152 p. Disponível em:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_crianças_menores_2anos.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. *Ministério da Saúde/Ministério da Educação*, 2006d. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. *Ministério da Saúde/Ministério da Educação*, 2017b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 1.413, de 10 de julho de 2013. Redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. *Ministério da Saúde/Ministério da Educação*, 2013d. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/pri1413_10_07_2013.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. *Ministério da Saúde*, Brasília, DF ,

2009c. 300 p. (Série G. Estatística e Informação em Saúde). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 321, de 26 de maio de 1988. Aprova as normas e os padrões mínimos, que com esta baixam, destinados a disciplinar a construção, instalação e o funcionamento de creches, em todo o território nacional. *Ministério da Saúde*, 1988b. Disponível em: https://aeap.org.br/wp-content/uploads/2019/10/portaria_federal_321_de_26_de_mairo_de_1988_321_88.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. Aprova a Política de Promoção da Saúde. *Ministério da Saúde*, 2006b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0687_30_03_2006.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Ministério da Saúde*, 2015b Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). *Ministério da Saúde*, 2014c. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Brasília, 24 de fevereiro de 2021. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. *Ministério da Saúde*, 2021. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2006f. 210 p. Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_conteudo.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno. *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2017a. 68 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/bases_discussao_politica_aleitamento_materno.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação. *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2018a. 180 p. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas”. *Ministério da Saúde*, 2006e. Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/dez_passos_pas_escolas.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. *Ministério da Saúde*, 2ª. ed. Brasília, DF, 2014a. 156 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de alimentação e nutrição. *Ministério da Saúde*, 2. ed. rev., Brasília, DF, 2003b. 48 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em:

<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. *Ministério da Saúde*, 1. ed., 1. reimpr., Brasília, DF, 2013a. 84 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2019. 265 p. Disponível em:

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional. Relatórios do Estado nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice. *Ministério da Saúde*, 2020c. Disponível em:

<http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019 [recurso eletrônico], *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2020b. 137 p. Disponível em:

<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/27/vigitel-brasil-2019-vigilancia-fatores-risco.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS, *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2018e. 40 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável: livreto para os gestores [recurso eletrônico]. *Ministério da Saúde/Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasília, DF, 2018b. 36 p. Disponível em:

<https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190748/09084803-13-a-creche-promotora-amamentacao-livreto-gestores.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Educação Infantil. *Ministério da*

Saúde/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasília, DF, 2018c. 92 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_atividades_educacao_infantil.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, Brasília, DF, 2012. 68 p. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf

BURKE, J. G. et al. An Introduction to Concept Mapping as a Participatory Public Health Research Method. *Qualitative Health Research*, v. 15, n. 10, p. 1392-1410, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16263919/>

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN) (Brasil). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. CAISAN, Brasília, DF, 2011. 132 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN) (Brasil). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2016/2019. CAISAN, Brasília, DF, 2016. 68 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/350.pdf>

CAMOZZI, A. B. Q. et al. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 23, n. 1, p. 32–37, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/PFkMnDSTmq3gGH3ggT4gLLv/abstract/?lang=pt#>

CASEMIRO, J. P.; FONSECA, A. B. C.; SECCO, F. V. M. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 3, p. 829–840, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HKhpbcMjGmyjkhsKgwcx83F/#>

CASTRO, I. R. R.; CANELLA, D. S. Organizational food environments: advancing their conceptual model. *Foods.*, v. 11, n. 7:993, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35407080/>

CASTRO, I. R. R.; CASTRO, L. M. C.; GUGELMIN, S. A. Ações educativas, programas e políticas envolvidos nas mudanças alimentares. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Org.). *Mudanças alimentares e educação nutricional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, p. 18-34.

COAD, A. F.; HERBERT, I. P. Back to the future: New potential for structuration theory in management accounting research? *Management Accounting Research*, v. 20, p. 177–192, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1044500509000110>

COAD, A.; JACK, L.; KHOLEIF, A. Strong Structuration Theory in Accounting Research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 29, n. 7, p. 1138-1144, 2016.. Disponível

em:<https://research.edgehill.ac.uk/en/publications/strong-structuration-theory-in-accounting-research-2>

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO (CMDCA-Rio) (Rio de Janeiro). Deliberação nº 1.042/2013 DS/CMDCA. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal pela Primeira Infância do Rio de Janeiro. *CMDCA-Rio*, 2013. Disponível em: https://cmdcario.com.br/files/politicas/15400493091306del_1042.pdf

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) (Brasil). Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Pacto Nacional pela Primeira Infância. Cartilha de Boas Práticas - Governo. *Conselho Nacional de Justiça*, Brasília, DF, 2020. 26 p. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/layout_CARTILHA_1a_Infancia_GOVERNO-V9_atualizada_em_16-06-2020.pdf

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) (Brasil). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Conselho Nacional de Saúde*, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) (Brasil). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. *Conselho Nacional de Saúde*, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA) (Brasil). Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos. Direito Humano à Alimentação Adequada - Faça Valer. 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *CONSEA*, 2011. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/folder-direito-humano-a-alimentacao-adequada#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20direito,fundamentais%2C%20como%20sa%C3%BAde%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.>

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA) (Brasil). Grupo de Trabalho - Alimentação Adequada e Saudável - Relatório Final. *CONSEA*, março, 2007. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2007/relatorio-final-marco-2007-02.2007/@_@download/file/documento-final-alimentacao-adequada-e-saudavel.pdf

DRIESSEN, C. E. et al. Effect of changes to the school food environment on eating behaviours and/or body weight in children: a systematic review. *Obes Rev.*, v. 15, n. 12, p. 968-82, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25266705/>

ELBASHA, T.; WRIGHT, A. Reconciling Structure and Agency in Strategy-As-Practice Research: Towards A Strong Structuration Theory Approach. *M@n@gement*, v. 20, n. 2, p.

107-128, 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-management-2017-2-page-107.htm>

ELIZABETH, L. et al. Ultra-Processed Foods and Health Outcomes: A Narrative Review. *Nutrients*, v. 12, n. 7:1955, p. 1-33, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32630022/>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). FAO School Food and Nutrition Framework. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *FAO*, Rome, 2019. 29 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca4091en/ca4091en.pdf>

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Curso EAD Comer saudável, crescer saudável. *Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)*, 2020. Disponível em: <http://www.selounicef.org.br/cursos#cscs>

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). O Cuidado Integral e a Parentalidade Positiva na Primeira Infância. Brasília, DF: *Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)*, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/o-cuidado-integral-e-a-parentalidade-positiva-na-primeira-inf%C3%A2ncia>

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Situação Mundial da Infância 2019. Criança, alimentação e nutrição: Crescendo saudável em um mundo em transformação (Sumário Executivo). *Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)*, Out. 2019. 23 p. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/5566/file/Situacao_Mundial_da_Infancia_2019_Resumo_Executivo.pdf

GÁLVEZ ESPINOZA, P. et al. Propuesta de un modelo conceptual para el estudio de los ambientes alimentarios en Chile. *Rev Panam Salud Pública*, v. 41: e169, p. 1–9, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6650624/pdf/rpsp-41-e169.pdf>

GIDDENS, A. *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Berkely, Los Angeles: University of California Press, 1984.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GLANZ, K.; RIMER, B. K.; VISWANATH, K. Theory, research, and practice in health behavior and health education. In: GLANZ, K.; RIMER, B. K.; VISWANATH, K. *Health behavior and health education: theory, research, and practice*. 4. ed. Jossey-Bass A WileyImprint, 2008, p. 23-40.

GLANZ, K. et al. Healthy Nutrition Environments: Concepts and Measures. *American Journal of Health Promotion*, v. 19, n. 5, p. 330-333, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15895534/>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). Lei estadual nº 4.508, de 11 de janeiro de 2005. Proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares instalados

em escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona. *Governo Do Estado do Rio de Janeiro*, 2005. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/ddf43c9ebad9c69183256f890069ac03?OpenDocument&Highlight=0,CANTINAS#:~:text=Lei%20Ordin%C3%A9ria&text=LEI%20N%C2%BA%204508%2C%20DE%2011,JANEIRO%2C%20NA%20FORMA%20QUE%20MENCIONA>

GREENHALGH, T.; SWINGLEHURST, D.; STONES, R. Rethinking resistance to ‘big IT’: a sociological study of why and when health care staff do not use national lymandated information and communication technologies. *Health Services and Delivery Research*, v. 2, n. 39, p. 1-86, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27466649/>

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 (Brasil). IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil. *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030*, 2020. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2020/>

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS FOR FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. *HLPE*, Rome. 2017. 151 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). Ambiente Alimentar Escolar – Guia para gestores. *Edições Loyola*. 2020. 65 p. Disponível em: <https://idec.org.br/ferramenta/ambiente-alimentar-das-escolas-guia-para-gestores>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *IBGE*, 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. *IBGE*, Rio de Janeiro, 2011. 150 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. *IBGE*, Rio de Janeiro, 2020. 120 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Educação 2022. *IBGE*, ISBN 978-85-240-4567-7, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) (Brasil). Censo da Educação Básica 2022: resumo técnico. *INEP*, Brasília, DF, 2023a. 78 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf

JACK, L. Strong Structuration Theory And Management Accounting Research. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 10, n. 2, p. 211–223, 2017. Disponível em: <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/373>

JACK, L.; KHOLEIF, A. Enterprise Resource Planning and a contest to limit the role of management accountants: A strong structuration perspective. *Accounting Forum*, v. 32, issue 1, p. 30-45, 2008. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/tafacfor/v_3a32_3ay_3a2008_3ai_3a1_3ap_3a30-45.htm

JACK, L.; KHOLEIF, A. Introducing strong structuration theory for informing qualitative case studies in organization, management and naccounting research. *Qualitative Research in Organizations and Management*, v. 2, n. 3, p. 208-225, 2007. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/17465640710835364/full/html>

LAWSHE, C. H. A quantitative approach to content validity. *Personnel Psychology*, Nova Jersey, EUA, v. 28, n. 4, p. 563-575, 1975. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1978-04563-001>

LYNN, M. R. Determination and quantification of content validity. *Nursing Research*, v. 35, p. 382-385, 1986. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3640358/>

MAGALHÃES, H. H. S. R.; PORTE, L. H. M. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 25, n. 1, p. 131–144, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/#>

MALDONADO, L. A.; AZEVEDO, A. M. F.; CANINÉ, E. S. Promoção da alimentação saudável na escola. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). Secretaria Municipal de Saúde do Rio De Janeiro. Subsecretaria de Ações e Serviços de Saúde. Assessoria de Promoção da Saúde. *Saúde em foco - Informe epidemiológico em saúde coletiva: promoção da alimentação saudável e da atividade física*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008. p. 133-44.

MALDONADO, L. A. et al. Promoção da alimentação adequada e saudável na escola. In: SCHWARTZMAN, F.; NOGUEIRA, R. M. (Org.). *Alimentação escolar como estratégia para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Menon. 1. ed. 2021a, p. 82-114.

MALDONADO, L. A. et al. Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. *Cad Saúde Pública* [Internet], v. 37; e00152320, p. 1-18, 2021b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/PTK8HYywZMDmPLpv5hWZnvL/?format=pdf&lang=pt>

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 11, p. 4251–4262, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z76hs5QXmyTVZDdBDJXHTwz/abstract/?lang=pt>

MARTINS, P. F. A.; FARIA, L. R. C. Alimentos ultraprocessados: uma questão de saúde pública. *Com. Ciências Saúde*, v. 29, Supl 1, p. 14-17, 2018. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/v29_supl_alimentos_ultraprocessados.pdf

MEDINA, M. G. et al. Uso de modelos teóricos na avaliação em saúde: aspectos conceituais e operacionais. In: HARTZ, Z. M. A.; SILVA, L. M. V. (Org.). *Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde* [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2005. p. 41-63. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Avalia%C3%A7%C3%A3o_em_sa%C3%BAde.html?id=rL9NDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system. Rome, *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca5644en/ca5644en.pdf>

MOREIRA, J. M. A. et al. Promoting adequate and healthy food in early childhood education: a systematic review. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, v. 23, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/4Z46gdbwVgWmcKC89PJKMXf/?lang=en>

OLIVEIRA, M. F. B.; CASTRO, I. R. R. Autonomia culinária: um modelo conceitual multinível de culinária doméstica saudável. *Cad. Saúde Pública*, v. 38, n. 4, p. 1-17: PT178221, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/yGCRBBcKMsh39nHc8yMQtrJ/abstract/?lang=pt>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comentário Geral número 12 - O direito humano à alimentação (art. 11). *Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU*, 1999. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Coment%C3%A1rio-Geral-12.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes. *53º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde/66ª Sessão do Comitê Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas*. 3 de outubro de 2014. 10 p. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/cd58inf5-plano-acao-para-prevencao-da-obesidade-em-criancas-e-adolescentes-relatorio>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Recomendaciones de la Consulta de Expertos de la Organización Panamericana de la Salud sobre la promoción y publicidad de alimentos y bebidas no alcohólicas dirigida a los niños en la Región de las Américas. *OPAS*. Washington, D.C., 2011. 44 p. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/31076>

PAGLIAI, G. Consumption of ultra-processed foods and health status: a systematic review and meta-analysis. *Br J Nutr.*, v. 14, 125, n. 3, p. 308-318, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32792031/>

PAIVA, J. B. D. et al. A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. *Cadernos de*

Saúde Pública, v. 35, n. 8, p. e00250318, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/qKGxfnyg6NFTMXZCtKgNZtK/#>

PERES JR., M. R.; PEREIRA, J. R. Teoria da Estruturação Forte aplicada aos estudos organizacionais. *Revista de Ciências da Administração*, v. 16, n. 40, p. 45-58, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2014v16n40p45>

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGURA-PÉREZ, S.; HALL MORAN, V. Dietary guidelines for children under 2 years of age in the context of nurturing care. *Matern Child Nutr.*, v. 15, n. 3, p. 1-3, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/mcn.12855>

PINHEIRO, J. Q.; FARIAS, T. M.; ABE-LIME, J. Y. Painel de Especialistas e Estratégia Multimétodos: Reflexões, Exemplos, Perspectivas. *Psico.*, v. 44, n. 2, p. 184-192, 2013. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11216>

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). Decreto nº 21.217, de 1º de abril de 2002. Proíbe no âmbito das unidades escolares da rede municipal de ensino adquirir, confeccionar, distribuir e consumir os produtos que menciona. *Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro*, 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2002/2121/21217/decreto-n-21217-2002-proibe-no-ambito-das-unidades-escolares-da-rede-municipal-de-ensino-adquirir-confeccionar-distribuir-e-consumir-os-produtos-que-menciona>

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI) (Brasil). Plano Nacional pela Primeira Infância. *RNPI*, Brasília, DF, 2010. 61 p. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI) (Brasil). Secretaria Executiva RNPI (Triênio 2015-2017). A criança e o espaço - a cidade e o meio ambiente. *RNPI; Secretaria Executiva RNPI/CECIP- Triênio 2015–2017*, 2015. 80 p. Disponível em:
http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/ebook_CriancaeoEspaco.pdf

SANTOS, F. S. et al. Processamento de alimentos e fatores de risco cardiometabólicos: revisão sistemática. *Rev. Saude Publica*, v. 54, n. 70, p. 1-15, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rsp/a/z9V4DJjZbVmBsLzT5DCx3QB/?lang=pt&format=pdf>

SANTOS, M. L. D. dos; SANTOS, M. L. dos. A educação alimentar e nutricional enquanto estratégia libertadora de promoção de saúde e empoderamento social. *J. of Multiprofessional Health Research*, v. 2, n. 1, p. 75–84, 2021. Disponível em:
<https://journalmhr.com/index.php/jmhr/article/download/12/20/176>

SARMENTO, T.; CARVALHO, L. Diferentes olhares sobre crianças e creches... *Revista Humanidades e Inovação*, v. 4, n. 1, p. 8-12, 2017. Disponível em:
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/313>

SCRINIS, G. Reframing malnutrition in all its forms: A critique of the tripartite classification of malnutrition. *Global Food Security*, v. 26,100396, p. 1-10, 2020. Disponível em:
<https://www.who.int/nutrition/topics/seminar-7Jan2019/en/>

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (SME-SP) (São Paulo). Prefeitura de São Paulo. Coordenadoria de Alimentação Escolar. Informativo técnico SME/CODAE n° 09, de julho de 2018. Apresentação do tema, vantagens do aleitamento materno e ações de promoção ao aleitamento materno. *SME-SP*, 2018. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/48005.pdf>

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (SME-SP) (São Paulo). Prefeitura de São Paulo. Coordenadoria de Alimentação Escolar. Orientações para oferta do Leite Materno no CEI. Orientações para a mãe. *SME-SP*. Disponível em: https://smeprefeituraspgov-my.sharepoint.com/personal/matheus_rosa_sme_prefeitura_sp_gov_br/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fmatheus%5Frosa%5Fsme%5Fprefeitura%5Fsp%5Fgov%5Fbr%2FDocuments%2FBackup%20Portal%20CODAE%2FAleitamento%20Materno%2FMateriais%20de%20Apoio%2FOrienta%C3%A7%C3%B5es%20para%20oferta%20do%20leite%20materno%20no%20CEI%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fmatheus%5Frosa%5Fsme%5Fprefeitura%5Fsp%5Fgov%5Fbr%2FDocuments%2FBackup%20Portal%20CODAE%2FAleitamento%20Materno%2FMateriais%20de%20Apoio&originalPath=aHR0cHM6Ly9zbWVwcmVmZWl0dXJhc3Bnb3YtbXkuc2hhcmVwb2ludC5jb20vOmI6L2cvcGVyc29uYWwvbWF0aGVlc19yb3NhX3NtZV9wcmVmZWl0dXJhX3NwX2dvdI9ici9FUjV1QnlhOXhfdEhobHpQOV03VmloY0JWUnVsTmNnWENfajRhLXhwTTRoUFZRP3J0aW1lPXN0WGJhU2NaMkVn

STONES, R. *Structuration Theory*. Palgrave Macmillan, 2005.

STONES, R.; JACK, L. The bridge between ontological concepts and empirical evidence: an interview with Rob Stones. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 29, n. 7, p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-07-2016-2626/full/html>

STREINER, D. L.; NORMAN, G. R.; CAIRNEY, J. *Health measurement scales: a practical guide to their development and use*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2015.

SWINBURN, B.; EGGER, G.; RAZA, F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. *Prev. Med.*, v. 29, n. 6, Pt 1, p. 563-70, 1999. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10600438/>

SWINBURN, B. A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *Lancet.*, v. 23, n. 393(10173), p. 791-846, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30700377/>

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. *International covenant on economic, social and cultural rights*. Adopted and opened for signature, ratification and accession by General Assembly resolution 2200A (XXI) of 16 December 1966 entry into force 3 January 1976, in accordance with article 27. 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/cescr.aspx>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). Deliberação n° 45/2019. Autoriza a Reformulação dos Cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde. *UERJ*, 2019. Disponível em:

<https://w1.solucaoatrio.net.br/somos/uerj-nutricao/index.php/pt/downloads/finish/5-regimento-resolucoes-e-normas/78-deliberacao-ppg-ans-n-45-2019>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ); REDE SIRIUS. Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / organização, Simone Faury Dib, Neusa Cardim da Silva; colaboração, Kalina Rita Oliveira da Silva, Rosane Lopes Machado – 2. ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: *UERJ/Rede Sirius – Rede de Bibliotecas UERJ*, 2012. 142 p. Disponível em: https://www.proped.pro.br/arquivos/mod_teses/roteiro_2edicao.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Alimentação Infantil I: Prevalência de indicadores de alimentação de crianças menores de 5 anos: ENANI 2019. Documento eletrônico, Rio de Janeiro, RJ: *UFRJ*, 2021b. 135 p. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Características sociodemográficas: aspectos demográficos, socioeconômicos e de insegurança alimentar 2: ENANI 2019. Documento eletrônico, Rio de Janeiro, RJ: *UFRJ*, 2021a. 104 p. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: dd.mm.aaa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Estado Nutricional Antropométrico da Criança e da Mãe: Prevalência de indicadores antropométrico de crianças brasileiras menores de 5 anos de idade e suas mães biológicas: ENANI 2019. Documento eletrônico, Rio de Janeiro, RJ: *UFRJ*, 2022. 96 p. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>

WALTZ, C. W.; BAUSELL, R. B. *Nursing research: Design, statistics and computer analysis*. Davis, Philadelphia, 1981.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health. *World Health Organization*, Geneva, 2004. 18 p. Disponível em: https://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy/eb11344/strategy_english_web.pdf

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Nurturing care for early childhood development: a framework for helping children survive and thrive to transform health and human potential. *World Health Organization*, 2018. 55 p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272603/9789241514064-eng.pdf&ved=2ahUKEwjH_5q_4sfwAhXsUd8KHQVIAM4QFjADegQIHhAG&usg=AOvVaw1fdCpI77IGc7IPfXDjXy7J&cshid=1620947630121

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Nurturing care framework progress report 2018-2023: reflections and looking forward. *World Health Organization*, 2023. 51 p. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/369449/9789240074460-eng.pdf?isAllowed=y&sequence=1>

ANEXO - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil: modelo teórico e percepções de profissionais da rede pública de ensino

Pesquisador: RAFAELE FEBRONE MELONI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62602822.5.0000.5259

Instituição Proponente: Instituto de Nutrição

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.811.823

Apresentação do Projeto:

Continuação do Parecer: 5.700.925, e conteúdo registrado do protocolo "Nome do Arquivo: PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1975885", bem como arquivos anexados à Plataforma Brasil.

Objetivo da Pesquisa:

Continuação do Parecer: 5.700.925, e conteúdo registrado do protocolo "Nome do Arquivo: PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1975885", bem como arquivos anexados à Plataforma Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

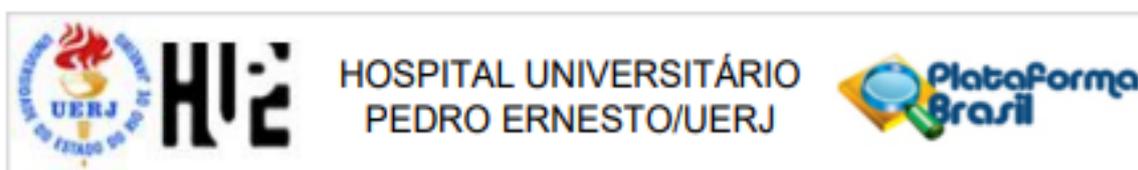
Continuação do Parecer: 5.700.925, e conteúdo registrado do protocolo "Nome do Arquivo: PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1975885", bem como arquivos anexados à Plataforma Brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Foram atendidas as recomendações/considerações/pendências do Parecer anterior.

A pesquisa está bem estruturada e o referencial teórico e metodológico estão explicitados, demonstrando aprofundamento e conhecimento necessários para sua realização. As referências

Endereço: Av. 28 de setembro, nº77 - CePeM - Centro de Pesquisa Clínica Multiusuário - 2º andar/sala nº 28 - prédio
Bairro: Vila Isabel **CEP:** 20.551-030
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2868-8253 **E-mail:** cep@hupe.uerj.br



Continuação do Parecer: 5.811.823

estão adequadas e a pesquisa é exequível. Foram avaliadas as informações contidas na Plataforma Brasil e as mesmas se encontram dentro das normas vigentes e sem riscos iminentes aos participantes envolvidos na pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram analisados os seguintes documentos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos: Documento devidamente preenchido, datado e assinado
- 2) Projeto de Pesquisa: Adequado
- 3) Orçamento financeiro e fontes de financiamento: adequado/apresentado
- 4) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Adequado
- 5) Cronograma: Adequado
- 6) Documentos pertinentes à inclusão do HUPE: Adequado
- 7) Currículo do pesquisador principal e demais colaboradores: anexados e conforme as normas.

Os documentos de apresentação obrigatória foram enviados a este Comitê, estando dentro das boas práticas e apresentando todos dados necessários para apreciação ética e tendo sido avaliadas as informações contidas na Plataforma Brasil e as mesmas se encontram dentro das normas vigentes e sem riscos iminentes aos participantes envolvidos na pesquisa.

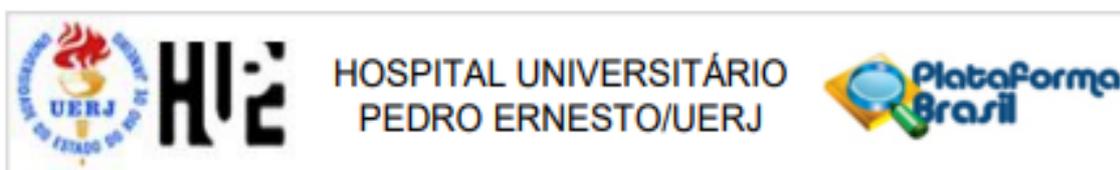
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto pode ser realizado da forma como está apresentado. Após análise do protocolo foi verificado o atendimento à legislação vigente e o protocolo encontra-se apto para início. Diante do exposto e à luz da Resolução CNS nº466/2012, o projeto pode ser enquadrado na categoria – APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em consonância com a resolução CNS 466/12 e a Norma Operacional CNS 001/13, o CEP recomenda ao O projeto pode ser realizado da forma como está apresentado. Pesquisador: Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e no termo de consentimento livre e esclarecido, para análise das mudanças; Informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; O Comitê de Ética solicita a V. S^a., que encaminhe relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) Meses da pesquisa e ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; Os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos para possível auditoria dos órgãos competentes.

Endereço: Av. 28 de setembro, nº77 - CePeM - Centro de Pesquisa Clínica Multiusuário - 2º andar/sala nº 28 - prédio
Bairro: Vila Isabel **CEP:** 20.551-030
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2868-8253 **E-mail:** cep@hupe.uerj.br



Continuação do Parecer: 5.811.823

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO 1975885.pdf | 18/10/2022 20:35:38 | | Aceito |
| Outros | Termo_de_autorizacao_imagem_e_som Especialista CEP.docx | 18/10/2022 20:31:20 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| Outros | TCLE_Termo_de Consentimento Livre e Esclarecido Especialista CEP.docx | 18/10/2022 20:26:50 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_Termo_de Consentimento Livre e Esclarecido CEP.docx | 28/07/2022 20:49:37 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_de_rosto_CEP.pdf | 05/07/2022 07:27:36 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| Outros | Termo_de_compromisso_de_utilizacao_de_dados CEP.docx | 01/07/2022 08:50:50 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| Outros | Carta_de_anuencia_institucional_CEP.pdf | 01/07/2022 08:49:24 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| Outros | Carta_convite_UEI_CEP.docx | 01/07/2022 08:47:47 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_CEP.docx | 30/06/2022 16:39:42 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| Outros | Termo_de_autorizacao_imagem_e_som CEP.docx | 30/06/2022 16:20:55 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |
| Cronograma | Cronograma_CEP.docx | 30/06/2022 16:17:30 | RAFAELE FEBRONE MELONI | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 13 de Dezembro de 2022

Assinado por:
WILLE OIGMAN
(Coordenador(a))

Endereço: Av. 28 de setembro, nº77 - CePeM - Centro de Pesquisa Clínica Multiusuário - 2º andar/sala nº 28 - prédio
Bairro: Vila Isabel **CEP:** 20.551-030
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2868-8253 **E-mail:** cep@hupe.uerj.br

APÊNDICE A - Resumo dos principais achados e contribuições da pesquisa para divulgação nos meios de comunicação. Rio de Janeiro, 2023.

A promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) é compreendida como um conjunto de estratégias que proporcionam aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais e específicas, bem como com as formas de produção ambientalmente sustentáveis.

As unidades da Educação Infantil (UEI) devem garantir: a realização de ações que atendam às necessidades de afeto, cuidado, alimentação, segurança e integridade corporal e psíquica das crianças, e a PAAS de acordo com cada fase do crescimento. Elas são, portanto, um espaço estratégico para a PAAS e para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, que começam a ser estabelecidos a partir da amamentação e da alimentação complementar saudável e constituem pilares para uma vida saudável. As ações de PAAS no âmbito escolar da Educação Infantil devem ser implementadas através da combinação de ações das três vertentes de atuação: incentivo, apoio e proteção; complementadas por ações transversais.

Um modelo teórico é entendido como um esquema visual de uma teoria com objetivo de expressar as relações existentes entre os conceitos, de forma a fornecer elementos para a compreensão de uma realidade. Sendo assim, um modelo teórico que expresse as relações existentes entre os conceitos, diretrizes e recomendações sobre a PAAS na Educação Infantil pode facilitar sua compreensão, qualificar as ações de PAAS e ser um instrumento orientador do planejamento de políticas públicas.

Essa tese objetivou propor modelo teórico de PAAS na Educação Infantil, por meio de diversas etapas de elaboração e construção conjunta e validação com especialistas de áreas afins. Para a elaboração do modelo teórico, foram utilizados os referenciais teórico-conceituais das vertentes da PAAS e da Teoria da Estruturação Forte.

O modelo teórico de PAAS na Educação Infantil consiste na apresentação das ações de PAAS a serem desenvolvidas no âmbito da UEI, considerando seus contextos interno e externo. Este processo de desenvolvimento compreende o planejamento e a execução articulada de ações, por agentes do contexto interno e externo à UEI, de: incentivo à adoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio da incorporação da Educação Alimentar e Nutricional como prática cotidiana e transversal ao currículo e da mobilização e formação

sobre a PAAS junto às famílias; apoio à adesão de práticas alimentares saudáveis, através da oferta de leite humano e de alimentação adequada e saudável (AAS), e do atendimento a crianças com necessidades alimentares especiais ou específicas; proteção à AAS, por meio de medidas de controle higiênico-sanitário da alimentação, prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e de oferta de refeições, e regulação da oferta, do comércio e da publicidade de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas; complementadas pelas ações transversais de formação dos profissionais, de interação com outros agentes, setores ou instâncias e de monitoramento e avaliação.

Espera-se que este modelo teórico contribua para a compreensão da PAAS na Educação Infantil; seja utilizado por pesquisadores interessados em trabalhar com o tema PAAS na Educação Infantil, gestores(as) das UEI e da Alimentação Escolar, e suas equipes de profissionais; possa subsidiar o planejamento, desenvolvimento e execução de ações de PAAS e Segurança Alimentar e Nutricional nesse âmbito; sirva de base para estudos futuros; e inspire o desenvolvimento de políticas públicas nesta área.

APÊNDICE B - Formulário eletrônico utilizado para a etapa de avaliação da validade de conteúdo do modelo teórico de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes. Rio de Janeiro, 2023.

Avaliação da validade de conteúdo do modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil

Chegamos à etapa final do processo de desenvolvimento do modelo teórico, que consiste na avaliação da validade de seu conteúdo. Para isto, solicitamos que responda este formulário referente à relevância de cada produto deste modelo: esquema gráfico, quadro de descrição dos elementos estruturantes e quadro de definições e exemplos dos componentes do modelo.

rafaelefebrone@gmail.com Alternar conta
 Não compartilhado

*** Indica uma pergunta obrigatória**

Endereço de e-mail *

Sua resposta

Figura 1. Esquema gráfico do modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023.

Esta figura pode ser visualizada também no arquivo em PDF enviado na mensagem em que você acessou o link deste formulário.

1) Sobre a relevância dos três componentes do modelo pertencentes à vertente de incentivo, dê sua opinião abaixo:

EAN como prática cotidiana *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

2) Sobre a relevância dos três componentes do modelo pertencentes à vertente de apoio, dê sua opinião abaixo:

Favorecimento da manutenção do AM *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

3) Sobre a relevância dos três componentes do modelo pertencentes à vertente de proteção, dê sua opinião abaixo:

Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

4) Sobre a relevância dos três componentes do modelo pertencentes às ações transversais, dê sua opinião abaixo:

Formação dos profissionais *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

Inclusão da EAN como tema transversal do currículo *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

Mobilização e formação das famílias para a PAAS *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

Oferta de AAS *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

Atuação em casos de necessidades alimentares especiais *

altamente relevante
 bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
 pouco relevante
 nada relevante

Sugestão de reescrita do componente

Sua resposta

| | | |
|---|---|--|
| <p>Interação com outros agentes, setores e instâncias *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Em sua opinião, há agentes a serem incluídos, excluídos ou detalhados no contexto externo à UEI?</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Agentes do contexto externo à UEI *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de reescrita do componente</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>6) Sobre a relevância das representações gráficas do modelo, dê sua opinião abaixo:</p> <p>Vertentes de PAAS (incentivo, apoio, proteção e ações transversais) (em relação à escrita, forma e disposição gráfica) *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Avaliação *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Cores usadas *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de reescrita do componente</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Componentes do modelo (em relação à escrita, forma e disposição gráfica) *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Em sua opinião, há componentes a serem incluídos, excluídos ou detalhados?</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Em sua opinião, há representações gráficas a serem incluídas, excluídas ou detalhadas?</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>5) Sobre a relevância dos agentes do modelo, dê sua opinião abaixo:</p> | <p>Contextos interno e externo à UEI (em relação à escrita, forma e disposição gráfica) *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>7) Quanto à clareza do esquema gráfico, em linhas gerais você considera que ele está:</p> <p><input type="radio"/> totalmente claro</p> <p><input type="radio"/> bastante claro ou totalmente claro, mas precisa de ajustes</p> <p><input type="radio"/> pouco claro</p> <p><input type="radio"/> nada claro</p> |
| <p>Agentes do contexto interno à UEI (comunidade escolar) *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Sugestão de reescrita dos agentes</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Agentes do contexto interno à UEI *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Quadro 1. Descrição dos elementos estruturantes do modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2023. O Quadro 1 pode ser visualizado no arquivo em PDF enviado na mensagem em que você acessou o link deste formulário.</p> |
| <p>Em sua opinião, há agentes a serem incluídos, excluídos ou detalhados no contexto interno à UEI?</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>1) Sobre a relevância do detalhamento das descrições dos elementos estruturantes do modelo, dê sua opinião abaixo:</p> |
| <p>Agentes do contexto externo à UEI *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Contexto interno à UEI *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de reescrita dos agentes</p> <p>Sua resposta _____</p> | | |

| | | |
|--|--|---|
| <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Vertente de proteção *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>1) Sobre a relevância das definições dos componentes do modelo pertencentes à vertente de incentivo, dê sua opinião abaixo:</p> |
| <p>Contexto externo à UEI *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>EAN como prática cotidiana *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Ações transversais *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Agentes do contexto interno à UEI *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Inclusão da EAN como tema transversal do currículo *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Em sua opinião, a formatação do quadro está adequada? *</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Parcialmente</p> <p><input type="radio"/> Não</p> | <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Agentes do contexto externo à UEI *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de edição</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Mobilização e formação das famílias para a PAAS *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Em sua opinião, há detalhes de descrição de elementos a serem incluídos ou excluídos? Se sim, indicar quais.</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Vertente de incentivo *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>2) Quanto à clareza do Quadro 1, em linhas gerais você considera que ele está: *</p> <p><input type="radio"/> totalmente claro</p> <p><input type="radio"/> bastante claro ou totalmente claro, mas precisa de ajustes</p> <p><input type="radio"/> pouco claro</p> <p><input type="radio"/> nada claro</p> | <p>2) Sobre a relevância das definições dos componentes do modelo pertencentes à vertente de apoio, dê sua opinião abaixo:</p> |
| <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Favorecimento da manutenção do AM *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Vertente de apoio *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Quadro 2. Definições e exemplos dos componentes do modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil de acordo com suas vertentes.</p> <p>O Quadro 2 pode ser visualizado no arquivo em PDF enviado na mensagem em que você acessou o link deste formulário.</p> | <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> | | |

| | | |
|---|---|---|
| <p>Oferta de AAS *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Inclusão da EAN como tema transversal do currículo *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta</p> | <p>4) Sobre a relevância das definições dos componentes do modelo pertencentes às ações transversais, dê sua opinião abaixo:</p> | <p>Sugestão de reescrita de exemplos de práticas</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>Atuação em casos de necessidades alimentares especiais *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Formação dos profissionais *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Mobilização e formação das famílias para a PAAS *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Sugestão de reescrita de exemplos de práticas</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>3) Sobre a relevância das definições dos componentes do modelo pertencentes à vertente de proteção, dê sua opinião abaixo:</p> | <p>Interação com outros agentes, setores e instâncias *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>6) Sobre a relevância dos exemplos de práticas dos componentes do modelo pertencentes à vertente de apoio, dê sua opinião abaixo:</p> |
| <p>Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Favorecimento da manutenção do AM *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Avaliação *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de reescrita de exemplos de práticas</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Oferta de AAS *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Sugestão de reescrita da definição</p> <p>Sua resposta</p> | <p>5) Sobre a relevância dos exemplos de práticas dos componentes do modelo pertencentes à vertente de incentivo, dê sua opinião abaixo:</p> | <p>Sugestão de reescrita de exemplos de práticas</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>EAN como prática cotidiana *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Atuação em casos de necessidades alimentares especiais *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| | <p>Sugestão de reescrita de exemplos de práticas</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Sugestão de reescrita de exemplos de práticas</p> |

7) Sobre a relevância dos exemplos de práticas dos componentes do modelo pertencentes à vertente de proteção, dê sua opinião abaixo:

Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de reescrita de exemplos de práticas

Sua resposta

Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de reescrita de exemplos de práticas

Sua resposta

Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de reescrita de exemplos de práticas

Sua resposta

8) Sobre a relevância dos exemplos de práticas dos componentes do modelo pertencentes às ações transversais, dê sua opinião abaixo:

Formação dos profissionais *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de reescrita de exemplos de práticas

Sua resposta

Interação com outros agentes, setores e instâncias *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de reescrita de exemplos de práticas

Sua resposta

Avaliação *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de reescrita de exemplos de práticas

Sua resposta

Em sua opinião, há exemplos de práticas a serem incluídos ou excluídos? Se sim, detalhar, indicando para qual componente e de qual vertente.

Sua resposta

9) Sobre a relevância das sugestões de agentes envolvidos nas práticas dos componentes do modelo pertencentes à vertente de incentivo, dê sua opinião abaixo:

EAN como prática cotidiana *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados

Sua resposta

Inclusão da EAN como tema transversal do currículo *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados

Sua resposta

Mobilização e formação das famílias para a PAAS *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados

Sua resposta

10) Sobre a relevância das sugestões de agentes envolvidos nas práticas dos componentes do modelo pertencentes à vertente de apoio, dê sua opinião abaixo:

Favorecimento da manutenção do AM *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados

Sua resposta

Oferta de AAS *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados

Sua resposta

Atuação em casos de necessidades alimentares especiais *

- altamente relevante
- bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito
- pouco relevante
- nada relevante

Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados

Sua resposta

11) Sobre a relevância das sugestões de agentes envolvidos nas práticas dos componentes do modelo pertencentes à vertente de proteção, dê sua opinião abaixo:

| | |
|---|---|
| <p>Garantia de controle higiênico-sanitário da alimentação *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p> Avaliação *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Prevenção de acidentes nos ambientes de preparo e oferta de refeições *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>13) Sobre a relevância de aspectos da formação do quadro, dê sua opinião abaixo:</p> |
| <p>Controle de oferta, comércio e promoção de alimentos ultraprocessados e preparações não recomendadas *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Em sua opinião, a formação do quadro está adequada? *</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Parcialmente</p> <p><input type="radio"/> Não</p> |
| <p>Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>Sugestão de edição</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>12) Sobre a relevância das sugestões de agentes envolvidos nas práticas dos componentes do modelo pertencentes às ações transversais, dê sua opinião abaixo:</p> | <p>Cores usadas para representar a responsabilidade dos agentes envolvidos das práticas de PAAS na Educação Infantil (contexto interno à UEI = cor azul; contexto externo à UEI = cor amarela, e responsabilidade compartilhada entre os contextos = cor verde) *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> |
| <p>Formação dos profissionais *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajustes</p> <p>Sua resposta _____</p> |
| <p>Sugestão de agentes a serem incluídos, excluídos ou editados</p> <p>Sua resposta _____</p> | <p>14) Quanto à clareza do Quadro 2, em linhas gerais você considera que ele está: *</p> <p><input type="radio"/> totalmente claro</p> <p><input type="radio"/> bastante claro ou totalmente claro, mas precisa de ajustes</p> <p><input type="radio"/> pouco claro</p> <p><input type="radio"/> nada claro</p> |
| <p>Interação com outros agentes, setores e instâncias *</p> <p><input type="radio"/> altamente relevante</p> <p><input type="radio"/> bastante relevante ou altamente relevante, mas precisa ser reescrito</p> <p><input type="radio"/> pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> nada relevante</p> | <p>Sugestão de ajuste</p> <p>Sua resposta _____</p> <p>Obrigada por sua participação!</p> <p>Abraços fraternos, Rafaele Febrone, Inês Rugani e Rosane Rito.</p> |

APÊNDICE C - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado nas etapas do estudo. Rio de Janeiro, 2023.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ESPECIALISTA

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da primeira fase da pesquisa denominada Promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil: modelo teórico e percepções de profissionais da rede pública de ensino, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. OBJETIVO DESTA PRIMEIRA FASE: elaborar modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em opinar sobre a versão preliminar do modelo teórico de práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil em oficina virtual que reunirá especialistas sobre o tema. O registro será feito por meio de gravação em vídeo e áudio.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, sendo que pode haver incômodo referente ao tempo que você empregará na atividade, tendo em vista o tempo de duração da oficina, que será de aproximadamente três horas. Objetivando minimizar esse risco, você pode se retirar da oficina a qualquer momento. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: subsidiar compreensão mais ampla desta temática e, por consequência, contribuir para a qualificação e melhoria das práticas por ela abarcadas, e subsidiar o planejamento e a elaboração de políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil com vistas ao favorecimento de hábitos alimentares saudáveis que têm repercussões por toda a vida.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o(a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de cinco anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento por sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá automaticamente uma cópia deste Termo por e-mail. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso

estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso à pesquisadora Rafaela Febrone Meloni pelo telefone 21 98854-9573 ou pelo e-mail: rafaefebrone@hotmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA, AV. VINTE E OITO DE SETEMBRO, nº77 - CePeM - Centro de Pesquisa Clínica Multiusuário - 2º andar/sala 28, prédio anexo ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, Telefone: 21 2868-8253 - E-mail: cep@hufe.uerj.br. Atendimento ao público de segunda-feira a sexta-feira das 13:00-16:00h.

melonirafaele@gmail.com Alternar conta

* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

Seu e-mail

CONSENTIMENTO *

- Li e concordo em participar da pesquisa.
- Li e não concordo em participar da pesquisa.

Por favor, escreva seu nome completo *

Sua resposta

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

Enviar

Limpar formulário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ESPECIALISTA

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da primeira fase da pesquisa denominada Promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil: modelo teórico e percepções de profissionais da rede pública de ensino, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. OBJETIVO DESTA PRIMEIRA FASE: elaborar modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em participar do segundo painel de especialistas e opinar sobre a segunda versão do modelo teórico de práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil em oficina virtual que reunirá especialistas sobre o tema. O registro será feito por meio de gravação em vídeo e áudio.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, sendo que pode haver incômodo referente ao tempo que você empregará na atividade, tendo em vista o tempo de duração da oficina, que será de aproximadamente três horas. Objetivando minimizar esse risco, você pode se retirar da oficina a qualquer momento. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: subsidiar compreensão mais ampla desta temática e, por consequência, contribuir para a qualificação e melhoria das práticas por ela abarcadas, e subsidiar o planejamento e a elaboração de políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil com vistas ao favorecimento de hábitos alimentares saudáveis que têm repercussões por toda a vida.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o(a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de cinco anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento por sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá automaticamente uma cópia deste Termo por e-mail. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o

estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso à pesquisadora Rafaela Febrone Meloni pelo telefone 21 98854-9573 ou pelo e-mail: rafaefebrone@hotmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA, AV. VINTE E OITO DE SETEMBRO, nº77 - CePeM - Centro de Pesquisa Clínica Multiusuário - 2º andar/sala 28, prédio anexo ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, Telefone: 21 2868-8253 - E-mail: cep@hupe.uerj.br. Atendimento ao público de segunda-feira a sexta-feira das 13:00-16:00h.

rafaefebrone@gmail.com Alternar conta



* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

Seu e-mail

CONSENTIMENTO *

- Li e concordo em participar da pesquisa.
- Li e não concordo em participar da pesquisa.

Por favor, escreva seu nome completo *

Sua resposta

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

Enviar

Limpar formulário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ESPECIALISTA

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da primeira fase da pesquisa denominada Promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil: modelo teórico e percepções de profissionais da rede pública de ensino, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. OBJETIVO DESTA PRIMEIRA FASE: elaborar modelo teórico das práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em responder a um formulário eletrônico que será utilizado para a avaliação da validade de conteúdo da terceira versão do modelo teórico de práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, sendo que pode haver incômodo referente ao tempo que você empregará na atividade. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: subsidiar compreensão mais ampla desta temática e, por consequência, contribuir para a qualificação e melhoria das práticas por ela abarcadas, e subsidiar o planejamento e a elaboração de políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil com vistas ao favorecimento de hábitos alimentares saudáveis que têm repercussões por toda a vida.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o(a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de cinco anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento por sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá automaticamente uma cópia deste Termo por e-mail. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso à pesquisadora Rafaela Febrone Meloni pelo telefone 21 98854-9573 ou pelo e-mail: rafaelefebrone@hotmail.com. Se você tiver alguma

consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA, AV. VINTE E OITO DE SETEMBRO, nº77 - CePeM - Centro de Pesquisa Clínica Multiusuário - 2º andar/sala 28, prédio anexo ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, Telefone: 21 2868-8253 - E-mail: cep@hupe.uerj.br. Atendimento ao público de segunda-feira a sexta-feira das 13:00-16:00h.

rafaelefebrone@gmail.com Alternar conta



* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

Seu e-mail

CONSENTIMENTO *

- Li e concordo em participar da pesquisa.
- Li e não concordo em participar da pesquisa.

Por favor, escreva seu nome completo *

Sua resposta

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

Enviar

Limpar formulário

APÊNDICE D - Termos de autorização de uso de imagem e voz utilizado para as duas oficinas de painel de especialistas. Rio de Janeiro, 2023.

| TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ - ESPECIALISTA | TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ - ESPECIALISTA |
|---|---|
| <p>Autorizo minha participação na pesquisa "Promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil: modelo teórico e percepções de profissionais da rede pública de ensino", que pode incluir oficina com filmagem ou gravação de voz para posterior transcrição e análise pelos pesquisadores. Estou ciente de que os dados obtidos por meio de filmagem e/ou gravação serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, e que os resultados da pesquisa se tornarão públicos sem qualquer identificação de indivíduos e instituições participantes.</p> | <p>Autorizo registro de minha participação na segunda oficina de painel de especialistas da pesquisa "Promoção da alimentação adequada e saudável na Educação Infantil: modelo teórico e percepções de profissionais da rede pública de ensino", que inclui filmagem ou gravação de voz para posterior transcrição e análise pelos pesquisadores. Estou ciente de que os dados obtidos por meio de filmagem e/ou gravação serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, e que os resultados da pesquisa se tornarão públicos sem qualquer identificação de indivíduos e instituições participantes.</p> |
| <p>melonirafaele@gmail.com Alternar conta</p> | <p>rafaelefebrone@gmail.com Alternar conta</p> |
| <p>* Indica uma pergunta obrigatória</p> | <p>* Indica uma pergunta obrigatória</p> |
| <p>E-mail *</p> <p>Seu e-mail</p> | <p>E-mail *</p> <p>Seu e-mail</p> |
| <p>Nome completo *</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Nome completo *</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>RG *</p> <p>Sua resposta</p> | <p>RG *</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>CPF *</p> <p>Sua resposta</p> | <p>CPF *</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>Endereço *</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Endereço *</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>Área de atuação *</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Área de atuação *</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>Instituição pertencente *</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Instituição pertencente *</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>Função que executa na instituição *</p> <p>Sua resposta</p> | <p>Função que executa na instituição *</p> <p>Sua resposta</p> |
| <p>AUTORIZAÇÃO *</p> <p><input type="radio"/> AUTORIZO o uso de imagem e som.</p> <p><input type="radio"/> NÃO AUTORIZO o uso de imagem e som.</p> | <p>AUTORIZAÇÃO *</p> <p><input type="radio"/> AUTORIZO o uso de imagem e som.</p> <p><input type="radio"/> NÃO AUTORIZO o uso de imagem e som.</p> |
| <p>Enviar</p> <p>Limpar formulário</p> | <p>Enviar</p> <p>Limpar formulário</p> |

**APÊNDICE E - Descrição do perfil das especialistas consultadas nas etapas do estudo.
Rio de Janeiro, 2023.**

| Área de conhecimento (Número de especialistas) | Filiação e ocupação/função |
|---|--|
| Alimentação escolar (6) | <ul style="list-style-type: none"> ● Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Nutricionista do Núcleo de Alimentação e Nutrição em Políticas Públicas ● Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Nutricionista agente do Programa Nacional de Alimentação Escolar ● Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal Fluminense - Coordenadora - Vice-coordenadora ● Programa Saúde na Escola do Rio de Janeiro - Coordenadora - Coordenadora de Saúde nas unidades escolares do município |
| Ambiente Alimentar e Saúde (2) | <ul style="list-style-type: none"> ● Universidade Federal de Minas Gerais - Docente do curso de Nutrição |
| Saúde Coletiva (3) | <ul style="list-style-type: none"> ● Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Docente do curso de Nutrição ● Universidade Nova de Lisboa, Portugal - Docente da Escola Nacional de Saúde Pública |
| Segurança Alimentar e Nutricional (1) | <ul style="list-style-type: none"> ● Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte - Coordenadora da área de Educação Alimentar e Nutricional |
| Modelo teórico (1) | <ul style="list-style-type: none"> ● Universidade Federal do Rio de Janeiro - Docente do Curso de Nutrição (Macaé) |
| Gestão pública (1) | <ul style="list-style-type: none"> ● Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - Coordenadora da Primeira Infância |